

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Fronteira da cidadania: cartografia da
violência na Amazônia brasileira**

Wilson José Barp

Campinas

1997

9012.01.00
B268f

34190/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.º	
F.º	34190
PREÇO	395/98
	<input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> X
PREÇO	88,11,00
DATA	10/06/98
N.º CPD	

CM-00112685-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B 268 f **Barp, Wilson José**
**Fronteira da cidadania : cartografia da violência na Amazônia
brasileira / Wilson José Barp . - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.**

Orientador: Mauro William Bsrbosa de Almeida.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Violência. 2. Massacres. 3. Posse da terra. 4. Meio
ambiente. 5. Cidadania. 6. Conflitos sociais - Amazônia.
7. Amazônia - História. 8. Amazônia - Colonização.
9. Direito agrário. I. Almeida, Mauro W. B. de.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Fronteira da cidadania: cartografia da
violência na Amazônia brasileira**

Wilson José Barp

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, 1997

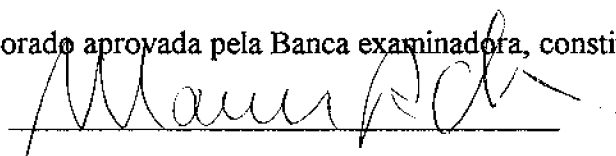
S.P. - Brasil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira

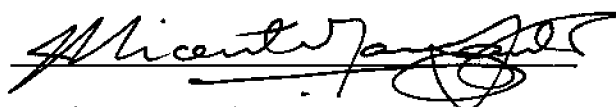
Wilson José Barp

Tese de Doutorado aprovada pela Banca examinadora, constituída por:



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Presidente e Orientador/ UNICAMP



Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

UFRGS



Prof. Dr. Sérgio Adorno

USP



Prof^a Dr^a Nazareth Wanderley

UNICAMP



Prof^a. Dr^a. Teresa Sales

UNICAMP

Campinas, 05 de Dezembro de 1997

À Ana Rosa,
estímulo e companhia

A Kauê e Luana,
afetividade e horizonte

Agradecimentos

À CAPES por meio da UFPA, agradeço ajuda financeira através da bolsa, permitindo minha instalação em Campinas-SP, durante o Curso.

Ao Departamento de Sociologia da UFPA por ter-me concedido licença das atividades de ensino, o que possibilitou maior dedicação com à tese, particularmente por não ter deixado de acreditar na conclusão do trabalho, no momento em que mais precisei, em função de problemas de saúde.

À gentileza e atenção de Divina, Cristina e Inez da CPT - Goiânia, pelo constante envio de material, o que possibilitou manter-me atualizado sobre o trabalho desta ONG.

A todos os funcionários da ABRA, em nome da Mayla Yara Porto, que, ao longo do 2º semestre de 1995, permitiram o meu acesso aos seus arquivos.

A todas as pessoas ligadas aos órgãos públicos e ONGs da Cidade de Rio Branco, que na minha estada ali, em fevereiro de 1996, oportunidade em que realizei parte da pesquisa, facilitaram o meu acesso aos dados. SINPASA - Luizão; CPT - Conceição; SEPLAN - Eufra; INCRA - Noel Matos e Maria Albuquerque; CUT - Júlia Feitosa; CEDDHEP - Raimunda Bezzera, Leide e Leando; CDIH/UFAC - Marcos Magno; UFAC - Prof. Coracy; Delegado do Trabalho - Raimundo Vaz; Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Trabalho do Acre - Dr. Arquilau de Castro Melo e o Procurador da República no Acre - Dr. Luiz Francisco F. de Souza.

Este último, em particular, chamou-me a atenção por sua obsessão por justiça. Desempenhando sua função profissional e por interesse pessoal, solicitava informações sobre violência junto aos órgãos públicos. Muitos destes dados tive a oportunidade de receber em primeira mão em forma de relatórios, quando no final do expediente, recebia-me junto à Procuradoria da República para discutir o problema da violência no estado do Acre.

Ana Rosa, minha companheira e esposa, por ter acreditado na possibilidade de investirmos juntos na nossa formação acadêmica e no acompanhamento do crescimento dos pequenos, nossos filhos, Kauê e Luana. Reconheço na Ana a paciência em acompanhar de perto minhas limitações eletrônicas, especialmente por ter estimulado e orientado o uso de métodos matemáticos na pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos que, desde 1987, em vários momentos e locais da Amazônia, orientando minhas pesquisas de campo ou em conversas informais, permitiu-me compartilhar de suas preocupações com a violência no campo.

À Prof^a Dr^a Nazareth Wanderley, que inicialmente assumiu formalmente a orientação do meu doutorado, e, por razões de honestidade intelectual, sugeriu a minha aproximação ao Prof. Mauro Almeida na realização da pesquisa, sem que isso rompesse os encontros para discutir o trabalho.

Ao Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida pela dedicação e clareza na orientação do trabalho, especialmente por ter acreditado e estimulado o emprego de métodos não convencionais na Sociologia Brasileira para investigar o fenômeno em

discussão. Como também pela atitude de manter-se sempre pronto para dialogar, sugerir e nunca impor, proporcionando assim um clima cordial de estudo.

A todos que me ajudaram para que o trabalho chegasse a este estágio - obrigado. Os erros existentes são de minha inteira responsabilidade.

Sumário

Introdução	1
------------------	---

Capítulo I - A Violência no Contexto da Fronteira

1.0 Violência e Poder no Espaço Agrário.....	8
1.1 Uma Busca de Conceitos	9
1.1.1 Violência e Poder	9
1.1.2 As Formas da Violência	18
1.2 A Violência no Espaço Agrário.....	20
1.2.1 Existe Espaço Eminentemente Agrário?	20
1.2.2 A Violência na História Rural	23
1.3 A Fronteira: Ocupação de “ <i>Terras Livres</i> ”	27
1.4 A Ocupação das Terras Livres: O Caso Brasileiro.....	45
1.4.1 As Fronteiras: Visões e Ideologias	45

Capítulo II - A Pequena História de Ocupação da Amazônia

2.0 Ocupação no Contexto das Mobilizações.....	57
2.1 A Primeira Mobilização de Ocupação (até 1850): Antes do “ <i>Boom da Borracha</i> ”	58

2.2 A Segunda Mobilização de Ocupação (1850-1920): O Extrativismo e a Industrialização	64
2.3 A Terceira Mobilização de Ocupação (1942-1945): O Extrativismo e a 2ª Guerra Mundial	79
2.4 Violência e Poder no Extrativismo da Borracha	83
2.5 A Quarta Mobilização de Ocupação (1970-1996): Expansão do Capitalismo na Fronteira	86
2.5.1 Pulverização das Ações Governamentais.....	86
2.5.2 Aspectos da Produção Agrícola.....	94
2.5.3 Violência e Ocupação.....	100
2.5.3.1 Violência Física	100
2.5.3.2 O Disciplinamento do Espaço como Forma de Violência.....	104
 Capítulo III - Área de Estudo: O Estado do Acre	
3.0 Raízes da Violência.....	107
3.1 Alguns Aspectos Fisiográficos	108
3.2 Pequena História do Estado do Acre.....	111
3.3 Divisão Política e Administrativa do Estado do Acre.....	125
3.4 Situação Fundiária do Acre.....	128
3.4.1 Áreas Públicas	128
3.4.2 Áreas Privadas.....	130
3.5 Algumas Considerações sobre a Economia do Estado do Acre.....	134
ANEXOS	139
Anexo 1 - Divisão Político-Administrativa do Estado do Acre, Área e População 1950/91.	140
Anexo 2 - Cadastro de Terras Públicas Administradas pela FUNAI no Acre	144

Anexo 3 - Cadastro de Terras Públicas Administradas pelo IBAMA no Acre.	145
Anexo 4 - Cadastro de Terras Públicas, Administradas pelo INCRA no Acre.	146
Anexo 5 - Projetos de Colonização do INCRA no Estado do Acre.	147
Anexo 6 - Relação dos imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000,0 ha no Estado do Acre em 1995.	148

Capítulo VI - Violência no Espaço Agrário Acreano - 1970/1995

4.0 Os Autores, Mandantes da Violência, Também Têm Identidade	149
4.1 Característica dos Conflitos no Acre - 1970/95	150
4.2 Destruição da Pessoa	156
4.2.1 Assassinatos	156
4.2.2 Ameaças Contra Pessoa.....	163
4.2.3 Agressões Físicas.....	170
4.2.4 Trabalho Escravo.....	175
4.2.5 Acidente de Trabalho.....	182
4.3 Destruição do Patrimônio	184
4.3.1 Expulsão	184
4.3.2 Despejo Judicial.....	187
4.3.3 Ocupações.....	190
ANEXOS	192
Anexo 7 - Índice dos Textos de Histórico dos Conflitos Agrários no Estado do Acre - 1970/95	193
Anexo 8 - Fichário Padrão CPT: Ficha AC145	195
Anexo 9 - Depoimento da Viúva de <i>Calado</i>	199
Anexo 10 - Parte do Relatos dos Seringueiros	200
Anexo 11 - Depoimento dos Seringalista	201

Anexo 12 - Depoimento de Lideranças	202
Anexo 13 - Mapa de Registro de Acidentes Fatais em Desmatamento no Estado do Acre - 1989/95	203

Capítulo V - A Violência Difusa no Espaço Urbano

5.0 A Violência do Cotidiano	205
5.1 A Violência por <i>Omissão</i> do Serviço Público	206
5.2 As Diferentes Práticas de Violência	211
5.3 Violência Contra a Mulher	214
5.4 Violência contra Crianças e Adolescentes	216
5.5 Violência Policial	218

Capítulo VI - Resposta da Sociedade Contra a Violência

6.0 Organizações e Iniciativas: A Resistência dos Trabalhadores	222
6.1 As Instituições	223
6.1.1 A Atuação da Igreja Católica	223
6.1.2 O Sindicato Rural	227
6.2 Novas Alianças e o Conselho Nacional dos Seringueiros	232
6.3 As Formas de Lutas	235
6.4 Solidariedade	241

Capítulo VII - A Violência no Campo - Amazônia Brasileira - 1985/1996

7.0 As Diferentes Formas de Violência no Contexto da Amazônia	246
---	-----

7.1 As Dimensões da Amazônia	247
7.2 Violência e Meio Ambiente	248
7.3 Os Massacres	252
7.3.1 Corumbiara.....	252
7.3.2 Eldorado dos Carajás.....	259
7.4 Tendências da Violência na Amazônia	267
Capítulo VIII - Violência no Campo - Brasil - 1986/96	
8.0 Mapeamento da Violência.....	274
8.1 Distribuição da População.....	275
8.2 Distribuição da Violência por Região Segundo a População Rural.....	278
8.3 Tendências da Violência no Brasil.....	284
8.4 A Comparação dos Conflitos	293
ANEXOS	
Anexo 14 - Brasil - Violência Contra a Posse e Propriedade no Campo - 1988/96	299
Anexo 15 - Brasil - Violência Contra a Pessoa no Campo - 1988/96	301
Conclusões	303
Referências Bibliográficas	310
Apêndice	

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Participação dos 5 (cinco) Produtos de Maior Valor nas Exportações das Províncias do Pará e Amazonas - 1851/1863	58
Gráfico 2 - Produção Brasileira de Borracha e Curva de Tendência Polinomial - 1900 a 1925	74
Gráfico 3 - Composição da Renda Interna na Amazônia da Produção Agrícola em % - 1910/1920.....	78
Gráfico 4 - Composição da Renda Interna na Amazônia da Extração Vegetal em % - 1910/1920	78
Gráfico 5 - Composição da Renda Interna na Amazônia da Produção Animal e Derivados em % - 1910/1920	79
Gráfico 6 - Relação Entre o Número de Assassinatos em Conflitos de Terra na Amazônia e os Investimentos dos Projetos Aprovados pela SUDAM em % - 1964/1985	103
Gráfico 7 - Incremento Médio Anual de População no Estado do Acre Segundo Domicílio - Taxa Geométrica em % - 1950/91	119
Gráfico 8 - Habitante por Km ² por Mesorregião e Microrregião no Estado do Acre 1970/91	128
Gráfico 9 - Evolução do Número de Imóveis por Estrato no Estado do Acre em % - 1970/94	133
Gráfico 10 - Evolução da Área por Estrato no Estado do Acre em % - 1970/1994	133
Gráfico 11 - Razão entre o Número de Conflitos Agrários e Área Desmatada (por 100.000 ha) nos Municípios do Estado do Acre - 1970/87	155
Gráfico 12 - Relação por Município entre o Nº de Conflitos no Espaço Agrário Acreano em Períodos Distintos no Acre - 1970/87 e 1988/95	155
Gráfico 13 - Amazônia (AC, AM, PA e RO) - Relação por Estado entre Área Desmatada e Violência contra Posse e Propriedade (em %) - 1988/91	250
Gráfico 14 - Amazônia -Taxa Média de Desmatamento Bruto em % (Km ² /Ano) .	252
Gráfico 15 - Habitante por Km ² no Brasil Segundo as Regiões - 1980/95	276

Gráfico 16 - População Rural Brasileira por Região em % - 1980/1991/1995	277
Gráfico 17 - Brasil - Violência Contra Posse e Propriedade no Campo - Número de Conflito de Terra Acumulados por Região - 1986/96	278
Gráfico 18 - Brasil - Violência Contra a Posse e Propriedade, no Campo, Segundo as Regiões, por Milhão de Habitantes em Média Anual (unidade famílias, exceto conf. de terra - N ^o)	280
Gráfico 19 - Brasil - Violência Contra a Pessoa, no Campo, Segundo as Regiões, por Milhão de Habitantes em Média Anual (unidade N ^o)	281
Gráfico 20 - Brasil - Distribuição Percentual dos Imóveis Rurais, Segundo as Regiões e Classificação por Área - 1992	283

Lista dos Quadros

Quadro I - Estados do Norte (AC,AM,AP,PA,RO e RR), Evolução da Produção (Ton), Valor da Produção (preço constantes em Cr\$ 1.000 de 1985) e Área Colhida (ha) de Arroz em Casca, Feijão, Mandioca e Milho.	98
Quadro II - Estados do Norte (AC,AM,AP,PA,RO e RR), Evolução da Produção (Ton), Valor da Produção (preço constantes em Cr\$ 1.000 de 1985) e Área Colhida (ha) de Borracha Látex Coag., Cacau em Amêndoa, Café em Coco e Pimenta-do-Reino.	99
Quadro III - Estado do Acre, Evolução da Produção, Valor da Produção e Preço da Borracha, da Castanha e da Madeira em Tora e do Rebanho Bovino, seu Valor e Preço por Cabeça (Índice 1970=100).	137
Quadro IV - Estado do Acre, Evolução da Produção (ton), Valor da Produção (Preço Constantes em Cr\$ 1.000 de 1985) e Área Colhida (ha) de Arroz em Casca, Feijão, Mandioca e Milho	138
Quadro V - Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Taxa de Crescimento Linear a/a - 1988/96 (1988=100)	271

Quadro VI - Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice - 1988/96 (1988=100)	273
Quadro VII - Brasil - Distribuição da Violência por Região, Segundo Hierarquização na Relação entre População e Diferentes Formas de Violência no Campo - 1986/96	282
Quadro VIII - Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Taxa de Crescimento Linear a/a - 1988/96 (1988=100)	290
Quadro IX - Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Linhas de Tendências - 1988/96 (1988=100)	292
Quadro X - Brasil - Indicadores de Comparação: Violência, Assentamento e Mobilização - TCL a/a e Números-Índice - 1988/96 (1988=100)	297

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Estatística da Produção da Borracha em Toneladas - 1900 a 1925.....	73
Tabela 2 - Relação entre N ^o de Assassinatos no Campo e Investimentos dos Projetos Aprovados pela SUDAM (Até dez. de 85 em bilhões) entre 1964/85.	103
Tabela 3 - Evolução da População do Estado do Acre, por Zona de Localização/40-91	119
Tabela 4 - Habitante por Km ² por Mesorregião e Microrregião no Estado do Acre 1970/91	127
Tabela 5 - Resumo da Situação Fundiária do Acre	130
Tabela 6 - Evolução da Estrutura Fundiária do Acre - 1970/94	132
Tabela 7 - Distribuição dos Diferentes Tipos de Conflitos no Campo, por Município, no Estado do Acre - 1970/95	152
Tabela 8 - Relação por Município da Razão entre Área Desmatada (por 100.000 ha) e Número de Conflitos Agrários no Estado do Acre - 1970/87	154

Tabela 9 - Assassinatos no Campo em Conflitos Agrários no Acre - 1970/95	157
Tabela 10 - Indicadores das Doenças de Notificação Compulsória no Estado do Acre - 1994	208
Tabela 11 - Indicadores das Doenças e Agravos em Saúde no Estado do Acre - 1994	209
Tabela 12 - Principais Causas de Mortalidade no Estado do Acre - 1994	210
Tabela 13 - Exames Cadavéricos Realizados pelo IML no Estado do Acre - 1985/95	212
Tabela 14 - Exames Traumatológicos Realizados pelo IML no Estado do Acre - 1985/95	213
Tabela 15 - Violência Contra Mulher no Estado do Acre - 1987/95	214
Tabela 16 - Tipos de Violências mais Frequentes contra a Mulher em Rio Branco - 1986 à 1989	216
Tabela 17 - Violência Policial no Estado do Acre no Setor Urbano - 1987/89	221
Tabela 18 - Amazônia (AC, AM, PA e RO) - Relação por Estados entre Área de Desmatamento e Formas de Violência Contra Posse e Propriedade - 1988/91 ...	250
Tabela 19 - Pará - Assassinatos por Conflitos Agrários por mês - 1980/89	251
Tabela 20 - Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Dados Anuais - 1088/96	270
Tabela 21 - Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice. 1988/96 (1988=100)	272
Tabela 22 - Habitantes por Km ² no Brasil Segundo as Regiões - 1980-1995	275
Tabela 23 - Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Dados Anuais - 1988/96	289
Tabela 24 - Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice - 1988/96 (1988=100)	291
Tabela 25 - Brasil - Indicadores de Comparação entre: Violência, Políticas de Assentamento e Mobilização dos Sem-Terra. Dados Anuais - 1988/96	296

Lista de Organograma

Organograma 1 - Regiões Ordenadas Segundo Hab/km², Violência, Área não Produtiva e Área Produtiva	284
---	------------

Lista de Mapas

Mapa 1 - Divisão Político-Administrativa do Brasil	141
Mapa 2 - Divisão Político-Administrativa do Estado do Acre em 1991	142
Mapa 3 - Divisão Político-Administrativa do Estado do Acre a partir de 1992. ...	143

Lista de Abreviaturas

a/a - Ano a Ano

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

APB - Associação Paulista de Bibliotecários

BASA - Banco da Amazônia S.A.

BCA - Banco de Crédito da Amazônia

ACAT - Ação Cristão pela Abolição da Tortura

BCB - Banco de Crédito da Borracha

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CDIH/UFAC - Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC

CDDHEP - Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre

CIMI - Comissão Indiginista Missionária

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COBAL - Companhia de Abastecimento de Alimentos

CONTAG - Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DER/AC - Departamento de Estradas de Rodagem do Acre do Acre

DPCCM - Delegacia de Polícia de Crimes Contra a Mulher - AC

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETACRE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Acre

FETAGRO - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia

FINAM - Fundo de Incentivos da Amazônia

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

GEBAM- Grupo Executivo do Baixo Amazonas

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins

IBAMA - Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias;

IMAC - Instituto do Meio Ambiente - AC

IML - Instituto Médico Legal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA - Instituto de Terra do Pará

MCC - Movimento Camponês de Corumbiara - RO

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Sem Terra

NEV-USP - Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

OAB - Organização dos Advogados do Brasil

ONGs - Organizações não Governamentais

PAD - Projeto de Assentamento Dirigido

PGC - Programa Grande Carajás

PIB - Produto Interno Bruto

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN - Programa de Integração Nacional

PM - Polícia Militar

PMACI - Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PT - Partido dos Trabalhadores

PROBOR - Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal

PROEZA - Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

RADAM - Projeto Radar na Amazônia

s.d - sem data

s.l - sem local

SAVA - Superintendência do Abastecimento do Vale do Amazonas.

SEJUSP - Secretaria de Justiça e Segurança Pública - AC

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SESACRE - Secretaria de Saúde - AC

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento -AC

SESACRE - Secretaria de Saúde -AC

SINPRODUZ - Sindicato de Produtores Rurais de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás - PA

STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDHEVEA - Superintendência de Desenvolvimento da Borracha

TCL - Taxa de Crescimento Linear

UDR - União Democrática Ruralista

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFPA - Universidade Federal do Pará

JORNAIS

RB - *O Rio Branco*, Jornal de Rio Branco

JB - *Jornal do Brasil*, Jornal do Rio de Janeiro

FSP - *Folha de São Paulo*, Jornal de São Paulo

CB - *Correio Brasiliense*, Jornal de Brasília

OESP - *O Estado de São Paulo*, Jornal de São Paulo

AG - *A Gazeta*, Jornal de Rio Branco

PAG-20,- Jornal Semanário de Rio Branco

OL - *O Libera*, Jornal de Belém

TIPOS DE CONFLITOS

TE - Terra

TEBA - Trabalhista (escravo inclusive)

ACTR - Acidente Trabalhista

GA - Garimpo

SI - Sindical

PA - Política Agrícola

ESTADOS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

AC - Acre

AP - Amapá

AM - Amazonas

GO - Goiás

PA - Pará

RO - Rondônia

RR - Roraima

TO - Tocantins

INTRODUÇÃO

A pesquisa propõe-se como desafio a análise das diferentes formas de violência exercidas pelos diversos agentes sociais envolvidos na dinâmica de dominação e legitimação do poder na Amazônia. Concentramos a análise na Amazônia Ocidental - e particularmente no estado do Acre, o qual, em um primeiro momento, baseou-se em uma economia extrativista e, posteriormente, sofreu profundas transformações ao ser reocupado pela economia agropecuária e madeireira e por atividades urbanas, ao mesmo tempo em que a terra passa a despertar crescente interesse na forma de reservas extrativistas, parques florestais e áreas indígenas, sendo reivindicada juridicamente pelo Estado, instituições não-governamentais, proprietários e supostos proprietários.

Para balizar a pesquisa - hipótese principal - a fronteira aparece como solução para transferir os excedentes populacionais. No caso da Amazônia brasileira, a ocupação da fronteira está associada a práticas da violência para determinar o controle da terra e dos recursos naturais, durante o processo de ocupação da terra por novos grupos populacionais.

A fronteira amazônica foi tradicionalmente também o local de práticas de violência associadas ao controle do trabalho, ao monopólio da terra e do comércio - poder político local.

Assim, a violência aponta para poder, dominação e legitimação. Mas a violência como instrumento não é privilégio da classe dominante para oprimir os dominados. Esta última, também lança mão deste instrumento para resolver suas pendências internas, ou para contrapor-se à violência da classe dominante, o que nos remete a refletir a violência como um elemento mais amplo da sociedade.

Para direcionar o estudo antes da manipulação dos dados, a partir de um esforço com a literatura específica sobre a temática, foi estabelecido um eixo de questões ou hipóteses secundárias que nos ajudou a refletir as diferentes práticas de violência no espaço agrário.

1. O fenômeno da violência não é novo e sempre esteve presente na história da humanidade, ocupando os pensadores que refletiam o fenômeno na mesma intensidade em que este aparece. As práticas de violência geralmente envolvem outros elementos como poder, dominação e legitimação, e só podem ser entendidas se as analisarmos juntamente com esses elementos.
2. A violência associada à luta pela terra na fronteira só pode ser entendida na perspectiva da herança colonial de controle sobre o trabalho, de monopólio sobre a terra, e de poder político local. Hoje, a posse de grandes áreas, mesmo não produtivas, garante ainda status e acesso ao benefício das instituições financeiras. Hoje a agricultura como um todo contribui com menos de 15% na

- economia, mas seus interesses, junto ao Congresso Nacional, fazem-se representar com mais de 50% dos parlamentares.
3. Para entender a reconstituição das categorias sociais subalternas na Amazônia, faz-se necessário pensar sua trajetória histórica carregada de violência, sua exclusão da posse da terra e a fronteira como último espaço para se constituírem com identidade, o que as leva a lutar mais e ampliar, em certo grau, sua participação e cidadania.
 4. A violência na sociedade rural está instaurada pela classe dominante contra a dominada, e esta por sua vez lança mão da violência para resolução dos conflitos internos e na luta contra a dominação - o que nos remete a refletir a violência como um elemento mais amplo da sociedade e não apenas como um instrumento restrito à lógica da opressão.
 5. Historicamente, quando a agricultura é explorada extensivamente, a fronteira externa ou interna sempre aparece como solução para transferir os excedentes populacionais. Este processo sempre é precedido de práticas de violência, seja na luta pelo espaço: *nativos X ocupantes e categorias sociais subalternas X categorias sociais dominantes* - seja no controle do espaço, onde o Estado e as instituições não-governamentais aparecem para controlar e disciplinar a ocupação.
 6. A ocupação das *terras livres*, na Amazônia, através do extrativismo da borracha e as diferentes práticas de violência contra as diversas categorias sociais de trabalhadores, em particular os seringueiros e posseiros (cujo

exercício da cidadania sempre lhes foi negada, já que no final do século XX ainda são submetidos à *escravidão por dívida*), devem ser entendidos à luz do *sistema de aviamento*, implantado em meados do século XIX e que ainda hoje, apesar da sua deterioração, faz-se presente.

7. Para uma compreensão da ausência do exercício da cidadania entre as populações amazônicas emaranhadas na economia extrativista da borracha, passamos pelo sistema coronelista herdado do período colonial, transferido em parte para ali, onde associou-se ao *sistema de aviamento*, que está ligado às práticas de violência impostas aos seringueiros e posseiros.

O desafio metodológico do trabalho era buscar instrumentos operacionais para dar conta da proposta de pesquisa e preencher algumas lacunas dos estudos sobre o *agrário brasileiro*, apontadas por GNACCARINI & MOURA (1990) - as pesquisas da década de 60 e 70 não davam conta da complexidade e da heterogeneidade do agrário brasileiro; e por TAVARES DOS SANTOS (1990b) - as pesquisas da década de 80 não tinham superado as lacunas mencionadas acima. Além do mais, o autor propunha uma nova metodologia para estudo do rural, onde o pesquisador pudesse readquirir a liberdade intelectual de investigar e de romper com as camisas de força da separação entre o rural e o urbano.

No caso da Amazônia, a heterogeneidade e a diversidade, mais do que nunca, estão presentes. O processo de ocupação recente e o conseqüente estilhaçamento da identidade das diversas categorias sociais, tanto da população local como migrante,

seja dominante ou dominada, mostra bem a complexidade da nova sociedade Amazônica.

Nesta perspectiva, a falta de um método que contemple as dificuldades expostas acima foram vivenciadas pessoalmente.

Na primeira experiência de pesquisa na Amazônia, vivenciou-se uma realidade cheia de diversidades (SILVA, BARP e PEREIRA, 1988), tendo como referencial empírico o Projeto Integrado de Colonização - PIC Paulo Assis Ribeiro, no Município de Colorado D'Oeste, e o Projeto de Assentamento Dirigido - PAD Marechal Dutra, no Município de Ariquemes, ambos em Rondônia. Foi através deste estudo empírico que se começou a perceber a precariedade dos paradigmas clássicos frente a uma realidade que apresentava uma grande heterogeneidade social, econômica, política, temporal e espacial. Constatou-se, naquele trabalho, que os colonos, na busca de se consolidarem como tal, submetiam-se a diversas atividades - como agregados, peões, empreiteiros, diaristas, garimpeiros, meeiros e assalariados - mas as condições objetivas não permitiam que se consolidassem efetivamente. As circunstâncias de inserção nestas atividades demonstravam bem a diversidade das relações sociais de trabalho e a fragilidade da estrutura social.

Sabe-se que a região Amazônica é a mais violenta do Brasil no que se refere aos assassinatos de trabalhadores rurais. Mesmo assim, a investigação sobre a violência no campo não ultrapassou o limite da denúncia. Faz-se necessário refletir a violência como uma questão maior e não reduzi-la à questão da *luta pela terra*. Precisamos pensar as diferentes formas de violência, desde as mais visíveis que

resultam geralmente em assassinatos, até a violência simbólica. Ou seja, precisamos refletir sobre como, pouco a pouco, diferentes formas de violência se cristalizam em determinados espaços sociais, sem que a sociedade as repudie.

Neste contexto, só podemos entender as diferentes formas de violência, se conseguirmos pensar a totalidade com sua diversidade, ou seja, *utilizando instrumentos* que incorporem as especificidades sem perder a noção do todo.

Para traçar o caminho referido acima, primeiramente consultaram-se cerca de 700 recortes de jornais entre os de circulação nacional e também local (Rio Branco-AC), centrados na denúncia da violência no campo. Nesta tentativa, embora tivéssemos acúmulo de informações, nem sempre a imprensa escrita acompanhava os fatos que envolviam os casos de violência.

No segundo momento, foram consultados 12 processos criminais que totalizaram mais de 2.400 folhas, onde a justiça investiga casos de violência no campo. Embora tivéssemos aproveitado o material, a idéia inicial de uma parte do trabalho era fazer uma pesquisa similar à de FRANCO (1974) com a consulta em 30 processos sobre a temática. A execução tornou-se impossível, pois não se conseguiu identificar mais processos junto às comarcas do estado do Acre do que os consultados.

Frente à parcialidade dos dados, no terceiro momento, buscaram-se as informações que pudessem especificar a violência urbana. Foram examinados vários documentos e relatórios em instituições governamentais e não-governamentais em Rio Branco, mencionados na bibliografia. Os dados permitiram desenhar a violência difusa

no setor urbano, entre outras a violência contra a mulher, contra crianças e adolescentes, violência policial, violência do trabalho e violência no trânsito.

Mesmo com o quadro da violência ampliado, não se desistiu de buscar mais informações sobre a violência no espaço agrário. Através da Comissão Pastoral da Terra - CPT/GO, obteve-se o acompanhamento dos fatos que envolveram 131 conflitos agrários no estado do Acre entre 1970 e 1995, além dos acontecimentos do massacre de Corumbiara - RO e Eldorado dos Carajás - PA.

As informações obtidas até então permitiram fazer análises predominantemente qualitativas localizadas (estado do Acre), mas o desafio metodológico era ir além destas análises. A fim de superar as polaridades (tais como: estudos empíricos localizados X generalizações teóricas; análises quantitativas X qualitativas; particular X geral; urbano X rural) buscaram-se informações junto ao IBGE, INCRA, IBAMA e relatórios anuais da CPT, para fazer análises quantitativas num patamar maior - pela ordem, região Amazônica e o Brasil como um todo, respectivamente. Estes dados puderam ser analisados através de instrumentais matemáticos denominados Regressão Linear Simples e Número-Índice.

Durante a execução do trabalho, constatou-se que as análises quantitativas e qualitativas se complementaram. Assim, pôde-se desenvolver o trabalho em oito capítulos contendo as concepções teóricas dos conceitos, aspectos históricos da área de estudo e análises dos dados que passaremos a demonstrar a seguir.

CAPÍTULO I

A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA FRONTEIRA

1.0 Violência e Poder no Espaço Agrário

No presente capítulo, objetivamos discutir alguns elementos do fenômeno da Violência na Amazônia, dentre eles: Poder, Espaço Agrário e Fronteira. Ao situar o objeto de estudo no contexto brasileiro entendido como um espaço especial no interior da ordem nacional, estabelecer-se-á o pano de fundo para - remontando as matrizes conceituais - discutir a natureza desta violência.

Iniciando a discussão sobre o fenômeno da violência, optamos por estabelecer, como pressuposto teórico, a concepção de alguns pensadores clássicos da ciência política. Mostramos que o fenômeno da violência não é novo e existem várias maneiras de concebê-lo. Ademais, ao introduzirmos na reflexão autores contemporâneos com diferenciadas abordagens, constatamos que geralmente a

violência acompanha a dominação e o poder. Observamos que as práticas de violência transcendem as diferenças de classes sociais ou ideológicas. Posteriormente, procurou-se conceituar o espaço agrário e identificar as atuações dos diferentes agentes sociais no caso brasileiro. Passo seguinte, buscou-se na história os exemplos das diferentes formas de violência e as motivações ideológicas de suas práticas.

Passo seguinte, recapitulamos o papel das (colônias) - na antigüidade e na época moderna, enfatizando que o fenômeno do deslocamento de uma população de uma região com *excedentes populacionais* para outra região *despovoada* foi estudado desde a antigüidade, quando os gregos e os romanos buscavam novos espaços geográficos para se instalarem. Enquanto os gregos, ao se deslocarem, rompiam os laços com a mãe-pátria, os romanos mantinham-nos.

Posteriormente, analisamos o papel das fronteiras internas, a partir do século XIX até início do século XX, consideramos os casos dos Estados Unidos e da Rússia. Finalmente, no caso brasileiro, combinando as perspectivas cultural, geográfica, econômica, política econômica, sociológica, antropológica e geopolítica para poder estabelecer uma relação entre os diferentes conceitos de fronteira com as diferentes formas de violência.

1.1 *Uma Busca de Conceitos*

1.1.1 *Violência e Poder*

A reflexão sobre o fenômeno da violência não é nova, e sempre esteve presente no corpo político e no mundo acadêmico, com múltiplas abordagens e

controvérsias. Por conseguinte, a classificação dos fatos sociais como violentos e não-violentos depende de quem constrói o discurso para justificá-los ou atacá-los e envolve outros elementos, como o poder e a dominação, que estão interligados com as diferentes práticas de violência.

Dentre as discussões sobre a violência, tomamos como ponto de partida dois pensadores cuja reflexão apresenta uma matriz conceitual apontando para duas direções: um discurso libertário que busca as causas da não-violência em aspectos da vida social (ROUSSEAU, 1983), e um discurso que justifica a violência como fundamento da sociedade (HOBBS, 1979). Reconhecemos nessa matriz debates mais recentes.

ROUSSEAU parte da constatação de que os homens nascem fundamentalmente iguais e têm uma *indole boa*, mas dado que as instituições da sociedade são corrompidas, tornam-se pervertidos. A desigualdade é um aspecto dessa corrupção da sociedade e surge de causas que poderiam em princípio ser evitados. Por sua vez, a desigualdade é o solo onde medra a violência. O ideal revolucionário da nova sociedade para Rousseau reestabelece a igualdade e atribui os mesmos direitos aos cidadãos.

“O ideal que pode ser extraído da interpretação rousseauiana do curso histórico é o ideal revolucionário da demolição das sociedades históricas, fundadas na desigualdade social e da instauração de uma nova sociedade na qual todos os cidadãos tenham os mesmos direitos” (BOBBIO, 1991a:4).

Em outras palavras, ROUSSEAU enfatiza a possibilidade da igualdade entre os homens, como base para o convívio harmônico, sem violência.

Em HOBBS, especialmente na obra *O Leviatã*, antes de o homem ingressar na sociedade, o seu estado natural é de violência endêmica, ou de guerra permanente - *guerra de todos contra todos*. HOBBS opõe-se à idéia de que o homem é um animal sociável. A convivência social do homem dá-se em função do temor face às consequências dessa guerra generalizada, obrigando-o à uma cooperação artificial. Em outras palavras, o contrato entre os homens (pacto social) nada mais é do que uma transferência de direitos individuais forçada pelo medo das consequências. A duração deste contrato está condicionada aos interesses individuais: quando a vida dos envolvidos no contrato estiver ameaçada o contrato acaba. Assim, o pacto social duradouro precisa ser mantido com a presença de um Estado forte (o Leviatã), que, para exigir o cumprimento do contrato, precisa em usar a violência. Para HOBBS, pactos sem a espada não passam de palavras. Segundo HOBBS a igualdade entre os homens relaciona-se à busca do poder; à capacidade destes desenvolverem meios para destruírem o próximo. Na interpretação de BOBBIO:

"...o desejo de poder numa situação na qual todos são iguais na capacidade de se prejudicarem, na qual os bens são insuficientes para satisfazerem às necessidades de cada um e onde cada um tem o direito natural a tudo, é um estado permanente de Guerra" (1991b:35).

Em suma, a violência na sociedade é uma possibilidade permanente, e o estado armado existe justamente para reprimi-la. É fácil reconhecer aqui a matriz da visão

liberal do Estado como detentor do monopólio legítimo da violência, representada por MAX WEBER.

Situar as correntes contemporâneas em relação às matrizes conceituais acima não é tarefa simples. Assim, se por um lado se pode dizer que o pensamento de HOBBS contribuiu para o pensamento de direita, representada pela classe burguesa da Inglaterra e outros países capitalistas, que justificava o uso da violência para manter-se no poder, por outro lado, a esquerda também teve ideólogos que defenderam o uso da violência pelo proletariado, a fim de conquistar e manter-se no poder. Para ficarmos num autor, encontramos SOREL que, além de fazer a apologia da violência, acreditava que o proletariado no poder seria menos violento do que a burguesia.

"A violência proletária, exercida como uma manifestação pura e simples do sentimento de luta de classe, aparece assim como algo belo e heróico. Ela está a serviço dos interesses primordiais da civilização. Talvez não seja o método mais apropriado para obter vantagens materiais imediatas, mas pode salvar o mundo da barbárie" (1992 [1908]:110-111).

De fato, a apologia da violência em termos estéticos, desenvolvida por SOREL, leva diretamente ao discurso fascista, mas seu núcleo está contido na ideia de *que a violência é a parteira da história*, tese de MARX que ENGELS (1979) expandiu em *Anti-Dühring*.

Poderíamos concluir provisoriamente que a violência é uma manifestação do Poder. Neste sentido, as concepções da *direita* e da *esquerda* não podem ser consideradas antagônicas, como assinala ARENDT:

"...rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da Esquerda à Direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder"(1994:31).

Tese essa, aliás, endossada por BOBBIO:

"...extrema esquerda e extrema direita possuem amores diferentes, mas ódios comuns. Um destes ódios é a democracia, entendida como o regime no qual as únicas decisões legítimas são aquelas coletivas, tomadas com base na opinião da maioria" (1991a:3).

Contudo, se a violência é uma manifestação do poder político, este não se resume à violência, e nem todo modelo de dominação emprega a violência da mesma forma. A própria ARENDT, na obra referida, ao analisar a violência sob o aspecto político, enfatiza que esta não é sinônimo de poder. Na tentativa de esclarecer esta diferença, recorre à descoberta de MONTESQUIEU, quando afirma que a tirania é a *mais violenta e menos poderosa das formas de governo*. Já que não existem governos apoiados apenas e exclusivamente na violência, a violência não assegura o poder, mas é o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder, quando este se encontra ameaçado. Para a autora, o poder não pode justificar-se, mas pode legitimar-se; enquanto a violência pode justificar-se, mas não consegue legitimar-se. Em síntese, para ARENDT, a violência tem a capacidade de destruir o poder, mas é

absolutamente incapaz de construí-lo. ARENDT esclarece melhor a diferença entre violência e poder:

"...o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja" (1994:40-1).

Na conhecida fórmula de WEBER (s.d e 1964), o Estado detém o monopólio da violência legítima no âmbito de um território. Para ARENDT, porém, a violência distingue-se da legitimidade. Tanto a violência quanto a legitimidade são atributos do poder. A violência é contudo instrumental - meio para atingir um fim, enquanto a legitimidade apresenta-se ela mesma como um fim. Indivíduos são obrigados pela violência que não é ela própria legítima, mas sujeitam-se voluntariamente a governos que aceitam como legítimos.

Com essa formulação, a exigência de liberdade formulada por ROUSSEAU como base do contrato, e a noção HOBBS da inevitabilidade da violência para garantir o governo, se encontram.

A partir da noção de violência de Estado, caberia distinguir dois tipos de violência. Primeiro, a violência legítima no sentido weberiano, ou, na formulação de ARENDT, a violência justificável exercida por um poder legítimo. Esse tipo de violência é potencial: é a violência que o Estado pode utilizar através da polícia ou do exército para impor a ordem interna ou para defender os cidadãos de uma ameaça coletiva. O Estado garante a cada um o seu direito de não se submeter à violência exercida por outros.

Segundo, a violência ilegítima, ainda no sentido weberiano, ou a violência injustificável associada a agentes ilegítimos. Esta é utilizada por indivíduos ou grupos privados, no interior do território político, impondo seus interesses ou metas particulares sobre outros grupos e indivíduos. É contra essa violência, quer tenha a forma de agressão pessoal, quer de ação armada de grupos, que deveria agir o Estado ao manter a ordem pública e proteger os direitos do cidadão.

A teoria marxista da violência critica essa visão weberiana que é também a liberal. Em primeiro lugar, porque denuncia o fato de que há na origem da ordem política liberal uma violência brutal a que chamou de *acumulação primitiva*. A violência associada à *acumulação primitiva* é aquela que arranca camponeses e índios de suas terras, que arranca ouro das colônias, que faz escravos e que de maneira geral gera, por meio da força, as pré-condições para o posterior funcionamento do sistema econômico (MARX, 1982a). Esta é uma violência instrumental que é justificada por ENGELS, como detentora do papel de *parteira da história*.

Há teoria marxista também critica a noção de violência *legítima*. Assim, para MARX e para LÊNIN, a função do Estado é assegurar a dominação da classe exploradora sobre a classe explorada. Conseqüentemente, a função da violência de Estado é de fato a de assegurar essa dominação - defendendo pela força os direitos de propriedade que beneficiam as classes dominantes, enquanto que as idéias de legitimidade não são outra coisa senão ideologia, isto é, um conjunto de idéias que justificam como de interesse geral os interesses particulares da classe dominante (MARX, 1989).

Onde ficaria, nessa crítica, a violência revolucionária? Ela aparece seja como resistência contra a violência *primitiva* - a exemplo das revoltas anticoloniais - , seja como a resistência contra a violência *legítima* a exemplo das ações de ocupação de terra que contestam o direito de propriedade fundiária.

Contudo, vê-se hoje que a violência associada ao poder não se centraliza apenas no Estado como pensam as análises marxista e weberiana. Em consequência, o Estado não detém o monopólio da violência. A simples conquista do mesmo por uma classe dirigente com uma política anti-violência não garante o fim da mesma. Assim, por um lado, "*...a idéia de violência do poder é mais ampla que a de violência do Estado*" (MICHAUD, 1989:26). Por outro lado, há "*aparelhos ideológicos do Estado*" que, ampliando a esfera deste, tendem a fundir o poder e a violência de Estado nas instituições da vida civil como a educação e a família (ALTHUSSER, 1985).

Para ampliar a conceituação de poder e violência apresentada até aqui, devemos recorrer à análise de FOUCAULT (1989a). Pode-se, assim, acrescentar que não há só a violência de classe e de Estado, mas também uma violência capilar, cotidiana e quase invisível dispersa em práticas e instituições. Dessa perspectiva, o poder não existe em si; o que existe são práticas de poder num determinado espaço social, ou seja, relações de poder.

Ainda esta perspectiva da violência invisível, poderíamos mencionar a importância dos símbolos como instrumentos de dominação e, conseqüentemente, o exercício da violência simbólica na sociedade, como na abordagem de BOURDIEU

(1989). Para este, o sistema de símbolos, ao mesmo tempo que tem uma importância comunicativa, exerce uma função política entre as classes sociais, ou seja, assegura a dominação de uma classe sobre a outra. Assim, a violência simbólica atua de maneira invisível, sendo reconhecida e legitimada pela sociedade como um todo.

No que se refere às formas de violência, o *poder*, nas diferentes sociedades e períodos não pode ser visto da mesma maneira. FOUCAULT (1989b) e ELIAS (1993), que se ocuparam desta temática, admitem a evolução e o refinamento das práticas de violência, se comparamos a Idade Média e o Período Moderno, embora com perspectivas diferentes. Para o primeiro, com uma visão mais pessimista, a violência evoluiu da punição física para a punição do corpo - o controle pelo olhar -, sem que as novas práticas da violência pudessem representar uma evolução em benefício do homem. Para o segundo, com uma visão mais otimista, o estabelecimento do monopólio militar e policial no Estado permitiu o surgimento de espaços pacificadores, onde as práticas de violência tornam-se mais refinadas e a agressividade tende a amenizar-se.

Finalmente, cabe mencionar que outra abordagem da violência pode ser encontrada no pensamento sociológico clássico representado pela análise do crime realizada por DURKHEIM (1984). O autor, ao analisar o processo de integração social do indivíduo na sociedade, com base nos conceitos de solidariedade social, de consciência coletiva, de crime e de anomia, considera como crime, todo ato - ação do indivíduo - que fere os valores que dão sustentação à consciência coletiva da sociedade. Assim, para DURKHEIM, a violência é uma patologia em um corpo social que tem um estado normal.

1.1.2 As Formas da Violência

Pela leitura dos clássicos e contemporâneos, poder-se-ia construir uma matriz conceitual ampliada, isto é, uma tipologia - para classificar as variedades da idéia genérica de violência, da seguinte forma:

1. Violência Acumulativa (MARX)
2. Violência Política (MARX e WEBER)
3. Violência Anômica (DURKHEIM)
4. Violência Difusa (FOUCAULT)
5. Violência Simbólica (BOURDIEU)

Essa tipologia permanecerá em nosso trabalho como uma referência a um quadro teórico implícito – quadro que implica em reconhecer a diversidade da violência social e de suas causas. Não tentaremos, contudo, encaixar os fenômenos descritos nessas categorias tipológicas, evitando o risco de esquematismo e simplificação.

Essa visão acerca da violência no contexto do nosso trabalho, coincide a nosso ver com a de HOBBSBAWM:

“...o essencial a respeito da violência , como fenômeno social, é que ela somente existe sob uma grande variedade de formas. Há ações de diversos graus de violência que supõem diferentes manifestações qualitativas da mesma. Todos os movimentos camponeses são manifestações de pura força

física, embora alguns sejam excepcionalmente parcimoniosos no derramamento de sangue e outros degenerem em verdadeiros massacres, porque seu caráter e objetivos diferem. Os camponeses ingleses do princípio do Século XIX consideravam legítima a violência contra a propriedade, assim como justificável a violência moderada contra pessoas em certas circunstâncias, mas sistematicamente se abstinham de matar, embora em circunstâncias, particulares (como nas rixas entre caçadores ilegais e os guardas florestais) os mesmos homens não hesitassem em lutar até a morte. É de todo inútil tratar estes vários tipos e graus de ação violenta como essencialmente indistintos, exceto como uma justificativa legal para a repressão ou como um ponto de controvérsia sobre o tema “jamais ceder à força”. Além disso, ações do mesmo grau de violência podem diferir fortemente em sua legitimidade ou justificativa, pelo menos frente à opinião pública” (1982:210).

Coerentemente com essa visão, não adotaremos a tipologia de violência como o eixo para organizar os dados. Pela riqueza dos nossos dados e por suas implicações, entendemos que um quadro tipológico, ao invés de balizar a reflexão sobre o nosso objeto de estudo - as diferentes formas de violência no espaço agrário da Amazônia brasileira - , contribuiria para estabelecer uma espécie de camisa de força à pesquisa. Assim, poderíamos estar muito mais preocupados com os elementos da violência que atendessem a tipologia selecionada, ignorando os demais, do que com as especificidades da violência. Contudo, são estas especificidades que acabaram por enriquecer o trabalho. Assim, optamos por estruturar nossa exposição seguindo a

ordem sugerida pelos dados vistos em seu contexto histórico e em um quadro espacial.

1.2 A Violência no Espaço Agrário

1.2.1 Existe Espaço Eminentemente Agrário?

Uma questão relevante é a desigualdade espacial na distribuição da violência. Essas considerações conduzem diretamente ao tema da violência agrária e em particular nas fronteiras. Em particular, nos perguntamos se há uma violência específica associada ao poder e à dominação nos *espaços agrários*.

Pode-se perguntar, da perspectiva liberal, se há igual legitimidade do Estado e das instituições nos espaços urbano e agrário. Ou se, ao contrário, as profundas desigualdades entre campo e cidade não implicam no desenvolvimento igualmente desigual da cidadania: maior violência ilegítima no campo onde esta é menor, mais legitimidade nos espaços urbanos onde a cidadania é mais desenvolvida.¹ As noções de legitimidade de cidadania tornam-se assim fragmentadas pela dimensão geográfico-espacial. Nossa proposta é entender poder, dominação e violência no espaço agrário.² Resta-nos definir *espaço agrário*.

¹Uma ilustração disso é o fato de que os direitos trabalhistas foram reconhecidos para os trabalhadores urbanos bem antes do que para os trabalhadores rurais. Algo semelhante ao contraste entre a visão da polícia na favela e em um bairro burguês; na primeira, a presença da *cana dura* tem baixa legitimidade; no segundo, tem alta legitimidade.

²O espaço agrário aqui não deve ser entendido como uma dicotomia entre cidade e campo. Há de fato teses antagônicas quanto ao futuro do rural.

Procurando demonstrar a limitação dos estudos rurais, TAVARES DOS SANTOS assim definiu o *espaço agrário*:

"... um locus de relações sociais de produção específicas, em uma formação social determinada. Deriva daí a necessidade teórica de firmar um ponto de vista sociológico sobre os fenômenos sociais que ocorrem no espaço agrário, pois já sabemos que o "rural" é um ponto de partida mas não poder ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada"³. Ou seja, o "rural" constitui apenas objetos reais, em sua imediatez empírica ou histórica, mas não é uma categoria suficiente para constituir objetos científicos" (1990:2).

Aceitando a posição de TAVARES DOS SANTOS, o ponto de vista sociológico aqui adotado é o de que o *espaço agrário* constitui-se de: agentes sociais, de instituições e de formas sociais específicas (tal como sugere a perspectiva durkheimiana); de relações de dominação e legitimação (como na visão weberiana); e de processos históricos de acumulação e exploração (como na perspectiva marxista).

Devemos portanto especificar quais são os agentes sociais envolvidos e em quais instituições, quais são os mecanismos de dominação e legitimação, e qual são os

(a) Na tese do *fim do rural*, os avanços na produção de alimento estariam atingindo níveis de sofisticação tais que a agricultura poderia ser tratada de maneira separada da questão da propriedade da terra, ou seja, teríamos alimentos em abundância sem depender da terra e das populações rurais, já que esta estaria baseada na biotecnologia, ocupando trabalhadores especializados e pouca terra (GOODMAN, SORJ & WILKINSON (1990).

(b) Na tese do "renascimento do rural", baseada em pesquisas empíricas nos países mais ricos do ocidente (KAYSER, 1990), afirma-se que, a partir de 1950, inicia-se uma migração urbana-rural de grandes cidades para pequenas cidades e/ou comunidades rurais em busca de conforto e lazer (turismo), onde o espaço agrário amplia suas atividades e sua população não depende apenas das atividades agrícolas para sobreviver.

³ Na argumentação em negrito, o autor recorre a MARTINS (1981:37).

processos de acumulação e as estruturas de exploração que estão em jogo no espaço agrário com o qual vamos trabalhar. É sobre o quadro assim definido que exploraremos a natureza da violência.

No caso brasileiro, o espaço agrário tem, como agentes sociais, colonos, posseiros, caboclos e seringueiros, inseridos em formas sociais específicas; e de outro lado fazendeiros, empresários, coronéis e patrões associados ou não em seus órgãos (como a UDR), bem como burocratas em instituições do Estado como MIRAD, INCRA, IBAMA, BASA, BID, GETAT, GEBAM, IBDF, SUDAM e SUDHEVEA, bem como governos federal, estadual e municipal, o Exército, as cortes de justiça e as polícias locais. Os mecanismos de dominação e legitimação incluem projetos de colonização planejada, o clientelismo e o aviamento acompanhados ou não de escravidão por dívidas ou *peonagem*, o sistema de bóias-frias, e outros mecanismos de controle do trabalho do populismo e da ditadura.

Os processos de acumulação incluem a produção de matéria-prima para alimentar a acumulação capitalista em escala mundial e nacional, a produção de alimento para alimentar a população nacional, a verticalização e a subordinação *formal - material* do trabalho ao capital.

Há finalmente processos de expropriação que constituem uma variante de *acumulação primitiva* do capital. O uso da violência entre esses atores, instituições e processos é extremamente variado. Ele vai da violência quotidiana nas situações de trabalho (inclusive trabalho forçado e a resistência a este), à violência em guerras

insurreicionais contra o Estado (a exemplo de guerras de guerrilha), e à repressão militar, passando por assassinatos, tortura e cárcere privado em diferentes contextos.

1.2.2 A Violência na História Rural

São abundantes os exemplos históricos de prática de violências exercidas no espaço agrário, com diferentes motivações ideológicas. Podemos sugerir uma classificação dessas modalidades típicas de violência no espaço agrário através da história, as quais podem, por sua vez, servir de pano de fundo para a descrição que faremos em seguida da violência amazônica.

1. A violência exercida em favor de uma classe de proprietários contra camponeses, na forma de privatização de espaços anteriormente utilizados em comum. O exemplo clássico é a violência exercida pela classe dos senhores rurais sobre camponeses na Inglaterra, no século XVIII, onde a produção agrícola expandiu-se baseada nos sistemas dos *enclosures* e exercia-se uma violência em massa sobre o campesinato (MOORE, 1983). Outro exemplo é a Lei Negra em 1723, na Inglaterra, cujo objetivo era controlar os recursos naturais, especialmente a caça ao cervos, para que os senhores de terra (fidalgos) pudessem ter animais em suas caçadas de lazer nos bosques privatizados, e que passou a ser utilizada de forma indiscriminada contra os

caçadores agora decretados como *ilícitos* que necessitavam da caça para sobreviver (THOMPSON, 1987).⁴

2. A violência aplicada sobre trabalhadores para forçá-los ao trabalho, privando-os da liberdade de ir e vir. O principal exemplo moderno é evidentemente a escravidão, como no caso da utilização da mão-de-obra escrava no cultivo de algodão, nos EUA, durante o século XIX (MOORE, 1983). Um caso extremo são as práticas de tortura e extermínio contra os índios na região de Putumayo-Peru, implantadas pelo sistema de exploração de caucho, no final do século XIX, análogas às atrocidades praticadas no Congo Belga para a exploração da borracha (TAUSSIG, 1993). Outro caso é o do trabalho de *coolies* ou de trabalhadores sujeitos ao regime de *indentured labour*, nas plantações de seringueiras do Sudeste Asiático, nas colônias francesas, inglesas e holandesas.
3. A violência que ocorre em períodos de rebelião e insurreição. Um exemplo clássico foi a violência exercida pelos camponeses contra a aristocracia (MOORE, 1983; SAHLINS, 1989), e que mostrou-se eficaz, tendo um papel decisivo no início do movimento, especialmente como uma força para o desmantelamento das práticas feudais.

No caso brasileiro, a história que envolve o espaço agrário é marcada por práticas de violência ilustrando as categorias acima arroladas.

⁴ Deve-se observar que outra forma de violência, simétrica a esta, é a que ocorre com o processo de coletivização de áreas ocupadas por camponeses autônomos. O exemplo principal e dramático foi a

1. A expulsão de índios e de seringueiros de terras públicas; a expulsão de camponeses de áreas de barragens; a expulsão de *sem-terra* de latifúndios não-explorados.
2. A utilização da mão-de-obra escrava no cultivo da cana-de-açúcar durante o período colonial; a escravização do índio nas atividades extrativistas, especialmente na Amazônia, durante o período colonial (WEINSTEIN, 1993); a utilização da mão-de-obra baseada no colonato para o cultivo do café, no período republicano (MARTINS, 1986a); e as várias modalidades de trabalho semi-escravo e de escravidão por dívidas na Amazônia contemporânea (ESTERCI, 1994).
3. A Guerra do Contestado nos Estados de Santa Catarina e Paraná (1912-1916); Cabanagem no Pará (1835-1840); a Revolta de Canudos na Bahia (1896-1897); a Guerrilha do Araguaia.⁵

A historiografia oficial, ao menos até a década de 1970, conseguiu apresentar, através de livros didáticos, a tese de que a característica especial do homem brasileiro seria a conciliação e a não-violência (o *homem cordial* de SÉRGIO BUARQUE DE

coletivização forçada ocorrida na União Soviética nos anos 1929-1930, a qual, segundo alguns relatos, eliminou dois milhões de famílias e fez 12 milhões de vítimas.

⁵ Todo o chamado *Ciclo do Cangaço* cai nesta categoria.

HOLANDA⁶) - conforme CERQUEIRA FILHO & NEDER constata na análise do conteúdo do material didático apresentado aos alunos de primeiro e segundo grau:

"...a relativa paz social durante o Segundo Império (1840/1889); a abolição da escravidão sem derramamento de sangue; a Revolução de 1930 e mesmo a implantação da ditadura de Vargas (1937/1945) sem oposição violenta e rebelde; a reconstitucionalização do país em 1946 e o movimento político de 1964 realizados fora dos limites da luta armada e da guerra civil" (1978:192).

É evidente que essa forma dicotômica de considerar a presença do elemento da violência, na formação da sociedade brasileira acima descrito - de um lado, a presença marcante do fenômeno e, de outro, a ausência do mesmo, obscurece mais o entendimento da violência do que esclarece.

Para melhor entender o fenômeno da violência, no contexto do espaço agrário da Amazônia brasileira - área conhecida também por fronteira agrícola - , inicialmente, optamos por analisar a concepção do pensamento clássico sobre a fronteira. O próximo passo, será tratar dos autores brasileiros que analisaram a fronteira brasileira em diferentes períodos, considerando o fenômeno da violência, influenciados ou não pelo pensamento clássico, e mostrar as concepções diferenciadas a que chegaram.

⁶ Tese que foi defendida por BUARQUE DE HOLANDA: *"...a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o 'Homem Cordial'"* (1963:101-102). Tese esta que mais tarde, em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, Caderno "B", 2/4/77, o autor reconsidera: *"...o homem cordial morreu e já se tem gasto muita cera para este defunto"* (apud CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1978:224).

1.3 *A Fronteira: Ocupação de “Terras Livres”*

O fenômeno de ocupação das *terras livres* não é novo, estando presente em toda história de estados, nações, países ou tribos nômades. Mas as análises sistemáticas do fenômeno só vão surgir a partir dos séculos XVIII e XIX, quando regiões do planeta descobertas no final do século XV, como as Índias Ocidentais e as Américas, surgem como potencial econômico para os europeus. Nesta seção, expandimos a análise de ADAM SMITH sobre o fenômeno.

ADAM SMITH (1985 [1776]), expressou seu otimismo liberal ao estudar a colonização britânica na América do Norte no século XVIII - enfatizando a existência de terras não apropriadas (*terras livres*) e a viabilidade econômica, para a sociedade e para os cidadãos, da colonização através das pequenas propriedades. Adam Smith, - não se descuidou de salientar a diferença entre as concepções de colonização dos gregos e dos romanos, para justificar a prosperidade das colônias da América do Norte, as quais teriam mais elementos das colônias gregas do que das romanas.

As diversas cidades-estado da Grécia Antiga possuíam pequenos territórios e, quando os mesmos não comportavam com facilidade o aumento da população, parte dela era enviada para outros habitats, sobretudo a Itália e a Sicília. A cidade-mãe, embora prestasse favores e ajuda à colônia, como gratidão por ter acolhido os novos cidadãos migrantes, não interferia nos destinos dela, que, como um Estado independente, criava sua própria forma de governo, estabelecia suas leis, escolhia seu magistrado e estabelecia sua própria política externa com os vizinhos mantendo a paz ou fazendo guerra.

Já Roma, como a maioria das repúblicas antigas, tinha originalmente uma legislação fundamentada sobre uma lei agrária, onde os cidadãos que compunham o Estado dividiam o território público em uma certa proporção. Com a alienação das terras e o casamento, além de crescer a desigualdade de posses, aumentava o número de cidadãos sem-terra. Conforme os costumes da época, seria difícil para estes manter sua independência. Iniciaram-se, assim, pressões junto aos maiores proprietários para cederem posses aos cidadãos livres sem-terra, que com o tempo, passaram a ser a maioria da população.

Como não se obteve resultado nesta reivindicação, Roma decidiu-se pelo encaminhamento dos cidadãos livres para as novas colônias, geralmente para as províncias conquistadas da Itália, as quais estavam dentro dos domínios da república, sem condições de formar um Estado independente, pois, mesmo tendo o poder de estabelecer leis privadas para seu próprio governo, sempre estavam sujeitas a correções da cidade-mãe.

Assim, enquanto para os gregos *colônia* significava separação (e para expressar o sentimento de sair de casa e se separarem da moradia usavam a palavra grega *ápoikos*), para os romanos a palavra latina *colonia* significa simplesmente a permanência de continuidade de laços⁷.

⁷ Segundo BOSI (1994-11), as palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. Assim, na língua de Roma, *Colo* significou, eu moro, eu ocupo a terra, e por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo; já em grego, *Colonus*, significava o que cultivava uma propriedade rural em vez do seu dono - o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra.

Continuando a usar as idéias de ADAM SMITH, - as causas que levaram os gregos e os romanos a ocuparem terras livres na antigüidade, assim como a maneira de expressar o significado de colonização, foram diferentes, todavia ambos estavam motivados por necessidades claras: ocupar um excedente populacional livre.

Tudo indica que o comércio rentável desenvolvido pelos venezianos durante os séculos XIV e XV, quando compravam produtos e especiarias das Índias Orientais, especialmente Egito, e revendiam-nos na Europa, tenha despertado os portugueses, no final do século XV, o desejo de compartilhar os altos lucros desta atividade. Saíram em busca do caminho marítimo, o que os levou às Américas. A descoberta do novo mundo por Colombo permitiu aos portugueses, e um pouco mais tarde aos espanhóis, beneficiarem-se com as colônias na América, explorando ouro e prata.

Tais atividades tinham elevado custo para a época, mas os métodos de exploração, consistindo no saque aos nativos indefesos, permitiu-lhes elevados lucros, mesmo após o pagamento de taxas de exploração à Coroa. Os ingleses, franceses, holandeses e dinamarqueses, embora tivessem investido na exploração de prata e ouro nas Américas, não obtiveram o mesmo resultado, mas, aproveitando-se do declínio da Espanha no final do século XVI, estabeleceram colônias na América do Norte, no

século XVII, e a passaram dominar a economia mundial com a consolidação do mercantilismo⁸ (1985 [1776]:49-55).

Ao relacionar as características das colônias gregas com as colônias inglesas na América do Norte, SMITH salienta que o sucesso das mesmas deve-se sobretudo às terras de boa qualidade e à liberdade de conduzirem suas próprias atividades. Para salientar as vantagens do processo de colonização, o autor afirma:

"Os colonizadores de uma nação que tomam posse de um país, seja este desabitado ou tão pouco habitado que os nativos facilmente dão lugar aos novos colonizadores, progridem no caminho da riqueza e da grandeza com rapidez maior do que qualquer outra sociedade humana" (1985 [1776]:55-56).

Para WAKEFIELD, a afirmação otimista de Adam Smith não se fundamenta em fatos, pois as únicas colônias novas e autônomas que prosperaram foram as antigas colônias da Grécia. No caso das novas colônias britânicas na América, embora algumas tenham apresentado sinais de prosperidade, a presença do governo inglês, regularizando o mercado, era notória, bem como no fornecimento de escravos para as colônias e na compra do excesso da produção dos colonos. Segundo o autor, como

⁸ Uma análise conjuntural do século XVI até meados do século XVIII, onde no primeiro momento Portugal e Espanha mantinham o domínio comercial da economia mundial e como estes dois países perderam a dianteira pela Holanda no século XVII, período da consolidação do mercantilismo, já que Inglaterra e França, potencialmente com mais condições de assumirem esta liderança, passaram a ocupar o papel de países centros da economia mundial, depois de resolverem seus problema internos Ver (WALLERSTEIN, 1984a-b).

regra geral, a prosperidade dos povos que vão ocupar terras devolutas é muito vagarosa (1946 [1884]:339-340).

Referindo-se ainda ao trabalho de SMITH, onde são salientados a prosperidade das novas colônias da Grécia e os problemas dela decorrentes, o autor descreve:

"Os colonizadores levam consigo um conhecimento da agricultura e de outros ofícios úteis, superior àquele que pode desenvolver-se espontaneamente entre nações selvagens e bárbaras, no decurso de muitos séculos. (...) Todo colonizador adquire terra em quantidade superior àquela que tem possivelmente condições de cultivar. Não tem que pagar renda da terra, e dificilmente há impostos a pagar. (...) Por isso, ele anseia conseguir mão-de-obra de toda parte e pagar-lhe os salários mais generosos. Todavia, esses salários generosos, associados à abundância e ao baixo preço das terras, logo levam esses trabalhadores a deixarem o serviço do patrão para se transformarem, também eles, em proprietários de terras e pagar salários igualmente generosos a outros trabalhadores, (...). Em outros países, a renda da terra e o lucro devoram os salários, e as duas classes superiores da população oprimem a classe inferior. Ao contrário, nas novas colônias, o interesse das duas classes superiores as obriga a tratar a classe inferior com mais generosidade e humanidade, pelo menos onde a classe inferior não for composta de escravos. (...) outrossim, a desproporção entre a grande extensão da terra e o baixo índice populacional, fenômeno comum nas novas colônias, torna difícil ao proprietário conseguir essa mão-de-obra. Por isso,

ele não briga por salários, mas antes está disposto a empregar mão-de-obra a qualquer preço" (1985 [1776]:56).

Segundo WAKEFIELD, embora estas afirmações tenham algo de verdade, não passam de simples especulações com erros grosseiros, pois os migrantes das novas colônias da Grécia não tiveram grandes áreas de terras para nelas se expandirem à vontade e a principal atividade nestas colônias era a ocupação dos colonos na construção de fortalezas para se protegerem, quando fossem atacados. Finalmente, as extensas áreas e conseqüentemente a redução do preço destas, não foram as causas da prosperidade das colônias, já que a mão-de-obra livre e salários não foram introduzidos nas novas colônias, sendo todas as atividades braçais (como construção de suas casas, o fabrico de seus instrumentos, roupas, móveis, estradas, carros e navios) atividades exclusivas dos escravos (1946 [1884]:341).

Para WAKEFIELD, as colônias nunca haviam sido cuidadosamente analisadas. Ele atribuía esse fato à ausência ⁹ de um termo adequado para expressar a idéia de uma sociedade que corriqueiramente recebe muitos migrantes de lugares distintos, e os estabelece permanentemente na terra. Segundo o autor, as causas indispensáveis para haver uma colônia são duas: 1^ª) terra devoluta, isto é, terreno que ainda não pertença a indivíduo algum, porém que possa vir a pertencer por

⁹ O artigo de WAKEFIELD sobre colonização foi publicado pela primeira vez em 1884, na obra "ENGLAND AND AMÉRICA", em Nova York. Nesta mesma obra, em que pese o autor afirme que não exista uma terminologia adequada para exprimir o significado de colônia, propõe-se a descrever o significado de colonização que está diretamente relacionado com o conceito de colônia. "Então a colonização significa a remoção de gente de um país velho para um país novo, e o estabelecimento de gente em terras devolutas do país novo" (1946 [1884]:343).

intervenção do governo; e 2^a) a emigração de gente, e sua remoção para se estabelecer em lugares novos.

Uma contribuição importante do autor é definir *os fins da colonização*, analisando separadamente: (a) os que pertencem ao país velho; e (b) os que pertencem à colônia. Em síntese, os fins da colonização para a mãe-pátria ou metrópole são a ampliação do mercado, o alívio do excedente de população e a aplicação de capitais; enquanto os fins da colonização para a colônia são basicamente associados ao trabalho, ou seja, à necessidade de obter mão-de-obra, supondo a existência de terras em abundância (1946 [1884]:342-360).

Para MARX, a colonização sistemática que os ingleses por algum tempo procuram praticar em suas colônias, através de leis, tinha como objetivo central fabricar assalariados nas colônias. O mérito do teórico da *colonização sistemática*, segundo o autor,

"...é ter descoberto não algo novo sobre as colônias, mas a verdade, nas colônias, sobre as relações capitalistas na mãe-pátria. O sistema protecionista em suas origens tinha em mira fabricar capitalistas na mãe-pátria..." (1982b:884).

A preocupação central da concepção da *colonização sistemática* era resolver seu problema prático fundamental, enfrentado por empresários ingleses que investiam em atividades econômicas nas colônias da América do Norte: o problema de obter mão-de-obra. A falta de trabalhadores livres nas colônias fazia com que muitos investimentos nas colônias falissem.

As extensas áreas de terra devoluta permitiam que os trabalhadores livres, conduzidos pelos empresários para trabalharem em seus empreendimentos na colônia, preferissem o trabalho independente em pequenos lotes de terra ao assalariamento. Assim, o custo do empresário em transportar a mão-de-obra não tinha retorno. Para resolver estas dificuldades da colonização, propunham-se soluções práticas como (a) vetar velhos e crianças na migração para as colônias, (b) determinar a razão entre sexos, (c) fixar para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e da procura, o que obrigaria o imigrante pobre a trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar a terra, e (d) dar preferência às melhores terras para serem ocupadas e cultivadas.

Em suma, em função das extensas áreas de terra livre, o governo deveria criar mecanismos artificiais, que impediriam o livre acesso às mesmas, impedindo assim a dispersão dos colonos e um provável *retorno à barbárie* (WAKEFIELD, 1946 [1884]).

Para MARX, se por um lado, as investigações de WAKEFIELD levaram-no a descobrir que nas colônias a propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transformam um homem em capitalista, quando falta ainda expropriar o trabalhador e transformá-lo em assalariado - a descoberta, em suma, de que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas -, por outro lado WAKEFIELD comete equívocos ao tratar das relações internas do sistema capitalista. Como diz MARX:

"...na cabeça do economista político, a alma capitalista que se encarna nesses meios está tão intimamente unida à sua substância material que êle os batiza, em todas as circunstâncias, como o nome de capital, mesmo quando são a síntese direta dêste.(...) Chama de divisão igual do capital a dispersão dos meios de produção como propriedade individual de muitos trabalhadores independentes entre si, trabalhando cada um por sua própria conta. O procedimento do economista político é análogo ao do jurista feudal. Êste pregava suas etiquetas jurídicas feudais a relações puramente monetárias" (1982b:885).

Em linha geral, pode-se afirmar que a relação dos países de centro, no caso Grã-Bretanha, com as regiões semi-periféricas, especialmente América do Norte, sempre foi marcada pelo processo colonizador versus colonizado no período de 1675 a 1775, quando inicialmente as colônias exerciam duas funções básicas: (a) fornecer produtos tropicais como açúcar, algodão e tabaco, que exigiam um clima inexistente em maior parte da eu Europa; (b) servir de mercado dos produtos manufaturados. Com o transcorrer do tempo, principalmente quando a Inglaterra passa a liderar o transporte marítimo, a colônia americana tem também um papel fundamental no fornecimento da madeira para a construção naval, sendo um importante fator de prosperidade para a mesma, já que no período mencionado, uma terça parte dos barcos registrados na Grã-Bretanha e de sua propriedade foram construídos nas colônias do norte (WALLERSTEIN, 1984b:147-335).

Mas, se até o final do século XVIII as *terras livres* envolveram sobretudo relações comerciais entre os países de centro e semi-periféricos, com a ampliação e

consolidação do mercantilismo, a partir século XIX até o início de XX, elas passam a desempenhar funções internas de países de larga dimensão geográfica, como Estados Unidos e Rússia que, vamos enfatizar a seguir.

Em resumo, a questão das fronteiras surge como parte da discussão das colônias no contexto da expansão do capitalismo europeu. O primeiro aspecto é que essa expansão tem diferentes formas. Esse ponto é feito através de ADAM SMITH. Este viu a colonização na América por analogia com a expansão grega (multiplicando cidades-estado democráticas); já a colonização romana poderia ser descrita como centralizada e imperial. Embora ADAM SMITH afirmado, isso sugere já dois modelos de expansão capitalista: o modelo norte-americano ou grego, e o modelo colonial-britânico (como na Índia, na Malásia, na África) ou romano.

Essa distinção poderia ser aplicada ao caso português, cuja colonização baseou-se no modelo romano. A legislação fundiária é muito semelhante à romana, incluindo noções como a de usucapião, que surgiram precisamente no caso das colônias romanas para proteger os interesses de compradores de terra com títulos ilegítimos contra contestações após um período determinado de tempo. Esse instituto romano converteu-se no Brasil em um meio de adquirir título sobre a terra sem compra prévia.

Uma possível exceção no caso brasileiro talvez tenham sido as pequenas colônias de migrantes europeus no centro-sul do país, as quais receberam terra do governo e se organizaram de maneira mais ou menos livre e autônoma (russos, norte-

americanos, alemães, italianos e poloneses). Esses seriam casos de colônias *gregas* no Brasil.

Segundo ADAM SMITH, nas colônias há vantagens para o trabalhador em relação aos proprietários de terra (a terra é abundante e a renda da terra é baixa), e em relação aos capitalistas (falta de mão-de-obra, o que eleva os salários). Isso significaria que em colônias livres (pelo menos na fronteira oeste norte-americana não-escravista), a situação dos trabalhadores seria melhor. Conforme destacam WAKEFIELD e MARX, nas colônias do modelo romano, - esses mesmos fatores de terra abundante e liberdade do trabalhador militavam contra a acumulação.

Assim, os ingleses (WAKEFIELD) desenvolveram uma teoria da colonização, que MARX descreveu como a teoria que mostrava como o capitalismo exigia a produção prévia de *assalariados*, e a escassez de terra - ainda que artificialmente criada pela apropriação da terra por um pequeno grupo de proprietários, com apoio do Estado.

Os argumentos de WAKEFIELD e MARX, foram utilizados em estudos sobre a Amazônia brasileira. Os exemplos são WEINSTEIN (1993), para explicar o fracasso de empreendimentos capitalistas no primeiro boom da borracha, COSTA (1993), para explicar o fracasso de Fordlândia e de Belterra, e ALMEIDA (1993), para explicar o fracasso dos projetos estatais de estabelecer o cultivo da seringueira na Amazônia: o problema seria que havia muita terra e pouca mão-de-obra, sendo esta livre.

Já nas colônias britânicas da Ásia havia meios para controlar o fluxo de mão-de-obra abundante (de Bangladesh) e de ocupar a terra abundante (Malásia, Borneu) por meios coloniais. A violência britânica lá (também utilizada no Putumayo - TAUSSIG ([1993]) tinha limites no Brasil. Nas colônias holandesas, problemas trabalhistas eram assuntos criminais. No Brasil, isso nunca ocorreu oficialmente, mas na prática ocorria nos seringais amazônicos.

No caso das análises sobre os Estados Unidos, seu principal teórico e historiador da fronteira, FREDERICK JACKSON TURNER, que teve seu trabalho conhecido como *Tese de TURNER* (TURNER Thesis), concebeu a fronteira, não apenas em si mesma, mas como uma tese mais ampla sobre a sociedade americana, onde a compreensão e interpretação do passado americano, particularmente século XIX, passava pela existência de terras livres - a faixa pioneira das novas terras do oeste em marcha - tendo como base a economia de pequenas propriedades, que permitiu o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das instituições democráticas. As opiniões de TURNER influenciaram expressivamente os historiadores norte-americanos e até hoje uma boa parte das reflexões sobre a história dos Estados Unidos giram em torno de suas idéias (LINHARES, 1959:109).

A *Tese de TURNER* reconhecia na fronteira americana uma espécie de válvula de escape, onde os trabalhadores marginalizados da aristocracia americana poderiam fugir das pressões sociais, já que a produção de algodão, baseada no escravismo no sul, e a industrialização do norte, não lhes permitiam condições para melhorar de vida. Assim, sempre que aumentavam as pressões sobre os trabalhadores, tanto no âmbito das liberdades como na exploração da força-de-trabalho, a fronteira

representava o novo e promovia o individualismo, qualidade econômica, liberdade para crescer e democracia. Além do mais, os trabalhadores que se dirigiam à fronteira em busca de terras livres para fixarem-se, especialmente os colonos europeus, não estavam em busca apenas de mais um lugar para morar, mas mais do que isto, buscavam uma localização para reconstruir uma vida nova, solidificando os laços sociais no novo espaço social. A fronteira passou a abrigar uma variedade de povos com cultura e mentalidades diferentes, criando uma nova mentalidade de democracia. Esta por sua vez, começou a questionar os padrões e os valores da sociedade americana litorânea, fundamentados na sociedade inglesa, forçando a mudança da sociedade americana como um todo (TURNER, 1976 [1920]).

Para OTÁVIO GUILHERME VELHO, que entre os brasileiros estudou de maneira mais exaustiva o significado de fronteira em TURNER, este interessava-se particularmente pela fronteira norte-americana, mas referia-se também a outras fronteiras como as da Rússia, Alemanha, colônias inglesas no Canadá, Austrália e África, pois referia-se à fronteira como uma etapa do processo geral de evolução, cujo significado na formação de outras sociedades deveria ser investigado. Por isso, algumas tentativas de discutir a *Tese de TURNER* não foram bem sucedidas¹⁰, pois discutiam a fronteira em patamares que não eram os de TURNER.

¹⁰ VELHO (1979) refere-se ao trabalho Clássico de MOOG (1989) e aos que o tomaram como referência, aceitando inteiramente o ponto de vista de VIANNA MOOG de que a diferença entre a fronteira norte-americana e a brasileira residia nas *motivações e ideais* do pioneiro norte-americano e do bandeirante brasileiro no período colonial.

"Se a sua tese se restringisse ao caso norte-americano, as óbvias diferenças poderiam encontrar explicações de natureza cultural ou histórica. Mas como a "tese" pretende ser "Transcultural" e "trans-histórica", as abordagens em geral culturalista e/ou historicistas dos scholars brasileiros não permite enfrentá-la no próprio terreno em que ela poderia ser discutida a fundo, mas apenas ignorá-la de saída escudados nestas diferenças evidentes" (VELHO,1979:18).

As principais críticas contra a *Tese de TURNER*, enfatizam a sua generalização a dificuldade de ser testável, além de ter dado elementos para ser concebida como um mito, exercendo com isto uma função ideológica, já que mascara a dominação de classe. Mesmo assim, trabalhos críticos como MOORE, ao discutir o desenvolvimento dos Estados Unidos por volta de 1860, não deixou de considerar o oeste como um elemento de acomodação da sociedade americana, onde consolidavam-se as forças do capitalismo competitivo, aceitando em parte, elementos da Tese de TURNER.

"Apesar de todas essas circunstâncias, existe um resto vital de verdade na famosa tese de Turner sobre a importância da fronteira, para a democracia americana. Reside no reajustamento das classes sociais e das regiões que o Oeste aberto produziu, pelo menos temporariamente. O elo entre a indústria do Norte e os agricultores livres impediu, na altura, a solução reacionária clássica dos problemas do industrialismo crescente" (1983:135).

No caso do desenvolvimento da sociedade russa, marcada pela migração e colonização, por diversos momentos a fronteira esteve presente, desempenhando papel político. A servidão que se instalou gradativamente a partir da década de 1580 até metade do século XVII na Rússia européia, permitiu que esta região convivesse com incômoda relação entre a disponibilidade de terras livres e a imobilização da força-de-trabalho, ou seja, a servidão fechava a fronteira. Assim, as extensas áreas de fronteiras na Sibéria, durante o século XVIII, foram a solução para os colonos que resolveram fugir da servidão,

"...Camponeses que lá foram buscar terras livres, para escapar aos credores e às regulamentações governamentais, para serem livres da ameaça da servidão" (Apud VELHO, 1979:63).

As imigrações que se procederam na Rússia, principalmente em direção ao leste no século XIX, coincidem com o grande surto de industrialização da Rússia Czarista. Dentro deste contexto, as reformas introduzidas por ALEXANDRE II, na década de 1860, especialmente a denominada Abolição da Servidão, tornaram as relações entre desenvolvimento do capitalismo e movimento para a fronteira ainda mais complexas. A construção de estrada de ferro rumo à Sibéria e o constante deslocamento da população nesta direção, permitiu ao Estado autoritário planejar e controlar melhor a ocupação da fronteira. Para LÊNIN (1982 [1899]), ao analisar o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia e ao referir-se à expansão agrícola para o leste, considerou este processo não apenas como uma fuga de elementos marginais da velha Rússia, mas sobretudo como um elemento importante do desenvolvimento

capitalista. Segundo o mesmo autor, no documento de 1907, intitulado, *O programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa* diz:

"A Rússia possui um gigantesco fundo de colonização, que se tornará acessível à população e à cultura não só com cada passo adiante no que diz respeito à técnica agrícola em geral, mas com cada passo adiante no ato de liberação do campesinato russo do jugo da servidão. Essa circunstância constitui a base econômica para uma evolução burguesa da agricultura russa segundo o modelo americano" (Apud VELHO, 1979:84).

Na prática, LENIN estava admitindo que, de início, a fronteira acabaria adiando o desenvolvimento capitalista para um momento posterior, tornar-se-ia o lugar privilegiado para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Os exemplos de fronteira considerados, e os papéis por esta desempenhados em sociedades peculiares, permitem-nos caracterizar a mesma segundo a VELHO (1979), que distingue três categorias de fronteira : (a) aberta, (b) fechada, e (c) aberta, porém controlada.

A primeira categoria é exemplificada pela visão de TURNER de uma fronteira aberta e com repercussão sobre os indivíduos e a sociedade americana como um todo. A segunda categoria é exemplificada pelo, o primeiro momento da sociedade na Rússia, que, pelo fato de apresentar um sistema de servidão e conseqüentemente repressão da força de trabalho, *fechava a fronteira*, ou seja, dificultava o deslocamento livre dos colonos em direção à terras livres. Por último, a terceira categoria é exemplificada pelo segundo momento da sociedade russa, a denominada

fronteira aberta, porém controlada, quando o sistema de repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, onde o Estado passa a planejar e controlar as imigrações internas.

Em resumo, esta seção traz para a discussão as idéias de TURNER e BARRINGTON MOORE, através de OTÁVIO VELHO. A distinção feita é entre diferentes graus de liberdade (enquanto possibilidade de acesso à terra), relacionados ao grau de autoritarismo estatal. Em suma, trata-se do grau de violência em detrimento de legitimidade. Na classificação proposta, haveria uma *fronteira aberta* (que favoreceria a democracia), *fechada* (autocrática) e uma *fronteira aberta, porém controlada* (autoritária).

Também aqui a idéia é que haveria diferentes regimes políticos nas zonas de terra abundante com movimento de população, associados ao regime de acesso a terra. Mas a inovação em relação ao modelo anterior (em que o *modelo romano-imperial* aplicava-se apenas a colônias como as britânicas, holandesas e francesas) é que no modelo de MOORE e TURNER tratam-se de países autônomos. Nestes, o problema passa a ser a relação entre a solução da *questão agrária* e o grau de *democracia*: a tese geral é que quanto maior a concentração agrária (quanto mais fechada a fronteira), menor a democracia - maior a necessidade de violência para impedir o acesso de muitos à terra abundante, e mantê-la, portanto, nas mãos de poucos.

Assim, ao introduzirmos TURNER na questão através de OTÁVIO VELHO, estamos abrindo espaço para ver a fronteira brasileira, especialmente a região

Amazônica, como um espaço contraditório: tanto um espaço de liberdade possível para camponeses migrantes conforme enfatizará JOSÉ DE SOUZA MARTINS (várias obras), como um espaço controlado pela política de migração planejada como enfatizará OTÁVIO VELHO (várias obras).

Para SOUZA MARTINS, o espaço da fronteira é definido não em relação ao Estado (como no caso de Velho), mas em relação à sua posição no modo de produção capitalista. Assim, para MARTINS a categoria principal para a análise da fronteira é a renda da terra. A renda da terra é o mecanismo de extração de mais-valia de trabalhadores agrícolas por uma classe de proprietários. Em sua forma pré-capitalista, essa renda da terra toma a forma de tributo pessoal. Na forma capitalista, como MARTINS irá enfatizar, toma a forma de *renda territorial capitalizada*. Isso significa que a terra é incorporada ao modo de produção capitalista como uma espécie de *capital*. Por outro lado, a onda de migrantes que aflui espontaneamente à fronteira busca nela o acesso direto a meios de trabalho, e a liberdade face à subordinação capitalista. Na fronteira ocorrerá então um conflito endêmico entre a apropriação de terras livres por camponeses independentes, de um lado, e a conversão da terra em *capital*. A fronteira, longe de ter como em VELHO o papel de expandir o capitalismo com variantes democráticas e autoritárias, é o locus de um conflito entre anti-capitalismo e capitalismo. Mais recentemente (MARTINS, 1997), contudo, pode perceber que a fronteira é tratada cada vez mais como um *espaço de representação*, onde se articulam de um lado utopias e projetos revolucionários (as “Bandeiras Verdes”, a guerrilha do Araguaia) e de outro lado a *degradação* do outro em imagens desumanizadas e objetivadas em rapto, canibalismo, escravidão e massacres.

1.4 *A Ocupação das Terras Livres: O Caso Brasileiro*

Nesta seção, *caso brasileiro*, efetua-se uma revisão das ideologias e de teorias da fronteira. Considera-se o período de 1940 a nossos dias, destacando-se as diversas abordagens que explicam a ocupação das *terras livres* a partir da concepção de fronteira, combinando as perspectivas cultural, geográfica, econômica, político-econômica, sociológica, antropológica e geopolítica. Mostrou-se também como o conceito de *fronteira* é carregado de implicações contraditórias.

1.4.1 **As Fronteiras: Visões e Ideologias**

Ao tentarmos refletir sobre a contemporaneidade da fronteira brasileira, facilmente somos levados a pensar em fronteira Amazônica, e nem sempre nos detemos nos debates que antecederam esta temática. Atentos a esta lacuna, VELHO (1979) e FAULHABER (1992), buscam, no pensamento autoritário brasileiro, a concepção da fronteira como mito, concebido durante o Estado Novo, principalmente por RICARDO (1970 [1940]) e amplamente divulgado e/ou aceito a partir do regime militar de 1964, cuja tônica principal, no discurso nacionalista, fundamentava-se no lema *da marcha para oeste*.

RICARDO, semelhante a TURNER, considerava prejudiciais os estreitos laços que o Leste brasileiro (área litorânea) mantinha com a Europa, particularmente Portugal; em contra partida, o Oeste (sertão), que foi conquistado pelos

bandeirantes¹¹, tinha como propósito, entre outros, romper os laços com a metrópole. Ainda semelhante a TURNER, considerava a sociedade agrária litorânea baseada nas *plantations* conservadora e que o desenvolvimento econômico e democrático fortalecia-se, à medida em que colonizava-se a região Oeste, graças aos pequenos agricultores.

Mas se por um lado, tanto RICARDO como TURNER conceberam a fronteira como mito, por outro lado, partindo do mesmo ponto, os autores chegam a uma concepção oposta de fronteira.

"Para Ricardo não é a fronteira como tal que dá ao homem de fronteira brasileiro as suas características fundamentais, mas a fronteira combinada com a sua reação à sua influência anárquica. Ao passo que para TURNER a fronteira é o locus onde se desenvolve a democracia americana, para Ricardo a experiência da fronteira leva ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro" (VELHO, 1979:145-146)

Segundo RICARDO, as ações de ocupação do Oeste deveria ser coordenado pelo movimento da bandeira.

"A bandeira nasce, num sentido ético, como a primeira geração de mamelucos" (1970:42).

¹¹ *"Quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil" (RICARDO, 1970:229)*

O negro teria exercido sua influência sobre o europeu na *plantation* e o índio sobre o bandeirante, pelo que explicar-se-ia a mobilidade da bandeira.

O mito da fronteira concebida pelo pensamento autoritário, sustentado no mito da democracia social e racial no Brasil, pressupunha, entre alguns princípios, divisão de trabalho em função das cores, da hierarquia de cores e do comando da *Marcha para Oeste* sob a orientação dos bandeirantes - cor branca (FAULHABER, 1992:71).

Outra perspectiva de conceber a fronteira brasileira fundamentava-se nas pesquisas empíricas geográficas, cuja periodicidade coincidia com o enfoque anterior (mito da fronteira). O geógrafo WAIBEL (1955), interessado em comparar a fronteira americana do século passado com a fronteira brasileira no governo de Vargas - que estava sendo impulsionada sob o lema da *Marcha para Oeste* e das reais possibilidades do Brasil tornar-se uma potência como o Estado Unidos - denominou a fronteira de *zona pioneira*. Para o autor, a palavra fronteira, na Europa, sempre esteve ligada ao significado do limite político que separava dois países vizinhos, enquanto nos Estados Unidos, especialmente depois de TURNER ter desenvolvido sua tese, a palavra fronteira passou a expressar também significado econômico.

"E enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira" (WAIBEL 1955:390).

O mesmo autor, incorpora o trabalho de HEHL NEIVA (1949), o qual, referindo-se à fronteira brasileira, distingue a fronteira demográfica da fronteira econômica. No caso da primeira, limitaria o sertão com a mata virgem para oeste e no caso da segunda, separa o sertão, à leste da região economicamente mais adiantada. WAIBEL, ao estabelecer o alcance do conceito de *zona pioneira*¹², levou em consideração apenas a agricultura, excluindo assim, os extrativistas, os caçadores e os criadores de gado.

"O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de "frontiersman", isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento especialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...) Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (...). Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrôjo e de otimismo invade toda a população" (1955:391-392).

¹² Na mesma linha de conceituação, MONBEIG (1940), ao estudar as *zonas pioneiras* dos Estados de São Paulo e Paraná, na década de 30, caracterizou-as como regiões, onde as empresas imobiliárias compravam e/ou apoderavam-se de grandes extensões de áreas e à medida em que a povoação aproximava-se, parcelavam a área em pequenos lotes e os vendiam principalmente aos colonos. Estes desbravavam a mata e cultivavam café e

Esta maneira de conceber a fronteira, podemos considerá-la parcial, pois fundamenta-se num modelo que estabelece uma evolução das áreas *menos desenvolvidas* para áreas *mais desenvolvidas*, onde o agente principal de *transformação* da região são os *pioneiros* (agricultor), ignorando completamente: primeiro, as atividades econômicas desempenhadas pelos seringueiros¹³, que, estimulados por políticas governamentais, a partir do final do século XIX, inseriram-se em direção à mata do extremo oeste brasileiro para produzir borracha; e, segundo, os efeitos do processo de ocupação destes *pioneiro* sobre os índios¹⁴.

Os economistas também analisaram a questão da fronteira. Preocupados com o desempenho do setor agrícola num contexto de intenso crescimento urbano-industrial, por volta de meados da década de 60, depois de debates internos¹⁵, passaram a explicar o processo de ocupação de novas terras e do crescimento da expansão da fronteira como uma *interação não excludente* entre os pequenos produtores e os grandes empreendimentos capitalistas. A explicação deste processo,

produtos de subsistência. Em síntese, para o autor, as *zonas pioneiras* caracterizavam-se pelo desbravamento da mata e da valorização da propriedade, o que estimulava o comércio de compra e venda da terra.

¹³ Para uma análise histórica e esquemática de como o seringal constituiu-se numa fronteira e das regras internas que regeram esta economia, assim como o seu processo de transformação, (ver OLIVEIRA FILHO, 1979).

¹⁴ Ampliando o conceito de fronteira de WAIBEL (1955) e introduzindo uma concepção crítica da mesma, CARDOSO DE OLIVEIRA (1972), em vários artigos publicados na década de 60, enfatizou os problemas decorrentes da interação do índio com o branco na fronteira brasileira.

¹⁵ Para um maior entendimento entre o debate interno dos economistas, em que, uma linha de pensamento apresentava a agricultura como um entrave ao crescimento econômico do país, pois não respondia às exigências do crescimento industrial, e outra, explicava a funcionalidade da *agricultura atrasada*, pois esta apresentava-se flexível e atendia as exigências do mercado consumidor ver SERVILHA, 1977:4-27.

fundamentado no âmbito do pensamento liberal, passou a ser conhecido como a *tese da funcionalidade*.

A idéia da *funcionalidade* nasce do fato de que a agricultura teria respondido adequadamente às necessidades da rápida expansão industrial e crescente urbanização. Para alguns, como CASTRO (1977), cumpra as funções *históricas* do setor: oferta de mão-de-obra e de matérias-primas, mercado de manufaturas e transferidor de capital. Outro, como OLIVEIRA (1981), fundamentado no pensamento crítico, coloca a questão em termos da análise da acumulação capitalista e da superação do caráter dual da sociedade brasileira - setor agrícola e setor industrial - no sentido de que a dinâmica de cada setor é interpretada separadamente das transformações do outro, nesta perspectiva, as formas de produção não-capitalistas da agricultura brasileira, e por extensão na fronteira onde se concentra a produção não-capitalista (camponesa), são funcionais ao capital, pois atendem as funções *históricas* e favorecem a reprodução dessas formas.

Indo além, ao se definir a chamada *ocupação da fronteira* na Amazônia, surge outro conceito, que procura dar conta da violência na disputa pela terra. Em *O mito da terra liberta*, MUSUMECI (1984), coloca como pano de fundo as observações de GRAZIANO DA SILVA (1982), de que o aumento dos conflitos pela terra são uma consequência da implantação, na Amazônia brasileira, de grandes projetos agropecuários subsidiados pelo Estado, acarretando uma redução das oportunidades de acesso às *terras livres* aos pequenos produtores, geralmente posseiros, recém-chegados à Amazônia e que já eram expulsos de áreas com colonização recente. Trata-se, portanto, do *fechamento da fronteira*.

Para MARTINS, a tese do esgotamento da fronteira não se sustenta. Ela só é legítima do ponto de vista da classe dominante; segundo o autor, a fronteira não se esgota pela titulação das terras em favor de grandes empresas e proprietários:

"...os lavradores do campo têm sua própria concepção de direito de propriedade, que os faz levantarem-se subversivamente contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes" (1991:18).

E o autor diz mais:

"É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada - a familiar e a capitalista - que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio" (1986a:16).

Assim sendo, MUSUMECI, esta abordagem que analisa os processos sociais em curso na Amazônia e a possibilidade ou não da *fechamento da fronteira*, destacando a disputa pela terra entre os vários agentes sociais antagônicos envolvidos, *como unidades camponesas x empresas capitalistas e pequena agricultura x grande pecuária*, faz renascer o problema do ponto de vista dualista apontado acima. Isto é, constata a presença de dois modos opostos de pensar e utilizar a terra, independentes entre si, que, quando enfrentados, relacionam-se através de antagonismos. Um concebe o direito de posse da terra a partir do trabalho ali empregado, e outro entende o direito de posse da terra a partir da propriedade

privada, supondo o vínculo jurídico formal e mercantil com a terra, independente do trabalho¹⁶.

Certamente, entre os trabalhos que analisam a concepção de fronteira relacionada com a luta pela terra, denominados de *neodualistas*, o de FOWERAKER (1982), com uma inspiração evolucionista, apresenta uma avaliação menos polarizada. Para o autor, o processo de integração da economia com a fronteira nacional, considerando as relações sociais de trabalho entre os diversos agentes sociais, ocorre dentro do *modelo de três estádios*. No primeiro, a economia da fronteira seria *não-capitalista* e a atividade principal estaria baseada no extrativismo. No segundo, teríamos uma economia *pré-capitalista*, onde o extrativismo entraria em conflito com a atividade manufatureira, como a madeireira - relações sociais mistas. No último estádio, teríamos o *capitalismo*, em que a agricultura seria a base da economia e os títulos de terra passariam a ser reivindicados, motivando, assim, os conflitos pela terra.

¹⁶ A crítica de MUSUMECI (1984) ao trabalho de JOSÉ DE SOUZA MARTINS, remete a uma discussão anterior, cujos antagonistas, OTÁVIO GUILHERME VELHO e o próprio JOSÉ DE SOUZA MARTINS, desenvolveram na década de 70 e início de 80. Para acompanhar em detalhes as divergências desta discussão, ver a bibliografia dos autores relacionada neste trabalho, VELHO (vários anos) e MARTINS (vários anos). Sem entrar no mérito da discussão, é importante salientar que o primeiro, em suas pesquisas, priorizou o entendimento do processo de desenvolvimento do capitalismo na fronteira brasileira relacionado-o com outros casos de fronteira *acabada*, Estados Unidos no século XIX e Rússia no mesmo século e começo do século XX; enquanto que para o segundo, a questão central era o entendimento do processo de expansão do capitalismo na Amazônia e as práticas de violência que envolvia a luta pela terra, onde polarizavam-se dois modos de conceber a posse da terra, a dos camponeses - *terra para o trabalho* e a das grandes empresa e/ou proprietários - *terras para os negócios*. Mas, pelas últimas observações, especialmente com MARTINS (1993, 1996 e 1997), o debate não está encerrado.

Outro trabalho, (TAVARES DOS SANTOS 1993:21-62), distanciado das análises polarizadas sobre a concepção de fronteira, mas procurando entender a sua ocupação a partir das políticas de colonização do Estado, entre 1930/84, caracterizou a ocupação a partir de três ciclos diferentes.

O primeiro desses ciclos, o autor denominou-o de *colonização para os colonos nacionais*, localizava-se durante o período do Estado Novo, entre 1940 e 1945. A política então adotada partiu da constatação da existência de um excedente populacional - *nacionais pobres* - e de uma - *tensão social* - em potencial, o que levou o Estado a propor soluções. Entre estas, enfatizou-se a orientação das migrações internas, direcionando-as para as cidades da Região Sudeste, e para a ocupação das terras públicas, que ainda não pertenciam aos latifúndios, no Centro-Oeste e Amazônia. A política nacionalista de GETÚLIO VARGAS foi fundamental neste ciclo, barrou a colonização estrangeira que vinha ocorrendo na década de 30, e aos colonos brasileiros interessados em dirigir-se a estas duas regiões, instalaram-se as chamadas *colônias agrícolas nacionais*, onde recebiam os lotes gratuitamente.

O ciclo seguinte, o menos expressivo de todos, denominado *a colonização contra as lutas sociais no campo*, deu-se entre 1951 e 1960. Nesse período, a política de colonização visava a atingir os habitantes das *zonas empobrecidas e sem emprego*, orientando as correntes migratórias para os núcleos de colonização pública ou privada, instalados de maneira pulverizada nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A política adotada pretendia fazer frente à mobilização dos camponeses que reivindicavam a reforma agrária, fortalecendo os novos agricultores assentados em

pequenas propriedades - *classe média rural* -, que passaria a ter um papel político conservador, desmobilizando os movimentos camponeses.

O terceiro ciclo, certamente o mais importante em termos de investimentos públicos, foi desenvolvido entre 1970 e 1984, denominado *ciclo da Colonização Contra a Reforma Agrária*. Nesse período, escolheu-se a Amazônia como nova região de expansão agrícola, onde se instalaram programas de colonização, tanto oficiais quanto privados, cuja administração estava sob a responsabilidade de órgãos oficiais, empresas de colonização e cooperativas agrícolas. Neste momento, assentavam-se preferencialmente os colonos minifundiários e os trabalhadores sem terra das regiões meridionais brasileiras.

Ainda para fins conceituais de fronteira, antes de mais nada devemos considerar as observações de SCHMINK & WOOD (1992). Para os autores, que analisaram os conflitos agrários no sul do Pará, a fronteira é tratada como o palco de uma luta entre *grupos sociais* que disputam *espaços contestados* - o que lhe permite tratar tanto de conflitos entre *grupos sociais* dominantes e dominados, como de conflitos internos que opõe conjuntamente frações dos dominados e dos dominantes. Lembrando a noção de *espaço agrário* exposta acima, onde este espaço aparecia como sendo formado de múltiplos agentes e instituições que controlam terra, créditos, jazidas minerais e outros recursos, podemos dizer que para SCHMINK e WOOD os conflitos da fronteira giram em torno da disputa por esses recursos entre múltiplos *grupos sociais*.

De forma panorâmica, procurando definir fronteira, assumimos aqui as inquietações de BECKER (1988:67):

"A hipótese alternativa é que a fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado (...); contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização como em outras circunstâncias, e portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O dado crucial da fronteira é, pois, atividade histórica que contém; dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador do Futuro" (BECKER, 1988:67).

Em resumo, tratou-se de diversas visões de fronteira. Sejam de esquerda ou de direita, elas têm em comum uma atitude evolucionista-modernizadora cuja consequência é ignorar os atores amazônicos, aqueles que estão para além da fronteira como caboclos, seringueiros e índios. Percebeu-se também, nas análises econômicas, que, enquanto FURTADO (1987) acentua o caráter regressivo e estagnante do boom da borracha, as teorias da *funcionalidade* enfatizam o papel das zonas pioneiras (produtores de alimento) para a acumulação capitalista. Finalmente, a seção conclui com a discussão das teses de *fechamento da fronteira*. Este ponto é

particularmente importante, porque leva diretamente ao papel renovado da violência. Na seção anterior, as idéias de TURNER e de OTÁVIO VELHO sugerem que a Amazônia foi, durante um certo período, um espaço contraditório, comportando tanto mecanismos de *ocupação controlada* como de *ocupação espontânea* - autoritarismo e liberdade. Sobre esse pano de fundo, o que JOSÉ DE SOUZA MARTINS coloca é que mais recentemente houve um fechamento da fronteira - não provocado pelo fim da abundância de terras, e sim pela privatização em larga escala (e pelos meios de chegar até ela). Ora, esse fechamento (segundo a teoria vista acima) em uma situação de terra abundante e pouca densidade populacional só pode ser mantido mediante violência. Se o Estado não intervém, e *fica em cima do muro*, a consequência é uma guerra privada. O resultado desta política do Estado é a violência sem limites que será analisada nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

PEQUENA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

2.0 Ocupação no Contexto das Mobilizações

Neste capítulo pretendemos relacionar a história amazônica ao processo de violência. Para isso, iremos utilizar a noção de *mobilização*: com essa noção, indicamos momentos na história amazônica assinalados pelo empenho do capital internacional, ou por estratégias políticas também internacionais, ou por políticas governamentais nacionais. Os momentos de *mobilização* foram efetivados pela transferência de trabalhadores através de regiões, e foram marcados pelo caráter repressivo e violento, expresso no pelo controle sobre o trabalho.

Identificamos quatro mobilizações: na primeira tratava-se de mobilizar o trabalho indígena para a economia extrativa, com destruição de sociedades locais. No segundo momento os capitais internacionais mobilizam o trabalho de populações camponesas nordestinas transportadas para a Amazônia e imobilizadas pelo sistema de avião. Na terceira mobilização é são os Estados brasileiro e norte-americano que planejam e financiam o recrutamento maciço de trabalhadores nordestinos para alimentar a indústria norte-americana durante o esforço de guerra. A quarta mobilização associa-se a ações governamentais pulverizadas durante o esforço de expandir o capitalismo na fronteira, abrindo frentes múltiplas de ocupação de espaços e constituindo também formas pulverizadas de violência.

2.1 A Primeira Mobilização de Ocupação (até 1850): Antes do “Boom da Borracha”

A política de colonização na Amazônia adotada pelos países colonizadores, especialmente Portugal, durante os primeiros séculos, sempre esteve dividida no direcionamento entre a agricultura e o extrativismo. No primeiro caso, vamos encontrar agricultura de subsistência por toda a região ao longo dos anos, além de algumas tentativas de produção para a exportação como foi o caso da cana-de-açúcar, do café e do algodão. No segundo caso, essa política de colonização esteve ligada a atividades extratoras de produtos naturais, como óleo de tartaruga, madeiras-de-lei, óleos vegetais, sementes de cacau, especiarias e, a partir de meados do século XIX, extração de borracha, atividade que priorizaremos neste tópico.

Embora o governo imperial sempre tivesse adotado um discurso em favor da agricultura, criticando o sistema do extrativismo, especialmente da borracha, e apesar de ter estimulado a produção agrícola com alguns projetos de colonização, seja com nordestinos ou com migrantes europeus e americanos, jamais elaborou um projeto de colonização agrícola para a região como um todo que pudesse ser uma alternativa real à indústria da borracha. Os estímulos à agricultura reduziam-se a projetos imediatistas que possibilitassem o aumento de produtos alimentícios para, fazer frente à alta de preços em função da crise do abastecimento, causada pela corrida ao extrativismo (OLIVEIRA FILHO, 1979).

A ênfase às atividades coletoras extrativistas e não à agricultura deve-se a fatores ligados às condições encontradas pelos colonizadores e às medidas tomadas por estes para atingir seus objetivos, ou seja, obterem o maior lucro possível com a pequena mão-de-obra disponível e em curto espaço de tempo. A complexidade do meio ambiente do Novo Mundo não permitia que a agricultura da Amazônia fosse explorada com as mesmas técnicas agrícolas adotadas na Europa. Investir em novas técnicas nunca foi prioridade dos colonizadores, além de exigir tempo e enorme investimento de capital. Em contrapartida, a coleta não exigia altos investimentos como a agricultura (desbravar mata, cultivo, colheita e maquinaria), reduzindo-se a uma canoa e um pequeno grupo de índios.

Desde o início da colonização, os índios sempre foram alvo de disputa entre os colonos europeus (que chegavam com sede de escravizar em função de suas atividades agrícolas) e os missionários religiosos, especialmente os jesuítas, que atingiram a Amazônia com as primeiras expedições militares e possuíam planos para

as populações indígenas, através de seu programa de recolonização. As acusações mútuas entre colonos e jesuítas, na tentativa de controlar o destino das nações indígenas, levaram a Coroa, em 1755, a colocar as missões da Amazônia sob a direção das autoridades civis e, em 1759, a expulsar as missões jesuítas do país. A disputa pelo índio era uma guerra

"...entre os caçadores de escravos brasileiros, que queriam o corpo dos índios, e os jesuítas (e outros missionários), que queriam a sua alma - luta em que o índio americano estava destinado a perder ambas as coisas"
(WAGLEY, 1957:65).

Tal disputa expressava a falta de mão-de-obra para a execução dos objetivos traçados pelos colonizadores europeus, que agravou-se ainda mais em função da própria relação com os nativos, pois o processo de contato dizimou nações inteiras de índios, tanto em lutas armadas como pelas doenças transmitidas pelos europeus (a varíola, entre outras).

Os baixos custos da atividade coletora, a flexibilidade da atividade em mudar de produto sem prejuízos expressivos, adaptando-se às circunstâncias do mercado externo (ou seja, quando um produto tornava-se economicamente inviável ao extrator, ele iniciava a coletar de outro produto a fim de garantir seus lucros, dada a variedade disponíveis na região), as exigências de capital que eram mínimas,

permitiram a esta atividade atrair crescentes parcelas da população pobre da Amazônia denominada *caboclos*¹.

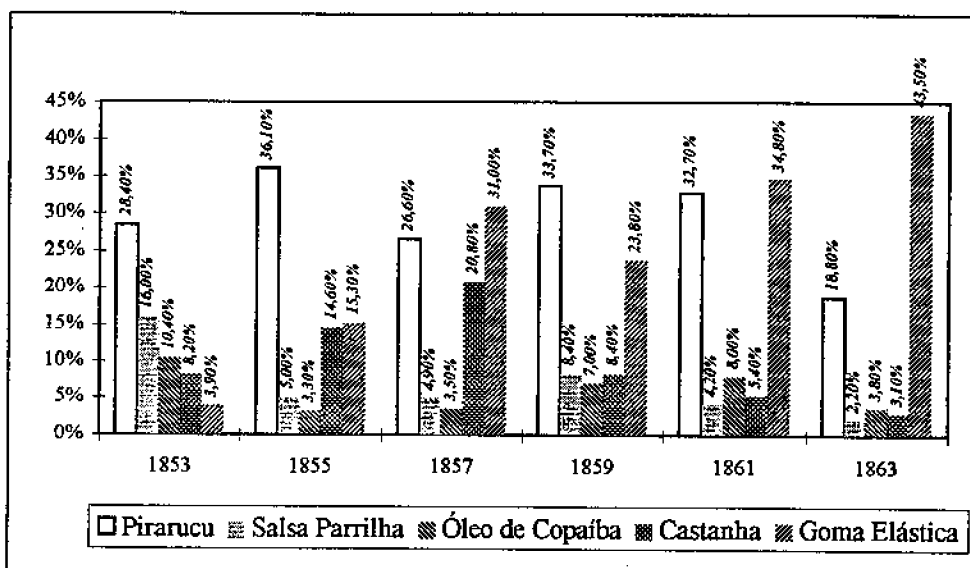
Entretanto, se a atividade coletora foi possível ao humilde caboclo, ao mesmo tempo teve que pagar um preço pela indisponibilidade de capital e de contatos externos. Sendo assim, o coletor acabava fazendo acordo com o comerciante local que lhe fornecia bens de consumo e utensílios para a coleta; em contrapartida, o caboclo endividado acabava deixando para o comerciante uma parte elevada da sua coleta.

Embora não se tenha conhecimento de dados para demonstrar a importância da economia extratora na Amazônia ao longo dos anos, o **Gráfico 1** permite demonstrar que, até meados do século XIX, a borracha (goma elástica) ocupava um espaço secundário nas exportações das províncias do Pará e Amazonas. Em 1853, enquanto a borracha participava com os inexpressivos 3,9% das exportação da região, as especiarias, como a salsaparrilha, o óleo de copaíba e a castanha juntos, participavam com 34,6% das exportações. A Tabela permite visualizar também o rápido crescimento da importância da borracha nas exportações. De uma participação de 3,9% em 1853, a borracha salta para 43,5% em 1863, enquanto os demais produtos juntos, no mesmo período, reduziram sua participação para 9,1%.

¹ Esta população geralmente era descendente de índios ou mestiça e, pelo fato de perder seus vínculos com as comunidades tribais, procurava sobreviver numa associação entre caça, pesca, cultivo de mandioca e aos poucos inseriam-se no extrativismo. Para análise sobre a categoria do caboclo, mostrando sua identidade e sua importância na sociedade Amazônica, ver LIMA-AYRES (1992).

GRÁFICO 1

Participação dos 5 (cinco) Produtos de Maior Valor nas Exportações das Províncias do Pará e Amazonas - 1851/1863



Fonte: OLIVEIRA FILHO, 1979:117

Os dados levam a crer que o maior interesse da borracha pelo mercado externo em função da descoberta da vulcanização em 1839 e a conseqüente ampliação do mercado nas indústrias de pneus de bicicletas e na embrionária indústria automobilística - interesse esse associado à introdução da navegação a vapor na Amazônia a partir 1853 que liberou parte da mão-de-obra ocupada no setor de transporte de barcos a remo ou a velas - permitiu alterar substancialmente o extrativismo na Amazônia e, em apenas dez anos, colocou a borracha como o principal produto de exportação.

O índio e os outros grupos dele descendentes, como o mameluco, foram amplamente explorados com a atividade extratora. Os povos nativos dominavam os *segredos da natureza* como a navegação, dos rios e igarapés, e conheciam os

diferentes tipos de especiarias e sua localização dispersa na floresta, mesmo porque muitos produtos que interessavam aos comerciantes exportadores faziam parte da dieta alimentar dessas populações. Sendo assim, os comerciantes que organizavam o trabalho de extrativismo ou intermediavam (fornecendo mercadorias complementares aos extratores, como sal e açúcar, e recebendo em troca parte dos produtos coletados) sempre preferiram o trabalho das populações indígenas e não dos escravos negros. O trabalho destes só se fez sentir na Amazônia nas culturas de cana-de-açúcar e de cereais, mesmo assim de forma inexpressiva. Diferente do que ocorreu no Nordeste com os donos de engenho, os colonizadores da Amazônia ficavam distantes das principais rotas de tráfico. Além do mais, os colonos ou fazendeiros que se dedicavam à agricultura eram muito pobres e não tinham condições de comprar escravos (BUENO, 1882; OLIVEIRA FILHO, 1979; GALVÃO, 1976). Para se ter uma idéia de como era formada a população da Amazônia brasileira, portanto, de como se constituía sua força de trabalho, no que se refere às diferentes raças, WAGLEY, ao analisar os relatos dos viajantes do século XIX, estimou

"...que em 1852 cinqüenta por cento dos habitantes do Vale eram índios e vinte seis por cento mamelucos, ou cruzamentos de índios e europeus; o resto era constituído por europeus e negros" (1957:67).

O interesse pelo índio nas atividades extratoras não quer dizer que ele tivesse privilégios em relação às violências praticadas contra a força-de-trabalho negra, conhecidas em todo país. À medida em que a produção da borracha crescia em função das exportações, aumentava também a necessidade de mão-de-obra, e conseqüentemente intensificavam-se os métodos de captura dos índios que se

prolongou até 1878, quando os retirantes cearenses, fugindo da crise do algodão e da seca daquele ano no Nordeste, inseriram-se também no trabalho da extração da borracha, diminuindo assim a captura do índio.

2.2 A Segunda Mobilização de Ocupação (1850-1920): O Extrativismo e a Industrialização

A segunda mobilização de ocupação, que corresponde à primeira investida para aumentar a produção da borracha extrativa na Amazônia, articula a borracha à industrialização em escala mundial (1850-1920). Nesta seção, descrevemos a trajetória da utilização da borracha para uso industrial, a partir de 1839, com a descoberta do processo de vulcanização. Este fato, associado à mania da bicicleta na Europa, na década de 1890, e à popularização do automóvel após 1900, aumentou a demanda pela borracha. Assim, o capital monopolista passou a interessar-se pelo controle da matéria-prima, investindo na Amazônia, já que, na virada do século, a sua produção era em torno de 50% da borracha natural consumida no mundo. Indicamos as formas de exploração da borracha baseadas no *aviamento*, a composição deste e o papel desempenhado pelas diferentes categorias sociais, assim como as estratégias de arregimentar trabalhadores e as práticas de violência no processo produtivo.

A primeira investida para aumentar a produção da borracha nativa envolveu firmas de países ricos como britânicas, norte-americanas, belgas e francesas com objetivo de aumentar a produção no Brasil, visto que, até 1880, em função do *habitat* da *Hevea* no vale da Amazônia e da forma extensiva como esta era ainda

explorada, a região foi virtualmente a única a fornecer borracha para o consumo internacional.

O interesse do capital internacional ligado aos países ricos em investir no aumento da produção da borracha nativa, tanto na Amazônia - exploração extensiva - como nos países asiáticos - exploração intensiva -, não ocorreu de imediato com a descoberta da sua utilidade.

Apesar dos europeus tomarem conhecimento da borracha e de seu possível aproveitamento, apenas em 1745, depois da viagem do francês LA CHARLES LA CONDAMINE pela Amazônia, antes desta data, Portugal já enviava de Lisboa para Belém botas do Exército e mochilas para serem impermeabilizadas (SANTOS, 1980).

No Brasil, os índios já faziam o uso da borracha na impermeabilização de roupas e confecções de calçados, além do fabrico de vasilhames. O seu uso na Europa ficou conhecido através de um amigo de LA CONDAMINE, engenheiro francês FRESNEAU, que, em 1747, procurou aplicar uma técnica de aproveitamento.

"Aplicando-se (a borracha) sobre o pano, pode-se obter encerados, luvas para bombas, roupas para mergulhadores, sacos para bolachas, etc."

(SANTOS, 1980:44).

No final do século XVIII, na Inglaterra e na França registraram-se patentes de produtos cuja base seria a borracha, como lonas impermeabilizadas e roupas à prova d'água. Com exceção da borracha-de-apagar, o uso comercial da borracha na Europa ocorreu apenas em 1803, quando na França se instalou a primeira fábrica de borracha, produzindo ligaduras elásticas para suspensórios e ligas. Com o mesmo objetivo, em

1811 instalou-se a segunda fábrica em Viena e, em 1820, a terceira na Inglaterra. No entanto, a solução definitiva para a indústria da borracha só ocorreu em 1839, quando o americano CHARLES GOODYEAR melhorou o processo de vulcanização. Sendo assim, a alteração de temperatura que era o maior problema da indústria da borracha foi resolvido, porquanto a borracha vulcanizada passou a resistir ao calor e ao frio e a ser utilizada amplamente no fabrico de produtos industrializados, como rodas dentadas, correias, mangueiras, telhas, sapatos, capas de chuva. Enquanto isso, na Amazônia, especialmente o Pará, alheia ao processo de vulcanização da borracha, exportava uma pequena parte da borracha em forma de pele, pois o mercado ainda era limitado, e utilizava a maior parte da produção no fabrico de utensílios como sapatos e garrafas para exportar. Os utensílios eram moldados pelos próprios seringueiros no seringal ou a matéria-prima era enviada para as oficinas em Belém, para ser manipulada e depois exportada (SANTOS, 1980; WINSTEIN, 1993 e TOCANTINS, 1961).

Já no período de 1830 a 1840, para se ter uma idéia de como o Pará tornou-se o principal centro *industrial* de borracha, enquanto os países capitalistas permaneciam importadores e consumidores, os dados referentes às exportações de pares de sapatos são reveladores. De 1836 a 1839, o Pará exportou 1.280 para a Antuérpia, 49.161 para Boston, 38.641 para Hamburgo, 28.711 para Londres, 3.259 para Marselha, 87.879 para Nova York e 245.982 para Salém (em Mass.) (SANTOS, 1980:51-52). Porém, menos de uma década depois, o setor manufatureiro do Pará desapareceu quase por completo e praticamente toda a produção gomífera passou a ser exportada

em forma bruta, pois, a partir de 1839, a borracha ganha valor comercial enquanto matéria-prima.

A descoberta da vulcanização estimulou o interesse do capital monopolista pelo controle da matéria-prima.

"Assim, a intensificação do processo de exportação de capitais é, nitidamente, tentativa de encontrar oportunidades de investimentos mais lucrativos em outras regiões. Também, a redescoberta do colonialismo que se dá no final do século passado, com a repartição da África e da Ásia entre as potências, marca uma vigorosa tentativa do capital monopolista de se apropriar das fontes de matérias-primas, monopolizando-as, e, com isso, possibilitando o barateamento das matérias-primas, e, portanto, o aumento da taxa de lucro. Coloca-se, para o capital monopolista na virada do século, a exportação de capitais e a monopolização das fontes de matérias-primas como expedientes decisivos na tentativa de impedir a queda da taxa de lucro" (PAULA, 1981:9).

Contudo, o capital monopolista na região amazônica passou a investir em vários esferas da economia, objetivando atingir dois setores básicos: a criação de uma infra-estrutura no setor de transporte e comunicação com o fim de dinamizar as exportações da borracha; e o aumento da mão-de-obra disponível para multiplicar a produção gomífera frente à demanda pela indústria. SANTOS, que descreveu e analisou as firmas estrangeiras que investiram na economia da borracha, como também o valor do capital e a finalidade das mesmas na virada do século, embora

admita a importância do investimento do capital internacional na economia gomífera, acentua a dificuldade de se estabelecerem parâmetros para analisar a sua importância sobre a renda interna da região.

"Não há meios de estabelecer coeficientes de capital sobre a renda interna regional no período analisado, sobrando indícios, porém, de que fossem muito elevados no início, mercê da contribuição extra-regional" (1980:154).

Quanto à migração nordestina rumo à Amazônia (força-de-trabalho destinada a produção da borracha), que ocorreu a partir de 1878, conforme já referimos, não se pode atribuída apenas à seca de 1877. No início do período expansionista da borracha, o sistema de aviamento², centralizado em Belém, encontrava-se frente a três maneiras para aumentar a produção da borracha: cultivar a *Hevea*, aperfeiçoar as técnicas de produção existentes ou penetrar em regiões inexploradas. Em função da mentalidade expansionista dos extratores, desenvolveu-se a terceira opção. Os lugares mais próximos ao centro do comércio da borracha nestas condições, estavam situados ao longo dos rios Xingu e Tapajós no Pará, não obstante, como estes rios

² Para esclarecer o Sistema de aviamento do século XIX e sua organização em cadeia, SANTOS explica: *"Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O "aviador" de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo "aviador", o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar "juros fixos". Esse "aviador", por seu turno, era "aviador" por outro e também pagava "juros extras" apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo do "juros extras" e do rebaixamento do preço local da borracha. A cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. Neste caso, ele próprio se constituía um "aviador" de primeira linha, ligando-se diretamente, por um lado, às casas "aviadora" de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu "aviado" ou "freguês"* (1980:159-160).

dificultavam a navegação com suas cachoeiras, boa parte dos aviadores preferiram dirigir-se para os seringais dos estados do Amazonas e Acre.

"Como os rios Purus, Juruá e Javari, mais a oeste, permitissem a passagem absolutamente desimpedida para navios a vapor na maior parte de sua extensão, os aviadores de mentalidade expansionista evitaram os vales do alto Xingu e do alto Tapajós em favor dos seringais do Amazonas e do Acre"
(WEINSTEIN, 1993:211).

Frente aos destinos dados pelo sistema de aviação, investindo mais para o oeste, parte da população do Pará deslocou-se em direção ao Amazonas e ao Acre³. Enfim, o crescimento da mão-de-obra nordestina na economia da borracha não deve ser atribuída à seca, mas à administração pública, e a fatores e ações dos agentes sociais envolvidos como: a estagnação da agricultura nordestina, o capital internacional, o sistema aviação do Pará e Manaus.

"Financiados por grupos econômicos internacionais, através de uma complexa rede que envolvia exportadores, bancos e grandes empresas industriais, as casas aviadoras de Belém e Manaus e os seringalistas formaram grupos de agenciadores que recrutavam mão-de-obra nos portos do litoral e mesmo em pleno sertão. Resultou disso um êxodo dirigido, comandado em última instância pelos interesses econômicos de grandes empresas capitalistas norte-americanas e européias. Também as

administrações provinciais do Pará e do Amazonas participaram de operações de recrutamento de mão-de-obra, com vistas mais especificamente a programas de colonização agrícola, que em geral fracassaram e acabavam por conduzir mais mão-de-obra para os seringais" (PINTO DE OLIVEIRA, 1985:140).

Os dados referentes à migração nordestina para a Amazônia no período do *boom* da borracha são bastante controvertidos. FURTADO, que foi o menos conservador nas suas análises, chegou a estimar em 500 mil o número de migrantes (1987:129-135). Para BENCHIMOL (1965), que estudou as características dos migrantes, estes tinham dois estímulos básicos que os deslocavam em direção à Amazônia: a motivação do ganho e a fuga da fome e da seca do nordeste. Os primeiros geralmente chegavam solteiros enquanto os segundos, casados. Os migrantes pensavam por algum motivo em retornar à sua terra natal. Uma minoria de solteiros conseguia, enquanto para os casados isso era praticamente impossível.

O capital monopolista ligado às indústrias da Europa e dos EUA passou a preocupar-se com os limites da produção de borracha no sistema extrator, pois enquanto nestes países a tecnologia permitira o crescimento significativo do consumo - mais da metade da borracha consumida no mundo, ao menos até 1910 - a borracha continuava sendo produzida em moldes tradicionais, ou seja, sem nenhuma técnica que pudesse, de acordo com a demanda do mercado, aumentar a produtividade das

³ SANTOS, examinando as migrações internas no período de 1850 a 1870, já havia percebido que existia uma corrente migratória do Pará para o Amazonas em busca da indústria extrativista e que a tendência era o seu crescimento (1980:72).

árvores existentes ou implantar o cultivo da *Hevea*. Portanto, a médio e a longo prazo, o extrativismo tradicional mostrava-se inviável economicamente, posto que o montante de árvores de *Hevea* disperso pela mata poderia tornar-se insuficiente para atender o mercado. Para HOMMA (1990), se uma técnica extrativista alcança um mercado qualificado em expansão, então ela vai desaparecer. Uma vez que a capacidade de produção extrativa é severamente limitada pelo estoque natural, a oferta não irá acompanhar a demanda. Em consequência, o preço tenderá a subir, o que vai estimular o desenvolvimento de técnicas mais avançadas - neste caso: a domesticação da *Hevea brasiliensis* pelos ingleses no oriente. Quando a nova técnica entra em produção, segundo o mesmo autor, a técnica antiga declina e tende a desaparecer.

Enquanto o capital estrangeiro investia na extração da borracha nativa através de um modelo expansionista na Amazônia, e, ao mesmo tempo, não descuidava de investir em pesquisa com o objetivo de cultivar *Hevea* e aumentar a produtividade⁴, a

⁴ O trabalho de DEAN (1989) procura mostrar em detalhes todas as tentativas de cultivo da *Hevea* em diversos institutos agrônômicos do mundo, tanto no Brasil como nos países asiáticos, desde a seleção das sementes até as técnicas de enxertia, assim como os estudos dos fungos que atacavam a planta. O autor não concorda com a afirmação de que houve uma transferência de sementes e de mudas para outras regiões mais propícias ao cultivo da *Hevea*, como a Ásia, sem o conhecimento das autoridades brasileiras, mesmo porque o primeiro pesquisador a recomendar o cultivo da *Hevea*, ironicamente, foi o brasileiro João Martins de Silva Coutinho que, em 1863, recomendava ao governo provincial do Pará o cultivo da planta para aumentar a produtividade, não sendo ouvido. Além do mais, a pesquisa demonstra como o cultivo da *Hevea* nos países asiáticos, especialmente na Malásia, dinamizou-se as relações de produção capitalista no emprego de mão-de-obra assalariada e de técnicas mais produtivas. Os investimentos resultaram, ao menos em plantações adultas, num rendimento três vezes melhor do que no sistema extrativista brasileiro.

elite dirigente brasileira, ao menos num primeiro momento que vai até 1906, não admitia que o esforço dos países ricos em cultivar a *Hevea* pudesse ter sucesso⁵.

A **Tabela 1** permite entender melhor a importância do volume da borracha cultivada (plantação), onde a participação brasileira era mínima, enquanto a produção da borracha plantada consegue aumentar sua produção de 4 toneladas em 1900 para 481.826 toneladas em 1925. O sistema extrator brasileiro no mesmo período, aumentava continuamente a produção até 1912 (aritmeticamente); mas enquanto isso o sistema asiático-britânico estava aumentando a sua produção exponencialmente. Analisando os dados da produção brasileira, através de uma ajuste da curva de tendência polinomial - **Gráfico 2**, o que se vê é que a produção declina depois de 1912, quando os preços caem em resposta à expansão da produção asiática. Mas essa queda é de esperar. O que é curioso é que a queda não tenha sido absoluta, e como pode-se observar há uma recuperação após 1921 - isso por causa do Plano Stevenson, o qual o cartel liderado pela Inglaterra pôs em ação para levantar os preços, chegando a declinar como ocorreu em 1921, quando produziu apenas 19.837 toneladas.

⁵ Grande parte da elite brasileira acreditava que a *Hevea* só poderia desenvolver-se na Amazônia. A classe dirigente só tomou conhecimento do efetivo do cultivo da *Hevea* nos países orientais, e da ameaça que isto poderia trazer à economia da borracha da Amazônia, quando o deputado MIGUEL CALMON, depois de ter viajado diversas vezes para inspecionar as plantações orientais e ter sido nomeado, em 1906, para presidir uma comissão a fim de investigar os boatos acerca do rendimento potencial de borracha daquele continente, apresentou o relatório mostrando os dados do impulso da borracha cultivada.

TABELA 1

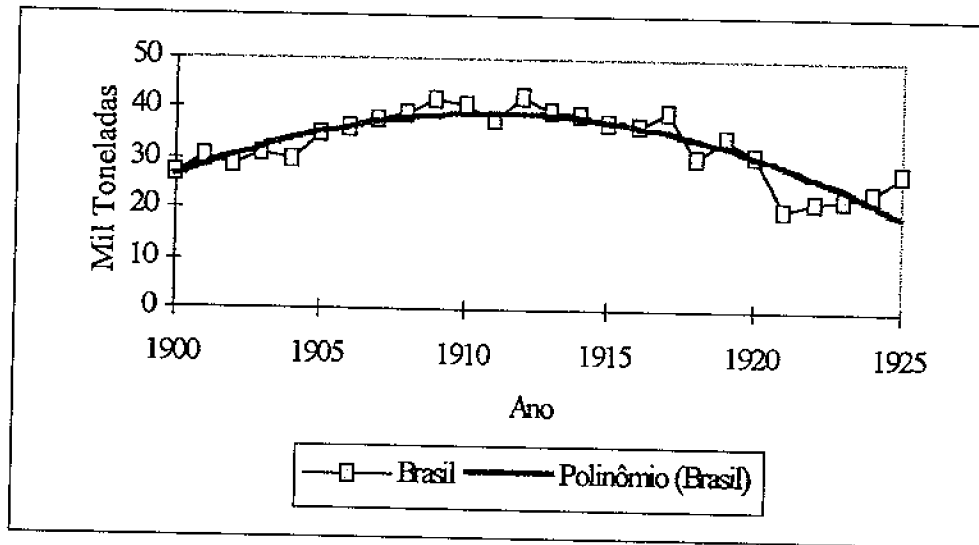
Estatística da Produção da Borracha em Toneladas - 1900 a 1925

Ano	Plantação	Brasil	Outros Países	Total	Aumento ou decréscimo %
1900	4	26.750	27.136	53.890	%
1901	5	30.300	24.546	54.850	+ 1.7
1902	8	28.700	23.632	52.340	- 4.5
1903	21	31.100	24.829	55.950	+ 6.8
1904	43	30.000	32.077	62.120	+ 11.0
1905	145	35.000	27.000	62.145	+ 0.4
1906	510	36.000	29.700	66.210	+ 6.5
1907	1.000	38.000	30.000	69.000	+ 4.2
1908	1.800	39.000	24.600	65.400	- 5.2
1909	3.600	42.000	24.000	69.600	+ 6.4
1910	8.200	40.800	21.500	70.500	+ 1.2
1911	14.419	37.730	23.000	75.149	+ 6.5
1912	28.518	42.410	28.000	98.928	+ 31.6
1913	47.618	39.770	21.451	109.440	+ 9.6
1914	71.380	39.000	12.000	120.380	+ 11.0
1915	107.867	37.220	13.615	158.702	+ 31.8
1916	152.650	36.500	12.448	201.598	+ 27.0
1917	213.070	39.370	13.258	265.698	+ 31.1
1918	255.950	30.700	9.929	296.579	+ 11.7
1919	285.225	34.285	7.350	326.860	+ 10.2
1920	304.816	30.790	8.125	343.731	+ 5.1
1921	271.233	19.837	2.890	293.960	- 14.4
1922	354.980	21.755	3.205	379.920	+ 29.2
1923	384.771	22.580	5.420	412.771	+ 8.3
1924	391.607	23.514	6.096	421.217	+ 2.1
1925	481.826	27.386	6.735	515.947	+ 22.4

Fonte: SOARES, 1927:58

GRÁFICO 2

Produção Brasileira de Borracha e Curva de Tendência Polinomial - 1900 a 1925



Em síntese, a estagnação da produção da borracha brasileira não se deve apenas à falta de árvores de *Hevea* disponíveis, mas principalmente em função do avanço técnico que os países asiáticos conseguiram atingir no cultivo, provocando aumento de produção e queda no preço da borracha no mercado internacional, especialmente a partir de 1911⁶.

Logo, a entrada da borracha asiática no mercado internacional e por extensão a queda dos preços provocou uma profunda crise em toda região Amazônica, atingindo em cheio o sistema de aviamento que era a espinha dorsal da economia da borracha. Nos centros urbanos como Manaus e Belém, que tinham acumulado riqueza

⁶ SANTOS, que analisou o valor da borracha exportada da Amazônia no período de 1866 a 1918, sintetizou da seguinte maneira o comportamento dos preços: "De 1866 a 1888, verifica-se uma ascensão moderada das cotações; de 1889 a 1910, uma aceleração no seu crescimento; e de 1911 a 1920, o declínio" (1980:224). É evidente que a variação dos preços da borracha estava ligada também às especulações do capital monopolista que entrava no negócio forçando a oscilação do preço do mercado para obter lucro.

no auge da borracha, a repercussão da crise foi imediata: diminuição de receita; fechamento de casas exportadoras e aviadoras; desvalorização dos imóveis; arruinamento das indústrias e das marcenarias ligadas à indústria naval tanto de navios como de barcos; migração da força-de-trabalho para outras regiões; apenas para enumerar algumas das conseqüências. Para WEINSTEIN (1993), a crise só não foi maior porque o sistema de aviação salvou-se de sua completa falência, graças os seringueiros que não poderiam retornar à agricultura indígena, em função de terem adquirido hábitos de consumo *modernos*, o que garantia o comércio dos aviadores.

Frente à crise da borracha que se acentuou a partir de 1912, a questão que se colocou foi a seguinte: Como a elite, local que se beneficiou da economia da borracha e ajudou a dirigir a economia amazônica acumulando capital por um longo período (em torno de meio século), não investiu na modernização do cultivo da *Hevea*, assim como não conseguiu buscar uma alternativa econômica para substituir a economia da borracha?. Os pesquisadores que tentaram responder a essa questão chegaram a respostas diferentes. Para DEAN (1989), a falta de resultados satisfatórios no cultivo da *Hevea* na Amazônia, apesar das tentativas, não deve ser atribuído a fatores ligados à política governamental, à falta de oferta de capital ou à resistência dos seringueiros, mas sim aos fatores biológicos, ou seja, não se conseguiu o domínio tecnológico para enfrentar as diversidades climáticas locais. Segundo DEAN, não havia uma barreira biológica intransponível na Amazônia, inexistente na Ásia:

“Ao contrário, foi a ignorância humana de descobrir um meio de prevenir ou atenuar os ataques do fungo que tornou a heveicultura antieconômica”
(1989:225).

Já para WEINSTEIN (1993), os resultados insatisfatórios no cultivo da *Hevea* e a falta de alternativas econômicas para substituir a economia da borracha devem-se à combinação de vários fatores históricos, econômicos e políticos onde o capital estrangeiro, apesar de ocupar uma posição secundária na economia da borracha, mantinha o controle das casas exportadoras que eram o topo da hierarquia dominal do sistema de aviamento; ao mesmo tempo, não havia uma tecnologia inovadora, apesar do interesse, para impor-se à produção do sistema extrativista, ou sobrepujar os obstáculos ambientais e humanos; além de tudo, a elite local, que sempre controlou a comercialização, exceto as casas exportadoras, nunca se interessou em investir na inovação tecnológica para aumentar a produção. Em suma, o capital estrangeiro não conseguiu impor-se ao sistema de aviamento que proporcionava riqueza à elite local, desinteressada em produzir em moldes capitalistas.

Com o colapso da borracha que se estende de 1912 a 1942, parte da força-de-trabalho abandona o seringal⁷, ao passo que a grande maioria da população procura conciliar a continuidade da extração da borracha, apesar dos preços baixos, com a agricultura de subsistência, mais a extração do cacau e da castanha do Pará, dependendo da localização.

No caso da produção agrícola, **Gráfico 3**, o colapso da borracha traduz-se em expansão das culturas de subsistência. Em 1910, o feijão participava com 0,03% do valor da produção e, em 1920, atingiu 0,87% desta participação. Já o arroz que em

⁷ O Acre que concentrava a produção de borracha vegetal, de 1920 a 1940 perdeu 13,6% de sua população (SOBRINHO, 1992:58).

1910 participava com 0,33% do valor da produção, em 1920, chegou a atingir 16,87% desta participação.

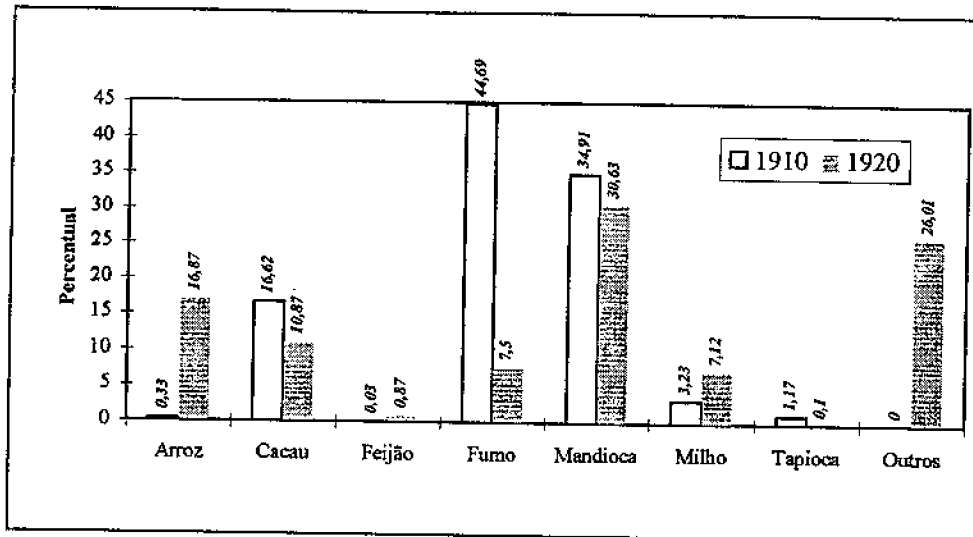
Quanto à extração Vegetal, como se pode observar no **Gráfico 4**, a borracha cedeu lugar a outros produtos como azeite e óleo, castanha, guaraná e piassava. Em 1910, a borracha participava com 98,30% do valor da produção, em 1920; sua participação reduziu-se para 58,92%.

No caso da produção animal e derivados, **Gráfico 5**, percebe-se um aumento significativo do pescado. Em 1910, o pescado participava com 6,59% do valor da produção e, em 1920, atingiu 27,60% desta participação.

Em suma: ao mesmo tempo em que a economia de exportação da borracha entrava em colapso, a economia regional se deslocava para atividades agropecuárias e substituía a atividade extrativa. O mesmo fenômeno foi constatado por ALMEIDA (1992), especificado no estado do Acre. Segundo o autor, o colapso do extrativismo neste período, traduziu-se em maior fartura de alimentos para a população mais pobre.

GRÁFICO 3

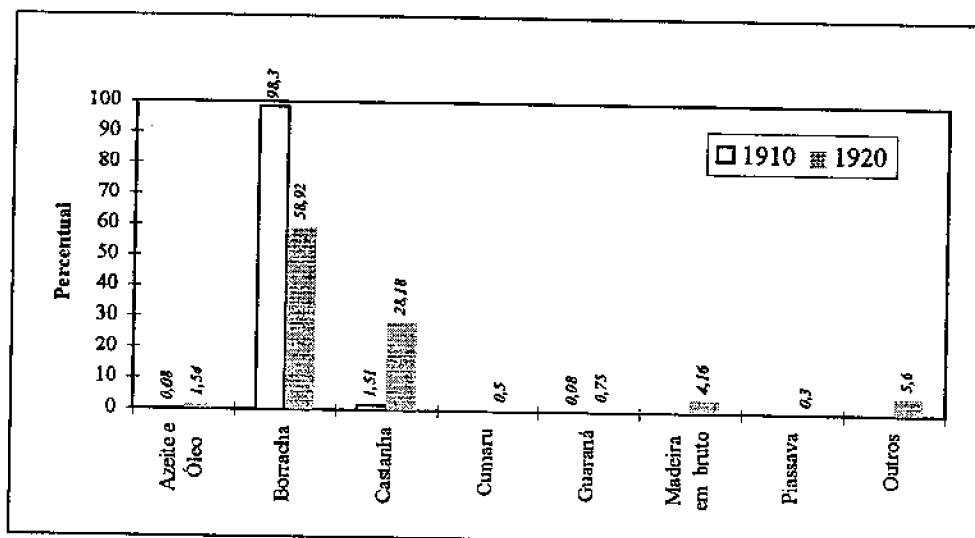
Composição da Renda Interna na Amazônia da Produção Agrícola em % - 1910/1920



Fonte: SANTOS, 1980: 334-335

GRÁFICO 4

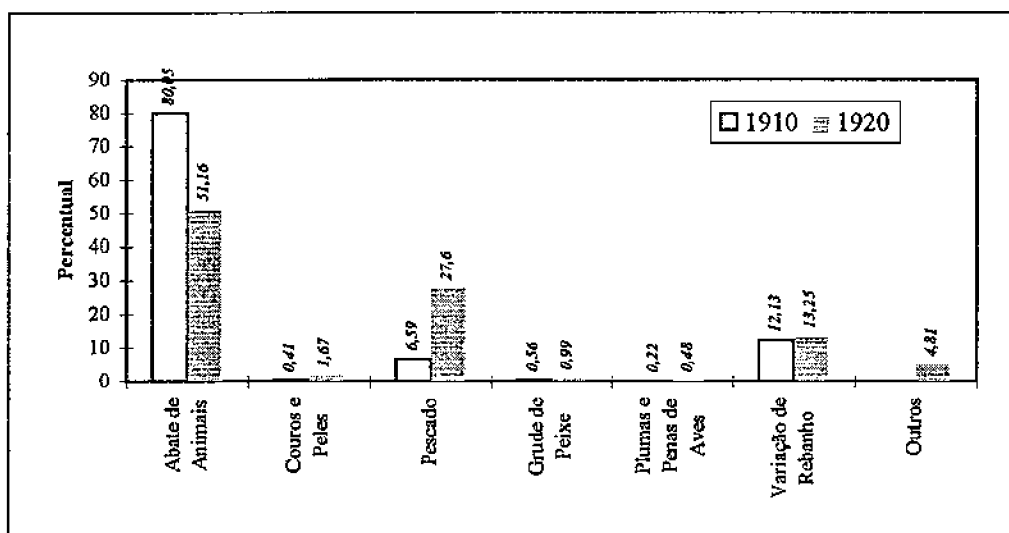
Composição da Renda Interna na Amazônia da Extração Vegetal em % - 1910/1920



Fonte: SANTOS, 1980: 334-335

GRÁFICO 5

Composição da Renda Interna na Amazônia da Produção Animal e Derivados em % - 1910/1920



Fonte: SANTOS, 1980: 334-335

2.3 A Terceira Mobilização de Ocupação (1942-1945): O Extrativismo e a 2ª Guerra Mundial

Tratamos aqui da terceira mobilização que corresponde à segunda investida para aumentar a produção da borracha, concomitante à Segunda Guerra Mundial (1942-1945). Destacamos que os Estados Unidos, com a maior frota automobilística do mundo, não dominavam plenamente a produção da borracha sintética no contexto da guerra, e, tendo os japoneses conquistado o comércio da borracha centralizado nas plantações da Malásia e Ceilão, ficaram os norte-americanos privados do fornecimento deste produto. Assim, os governos dos Estados Unidos e Brasil selaram o Acordo de Washington com o fim de reativar o extrativismo da borracha.

Enfatizaremos aqui as novas estratégias de arregimentar a mão-de-obra para esta atividade e as práticas de violência contra o trabalhador.

Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1920, o governo americano, temendo a formação de um cartel da borracha no sudeste asiático controlado pelos britânicos, começou a ver o Brasil como um potencial de cultivo da *Hevea* em grande escala. Neste sentido, o governo brasileiro auxiliava os americanos nas pesquisas e facilitou a implantação do projeto da Ford no cultivo de *Hevea* em grande escala no Pará (Fordlândia e Belterra). Apenas em 1942, em função da Segunda Guerra Mundial houve um verdadeiro empenho dos EUA em aumentar a produção da borracha nativa no Brasil, já que a borracha cultivada mostrava sinais de insucesso.

O fracasso deste empreendimento como um todo, diferentemente dos argumentos de DEAN (1989) mencionados acima, deu-se pela dificuldade de arregimentar a mão-de-obra. O salário pago aos trabalhadores de Fordlândia era maior ou igual ao salário pago aos trabalhadores rurais do Pará e trabalhadores não faltavam. Ao lado da empresa capitalista, aumentava cada vez mais a pequena produção familiar, o campesinato agrícola. Portanto, força de trabalho existia.

“O que não existia era mercado de trabalho para o capital, nas dimensões requeridas pela Companhia. E a sua experiência mostrou, uma vez mais, que as relações capitalistas de produção não têm a força de, por si, atrair e subordinar pelo assalariamento os trabalhadores existentes ” (COSTA, 1993:90).

Todavia, durante o Acordo, foram sendo criados vários órgãos e planos para incrementar a produção⁸. Um dos principais órgãos criados foi o Banco de Crédito da Borracha (BCB), com capital americano e brasileiro, para fornecer empréstimos aos seringalistas, comerciantes e pessoas interessadas na industrialização da borracha. Mas, se por um lado, a intervenção do Estado na economia da borracha permitiu aumentar a produção, por outro lado, sua interferência nas relações de produção através do denominado contrato-padrão elaborado pelos técnicos do BCB, acabou em retorno aos velhos regulamentos dos seringais elaborados no início do século, haja visto que o Estado não conseguiu romper com o sistema de aviamento (SOBRINHO, 1992:83-91).

Para viabilizar as necessidades imediatas de aumento da produção da borracha nativa, recorreu-se novamente à mão-de-obra nordestina e de outras regiões do país, os *soldados da borracha* como ficaram sendo conhecidos, que se dirigiam para a *batalha da borracha* na Amazônia, sem técnicas de exploração nem conhecimento da região. Estima-se que a mobilização da força de trabalho para a exploração de borracha feita através do SEMTA, SESP, SAVA e CAETA, tenha atingido 24.300 trabalhadores (COELHO, 1982:63).

⁸ Para entender com mais detalhes a importância da produção e comercialização da borracha no contexto da Segunda Guerra Mundial, assim como o Acordo de Washington e como este repercutiu no âmbito da produção no vale do Amazonas Ver (MARTINELLO, 1988).

As causas do fracasso na produção da borracha financiado pelo acordo de Washington são muitas⁹. Em primeiro lugar, conforme vimos, embora o Estado tenha se tornado o principal agente econômico da produção da borracha, não conseguiu romper com o sistema de aviamento e, pior ainda, promoveu a migração de trabalhadores que não tinham a prática do caboclo da Amazônia e eram incapazes de abrir as estradas novas ou reabrir as velhas estradas para atingir as melhores *Hevea*. Em segundo lugar, era necessário atingir uma elevada produção em curto tempo, mas os técnicos, administradores americanos e os contratados no sul do país não conheciam a sociedade amazônica e muito menos o sistema de comercialização praticado na região. Em terceiro lugar, a elite local reagia negativamente à intervenção do Estado em alguns setores da produção como nas relação de produção. Por último, os seringueiros novos e antigos recusavam-se a produzir nos níveis asiáticos.

Enquanto o seringueiro asiático fazia 1-2 toneladas anuais em média, no Brasil a média histórica eram 400 kg ou menos. Assalariar não deu certo - caso da Ford. O sistema de aviamento não apresentava evolução na produção, mas era o único que conseguia atrair trabalhadores livres em uma situação de terra abundante. Em outras palavras, o problema consistia na impotência do capitalismo para controlar o contingente de trabalhadores amazônicos, escasso e com terra abundante (ALMEIDA, 1992).

⁹ No período final do retrocesso e estagnação que antecede o Acordo de Washington, a produção de borracha natural brasileira atingia, em 1941, 12.840 toneladas, chegando ao final do acordo, em 1945, com uma produção

Com o fim da Segunda Guerra e o término do Acordo de Washington, o Estado, que exercia o monopólio de compra e venda da borracha mantendo um preço artificial se comparado ao custo de produção das cultivadas na Ásia, encerrou a política protecionista à economia da borracha, levando o setor a uma crise sem precedentes.

Para ALVES PINTO, que analisou as medidas tomadas pelo governo na extinção do monopólio de comercialização por parte do Estado, o golpe fatal ao setor de extrativismo da Amazônia foi dado em 1967, quando este adotou medidas para que preço da borracha brasileira fosse equiparado ao vigente no mercado internacional (1984:135-136). Neste contexto, o excedente da produção brasileira deixou de ter preço e mercado garantido. Como reflexo crise e pela própria diminuição da borracha nativa, a produção brasileira não conseguia atender sequer as necessidades internas da embrionária indústria nacional e, em 1951, chegava ao Brasil a primeira importação de borracha vegetal da Malásia.

2.4 *Violência e Poder no Extrativismo da Borracha*

Refletimos aqui sobre o tipo de violência praticado durante as duas investidas para aumentar a produção da borracha extrativa (1850-1920 e 1942-1945). Verificou-se que o capital monopolista (apoiado administrativa e militarmente pelo imperialismo) controlou a comercialização e a produção da borracha em regiões como Putumayo, no Peru e Extremo Oriente, na Indochina, Java e Malásia. Nestes locais

de 22.902 toneladas (COSTA & CAPELA, 1970:45); portanto, dos números atingidos no auge da produção em

praticou-se uma violência contra os trabalhadores, próxima do nazismo: milhares foram mortos e mutilados sob regime de campos de concentração. No caso brasileiro, não havia a *subordinação formal ao capital*, pois o capital monopolista não detinha o controle da produção. Assim, o processo de violência contra o trabalhador manifestou-se indiretamente, porquanto o seringueiro, em teoria autônomo, mas na condição de devedor, era sujeito à violência da imobilização legitimada pela noção de débito.

Pela leitura analisada, tudo indica que o capital monopolista interessado no comércio da borracha, teve uma participação diferenciada nos países produtores, no que se refere ao controle da comercialização e da produção. Paralelamente, as práticas de poder e violência também foram diferenciadas.

Para ilustrar: a região peruana de Putumayo - divisa entre Colômbia e Peru -, o capital monopolista e/ou seus representantes eliminavam o comércio local e controlavam diretamente a organização da produção com o uso da violência física, similar aos métodos de violência utilizados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial contra os judeus, como tortura, mutilação e morte aos índios quando estes não conseguiram extrair das matas o volume de borracha exigido pelo capital imperialista (TAUSSIG, 1993). Práticas semelhantes de violência foram utilizadas na *modernização* da produção (cultivo) da borracha no extremo Oriente (Indochina, Java e Malásia), onde ocorreram milhares de mortes e mutilação de trabalhadores, sob o regime de campos de concentração.

1912, quando se chegou a 42.410 toneladas (ver Tabela 1).

No caso brasileiro, a imobilização da força-de-trabalho no seringal e as estratégias para tal intento, constituíram as principais práticas de poder e violência contra os trabalhadores do extrativismo. Conforme observamos, estas práticas diferenciavam das utilizadas nas regiões de Putumayo e Extremo Oriente. O seringueiro em teoria era um *igual* a não ser por estar aprisionado como devedor, o que nos remete a refletir a violência e poder sob outro prisma, ou seja, fora do padrão onde a prática de violência através da eliminação física constitui o principal instrumento de controle e poder.

Sem entrarmos em detalhes do *sistema de aviamento* já descrito atrás, onde a elite comercial local ocupava um posto privilegiado da hierarquia, por um lado, e por outro, os seringueiros constituíam a sua base. Já no início deste século, CUNHA apontava para os problemas das relações trabalhistas no controle da comercialização e da produção no seringal da Amazônia, levando o trabalhador a uma imobilização por dívida, descrito assim:

"... o seringueiro realiza uma tremenda anomalia, é o homem que trabalha para escravizar-se" (1922 [1909]:22).

Oitenta anos depois, apesar das alterações no extrativismo da borracha, este fenômeno continua presente (O'DWYER, 1989).

2.5 *A Quarta Mobilização de Ocupação (1970-1996): Expansão do Capitalismo na Fronteira*

2.5.1 **Pulverização das Ações Governamentais**

No período pós as duas investidas para aumentar a produção de borracha extrativa (1850-1920 e 1942-1945), desencadeou-se pela Amazônia um processo de desinteresse tanto do setor público como do privado. Isto não quer dizer, entretanto, que a região, mesmo antes de tornar-se palco das grandes discussões¹⁰, não tenha atrido categorias sociais subalternas expulsas de outras regiões.

Na década de 50 e 60, a Amazônia Oriental vinha sendo ocupada por camponeses, originalmente nordestinos, que desenvolviam uma *agricultura de queimadas em movimento* (VELHO, 1976:197), chegaram ao Oeste do Maranhão, finalmente atingindo o sul do Pará, particularmente a região dos castanhais (EMMI, 1987), em busca de terras livres (MUSUMECI, 1988). Do outro lado da Amazônia, a Ocidental, houve neste mesmo período algumas experiências, como a colonização privada no caso de Rondônia, embora houvesse o predomínio da ocupação de terras devolutas, ambas sem expressão (LOPES, 1983).

Além das atividades agrícolas desenvolvidas, principalmente por uma agricultura de subsistência ao longo dos anos, constatava-se a presença de garimpeiros embrenhados nas matas em busca de *riquezas fáceis* e os remanescentes

¹⁰ A nível nacional, as discussões ocorridas na década de 70, foram em torno do processo de Colonização da Amazônia e na década de 80 se deram sobre a fundamentação dos grandes projetos. A nível internacional, a questão ecológica assume a dianteira das discussões a partir do final dos anos 80.

das mobilizações pela borracha, denominados caboclos ou ribeirinhos. Mas antes mesmo das diferentes categorias sociais mencionadas estabelecerem-se em diversos espaços físicos e/ou sociais na Amazônia, o índio com suas especificidades culturais, fazia-se presente.

Assim, para podermos entender como surgiram e se multiplicaram as diferentes categorias sociais subalternas na Amazônia e de como estas se inseriram no processo produtivo que se diversificou ao longo dos anos, consideraram-se alguns elementos essenciais.

1. Antes da intensificação do capitalismo na Amazônia ocorrido a partir do final dos anos sessenta, a região já possuía uma economia baseada no extrativismo; além do mais, as áreas consideradas *devolutas* pela união, eram na sua maioria, ocupadas pelos índios, posseiros e caboclos.
2. O Estado fez-se presente para financiar grandes projetos de agropecuária, indústria, extração mineral e disciplinando a colonização dirigida ou através das rodovias, estimulando a ocupação de terras devolutas.
3. A ocupação ou *interiorização* da Amazônia, deve-se a um processo externo e outro interno. O primeiro em função da modernização da agricultura no Centro-Sul e da seca do Nordeste¹¹, que obrigava os camponeses a buscar novos espaços para reproduzirem-se. O segundo, em função da implantação

¹¹ Para uma análise crítica e detalhada das especificidades da modernização da agricultura brasileira com a interferência do Estado e suas conseqüências, entre outras, o processo que forçou a migração do Centro-Sul e do Nordeste para a Amazônia, SORJ (1980).

de grandes projetos que obrigavam os próprios *povos da floresta* (castanheiros, caboclos, índios e posseiros) a se deslocarem internamente para se reproduzirem¹².

A intervenção do Estado na economia como um todo, particularmente na região da Amazônia legal, ocorre principalmente a partir do final da década de sessenta. Ocorria, porém, mesmo antes deste período, com projetos de abertura de estradas, principalmente através do governo JK, quando o Estado já lançara as bases para a ocupação da Amazônia. Em 1958, o Governo deu início à Rodovia Belém-Brasília (BR-010) com o objetivo de interligar parte da economia da Amazônia Oriental com o resto do País e, em 1960, o governo deu início à Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) objetivando interligar parte da economia da Amazônia Meridional também com o resto do País. Com isso, os rios que, ao longo dos anos, sempre foram um referencial para o desenvolvimento econômico da região, seja para o transporte dos produtos ou para a localização das terras mais férteis que os margeiam, começam a perder sua importância de referencial para as comunidades ribeirinhas. O *novo* e o *moderno* que a sociedade passou a apresentar à região, incluindo produtos alimentícios que contrastavam com os produtos nativos da Amazônia, representavam a industrialização que começou a chegar do *sul maravilha*, através das rodovias.

¹² Entre vários trabalhos que demonstram o deslocamento dos grupos subalternos na Amazônia, podemos destacar: a questão dos ribeirinhos e/ou caboclos (RAMOS DE CASTRO, 1989); a questão dos castanheiros (EMMI, 1987); a questão dos índios e dos posseiros (MARTINS, 1986a).

De fato, pensar e planejar as atividades na *fronteira*, a partir da concepção de vazio demográfico, não passou de uma justificativa geopolítica e uma estratégia autoritária do Poder (o Estado associado as categorias sociais dirigentes), que se acentuou com o golpe de 64. Aproveitando-se de teses tais como *a necessidade de se ocupar a Amazônia ou perda da área; Amazônia, terra sem homens, para homens sem terra*, o regime militar preferiu *resolver o problema agrário brasileiro*, transferindo camponeses do Nordeste e do Sul do País para a Amazônia.

Como ponto de partida, instalou-se, em 1966, a SUDAM, que incentivou as elites empresariais brasileiras e, eventualmente, estrangeiras a investirem na região nas diferentes áreas (indústria, comércio, pecuária). O referido órgão, que estava sob o controle do Poder Central, disciplina e orienta a *distribuição* dos incentivos fiscais: quem tinha direito aos incentivos fiscais e qual a região que deveria ser beneficiada, assim como outros procedimentos.

Outro órgão importante no processo de ocupação da Amazônia foi o INCRA, criado, em 1970. Através deste órgão, o Estado tinha a intenção de desenvolver uma política de distribuição de terras na Amazônia, à medida em que os conflitos pela terra se aguçassem nas regiões do Centro-Sul e Nordeste, o governo interferia no processo ordenando e disciplinando a ocupação da Amazônia. Em outras palavras, ao invés de o Estado optar pela reforma agrária com os camponeses que lutavam por um pedaço de terra na região de origem, optou pela colonização dirigida na Amazônia¹³. Este processo fazia parte do PIN - que previa a ocupação de 100 km de cada lado das

rodovias federais para assentar colonos e construir a Rodovia Transamazônica, BR-230, na década de 70.

No setor de mineração, o Governo Federal se faz notar de maneira expressiva em 1980, quando resolveu atuar com mais *eficiência*, criando o - PGC, através do Decreto-Lei nº 1.813, de 24/11/80, e regulamentado pelo Decreto nº 85.387, de 24/11/80. O Projeto tem como objetivo principal a exploração de recursos minerais em grande escala, além da exploração agroflorestal. A região que abrange o PGC, O *CARAJAZÃO*, cobre uma área de quase 900.000km², ou seja, mais de 10% do território brasileiro, atingindo o Sul do Pará, Norte de Tocantins e o Nordeste do Maranhão. O PGC é considerado o maior Projeto de desenvolvimento *integrado* do mundo, em florestas tropicais úmidas. Além do ferro e da bauxita, minerais explorados em larga escala, a região do Carajás destaca-se também com reservas de cobre, níquel, cassiterita, tungstênio e ouro.

A maior empresa responsável pelo PGC é a CVRD, já que em 1981, passou a assumir a responsabilidade exclusiva do Projeto Ferro Carajás, que tinha como parceiro a United States Steel, na década de 70. Assim, o Estado confiou plenamente o PGC à CVRD que já possuía experiência na região, além de ter construído uma certa infra-estrutura.

A CVRD passa, a partir de 1980, a ter amplos poderes em estabelecer convênio com o capital estrangeiro na implantação do PGC. No período de 1981 a

¹³ Sobre estratégias desenvolvidas pelo Estado e os instrumentos utilizados pelo mesmo no processo de ocupação na Amazônia através da Colonização Oficial, ver (IANNI, 1979).

1990, o PGC previa um investimento de US\$ 62 bilhões, tendo como linhas básicas a extração e beneficiamento de minério de ferro, fabricação de alumínio e energia elétrica, além da exploração agro-industrial, como podemos mostrar abaixo, através do trabalho de HALL (1991):

a) Extração e beneficiamento de minério de ferro.

A reserva de ferro é considerada a maior do mundo de que se tem conhecimento. A localização da mina de ferro e as operações altamente mecanizadas a céu aberto na sua exploração, permitem obter o produto a um custo baixo, um dos mais baixos do mundo, já que o minério possui uma alta concentração.

Um dos pontos importantes na estratégia do desenvolvimento *integrado* é a implantação de cerca de 30 fundições de ferro-gusa ao longo da estrada de ferro que liga Serra dos Carajás-PA (mina de ferro) ao porto de águas profundas de Ponta da Madeira em São Luiz-MA, perfazendo os 900 km por onde é escoada a produção de minério para o exterior. Assim, as fundições de ferro-gusa têm a matéria-prima na porta da indústria, ou seja, o ferro bruto chega pela Ferrovia, e o carvão vegetal usado na dilatação do minério de ferro, já está próximo das indústrias, pois que as mesmas foram instaladas estrategicamente perto da floresta.

Faz-se necessário ressaltar que a produção de minério no PGC tem como finalidade a exportação, principalmente para honrar os convênios com o financiamento do próprio PGC através do capital estrangeiro. Apenas no ano

de 1986, produziram-se 13 milhões de toneladas de minério de ferro, 92% dos quais exportados, principalmente para o Japão, Alemanha e Itália.

b) Fabricação de Alumínio e Energia Elétrica.

O segundo complexo do PGC é o alumínio. A região possui a maior reserva estimada do mundo de bauxita, minério utilizado como matéria-prima na fabricação do alumínio, cerca de 2,2 bilhões de toneladas, apenas nas áreas de Paragominas e Trombetas (PA). Foram instaladas 2 fábricas, a Albras em Barcarena (PA) e Alumar em São Luiz (MA). A energia é elemento fundamental na produção de alumínio. Sendo assim, a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, que produz 8 milhões de KW, fornece eletricidade subsidiada para Albras e Alumar que corresponde em torno de 60% de sua capacidade desta Usina. Além do mais, a produção de alumínio é quase toda exportada.

c) Exploração Agroindustrial

Embora já existam alguns planos de desenvolvimento para a agro-indústria implantada no PGC, beneficiando certas categorias sociais, de maneira geral, este setor está em segundo plano para os responsáveis do Projeto, pois o interesse central está no minério. Os investimentos na agro-indústria reduziram-se à exploração da madeira, ou seja, utilizado principalmente na fundição de ferro-gusa.

No contexto da quarta mobilização de ocupação da Amazônia (1970-1996), temos a terceira investida no sentido de fazer crescer a produção da borracha

extrativa e também o primeiro esforço para aumentar o seu cultivo (1970-1985), objetivando ao mesmo tempo Divisas e Segurança Nacional.

Com a instalação da crise do petróleo no início da década de 70, os militares que assumiram o poder em 1964 começaram a tratar a produção da borracha como uma questão tanto de divisas, como de segurança nacional. O primeiro caso, localiza-se no contexto da crise do petróleo e da questão das importações dos derivados com elevação de preços e conseqüente elevação da dívida do país. Em contrapartida o governo resolveu adotar uma política de importar menos e exportar mais matéria-prima, já que mais de 60% da borracha vegetal consumida no país era importada da Ásia. No segundo caso, temia-se o avanço do comunismo sobre os países asiáticos e como estes produziam mais de 90% da borracha vegetal consumida no mundo, suspeitava-se que os países não aliados ideologicamente passariam a sofrer retaliações comerciais.

Em 1972, o governo criou, através do Conselho Nacional de Borracha o PROBOR, tendo como executor a SUDHEVE e como agente financiador para a Amazônia Legal o BASA, na tentativa de aumentar a produção de látex. O programa tinha duas diretrizes básicas: (a) a médio prazo - aumentar a produção dos seringais já existentes e a média de rentabilidade por seringueiro, introduzindo estimulantes químicos como o coagulante *ethrel* para aumentar a produção; (b) a longo prazo - financiar o cultivo da *Hevea*, ampliando assim a produção. Para executar o programa, este acabou dividido em PROBOR I, II e III, com seus respectivos

subprogramas, onde os tomadores de financiamentos obtinham crédito subsidiado a prazos de até 12 anos com oito anos de carência¹⁴.

Com a maior demanda mundial de borracha natural, em consequência da elevação do preço do petróleo, posto que a previsão do avanço do comunismo não se concretizou, a partir de 1984 o governo começou a reduzir os recursos do PROBOR. Além do mais, o programa que inicialmente era destinado apenas para a Amazônia e que depois foi estendido para outras regiões do país, como Centro-Oeste e Nordeste, começou a apresentar resultados mais satisfatórios fora da região Amazônica.

A elite local da Amazônia que investiu no PROBOR, além de enfrentar o problema da mão-de-obra que sempre dificultou a implementação de projetos na região, preferia tomar os recursos subsidiados do programa e investir em outras atividades como compra de terra, desmatamento da floresta para pastagem, compra de gado e comércio, a implementar o investimento determinado pelo órgão financiador, no que se refere a: área determinada para cultivo da seringueira, execução das diferentes etapas e tratamentos culturais (ALMEIDA, 1992:55-60).

2.5.2 Aspectos da Produção Agrícola

As políticas públicas para o setor agrícola, em parte já acima mencionadas, entre os diversos objetivos, previam a fixação dos agricultores através de projetos de

¹⁴ Para melhores detalhes do PROBOR I, II e III, como as metas a serem atingidas no aumento da produtividade de seringueira nativa, área cultivada, os estados que se beneficiaram com o programa e órgãos envolvidos ver (PROBOR II, 1978).

colonização ou assentamentos, paralelos ao projeto de aumento da produção da borracha vegetal, no quadro de motivações acima descritos. No caso das divisas, o governo estimulava a produção e a exportação dos produtos de valor comercial, tais como cacau, café e pimenta. Frente às determinações governamentais, percebem-se alterações significativas no comportamento das principais culturas.

Nas culturas temporárias, **Quadro I**, notou-se um acréscimo de áreas cultivadas como também de produtividade, exceto na cultura do feijão. Nesta, ocorreu apenas aumento da área cultivada. O arroz em casca, em 1974, com uma área cultivada de 118.728 ha produziu 146.603 toneladas, ou seja, 1,234 ton/ha; em 1989, com uma área cultivada de 362.722 ha produziu 525.771 toneladas, equivalentes a 1,449 ton/ha. A mandioca, em 1974, com uma área cultivada de 121.117 ha produziu 1.402.981 toneladas, ou seja, 11,600 ton/ha; em 1989, com uma área cultivada de 296.238 ha produziu 3.916.400 toneladas, equivalentes a 13,220 ton/ha. O milho, em 1974, com uma área cultivada de 106.991 ha produziu 114.187 toneladas - 1,067 ton/ha; em 1989, a área cultivada era de 410.919 ha produziu 612.679 toneladas - 1,490 ton/ha. O feijão não manteve a tendência da elevação da produtividade, embora em 1974, com uma área cultivada de 25.325 ha tenha produzido 22.555 toneladas (0,890 ton/ha), e, em 1989, com uma área cultivada de 189.785 ha produziu apenas 113.292 toneladas (0,606 ton/ha).

Com relação à mesma tabela, é importante salientar os principais produtos que compõem a dieta alimentar dos pequenos agricultores. Estes evoluíram de maneira diferenciada no que se refere à área cultivada. O arroz em casca evoluiu 3,05 vezes, o milho aumentou 3,84 vezes e o feijão chegou a crescer 7,37 vezes. Já a mandioca

obteve um acréscimo de apenas 2,44 vezes. Tudo indica que, com a inserção de novas populações, inclusive com os projetos de colonização ou assentamento, aos poucos os hábitos alimentares começam a modificar-se. Hipoteticamente, estaria ocorrendo uma substituição da mandioca pelo feijão.

No caso dos principais produtos permanentes ou de características comerciais, **Quadro II**, fica mais difícil relacionar a área cultivada com produtividade, pois, entre o ano do plantio e o ano em que se inicia a produção, há um período que pode variar de 3 a 12 anos (3 anos para o café produzir e 12 para a borracha). Apenas para ilustrar, ocorreu aumento nas áreas cultivadas como também na produtividade, exceto com a pimenta que cresceu apenas em área cultivada. A borracha, em 1981, com uma área cultivada de 4.394 ha produziu 1.809 toneladas (0,411 ton/ha), em 1989, com uma área cultivada de 3.041 ha produziu 2.201 toneladas (0,723 ton/ha). O cacau, em 1974, possuía uma área cultivada de 8.933 ha e produziu apenas 1.284 toneladas (0,143 ton/ha), já em 1989, com uma área cultivada de 82.776 ha aumentou a produção em 54.200 toneladas (0,654 ton/ha). A cultura do café, em 1974, em área cultivada de 1.262 ha, produziu 768 toneladas, ou seja, 0,608 ton/ha, e, em 1989, com área cultivada de 151.776 há, acresceu a produção em 181.454 toneladas, atingindo um índice de produtividade de 1,195 ton/ha. A pimenta teve sua produtividade reduzida de 3,861 ton/ha em 1974 para 2,266 ton/ha em 1989.

Com relação à mesma tabela, no que se refere à área cultivada, vale salientar que o café, que era cultivado principalmente por pequenos agricultores, evoluiu 120,26 vezes, ou seja, passou de 1.262 ha cultivados em 1974 a 151.776 ha em 1989. Já a

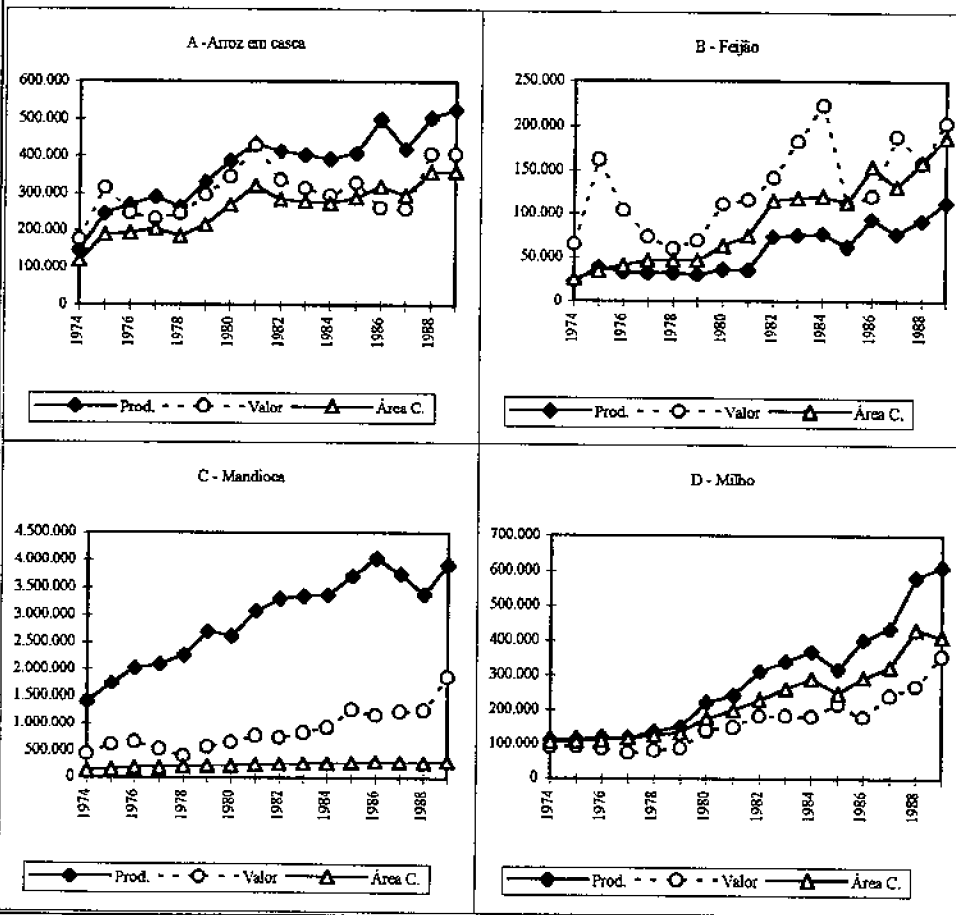
borracha que era cultivada principalmente por agropecuárias e grandes fazendeiros, diminuiu de 4.394 ha cultivados em 1981 para 3.041 ha em 1989.

QUADRO I

Estados do Norte (AC,AM,AP,PA,RO e RR), Evolução da Produção (Ton), Valor da Produção (preço constantes em Cr\$ 1.000 de 1985) e Área Colhida (ha) de Arroz em Casca, Feijão, Mandioca e Milho.

Ano	Arroz em casca			Feijão			Mandioca			Milho		
	Prod.	Valor	Área C.	Prod.	Valor	Área C.	Prod.	Valor	Área C.	Prod.	Valor	Área C.
1974	146.603	176.076	118.728	22.351	64.849	23.323	1.402.981	436.210	121.117	114.187	91.874	106.991
1975	245.239	316.327	186.591	38.159	161.106	35.193	1.746.638	617.385	145.041	116.233	92.596	108.368
1976	269.063	246.842	192.567	33.524	103.778	40.459	2.071.828	657.251	175.109	121.785	86.987	111.118
1977	292.622	232.035	204.736	33.030	73.392	46.613	2.092.275	533.814	181.147	118.485	75.167	117.148
1978	264.133	246.054	183.147	32.433	59.318	46.569	2.237.890	406.113	195.411	136.616	82.842	127.430
1979	334.276	296.707	214.232	30.348	69.399	46.564	2.697.562	577.104	208.969	150.733	88.661	133.348
1980	398.076	346.549	276.422	36.666	111.201	63.306	2.618.352	662.621	207.942	227.252	138.894	174.567
1981	434.811	429.097	322.752	35.709	116.607	74.268	3.079.108	781.480	240.428	242.355	148.429	198.286
1982	414.202	358.386	285.244	37.615	141.519	115.411	3.308.232	798.434	250.831	312.318	182.459	229.524
1983	404.314	316.672	280.169	35.254	182.225	118.183	3.349.638	840.432	257.274	340.367	181.563	259.861
1984	394.326	294.959	274.925	34.897	222.930	120.911	3.372.454	932.429	261.881	368.210	180.668	289.777
1985	408.970	329.810	289.891	42.540	111.860	113.567	3.718.817	1.269.707	277.041	318.597	216.678	247.996
1986	506.914	263.511	322.177	32.734	120.540	153.814	4.037.383	1.155.061	309.721	402.477	179.186	292.876
1987	420.802	259.615	297.774	36.726	187.911	131.686	3.756.790	1.230.610	290.121	434.923	240.176	324.348
1988	506.291	407.446	341.233	32.186	157.543	139.073	3.386.041	1.259.014	271.121	583.475	257.741	431.730
1989	525.771	407.582	362.733	113.292	203.373	186.785	3.916.400	1.872.707	296.238	612.679	356.368	410.919

FONTE: COSTA (1994)

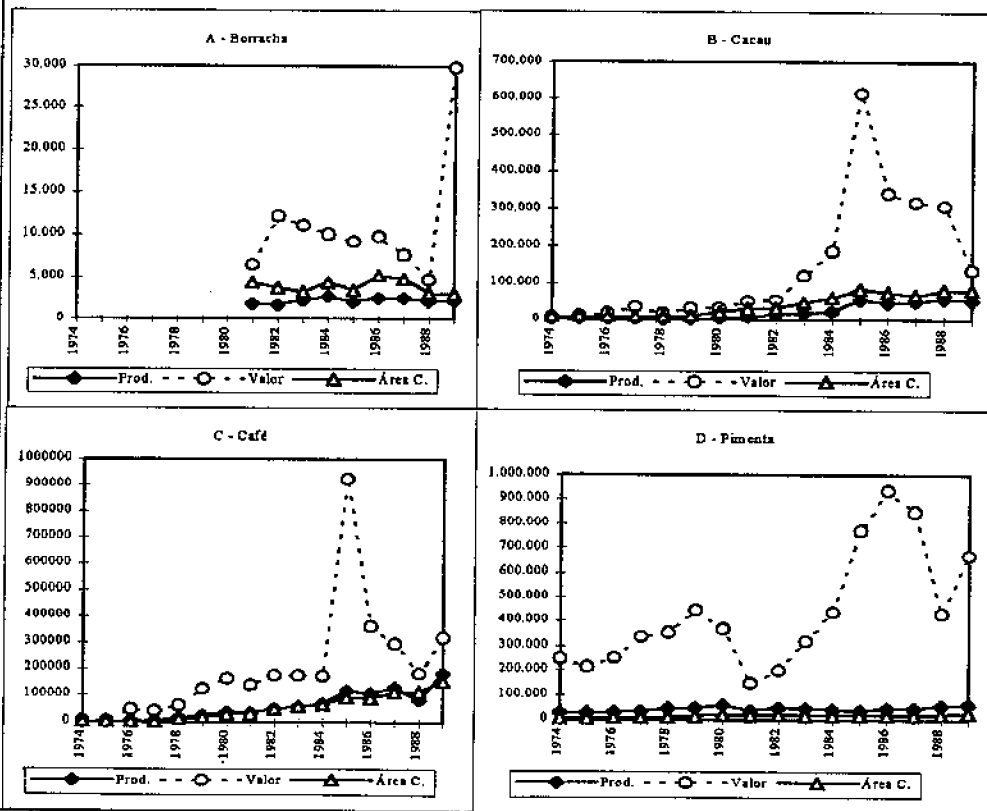


QUADRO II

Estados do Norte (AC,AM,AP,PA,RO e RR), Evolução da Produção (Ton), Valor da Produção (preço constantes em Cr\$ 1.000 de 1985) e Área Colhida (ha) de Borracha Látex Coag., Cacau em Amêndoa, Café em Coco e Pimenta-do-Reino.

Ano	Borracha			Cacau			Café			Pimenta		
	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área
1974				1.284	7.101	8.933	768	4.506	1.362	26.984	845.036	6.988
1975				2.292	10.645	9.913	915	2.993	1.342	27.042	211.851	7.016
1976				2.465	17.628	9.312	1.999	45.640	2.592	28.487	250.429	9.315
1977				2.579	35.828	9.635	4.775	38.807	3.048	34.739	335.360	9.427
1978				1.554	17.200	9.123	15.535	60.109	11.560	44.590	334.673	12.383
1979				1.999	32.974	12.446	22.125	123.411	17.310	46.501	444.562	15.423
1980				5.423	52.119	22.542	35.310	162.997	26.661	58.532	366.107	19.196
1981	1.809	6.492	4.394	9.287	50.873	31.202	31.231	137.633	31.446	35.633	146.490	18.709
1982	1.702	12.112	3.719	14.423	54.624	33.340	47.331	178.770	47.140	48.326	198.019	20.113
1983	2.218	11.091	3.251	18.978	121.583	47.322	56.774	172.710	56.407	44.368	317.997	18.984
1984	2.734	10.071	4.401	23.532	188.541	61.505	66.396	171.630	65.673	46.416	486.842	17.855
1985	2.088	9.136	3.470	35.213	613.169	85.318	116.002	923.314	92.450	34.975	771.370	17.017
1986	2.356	9.760	4.223	48.445	342.814	76.649	106.217	362.840	87.742	44.056	934.302	18.317
1987	2.539	7.603	4.825	51.186	318.809	68.625	127.319	295.119	111.263	44.016	847.931	18.623
1988	2.146	4.705	3.112	57.483	220.417	83.357	83.123	181.672	112.945	33.815	431.089	21.577
1989	2.201	29.892	3.041	54.200	137.944	82.776	181.454	317.720	151.776	60.549	669.853	26.709

Fonte: COSTA (1994)



2.5.3 Violência e Ocupação

2.5.3.1 Violência Física

Diante da diversificação de atividades na Amazônia e da migração, que foram estimuladas pelo setor público ou pelo setor privado, ou por ambos, as diversas categorias sociais que disputam o espaço social não estão travando apenas uma luta onde o principal instrumento é a violência simbólica que acaba, de maneira invisível, sendo reconhecida e legitimada pela sociedade como um todo. As lutas envolvem também formas concretas de violência que incluem a tortura, o extermínio de famílias, a destruição de roçados e de barracos, a pistolagem, a peonagem e a escravidão. E ainda: assassinatos de líderes, sindicalistas, agentes pastorais e padres.

"A violência no campo representa uma forma de exercício do poder local, utilizado pelos proprietários de terra para garantir sua posição de classe, pois nos momentos em que a forma de dominação por clientela não mais se revela eficaz para garantir a ordem privada, efetiva-se o trânsito para a violência como forma de dominação. Entretanto, o caráter dessa violência também se transforma (...), passa-se a uma violência política, cujo traços marcantes são a liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, com a impunidade dos mandatários" (TAVARES DOS SANTOS, 1990:13).

A violência física é uma das principais características da *luta pela terra*, ou seja, da luta política pela propriedade, entre as diversas categorias sociais envolvidas, que vão desde o grande empresário do centro-sul ou do primeiro mundo até o mais pobre retirante nordestino que se dirige à Amazônia. Evidentemente, depois do

Estado ter investido maciçamente em infra-estrutura (construção da BR-010 ou Belém-Brasília, BR-364 ou Cuiabá-Porto Velho, e Transamazônica), em que pese tenha reservado cem quilômetros de cada lado das rodovias federais para o assentamento dos colonos e posseiros, as terras na Amazônia começaram a se valorizar como um todo.

Neste cenário será travado o mais corrupto e violento comércio de títulos de terra, incluindo a venda de títulos falsos, a múltipla venda de títulos da mesma propriedade, grilagem - obtenção ilícita de título da propriedade - e, muitas vezes, a expulsão dos posseiros de forma truculenta (SADER, 1986).

Mas não se pode afirmar categoricamente que as lutas que envolvem a violência física são exclusivamente *lutas pela terra*¹⁵. Em várias regiões como no sul do Pará (castanheiros mais posseiros X fazendeiros) e em Rondônia, próximo dos assentamentos oficiais (Estado X Posseiros), ocorreram conflitos sangrentos pela posse da terra. Mas depois do assentamento dos posseiros, a violência física não cessou. Assim, pode-se supor hipoteticamente que a luta pelo espaço social na Amazônia tem uma especificidade em função dos agentes sociais envolvidos, já que não atinge apenas o setor rural mas também urbano de forma alarmante (ver caso do Acre). Quanto às categorias sociais dominantes, muitas delas faliram em outras regiões do país e estão tentando se recuperar na Amazônia, a saber: comerciantes, donos de garimpos, fazendeiros. Os empresários mais expressivos que investiram na

¹⁵ ESTERCI (1987), analisando os conflitos no Araguaia, constatou que grande parte dos conflitos sociais no campo ocorrem em função da concepção de espaço social dos diferentes grupos sociais que se relacionam entre si.

região na década de 70, período de otimismo, *os capitalistas racionais* ou os adeptos ao *capitalismo civilizado*, deixaram de investir ou diminuíram seus investimentos posteriormente, como ocorreu com o Projeto Jari do proprietário DANIEL KEITTH LUDWIG, e com a Volkswagen. Da parte das categorias subalternas como posseiros, colonos, garimpeiros e peões, depois de várias tentativas de reconstrução fracassadas, eles próprios resumem suas perspectivas - "*não tenho nada a perder*". Vencer, conquistar seu espaço social, trata-se de uma questão de honra para os novos agentes sociais que se inserem nas diferentes atividades na Amazônia. Isso explica talvez o alto grau de violência física em que os atores sociais estão envolvidos nas mais diversas relações sociais (BARP, 1992).

Apenas para exemplificar, o resultado da política de incentivos fiscais foi o aumento da violência no campo nas áreas onde os incentivos foram maiores. O Estado do Pará (Tabela 2 e ilustrado pelo Gráfico 6), especificamente o setor de agropecuária - estímulo à criação de gado e, por isso, ao desmatamento, recebeu da SUDAM, entre 1964 a 1985, o equivalente a 83,80% dos incentivos fiscais dirigidos os quatro Estados da região Norte que mais se beneficiaram com esta política; em contrapartida, foi responsável por 88,05% dos assassinatos na luta pela terra, ou seja, 236 casos. Já os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, que juntos consumiram 16,17.% destes incentivos fiscais, foram responsáveis por 11,53 % dos assassinatos nos conflitos agrários, ou seja, 32 casos.

TABELA 2

Relação entre N^o de Assassinatos no Campo e Investimentos dos Projetos Aprovados pela SUDAM (Até dez. de 85 em bilhões) entre 1964/85.

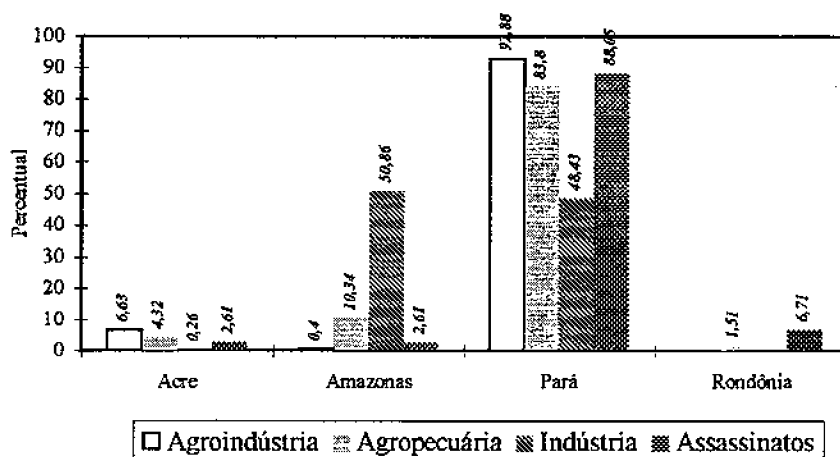
Estados	Agroindústria		Agropecuária		Indústria		Assassinatos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Numero	%
Acre	69	6,63	97	4,32	51	0,26	7	2,61
Amazonas	5	0,4	232	10,34	9.773	50,86	7	2,61
Pará	966	92,88	1.879	83,8	9.307	48,43	236	88,05
Rondônia			34	1,51	83	0,43	18	6,71
Total	1.040	100	2.242	100	19.214	100	268	100

(*) Valor em Bilhões de Cr\$

Fonte: SUDAM (1988) e ASSASSINATOS NO CAMPO (1987).

GRÁFICO 6

Relação Entre o Número de Assassinatos em Conflitos de Terra na Amazônia e os Investimentos dos Projetos Aprovados pela SUDAM em % - 1964/1985



Fonte: SUDAM (1988) e ASSASSINATOS NO CAMPO (1987).

2.5.3.2 O Disciplinamento do Espaço como Forma de Violência

Neste espaço social, de uma sociedade em formação, trava-se uma luta de poder entre as categorias sociais subalternas (*povos da floresta* mais migrantes) versus o poder dominante. Como se não bastassem estas lutas, muitas vezes o conflito ocorre entre os próprios grupos subalternos¹⁶, estimulados pela estratégia de dominação que legitima um tipo de trabalhador subalterno e para o outro cria *estereótipos*: (por exemplo, colono do sul - trabalhador, de fibra; migrante nordestino ou *povos da floresta* - preguiçoso, sem iniciativa, trabalha só se for mandado). Devido, pois, ao *estilhaçamento da identidade* a que os grupos subalternos foram sendo submetidos, e ao seu conseqüente enfraquecimento enquanto agentes sociais, efetiva-se o exercício do Poder Simbólico (BOURDIEU, 1989: 113).

O disciplinamento do espaço social, a dominação passa pelo processo de tomada de decisão governamental, visando anular qualquer força subalterna. Senão vejamos:

a) Colonização Oficial em Rondônia

O então Território de Rondônia, hoje Estado, não possuía um Poder local consolidado, por isso mesmo foi o Estado mais visado para a Colonização Oficial. Isso permitiu ao Poder Central planejar a Colonização, de conformidade com interesses (LANDO, 1979).

b) A Colonização privada ou através das Cooperativas no Mato Grosso

¹⁶ Trabalho antropológico que analisa os conflitos entre as categorias subalternas, como colonos, seringueiros e índios no estado de Rondônia em função da colonização a partir de 1970 (ver TEIXEIRA, 1996).

Neste caso, tratava-se de assentamentos de colonos com maior *experiência agrícola* (com financiamento, assistência técnica e mais capitalizado) . A empresa e/ou cooperativa funcionavam como instrumentos de seleção, no local de origem, escolhendo o *Colono Modelo* para trabalhar com agricultura mecanizada no local de chegada no Mato Grosso - e não para dirigir-se à agricultura de subsistência, como em Rondônia e na Transamazônica (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

c) A Militarização da Questão Agrária

Isso se deu principalmente na região do PGC. Como a região apresentava vários conflitos por terra que ameaçavam a ocupação da área do Projeto, estrategicamente o Estado criou no mesmo ano da criação do empreendimento, em 1980, o GETAT, comandado pelo exército para regularizar a situação fundiária dos posseiros que avançavam em direção à área do PGC (MARTINS, 1984 e BERNO DE ALMEIDA, 1988).

d) Deslocamento dos ribeirinhos ou caboclos em Tucuruí (PA)

A Usina Hidroelétrica de Tucuruí que entrou em funcionamento em 1984, teve suas obras iniciadas em 1975 sob a responsabilidade da Eletronorte. O reservatório da Usina inundou 15 vilas, povoados de cultura ribeirinha e duas áreas de grupos indígenas Parakanã, envolveu de 4.000 a 35.000 pessoas, segundo os dados otimistas e pessimistas, respectivamente, numa área que se estende por 170 km ao longo do rio Tocantins e com uma largura de 40 km a 14,3km em média (RAMOS DE CASTRO, 1989).

Eis aí, nos quatro exemplos acima, a preocupação básica em ordenar e disciplinar o espaço social na chegada dos migrantes: com cadastramento, centro de triagem, critérios de assentamento de colonos. De mais a mais o controle do espaço previa estratégias para os grandes projetos. Por exemplo: empreendimentos de agropecuária foram instalados estrategicamente próximos dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. Assim, a mão-de-obra utilizada pelas fazendas próximas da colonização, para a derrubada da mata, era a de colonos assentados. Por isso, que esses muitas vezes só conseguiam desenvolver lavoura em sua propriedade quando vendiam sua força de trabalho em forma de diárias na derrubada da mata (HÉBETTE & MARIN, 1982). Além do mais, para pleitear um financiamento de um Projeto de pecuária junto aos órgãos oficiais como a SUDAM, o interessado tinha que apresentar requisitos mínimos como capital próprio, capacidade empresarial, e outros. Com isto, na década de 70, até mesmo os empresários da Amazônia tiveram dificuldades em obter este tipo de financeiro subsidiado (COSTA, 1989: 63).

Enfim, nas quatro mobilizações consideradas na história da Amazônia, podemos perceber particularidades das práticas de violência contra os trabalhadores rurais nos momentos distintos. Passaremos agora a considerar as diferentes formas de violência, na história recente do estado do Acre como um todo, enfatizando a violência no espaço agrário.

CAPÍTULO III

ÁREA DE ESTUDO: O ESTADO DO ACRE

3.0 Raízes da Violência

Neste capítulo, objetivamos a busca dos principais elementos para uma compreensão das raízes da violência no Acre. Descreve-se a área principal da pesquisa, no caso o estado do Acre, onde enfatizam-se os aspectos fisiográficos e a evolução da divisão política e administrativa, ilustrada através de um Quadro e Mapas. Referentes à história do Acre, foram enfocados os fatores que levaram este estado a ser disputado por três países, a saber, Peru, Bolívia e Brasil, e como ele chegou a ser anexado a este último. Depois da disputa internacional, também internamente a área foi disputada e reivindicada pelos estados do Pará e Amazonas. Inclui-se o exame dos elementos da estrutura fundiária concentrada, tanto por grandes proprietários, como também pelos setores públicos, destacando-se IBAMA, INCRA e

FUNAI como responsáveis por administrar quase 50% da área do estado. Finalmente, apresentam-se aspectos sobre a economia do Acre, tendo como base o extrativismo da borracha e a exploração de madeira.

3.1 Alguns Aspectos Fisiográficos¹

O estado do Acre, com uma dimensão² de 153.736 km², que tomamos como referência empírica para o estudo, localiza-se na parte sudoeste da Região Norte do Brasil - **Mapa 1**, ocupando 3,2 % de sua área. Suas linhas de fronteiras internacionais correspondem a 2.183 km: (a) 618 km com a República da Bolívia, ao sul e a leste e (b) 1.565 km com a República do Peru, sul e a oeste. As fronteiras com as Unidades da Federação equivalem a 853 km: (a) 831 km com o estado do Amazonas, ao norte; e (b) 22 km com o Estado de Rondônia, a leste. As coordenadas geográficas localizam a área da seguinte maneira: latitude - extremo norte 7° 07' 08" S e extremo sul 11° 08' 45" S, com distância linear na direção norte/sul de 445 km; longitude - extremo leste 66° 37' 45" Wgr. e extremo oeste 73° 59' 32" Wgr., com distância linear na direção leste/oeste de 809 km.

Duas bacias hidrográficas distintas, Alto Juruá e Alto Acre, formam as duas mesorregiões existentes. A pluviosidade apresenta índices anuais de 1.750 a 2.750 mm de chuva, tendo como maior intensidade o período de outubro a maio. As

¹ Todas as informações fisiográficas tiveram como base o trabalho da SEPLAN (1992).

² As localidades de Extrema e Nova Califórnia localizadas às margens da Br-364 com área de 3.380 Km² e 1.754 Km², respectivamente, encontram-se em situação de litígio com o Estado de Rondônia.

temperaturas anuais variam de 22 a 26° C, ocorrendo eventualmente ondas de frio nos meses de junho e julho que atingem 4° C com duração de 3 a 5 dias.

No que se refere à qualidade dos solos, as pesquisas pedológicas que sucederam o trabalho pioneiro e de maior abrangência realizado em 1976 pelo Projeto RADAM, em linhas gerais acabaram confirmando os dados deste estudo, cujos resultados podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a) A região que compreende os municípios de Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano e Sena Madureira identifica o predomínio de solos Podzólicos Amarelo - Vermelho Eutrófico e Cambissolo Eutrófico, com exceção das planícies, apresentam solos Hidromórficos Gleyzados Eutróficos. Estes solos, apesar de apresentarem excelentes características químicas, não possuem boas propriedades físicas, dificultando a expansão e contração das argilas na alteração de períodos de umedecimento e secagem, ou seja, dificultam qualquer tipo de atividade ligada à agropecuária.

- b) Na região mais a leste, que forma os municípios de Rio Branco, Plácido de Castro, Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, ocorre a predominância de solos Podzólicos Vermelhos - Amarelo Álico e Latossolo Vermelho, diferente das planícies do Vale do Acre e Sudeste Acreano, onde se observa com maior proporção a presença de solos Hidromórficos Gleyzados Eutróficos. Nesta região, as classes de terra inaptas para culturas anuais somam 55,27%, enquanto que 55,85 % destas área apresentam aptidão boa para pastagem.

- c) A região mais a oeste do estado, na bacia do Juruá ao norte, destacam-se os solos Podzólicos Vermelhos - Amarelo Álico, pouco férteis. Já ao sul da região e nas planícies de inundações, predominam os solos Podzólicos Vermelhos - Amarelo Eutrófico e Gley Pouco Húmico Eutrófico, respectivamente. Nestas áreas os solos são indicados para agricultura anual, mas quase a totalidade das terras apresentam restrições em função do relevo acidentado e conseqüentemente susceptível à erosão.

A vegetação natural do estado do Acre compõe-se basicamente de florestas do tipo tropical aberta (baixos platôs, aluvial) e floresta tropical densa (baixos platôs, superfície dissecada de serra do divisor). Nesta topologia florestal encontram-se sete formações florísticas diferenciadas:

- a) Floresta tropical aberta de baixos platôs: compõe-se de sub-bosques formados por palmeira, palmeira e bambú, palmeira e cipó, bambú e cipó;
- b) Floresta tropical aberta de aluvial: compõe-se de sub-bosques formados por palmeira, palmeira e bambú. Esta floresta não apresenta grandes concentrações florísticas, caracteriza-se pela sua heterogeneidade. Entre as espécies mais exploradas em função do seu valor comercial da madeira podem ser consideradas o mogno (*Swietenia macrophylla*), cerejeira (*Torresia acreana*), cedro (*Cedrela odorata*), castanheira (*Bertholletia excelsa*), cumarú-ferro (*Dipteryx magnifica*) e jatobá (*Hymenaea courbaril*). O aproveitamento de outras madeiras é praticamente inexistente.

O levantamento realizado pelo projeto Radambrasil no início dos anos 70 mapeou pela primeira vez os solos, minérios e recursos vegetais em escala amazônica, e sinalizou para investidores e especuladores as riquezas potenciais do território de fronteira. O Acre, embora destituído de riquezas minerais, tornou-se particularmente atrativo pela boa qualidade dos seus solos, em contraste com a pobreza dos solos típicos da Amazônia - e essa característica provavelmente ajudou a estimular a especulação com vastas áreas de terra mesmo na ausência de incentivos fiscais no estado.

3.2 *Pequena História do Estado do Acre*

Apesar da distância que separa o Acre de Belém, onde se concentrava inicialmente toda comercialização do sistema de aviação, desde o início do período do *boom* da borracha, a elite do sistema de aviação e associada ao capital estrangeiro, que sempre optou pela expansão do seringal nativo para atingir regiões mais produtivas ao invés de cultivar a *Hevea*, logo percebeu a viabilidade econômica do extrativismo da borracha no Acre, em que pese os altos custos de transporte das mercadorias. Ou seja, os fatores que permitiram a ocupação do Acre foram basicamente o alto preço da borracha e a alta produtividade dos seringais nativos, juntamente com a alta qualidade da borracha dos altos rios do sudoeste Amazônica, indicada pela categoria *Acre Fina* para a borracha de melhor preço.

Embora existam divergências sobre o número de árvores por hectare, o número de árvore por estrada e o rendimento médio por árvore e por seringueiro na produção de látex, os autores são unânimes em apontar a região do Acre como

detentora da maior produtividade da Amazônia (SANTOS, 1980; SOBRINHO, 1992, WEINSTEIN, 1993 e DEAN, 1989). Com uma população inexpressiva em 1887³, que foi ampliada com a migração nordestina, formando um contingente de trabalhadores nos seringais estimado em 40 mil pessoas, o Acre passou a contribuir com mais de 60% da borracha produzida na Amazônia em 1899 (COSTA, 1974). Ao mesmo tempo, podemos considerar os dados superestimados se os compararmos com as informações de COELHO (1982) que, embora não tenha se detido no ano mencionado, abrange um período mais longo, 1903-1945, e observa que a participação do Acre na produção da borracha brasileira foi de uma média de 27,7% (1982:66) Assim, podemos entender a importância da borracha do Acre para a economia mundial, transformando o estado num palco de disputas que envolveu várias nacionalidades (Bolívia, Peru e Brasil) e grandes empresas internacionais ligadas ao negócio da borracha (Bolivian Syndicate), além da disputa entre os estados do Pará e do Amazonas pela receita das exportações da borracha.

A Bolívia que detinha os direitos sobre o território do Acre, reconhecidos pelo governo brasileiro após o Tratado de Ayacucho assinado em 1867, não demonstrava interesse sobre a região, mas foi despertada pela prosperidade comercial que o Acre prometia, já que os seringais ali foram sendo ocupados pelo sistema de aviamento brasileiro e proporcionavam acumulação de capital para Manaus e Belém, onde se centralizava a comercialização da borracha.

³ SOBRINHO, ao trabalhar com dados secundários, indica uma população de aproximadamente 10 mil pessoas (1992:39).

Neste sentido, no início de 1899, a Bolívia fundou um povoado denominado de Puerto Alonso para instalar sua alfândega e iniciar o domínio efetivo sobre o Acre, que tinha sua jurisdição sob o controle do estado do Amazonas. Este domínio foi ampliado quando o governo da Bolívia nomeou D. JOSÉ PARAVICINI para ocupar o cargo de delegado do governo nos territórios do Aquiri e Purus, hoje Acre. Com a nova administração, a população acreana, formada basicamente de brasileiros, tinha que se submeter às leis bolivianas como na concessão de seringal para explorar, posse e uso de armas, os regulamentos de exploração de látex, o uso de bandeira boliviana nas embarcações, a permissão a outras nações para navegação nos rios do Acre. Inconformados com a nova administração, um grupo de acreanos expulsou a delegacia boliviana da região em maio de 1899.

Sedentos pelos tributos das exportações da borracha do Acre, o governo do Amazonas, apoiado por um grupo de comerciantes da região, apoiou o espanhol LUIZ GALVEZ RODRIGUES DE ARIAS (o Galvez) a ocupar o Acre em julho de 1899, denominando-o Estado Independente do Acre, com uma administração própria; depois de 8 meses de governo, seu líder entregou-se à marinha brasileira que o deportou para a Espanha, embora tenha sido perseguido pela milícia boliviana.

Malgrado o governo brasileiro continuasse honrando o Tratado de Ayacucho, (exceto o estado do Amazonas), passou a se opor a Bolívia diante da deliberação do governo boliviano em estabelecer um acordo com os banqueiros americanos e ingleses

para construir o denominado Bolivian Syndicate⁴, no final de 1901, com o objetivo de financiar, fiscalizar e coordenar a exploração de borracha no Acre. Pois entendia que o acordo acabaria prejudicando os brasileiros residentes na região disputada, além de interferir na segurança nacional, já que os navios do Bolivian Syndicate trafegariam pelo território brasileiro. Enquanto o governo brasileiro, através de sua diplomacia, procurava desarticular a implantação do Bolivian Syndicate, novamente o estado do Amazonas apoiava o movimento vencedor de seringueiros e seringalistas, liderado por Plácido de Castro⁵, que em janeiro de 1903, proclamava a região de disputa de Estado Independente do Acre, sendo aclamado governador.

O fim da disputa pelas fronteiras entre Brasil e Bolívia só vão cessar a partir de 24 de janeiro de 1903, quando o chanceler Barão de Rio Branco, que representava o Brasil, conseguiu negociar com a Bolívia o afastamento do Bolivian Syndicate e, dando continuidade às negociações diplomáticas, os países envolvidos assinaram o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Pelo acordo, o Acre foi anexado ao Brasil com uma área de 181.000 km² e, em contrapartida, o Brasil cedeu à Bolívia pequenas áreas de terra situadas no Mato Grosso e Amazonas, somando em torno de 8.762 Km², além de ter-se comprometido a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a pagar 2 milhões de libras esterlinas. Com o *boom* dos preços da borracha que se dá entre 1900-1911, a indenização paga a Bolívia seria rapidamente recuperada.

⁴ Para uma análise detalhada do que foi o Bolivian Syndicate, das concessões da Bolívia ao capital internacional e da perda da autonomia administrativa sobre a região ver REIS (1982).

Mas a questão de fronteira do Acre não estava resolvida com a Bolívia. Assim como os seringueiros brasileiros penetraram nas matas de regiões do Acre, os peruanos, por volta de 1900, já tinham penetrado na região do Alto-Purus e Alto-Juruá em busca do caucho⁶. Embora a questão de fronteira com o Peru tivesse sido resolvida muito no plano diplomático, estes instalaram postos aduaneiros e militares na região, que acabaram entrando em conflito com as tropas brasileiras enviadas para lá. A solução definitiva para o embate só ocorreu em 8 de setembro de 1909, através das negociações diplomáticas, em que o Brasil reconheceu a soberania peruana em parte das terras ocupadas pelos caucheiros peruanos. Como resultado final da política de fronteira, a partir de 1909, o território do Acre passa a englobar uma área de 152.589 Km².

Logo que o Brasil resolveu com a Bolívia e o Peru a questão de fronteira da região do Acre, internamente os estados do Amazonas e do Pará iniciaram a segunda batalha pelo Acre. Era uma luta política na defesa do seu *status* dentro da União. O

⁵ Para entender como o movimento iniciou timidamente e ampliou-se, muito mais pela coragem dos participantes do que pelo armamento disponível, ver CASTRO (1911).

⁶ O "caucho" é a denominação vulgar da *Castilloa elastica*, uma das espécies vegetais que produzem látices. O caucho (*Castilloa elastica*) não deve ser confundido com a seringa (*Hevea brasiliensis*). Cada árvore de caucho é explorada uma única vez e é derrubada no ato de extração: assim, os caucheiros são extratores nômades que aniquilam as manchas de caucho e depois se deslocam em busca de novas áreas. Já a técnica de extração das seringueiras consiste em sangrar periodicamente, e por tempo indefinido, as mesmas árvores. Assim, os seringueiros são extratores sedentários que percorrem "estradas de seringa" regularmente ao longo de anos. Na fronteira amazônica do sudoeste, os cauchereros eram peruanos que vinham do sul descendo os rios Juruá e Purus, enquanto os seringueiros eram brasileiros que vinham do norte subindo os mesmos rios (cf. Almeida 1992).

estado do Amazonas pretendia anexar o Acre inteiro, enquanto o Pará defendia a idéia de um território federal cuja atividade mercantil estivesse aberta a todos os comerciantes brasileiros. Como a proposta do Pará ia de encontro às necessidades do governo federal que também estava interessado nas receitas das exportações da borracha do Acre, o mesmo saiu vencedor (WEINSTEIN, 1993:235-236).

De fato, a ocupação do Acre foi baseada no extrativismo gomífero. No intento de alcançar um determinado nível de produção e viabilizá-lo economicamente, tornava-se necessária a exploração de áreas de terra de grandes proporções, já que as seringueiras distribuíam-se aleatoriamente nas extensas florestas sob as regras da própria natureza. Além do mais, o valor do seringal e, portanto, de sua comercialização (compra e venda da terra), definia-se mais em função do número de seringueiras aptas à extração, do número de colocações (número de trabalhadores na extração que o seringal comporta) e do número de estradas disponíveis pela extensão da área do seringal (SILVA, 1982:12; OLIVEIRA FILHO, 1979:132).

As informações acima permitem-nos entender, em parte, porque a ocupação do Acre, desde o início, baseou-se na estrutura da grande propriedade. Os dados de 1920 e 1940, embora não sejam tão precisos (porque as áreas dos seringais, delimitadas por padrões acima mencionados, foram calculadas em hectares), dão uma idéia da estrutura fundiária do Acre. Se tomarmos apenas os dados de 1920, que em parte conseguem explicar o auge da borracha, percebemos que 6,0% dos estabelecimentos que representavam 70% dos proprietários com mais de 10.000 ha concentravam 84,7% da área. Comparando os dados com 1940, não obstante o número de proprietários destes estabelecimentos tenha aumentado para 18,8%,

passaram a concentrar ainda mais áreas, ou seja, 91,7%. Em contrapartida os estabelecimentos com menos de 1.000 ha que em 1920 ocupavam 3,1% da área, em 1940 passaram a ter uma participação ainda menor, 0,8% da área (DUARDO, 1987:28-29).

Mas se por um lado, a estrutura fundiária manteve-se concentrada, por outro lado, percebem-se algumas alterações com a decadência do *boom* da borracha que apontam o abandono dos seringais pelos seus proprietários, seja arrendando-os, seja pelo abandono sumário. Se em 1920 a condição do responsável pelo estabelecimento era exercida na sua maioria pelo próprio proprietário, correspondendo a 73,7% dos estabelecimentos, em 1940 este percentual reduziu-se apenas a para 28,0%. Em contrapartida, a participação dos estabelecimentos administrados por arrendatários aumentou de 15,8% em 1920, para 45,8% em 1940. Os dados confirmam o abandono dos proprietários dos seringais, indicando o aparecimento das categorias de *ocupante* e *sem declaração* que inexistiam em 1920 e que, juntos, passaram a ocupar 15,6% dos estabelecimentos em 1940 (Ibidem). A crise da empresa seringalista pode ser percebida pela acentuada perda de população: Em 1920, o Acre tinha uma população total estimada em 92.379 habitantes, já em 1940, reduziu-se para 79.768 pessoas (SOBRINHO, 1992:58).

Embora a batalha da borracha (1942-1945) tenha amenizado a decadência do seringal no Acre, com o fim do Acordo de Washington e o crescente afastamento do Estado, que durante 1942 até 1967 monopolizava a economia da borracha, os seringais demonstravam sinais de enfraquecimentos, ao longo das décadas de 50 e de 60, acentuando-se na década de 70 e 80, seja através de uma maior autonomia por

parte dos seringueiros que buscavam na agricultura uma alternativa ou conciliando-a com o extrativismo da borracha, seja através da migração campo-cidade.

No primeiro caso, a diminuição da importância do *sistema de aviamento* e das operações comerciais do *barracão*, substituídas ou compartilhadas pelo *regatão* (ao longo dos rios) e *marreteiro* (ao longo das estradas), levou ao seringueiro uma maior autonomia.

No segundo caso, embora a população rural do Acre fosse de 93.483, em 1950 e 125.318 em 1960 habitantes, de acordo com a **Tabela 3** e ilustrada pelo **Gráfico 7**, sua participação em relação à população urbana vem decaindo ao longo das décadas, indicando uma forte migração campo-cidade.

A mesma **Tabela**, indica claramente o quanto a participação da população rural sobre o total baixou gradativamente. Com uma participação descendente de 78,89% (1960), 72,45% (1970), 56,18% (1980) e 38,14 % (1991); contra uma participação da população urbana em ascensão de 21,11% (1960), 27,55% (1970), 43,82% (1980) e 61,85 % (1991).

TABELA 3

Evolução da População do Estado do Acre, por Zona de Localização/40-91

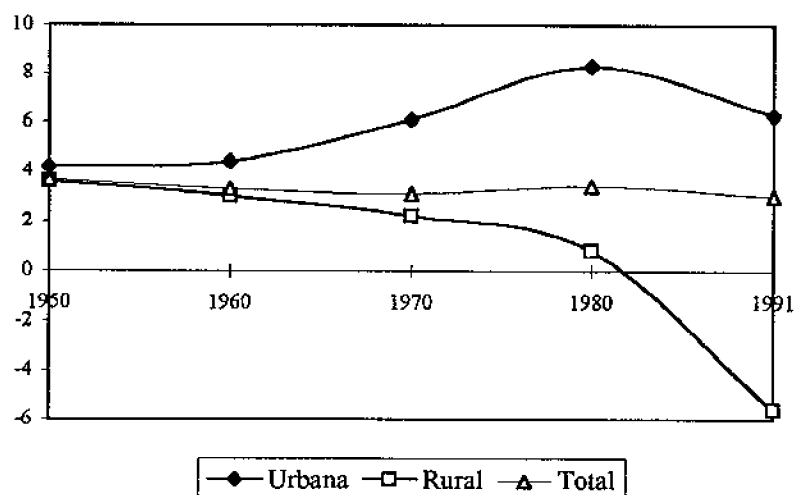
Ano	População			Taxa (%)			Período do I.M.A. (1)
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	
1940	14.138	65.630	79.768				1930-40
1950	21.272	93.483	114.755	4,2	3,6	3,7	1940-50
1960	32.700	125.484	158.184	4,4	3	3,3	1950-60
1970	59.307	155.992	215.299	6,1	2,2	3,1	1960-70
1980	132.169	169.134	301.303	8,3	0,8	3,4	1970-80
1991	258.035	159.130	417.165	6,3	-5,6	3	1980-91

(1) Incremento Médio Anual

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992

GRÁFICO 7

Incremento Médio Anual de População no Estado do Acre Segundo Domicílio - Taxa Geométrica em % - 1950/91



Os dados revelam ainda o crescimento populacional a taxas geométricas elevadas, sempre acima de 3 % ao ano, porém decrescentes. A exceção foi na década

de 70, quando esta taxa eleva-se de 3,1 % para 3,4 %. Esta elevação justifica-se em função da *corrida pela terra* e pelos projetos de colonização implantados neste período.

Um dos fatores que atenuaram o fluxo migratório para a cidade foram: na década de 60, a elevação do território do Acre à categoria de estado (Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962), que através do seu primeiro governador eleito (1963-64), José Augusto de Araújo, comprometido com a reforma agrária, acabou comprando vários seringais próximos a Rio Branco e loteou-os para um plano de colonização. Outro fator, já na década de 70, foi a primeira etapa do PROBOR, um plano feral que prestava auxílio financeiro à reativação dos seringais desativados.

Portanto, esta transferência de seringal para *novos donos* pode ser considerada como sinal de sua decadência, e, tendo começado a ocorrer já nos últimos anos da década de 60, acumulou o maior número de transferências a partir de 1971, quando o BASA suspendeu os financiamentos aos seringalistas endividados os quais, segundo critério do mesmo órgão, eram incapazes de saldar suas dívidas.

Tudo indica a possibilidade de que também os proprietários de seringais desativados - mas não endividados com o BASA - tenham se desfeito da propriedade ou de parte dela, para obter recursos e investir em setores de sua própria escolha, como pecuária, exploração de madeira ou comércio.

Acrescentado aos fatores internos mencionados, o processo de modernização e minifundiarização no setor agrário que estava ocorrendo no centro-sul do país na década de 70 (além da possibilidade de se obter crédito facilitado junto ao governo

federal para grandes empreendimentos ligados à agropecuária e à própria borracha a partir do PROBOR), levou médios e principalmente grandes proprietários a comprar terras no Acre: a denominada *corrida pela terra*⁷.

"A área comercializada em 4 anos, de escrituras levantadas pelo INCRA, para proprietários residentes fora do Estado, representa quase 30% da área total do Estado" (SOBRINHO, 1992:145).

Os proprietários caracterizados como médios foram atraídos à *corrida pela terra*, muito mais pelo diferencial do preço entre o centro-sul e o Acre do que pelos incentivos, já que boa parte destes passaram a desmatar a área para pecuária e/ou cultivo, ao contrário dos grandes proprietários, contudo sua participação na compra das terras não foi representativa.

"...entre 1970 e 1974, tinham sido vendidos seringais que somavam 4.280.930 ha. a 284 proprietários, todos residentes fora do Estado. Como a média das propriedades alienadas, segundo tais levantamentos, é de 15.073 ha., poderia parecer que tais alienações estariam contribuindo para diminuir o grau de concentração das propriedades no Estado. No entanto, 32% dessa área, ou seja, o total de 1.438.450 ha. pertencem a apenas 4 proprietários" (Ibidem).

⁷ As principais causas da corrida às terras do Acre podem ser melhor entendidas pelas análises feitas por SILVA, mediante suas entrevistas com pecuaristas do centro-sul que se deslocaram para o Acre a partir de 1971 (1982:42-44).

Tomando o Acre como um todo, fica ainda mais evidente a progressividade da concentração da grande propriedade em função da comercialização nos seringais. De 1972 a 1978, a participação dos estabelecimentos com menos de 1.000 ha permaneceu os mesmos 91,7%; no entanto, sua participação na área cadastrada que era de 4,8% em 1972, diminuiu para 3,4% em 1978. A participação do estabelecimentos entre 1.000 ha e 100.000 ha no mesmo período manteve-se quase no mesmo patamar: 8,2% em 1972 para 7,9% em 1978; já a participação na área cadastrada reduziu de 62,1% em 1972 para 51,2% em 1978. Os estabelecimentos com mais de 100.000 ha conseguiram aumentar sua participação na área cadastrada de 32,99% em 1972 para 45,27% em 1978 e mantendo praticamente a mesma participação nos estabelecimentos, 0,22% em 1972 e 0,24% em 1978 (INCRA, 1995b).

No cenário do negócio dos seringais, trava-se o mais corrupto e violento *comércio de títulos de terra* como a venda de títulos falsos, a venda de mais de uma vez de títulos da mesma propriedade, a grilagem (obtenção ilícita do título da propriedade e, muitas vezes com a expulsão dos seringueiros e/ou posseiros de forma truculenta para a terra valorizar mais). Sendo assim, para muitos proprietários de títulos de terra, a propriedade não passava de uma reserva de valor e um investimento especulativo, onde a sociedade paga pela concentração da posse - e por onde se explica a luta pela terra.

É neste contexto, especialmente na primeira metade da década de 70, que ocorre no Acre um processo de discussão e de ações de diversos agentes sociais ou

seus representantes: onde a estrutura fundiária do Estado passa ser o centro das lutas, envolvendo questões de ordem **jurídica, política, econômica e social**.

Até o Acre incorporar-se definitivamente ao território nacional em 1903, através do Tratado de Petrópolis, o estado do Amazonas, a Bolívia e o estado Independente do Acre, respectivamente, tiveram a responsabilidade administrativa de determinar as condições político-jurídicas do atual estado do Acre (COELHO, 1982:30-52). As áreas de seringal foram concedidas pelas três administrações aos seringalistas para explorar a borracha sob diferentes formas jurídicas ao longo dos anos⁸, mas o Estado brasileiro não havia ratificado essas concessões. Com a decisão dos militares que assumiram o governo em 64, considerando as terras do Acre devolutas e próprias para a colonização, combinada ao movimento de resistência dos seringueiros e/ou posseiros que expulsos ou ameaçados de expulsão das áreas, passou-se a questionar o título de propriedade dos seringalistas que denominavam-se proprietários.

Os proprietários reagiram e conseguiram em muitos casos que o INCRA *regularizasse* enormes títulos em área de fronteira e apoiados apenas em vagos traçados que datavam do governo boliviano ou do efêmero regime independente de

⁸ Para MAGALHÃES, a concessão de terras pelas três administrações e as lutas pelo território do Acre acabaram aumentando as diferentes formas jurídicas de posse da propriedade, na região Amazônica e especialmente no Acre. *"Grandes propriedades de áreas desconhecidas. Uma com título definitivo expedido pelos Estados, cujas áreas não correspondem mais à original concedida. Isto porque a atividade extrativa obrigou a expansão dessas áreas, tornando-as bem mais extensas. Outras, sem um título definitivo originário, mas com escrituras públicas transcritas no registro de imóveis há quase um século. Afora esses documentos, há licenças de ocupação e títulos de enfiteuse nos territórios e também títulos definitivos fornecidos pelos Estados a que pertenciam"* (1977:18).

Plácido de Castro. A defesa dos interesses dos proprietários foi articulada por MAGALHÃES que desenvolveu toda uma elaborada argumentação jurídica ideológica comprometida com os antigos seringalistas que se intitulavam proprietários dos seringais para afirmar que não existia e terra devoluta no Acre, salvo

"...aquelas que foram incorporadas ao Brasil como bens vagos pelo direito boliviano. Estas sim, se encontradas são terras públicas, pertencem ao patrimônio público..." (1977:50).

O estudo de Direito Agrário versando sobre *"A discriminação de Terras na Amazônia, especialmente a do Acre"* desenvolvido por MAGALHÃES, baseou-se no fato de, União através de vários órgãos de fomento da região Amazônica com incentivos fiscais como SUDAM, BASA, FINAM e PROTERRA, não estarem contemplando o Acre, exceto em alguns casos, já que a maior parte das terras encontravam-se em litígio. Para o autor, a dificuldade de se analisar o problema de terra no Acre começou com a venda das mesmas para os *sulistas*, quando converteu-se o padrão de medida *estradas* em hectares; além do mais, para se chegar aos verdadeiros proprietários dos seringais, ao menos até 1903, dever-se-ia começar considerando a Legislação de Terra Boliviana. Segundo o autor, houve também omissão das autoridades sobre a administração do Amazonas e o Estado Independente do Acre que forneciam licenças de ocupação e títulos provisórios aos seringalistas e não título de propriedade. Para MAGALHÃES, o difícil em aplicar o direito agrário no Acre são as especificidades da região, como se pode observar através de dois exemplos. (a) Para legalizar a propriedade pela *Lei do Usucapião* são necessários por parte do pretendente, *cultura efetiva e morada habitual*; além do Estatuto da Terra

não conceituar estas categorias, no caso dos seringais do Acre vamos encontrar apenas pequenos campos e roçados; (b) Antes do Estatuto da Terra não se poderia definir o conceito de latifúndio improdutivo; além do mais, os seringais nunca foram improdutivos. Em síntese, para MAGALHÃES, "...*não há mais dúvidas de que as terras acreanas não são devolutas como se tenta insinuar*" (1977:50).

Escorados nesta argumentação que reconhecia o princípio da posse como forma de acesso a grandes propriedades, os proprietários ganharam a batalha jurídica. Assim, os militares no poder na década de 70, desistiram de seu amplo projeto de colonização em terras do Acre, por um lado; por outro lado, o violento processo de expulsão dos seringueiros e/ou posseiros de suas colocações nos seringais, valorizando a sua comercialização ou *limpando-os* para o desmatamento e plantio de pastagem, acabou estimulando o movimento denominado de *empate*, com mais ênfase na década de 80, quando passou-se a questionar efetivamente o título de propriedade dos seringalistas, elevando o nível de violência praticado pelos diferentes agentes sociais envolvidos na disputa pela terra ou nos direitos de explorar borracha nativa nos seringais, sem pagar renda ao *proprietário* e/ou *arrendatário*.

3.3 Divisão Política e Administrativa do Estado do Acre

A capital do estado do Acre localiza-se no município de Rio Branco, sede do governo estadual, onde se concentram os demais poderes, bem como todos os órgãos federais sediados no estado como EMATER, EMBRAPA, IBGE, INCRA e UFAC.

O número de municípios do Estado aumentou de sete para doze, em 1976, atingindo vinte e dois em 1992. O cronograma da emancipação dos municípios, a sua área correspondente, assim como a população residente nos mesmos, pode ser melhor observado através do **ANEXO 1, Mapas 2 e 3** (em anexo).

A região do Vale do Juruá abrange duas microrregiões formadas pelos seguintes municípios:

1. **I Microrregião Cruzeiro do Sul** - Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.
2. **II Microrregião Tarauacá** - Feijó, Tarauacá e Jordão.

A região do Vale do Acre abrange três microrregiões formadas pelos seguintes municípios:

1. **III Microrregião Sena Madureira** - Manuel Urbano, Sena Madureira e Santa Rosa.
2. **IV Microrregião Rio Branco** - Plácido de Castro, Rio Branco, Senador Guiomard, Porto Acre, Bujari, Capixaba e Acrelândia.
3. **V Microrregião Brasiléia** - Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Eptaciolândia.

Os dados da **Tabela 4**, ilustrados pelo **Gráfico 8**, demonstram bem como a distribuição espacial da população no estado do Acre alterou-se significativamente em vinte e um anos. Em 1970, o Vale do Juruá tinha 1,13 hab/km², enquanto o Vale do Acre tinha 1,66 hab/km²; já em 1991, o primeiro aumentou este índice para apenas

1,48 hab/km² , enquanto o segundo, atingiu 3,76 hab/km². Se tomarmos apenas as microrregiões de Tarauacá (Vale do Juruá) e Rio Branco (Vale do Acre) para esta análise, a diferença fica ainda maior. Enquanto a primeira manteve praticamente os mesmos índice de hab/km² , ou seja, 0,95 (1970), 1,14 (1980) e 1,15 (1991), a segunda teve um aumento expressivo, ou seja, 4,32 (1970), 7,00 (1980) e 9,54 (1991). Estes dados podem ser melhor entendidos quando considerarmos a localização das reservas extrativistas, reservas indígenas e as áreas de colonização.

TABELA 4

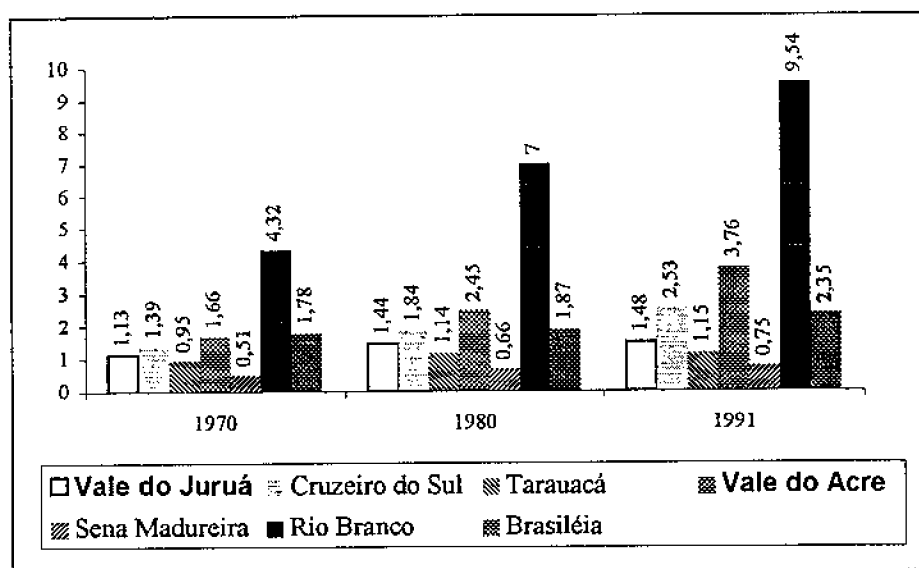
Habitante por Km² por Mesorregião e Microrregião no Estado do Acre 1970/91

	1970	1980	1991
Vale do Juruá	1,13	1,44	1,48
Cruzeiro do Sul	1,39	1,84	2,53
Tarauacá	0,95	1,14	1,15
Vale do Acre	1,66	2,45	3,76
Sena Madureira	0,51	0,66	0,75
Rio Branco	4,32	7	9,54
Brasiléia	1,78	1,87	2,35

Fonte: SEPLAN (1992)

GRÁFICO 8

Habitante por Km² por Mesorregião e Microrregião no Estado do Acre 1970/91



Fonte: SEPLAN (1992)

3.4 Situação Fundiária do Acre

3.4.1 Áreas Públicas

O Acre tem 15.258.900 ha de terras, Tabela 5. Deste total, 8.551.102 ha, ou 56,9%, compõem o Cadastro dos Proprietários ou detentores a qualquer título de imóveis rurais. A área que compõem o Cadastro de Terras Públicas equivale a 6.720.031 ha ou 44%, administrados por diferentes órgãos da seguinte maneira:

1. FUNAI - 1.725.424 ha ou 11,3% do total;
2. IBAMA - 2.338.731 ha ou 15,3 % do total, e

3. INCRA - 1.127.876 ha ou 7,3% do total.

A localização das terras por município, a denominação e área correspondentes às terras administradas pela FUNAI, IBAMA e INCRA, podem ser observadas nos **Anexos 2, 3 e 4**, respectivamente.

O INCRA utilizou, até 1995, apenas 1.140.661 ha nos diferentes projetos de assentamento (**Anexo 5**). Através de compra e arrecadação, administra 2.866.256,9 ha (**Anexo 4**). Pressupõe-se que tenham de 1.725.595,9 ha para futuros projetos de assentamento. A política de ocupação adotada durante o período militar, embora não tivesse êxito no Acre pelas especificidades anunciadas acima, conseguiu assentar mais colonos do que a vigência da Nova República (**Anexo 5**). De 1977 a 1982, através de 5 projetos, assentaram-se 9.313 famílias numa área de 803.242 ha. De 1986 a 1995, através de vinte projetos foram assentadas 2.938 famílias numa área de 337.419 ha.

Os projetos de assentamento nos dois períodos têm concepções diferentes. No período militar, transferiram-se colonos de regiões fora da Amazônia para o estado do Acre, em projetos com infra-estrutura completa; no período da Nova República, passou-se a realizar assentamentos mais econômicos, sem toda a infra-estrutura básica e priorizaram-se os problemas agrários locais. O Acre, além dos Projetos de Assentamento Rápido, tem especificidades: seus Projetos de Assentamento Extrativista, são mais voltados ao extrativismo do que à agricultura; por isso mesmo, os lotes são maiores. Como podemos observar no **Anexo 5**, nos 16 projetos de assentamento, durante a Nova República, cada *parceleiro* recebeu em média um lote

de 82,78 ha, enquanto os quatro Projetos de Assentamento Extrativistas, cada seringueiros recebeu em média um lote de 319,45 ha.

TABELA 5

Resumo da Situação Fundiária do Acre

<i>Áreas Públicas</i>	<i>Área em hectares</i>	<i>Área em %</i>
Reservas indígenas - FUNAI	1.725.424	11,3
Parques ambientais - IBAMA	855.975	5,6
Reservas extrativistas - IBAMA	1.482.756	9,7
Projetos de colonização - INCRA	803.272	5,3
Projetos de assentamento - INCRA	152.727	0,9
Projetos extrativista - INCRA	171.877	1,1
Área sem destinação	1.528.000	10
Sub-Total	6.720.031	44
Áreas privadas		
Com discriminatória	2.760.355	18
Sem discriminatória	5.790.767	38
Sub-Toral	8.551.102	56
Área Territorial do Acre	15.258.900	100

Fonte: Os dados são do INCRA e divulgados através do PAG-20 de 03-09.12.995

3.4.2 Áreas Privadas

Dos 15.258.900 ha de terras do Acre, 8.551.102 ha, ou 56,9%, compõem o Cadastro dos Proprietários ou detentores a qualquer título de imóveis rurais. O quadro geral da distribuição das terras privadas por estrato pode ser visto na **Tabela 6** e ilustrado pelos **Gráficos 9 e 10**. Observa-se uma evolução significativa no nº de imóveis cadastrados, de 3.847 em 1970 para 10.445 em 1994. Os dados demonstram também que os estabelecimentos menores de 100 ha aumentaram sua participação no que se refere ao nº de imóveis e área, ou seja, com uma participação 73,0% em 1970,

aumentaram para 87,8 % em 1994. Já a participação destes imóveis referentes à área, evoluiu de 1,8 % em 1970 para 11,0 % em 1994.

Estes dados não significam que as grandes e as médias propriedades⁹ estejam sendo divididas. Em 1970, os estabelecimentos maiores de 1.000 ha e menores de 10.000 ha, participavam com 10,3 % do nº de imóveis e, em 1994, esta participação reduziu-se para 3,1 %; já sua participação em relação à área, embora tivesse oscilado ao longo do período, conseguiu aumentar de 24,0 % em 1970 para 24,6 % em 1994. O avanço mais expressiva se dá nas propriedades maiores de 100 ha e menores de 1.000 ha - ou seja, se por um lado, sua participação no nº de imóveis de 13,7 % em 1970, reduziu-se para 8,5 % em 1994, por outro lado, em 1970 ocupavam 4,6 % da área e passaram a ocupar 7,3. Conforme a **Tabela 6**, a alteração da estrutura fundiária por estrato, deve-se muito mais à incorporação de novas áreas registradas no Cadastro de Imóveis, do que o fracionamento das grandes e médias propriedades. Em 1970, o Acre possuía apenas 4.051.669 ha registrados, contra 4.572.778 ha em 1994. A identificação dos 61 maiores imóveis do estado do Acre pode ser observada no **Anexo 6**. Observa-se que, os 6 maiores imóveis somam 1.567.262 ha, ou seja,

⁹ Com a vigência da Lei 8.629/93 de 25.02.93, os Imóveis Rurais passam a ser classificados da seguinte maneira: (a) Minifúndio - Imóvel com área total inferior à área do módulo fiscal do município de localização; (b) Pequena Propriedade - Imóvel de área total com dimensão entre um a quatro módulos fiscais; (c) Média Propriedade - Imóvel de área total superior a quatro módulos e inferior a quinze módulos fiscais; e (d) Grande Propriedade - Imóvel com área total igual ou superior a quinze módulos fiscais. No Acre, embora existam estudos para reduzir a área do Módulo Fiscal, este corresponde a 100 ha, exceto em algumas áreas mais produtivas, próximas das cidades de Rio Branco, Capixaba, Porto Acre e Bujari (INCRA, 1995c).

18,32% das terras privadas do estado. E mais: dos 61 imóveis, apenas 2 são considerados produtivos, a saber, os de número nº 9 e 55.

TABELA 6

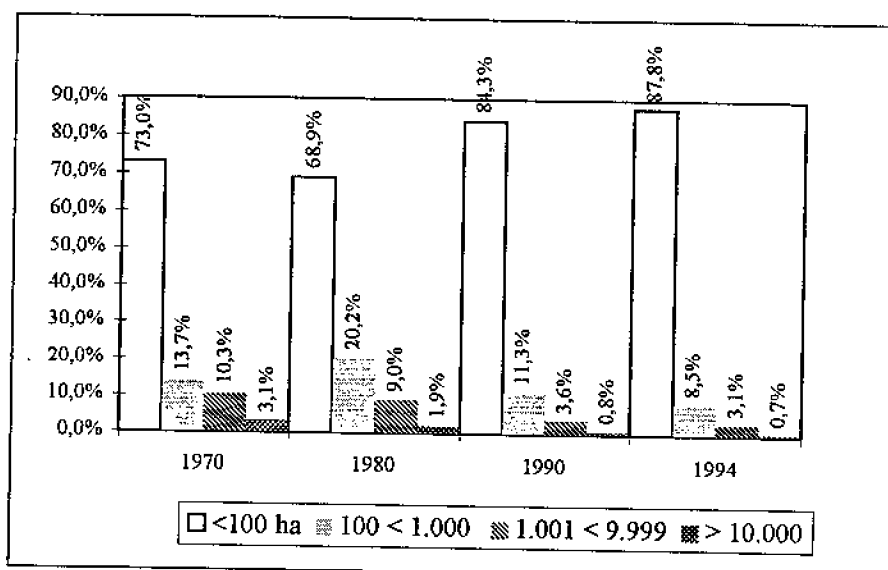
Evolução da Estrutura Fundiária do Acre - 1970/94

Grupo de Área	1970		1980		1990		1994	
	N de Imóveis	Área (ha)	N de Imóveis	Área (ha)	N de Imóveis	Área (ha)	N de Imóveis	Área (ha)
<100ha	2807	71.946	7.591	325.667	19.440	807.161	9.171	501.200
100<1.000	526	181.767	2.229	630.372	2.607	522.407	883	335.031
1.001<9.999	396	971.348	990	1.717.723	834	2.521.231	323	1.126.631
>10.000	118	2.820.608	208	9.169.134	193	5.762.800	68	2.609.916
Total	3.847	4.051.669	11.018	11.842.896	23.074	9.613.599	10.445	4.572.778

Fonte: INCRA (1995b)

GRÁFICO 9

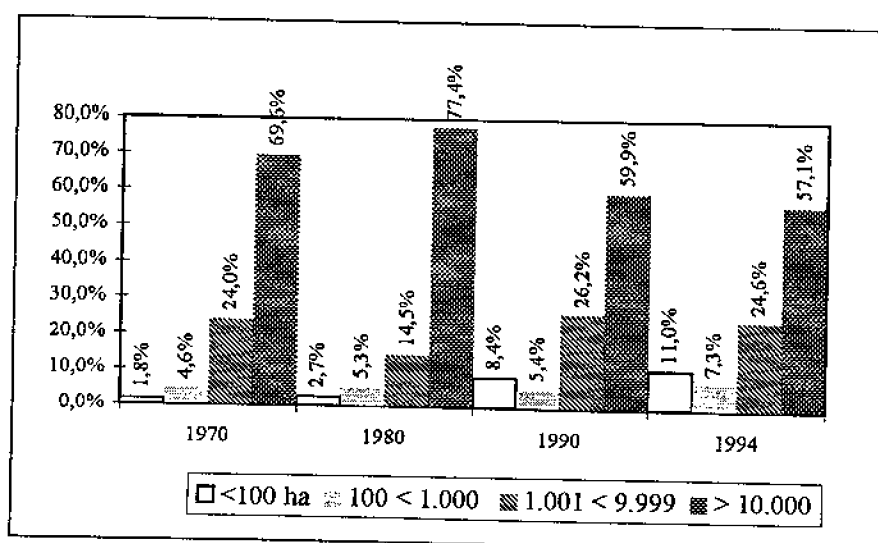
Evolução do Número de Imóveis por Estrato no Estado do Acre em % - 1970/94



Fonte: INCRA (1995b)

GRAFICO 10

Evolução da Área por Estrato no Estado do Acre em % - 1970/1994



Fonte: INCRA (1995b)

3.5 Algumas Considerações sobre a Economia do Estado do Acre

Na década de 70, o PIB do Acre cresceu 11,45% ao ano - crescimento rápido, contudo, menor que a média brasileira que foi de 12,54% ao ano. Na primeira metade da década de 80, apesar da crise brasileira que reduziu o PIB nacional a menos de 1,6% ao ano, o Acre conseguiu manter seu PIB no patamar de 5,48% a.a. Mas, se de um lado, estes dados confirmam a expansão econômica do estado como um todo, de outro, se considerarmos a participação dos setores da economia na receita do ICMS, podemos perceber uma significativa alteração na estrutura produtiva. Em 1975, o setor primário participava com 48,7% do ICMS, em 1985, com 38,9%; e em 1991, reduziu sua participação para 4,1%. Já o setor terciário que, em 1975, participava com 51,3% do ICMS, em 1991 aumentou para 92,1% (SEPLAM, 1992:22-27).

A expansão econômica, referida acima, deve-se em grande parte aos projetos de colonização e principalmente à expansão da pecuária associada à exploração madeireira que provocaram o desmatamento. Segundo a SEPLAN (1992), em 1989, a área de ação antrópica somava 737.230 ha, ou seja, 4,8% da sua superfície. De 1970 a 1989, esta área evoluiu à taxa de 7,5% por ano, enquanto a área de pastagem cresceu a um a taxa de 10% por ano.

A ampliação do desmatamento para áreas de pastagem está relacionada com o crescimento do rebanho bovino que, como demonstra a **Quadro III** e ilustrado pelo **Gráfico D**, aumentou de maneira ascendente até 1984, coincidindo, portanto, com o período de maior desmatamento. Esta mesma relação não ocorre com a produção de madeira em tora, **Gráfico C**: a produção continua aumentando, independente das

taxas de desmatamento. Para os intérpretes da SEPLAM, que analisaram a relação entre a pecuária e a exploração da madeira, ela pode ser vista de duas maneiras:

“...o crescimento do rebanho mantém correlação direta, porém discreta (coeficiente de Correlação de Pearson - CCP igual 0, 1197) com a produção madeireira; a tendência dos preços na pecuária mantém com a produção de madeira correlação elevada e inversa (CCP =-0,7527). A tendência declinante dos preços na pecuária parece ter como produto a elevação da exploração madeireira nas grandes propriedades” (1992:25).

Percebe-se também, **Quadro III**, que os produtos extrativistas como borracha e castanha, respectivamente **Gráficos A e B**, que aparentemente deveriam diminuir de produção com o aumento do desmatamento, seguem outra lógica, ou seja, a do mercado. Mas como este está relacionado a fatores internos e externos, nem sempre a produção responde aos preços.

No caso dos produtos de subsistência, **Quadro IV** e ilustrado pelos **Gráficos A, B, C e D**, percebeu-se aumento nas áreas cultivadas como também na produtividade, exceto o feijão. Neste caso ocorreu apenas aumento de área plantada. O arroz em casca, em 1974, com uma área cultivada de 12.800 ha produziu 15.374 toneladas, ou seja, 1.201 ton/ha; em 1989, com uma área cultivada de 31.710 ha produziu 41.117 toneladas, ou seja, 1,485 ton/ha. A mandioca, em 1974, com uma área cultivada de 11.430 ha produziu 162.700 ha, ou seja, 14,234 ton/ha; em 1989, com uma área cultivada de 16,935 ha produziu 302.810 toneladas, ou seja, 17,880 ton/ha. O milho, em 1974, com uma área cultivada de 17.300 ha produziu 20.282

toneladas, ou seja, 1,172 ton/ha; em 1989, com uma área cultivada 32.733 ha produziu 52.146 toneladas, ou seja, 1,593 ton/ha. No caso do feijão, esta tendência não se manteve: em 1974, com uma área cultivada de 6.790 ha produziu-se 4.904 toneladas, ou seja, 0,722 ton/ha; em 1989, com uma área cultivada de 11.866 ha produziu 6.316 toneladas, ou seja, 0,532 ton/ha. A incorporação de novas áreas para a cultura de subsistência nas últimas décadas, deve-se, em parte, à crise da borracha que sempre dominou o setor primário¹⁰, obrigando os seringueiros a conciliar extrativismo com culturas de subsistência, e também aos projetos de colonização.

Enfim, descrevemos alguns aspectos, como história econômica, estrutura fundiária, as motivações das disputas internacionais e internas para dominar o atual território do estado do Acre. Assim, entendemos que construímos o cenário (pano de fundo) para compreender as raízes da violência. Passaremos agora a analisar a violência no espaço agrário da história recente do Acre.

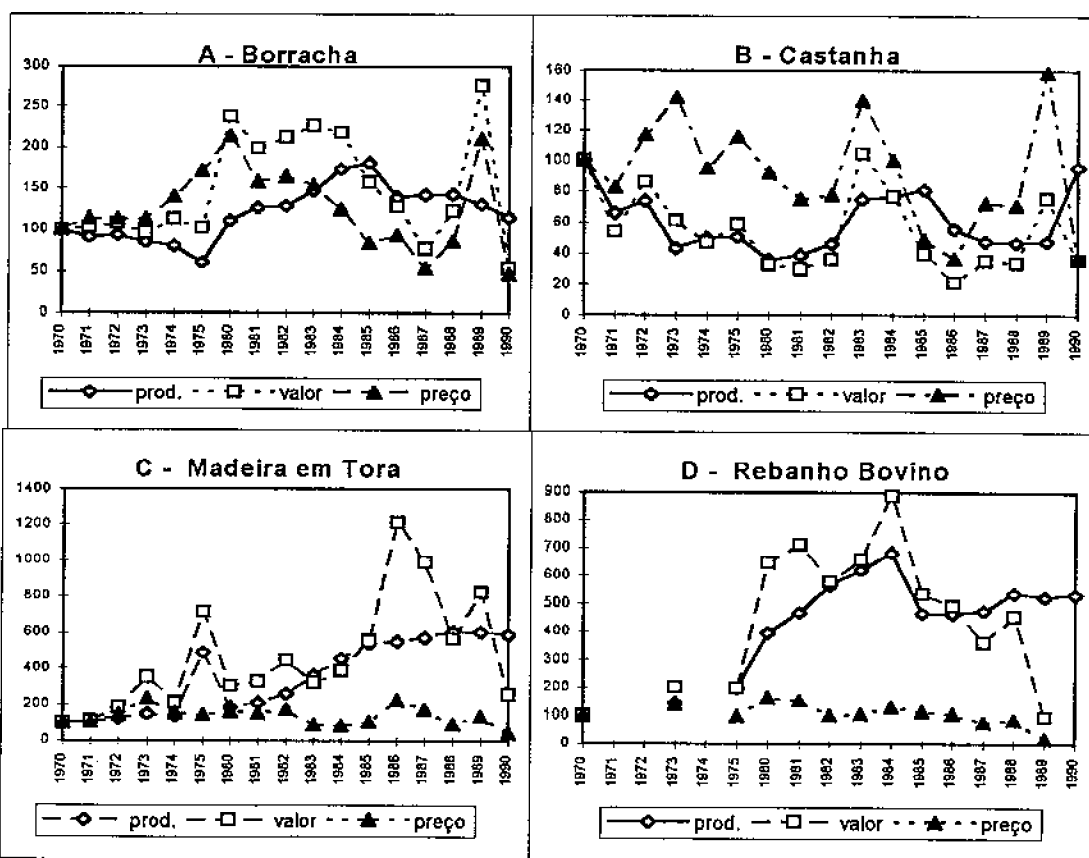
¹⁰ Em 1985, a borracha contribuiu com 65,7% do ICMS do setor primário; em 1980, elevou sua participação para 91,4% e, num processo decrescente, chegou em 1991, contribuindo com apenas 32,9%. (SEPLAN, 1992:28).

QUADRO III

Estado do Acre, Evolução da Produção, Valor da Produção e Preço da Borracha, da Castanha e da Madeira em Tora e do Rebanho Bovino, seu Valor e Preço por Cabeça (Índice 1970=100).

Ano	Borracha			Cacau			Café			Plântano		
	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área
1974				1.284	7.101	8.933	768	4.306	1.262	26.984	245.036	6.988
1975				2.292	10.645	9.913	915	2.993	1.342	27.042	211.851	7.016
1976				2.465	17.628	9.312	3.999	45.640	2.502	28.487	250.429	8.315
1977				2.579	35.828	9.635	4.775	38.807	3.048	34.759	335.560	9.427
1978				1.354	17.200	9.123	15.535	60.109	11.560	44.390	354.072	12.383
1979				2.999	32.974	12.446	22.125	123.411	17.310	46.501	444.562	15.423
1980				5.423	32.119	22.342	35.310	162.797	26.661	58.532	366.107	19.196
1981	1.809	6.492	4.394	9.287	50.873	31.202	31.231	137.633	31.446	35.633	146.490	18.709
1982	1.702	12.112	3.719	14.423	34.624	33.140	47.151	173.770	47.140	48.326	199.039	20.113
1983	2.218	11.091	3.251	18.978	121.583	47.322	56.774	172.710	56.407	44.368	317.997	18.984
1984	2.734	10.071	4.401	23.332	188.541	61.503	66.396	171.650	65.673	40.416	436.954	17.855
1985	2.088	9.136	3.470	55.213	613.169	85.318	116.002	923.314	92.450	34.975	771.370	17.017
1986	2.556	9.760	5.273	48.423	342.814	76.649	106.217	362.649	87.742	44.056	934.962	18.117
1987	2.539	7.603	4.825	51.186	318.809	68.625	127.319	295.119	111.263	44.016	847.931	18.623
1988	2.166	4.705	3.112	57.483	320.417	81.337	83.123	181.672	112.945	55.855	451.049	21.577
1989	2.201	29.892	3.041	54.200	137.944	82.776	181.454	317.720	151.776	60.549	669.853	26.709

Fonte: SEPLAN (1992)

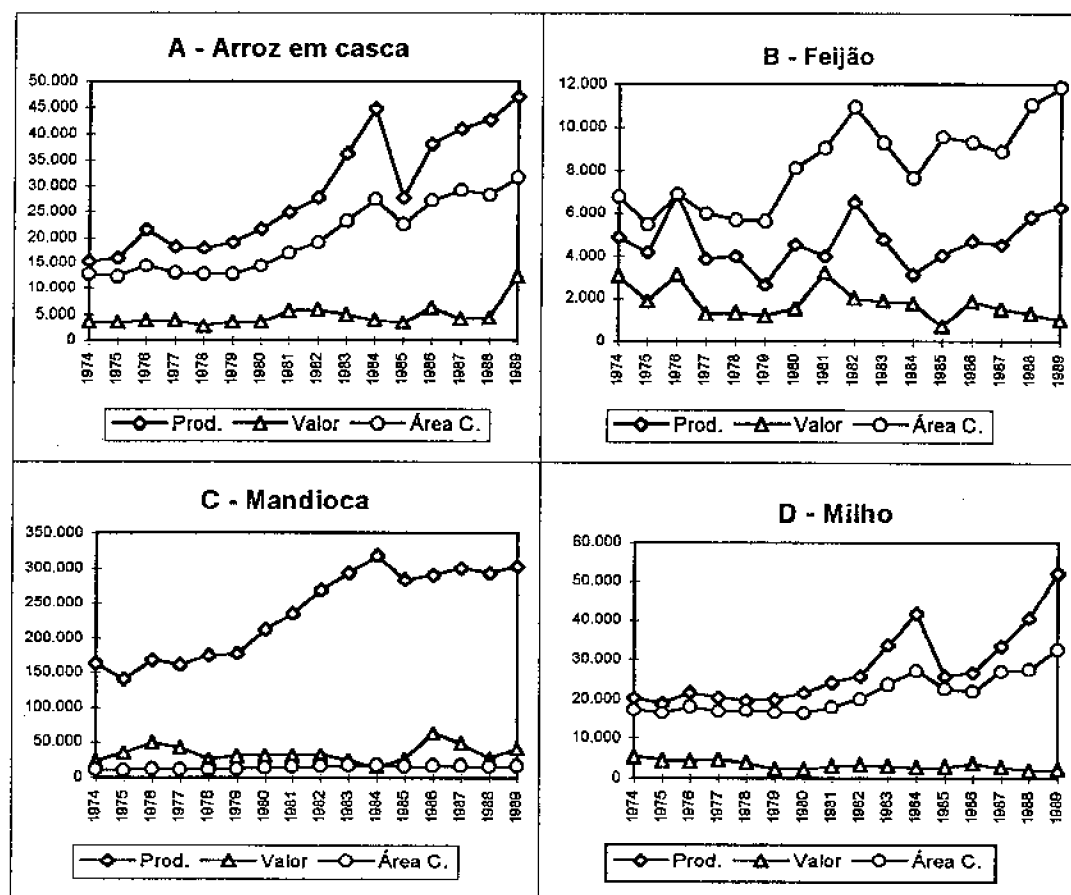


QUADRO IV

Estado do Acre, Evolução da Produção (ton), Valor da Produção (Preço Constantes em Cr\$ 1.000 de 1985) e Área Colhida (ha) de Arroz em Casca, Feijão, Mandioca e Milho.

Ano	Arroz em casca			Feijão			Mandioca			Milho		
	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área	Prod.	Valor	Área
1974	146.603	176.076	118.728	27.555	64.840	25.325	1.402.981	436.210	121.117	114.187	91.814	106.991
1975	245.239	316.327	186.591	38.159	161.106	35.193	1.746.638	617.385	145.041	116.233	92.596	108.368
1976	269.065	246.842	192.567	33.524	103.778	40.459	2.021.628	657.251	175.109	121.785	86.987	111.118
1977	292.622	232.035	204.736	33.030	73.392	46.613	2.092.275	533.814	181.147	118.485	75.167	117.148
1978	264.173	246.054	183.147	32.421	69.318	46.569	2.257.890	405.115	155.411	136.610	81.842	127.430
1979	334.276	296.707	214.232	30.348	69.399	46.564	2.697.562	577.104	208.969	150.733	88.661	133.348
1980	388.076	346.540	270.422	36.606	111.261	63.306	2.618.552	662.821	207.942	222.252	138.894	174.967
1981	434.811	429.097	322.752	55.709	116.007	74.268	3.079.108	781.480	240.428	242.355	148.429	198.286
1982	414.202	338.386	283.244	73.613	141.519	115.411	3.508.212	748.434	250.331	312.318	187.459	228.324
1983	404.314	316.672	280.169	75.254	182.225	118.183	3.349.638	840.432	257.274	340.367	181.563	259.861
1984	394.376	294.958	274.915	76.977	223.930	126.917	3.372.454	937.426	261.881	368.210	180.668	289.777
1985	408.970	329.810	289.691	62.540	111.860	113.567	3.718.817	1.269.707	277.041	318.597	216.678	247.996
1986	300.914	263.511	322.172	93.734	120.540	153.814	4.037.583	1.155.061	300.721	402.477	293.186	292.376
1987	420.802	259.615	297.774	76.726	187.911	131.686	3.756.790	1.230.610	290.121	434.923	240.176	324.348
1988	506.291	407.440	361.213	92.186	157.543	159.075	3.386.061	1.356.014	271.124	583.473	267.744	431.750
1989	525.771	407.582	362.733	113.292	203.373	186.785	3.916.400	1.872.707	296.238	612.679	356.368	410.919

Fonte: COSTA (1994)



ANEXOS

ANEXO 1

Divisão Político-Administrativa do Estado do Acre, Área e População 1950/91.

Meso, Microrregiões Homôgenas e Municípios	Autonomia	1970		1980		1991	
		Área (Km ²)	População	Área (Km ²)	População	Área (Km ²)	População
ACRE		152.589	215.299	152.589	301.303	1.537.360	417.165
Mesoregião 01							
Vale do Juruá		73.043	83.214	73.043	105.782	75.397	112.259
<i>I Microrregião</i>							
Cruzeiro do Sul	23/10/12	31.312	43.584	24.401	50.477	8.490	48.080
Mâncio Lima	14/05/76			6.911	7.376	4.950	7.841
Rodrigues Alves	21/01/92					3.025	6.643
Porto Walter	21/01/92					6.120	6.183
Mal. Thaumaturgo	21/01/92					7.750	8.076
Total		31.312	43.584	31.312	57.853	30.335	76.823
<i>II Microrregião</i>							
Feijó	12/12/38	19.632	15.768	19.632	19.571	19.632	17.760
Tarauacá	23/10/12	22.099	23.862	22.099	28.358	19.840	23.463
Jordão	21/01/92						4.213
Total		41.731	39.630	41.731	47.929	39.472	45.436
Mesoregião 02							
Vale do Acre		79.548	132.085	79.546	195.521	78.339	294.906
<i>III Microrregião</i>							
Manuel Urbano	14/05/76			21.055	5.941	10.370	4.677
Sena Madureira	23/10/12	43.750	22.470	23.051	23.558	23.051	24.166
Santa Rosa	21/01/92					5.930	681
Total		43.750	22.470	44.106	29.499	39.351	29.524
<i>IV Microrregião</i>							
Plácido de Castro	14/05/76			2.972	9.249	2.120	12.386
Rio Branco	23/10/12	19.427	83.977	14.294	117.103	8.580	182.811
Senador Guionard	14/05/76			2.161	9.709	2.780	15.203
Porto Acre	21/01/92					2.870	9.129
Bujari	21/01/92					3.675	3.174
Capixaba	21/01/92					1.567	2.473
Acrelândia	21/01/92					2.565	5.473
Total		19.427	83.977	19.427	136.061	24.157	230.649
<i>V Microrregião</i>							
Assis Brasil	14/05/76			3.991	1.360	3.991	2.875
Brasileia	12/12/38	6.232	12.311	3.885	13.909	3.790	13.946
Xapuri	23/10/12	8.137	13.327	8.137	14.692	5.560	10.664
Epiplaciolândia	21/01/92					1.490	7.410
Total		14.369	25.638	16.013	29.961	14.831	34.895

Fonte: SEPLAN (1992:31-32)

MAPA 1

Divisão Político-Administrativa do Brasil

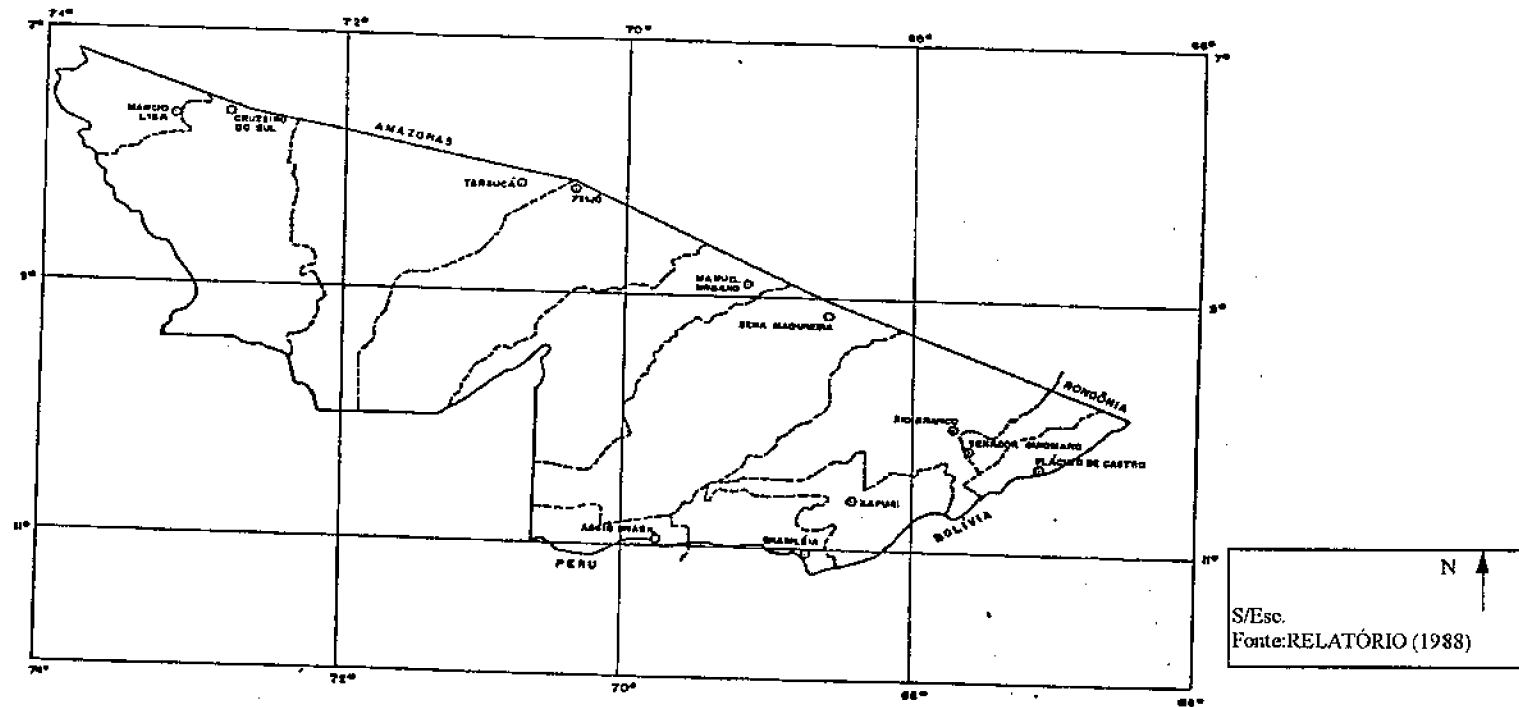
BRASIL



Fonte: IBGE (1997)

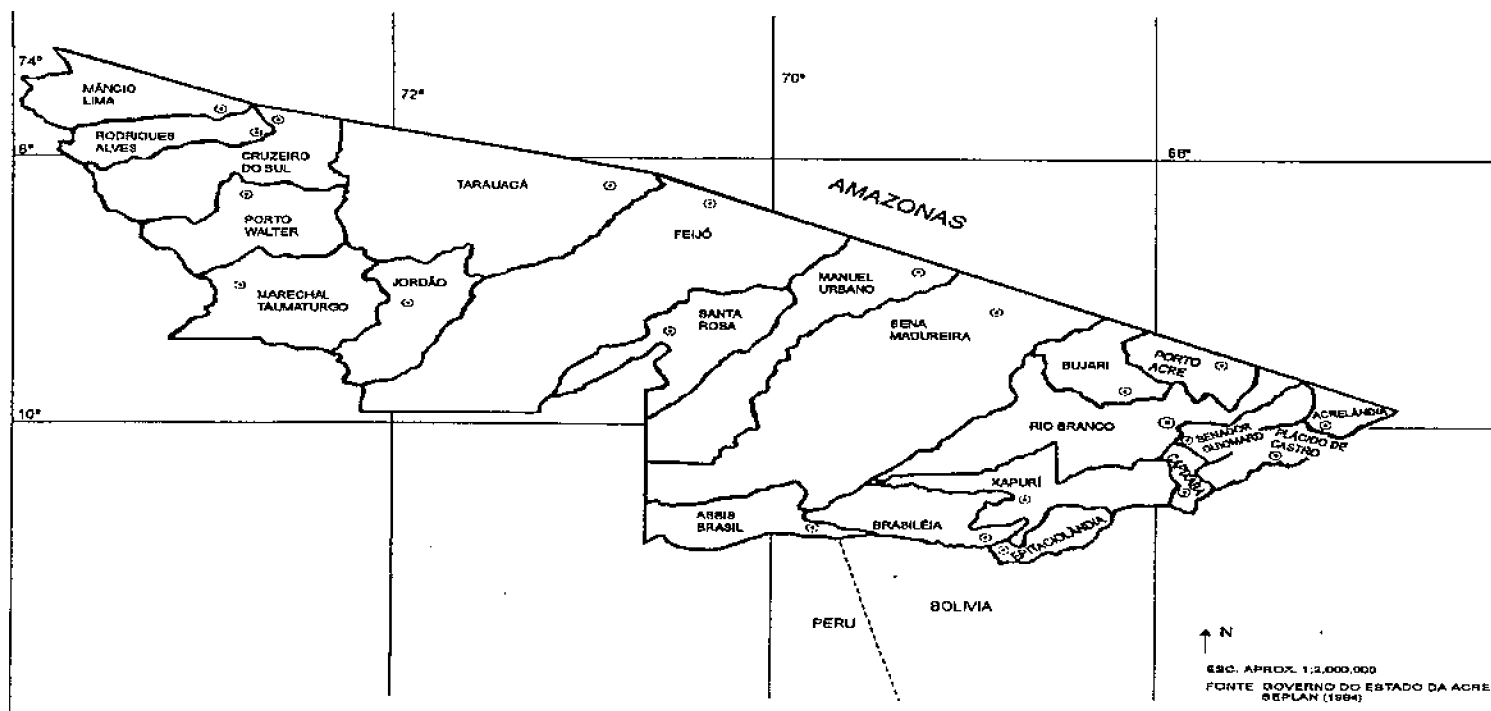
MAPA 2

Divisão Político-Administrativa do Estado do Acre em 1991



MAPA 3

Divisão Político-Administrativa do Estado do Acre a partir de 1992



ANEXO 2

Cadastro de Terras Públicas Administradas pela FUNAI no Acre

<i>Reserva Indígena</i>	<i>Município</i>	<i>Área (ha)</i>
1 - Nukini	Mâncio Lima	309.000,00
2 - Poyanawa	Mâncio Lima	19.987,00
3 - Jaminawa do Igarapé Preto	Cruzeiro do Sul	23.117,00
4 - Cimpinas	Tarauacá	28.862,00
5 - Arara do Igarapé	Cruzeiro do Sul	27.700,00
6 - Arara do Riozinho	Tarauacá	32.300,00
7 - Rio Gregório	Tarauacá	92.859,00
8 - Kaxinawa da Colônia 27	Tarauacá	105.000,00
9 - Kanikina	Feijó	17.750,00
10 - Igarapé Gaúcho	Tarauacá	9.540,00
11 - Alto Furnas	Manuel urbano	265.000,90
12 - Jaminawa Arara	Cruzeiro do Sul	28.280,00
13 - Kaxinawa/Praia Carapanã	Tarauacá	12.000,00
14 - Kampa do Rio Amônia	Cruzeiro do Sul	91.200,00
15 - Kaxinawa/Rio Jordão	Tarauacá	92.000,00
16 - Kaxinawa/Rio Breu	Cruzeiro do Sul	23.840,00
17 - Tarauacá	Tarauacá	23.840,00
18 - Kampa do Rio Jordão	Feijó	238.400,00
19 - Kaxinawa/Rio Humaitá	Feijó	127.383,00
20 - Kulina/Rio Envira	Feijó	484.000,00
21 - Xinane	Feijó	8.000,00
22 - Kulina do Igarapé do Pau	Feijó	14.400,00
23 - Kaxinawa/Nova Olinda	Feijó	32.150,00
24 - Mamoadate	Sena Madureira	313.646,00
25 - Cabeceira do Rio Acre	Assis Brasil	18.870,00
Toral		1.725.424,00

Fonte: INCRA (1995b)

ANEXO 3**Cadastro de Terras Públicas Administradas pelo IBAMA no Acre**

<i>Nome</i>	<i>Município (s)</i>	<i>Área (ha)</i>
1 - Floresta Nacional do Macaúá	Sena Madureira	174.475,00
2 - Parque Nacional da Serra do Divisor	Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul	605.000,00
3 - Reserva Extrativista Alto Juruá	Cruzeiro do Sul	506.186,00
4 - Estação Ecológica do Rio Acre	Sena Madureira e Assis Brasil	77.500,00
5 - Reserva Extrativista Chico Mendes	Rio Branco, Xapuri, Brasileia, Assis Brasil e Sena Madureira	976.540,00
Total		2.338.731,00

Fonte: INCRA (1995b).

ANEXO 4

Cadastro de Terras Públicas, Administradas pelo INCRA no Acre.

Projeto	Município	Área (ha)
01 - PRA Camaró	Acrelândia	6.097,9
02 - PAE Chínco Mendes	Xapuri	26.319,90
03 - PAE Porto Dias	Plácido de Castro	19.850,00
04 - PA São João do Balanço	Acrelândia	14.893,00
05 - PA São João do Balanço	S. Guiomard	18.919,00
06 - PA Seringal Parto Rico	Xapuri	5.163,00
07 - Gleba Sai Cinza Triunfo	Xapuri	16.331,00
08 - Gleba I	Sena Madureira	1.803,00
09 - Gleba I - A	Sena Madureira	499
10 - Gleba II, Sena Madureira	Sena Madureira	3.727,20
11 - Gleba Aeluis e Marcejana	Manoel Urbano	19.881,00
12 - Gleba Nunry	Sena Madureira	1.486,00
13 - Gleba Benfica	Manoel Urbano	1.085,00
14 - PAE Riozinho	Sena Madureira	35.896,00
15 - Gleba Boa Vista	Manoel urbano	5.831,00
16 - Gleba Bucker	Sena Madureira	420
17 - Gleba Cachoeira	Sena Madureira	6.070,00
18 - Gleba Cassiana	Manoel Urbano	30.935,00
19 - Gleba Cerejeira	Sena Madureira	225
20 - Gleba Corrego do Ouro I	Sena Madureira	860
21 - Gleba Corrego do Ouro II	Rio Branco	220
22 - Gleba Lucero Fort	Rio Branco	1.929,00
23 - Gleba Livre nos Deus	Manoel Urbano	46.221,00
24 - Gleba Mamurá	Manoel Urbano	18.774,00
25 - Gleba Mário Lobão Parte A	Sena Madureira	13.384,10
26 - Gleba Nova Olinda	Xapuri	2.400,00
27 - Gleba Novo Destino	Sena Madureira	5.936,00
28 - Gleba Oriente	Sena Madureira	3.650,00
29 - Gleba São Francisco	Sena Madureira	21.600,00
30 - Gleba Tabatinga Sant. Ana	Sena Madureira	38.964,00
31 - Gleba Veneza	Manoel Urbano	14.028,00
32 - Aput	Cruzeiro do Sul	12.350,00
33 - Gleba Nazare	Manoel Urbano	7.154,00
34 - Gleba Pralins	Sena Madureira	1.900,00
35 - Gleba Riozinho e Granada	Sena Madureira	35.896,00
36 - Gleba Samuims	Rio Branco	3.216,00
37 - Gleba Araripe	Tarauacá	1.700,00
38 - Gleba Boa Esperança I	Tarauacá	900
39 - Gleba Boa Esperança II	Tarauacá	800
40 - Gleba Boa Esperança III	Tarauacá	1.600,00
41 - Gleba Boa Esperança IV	Tarauacá	700
42 - Gleba Boa Vista I	Tarauacá	366
43 - Gleba Boa Vista II	Tarauacá	701,7
44 - Bom Sossego	Mêncio Lima	26.700,00
45 - Extrema	Mêncio Lima	490
46 - Gleba Formoso	Cruzeiro do Sul	29.600,00
47 - Lucatan	Cruzeiro do Sul	733
48 - Mocambo	Cruzeiro do Sul	40
49 - Monteiro	Tarauacá	1.600,00
40 - Nova Cirtra	Cruzeiro do Sul	1.367,00
41 - Gleba novo Destino	Tarauacá	12.000,00
42 - PA Pavão	Cruzeiro do Sul	6.266,00
43 - Gleba Redenção	Cruzeiro do Sul	900
44 - São Cristóvão	Cruzeiro do Sul	80
45 - São Domingos I	Mêncio Lima	320
46 - São Domingos II	Mêncio Lima	365
47 - Gleba São Pedro	Cruzeiro do Sul	12.250,80
48 - PA São Pedro	Cruzeiro do Sul	26.449,20
49 - São Salvador I	Tarauacá	350
50 - São Salvador II	Tarauacá	350
51 - Gleba São Salvador III	Tarauacá	1.150,00
52 - Gleba Tangará	Tarauacá	400
53 - Taqueri	Tarauacá	57.100,00
54 - Gleba Tracub	Cruzeiro do Sul	5.029,50
55 - Gleba Vitória	Cruzeiro do Sul	800
56 - Gleba Sacado Ipiranga	Sena Madureira	4.140,00
57 - Vale do Rio Chandiles	Santa Rosa	1.506.000,00
58 - Gleba Santa Rosa	Manoel Urbano	400.000,00
59 - PAD Humaitá	Porto Acre	63.861,00
60 - PAD Quixadá	Brasiléia	76.447,00
61 - PRA Figueira	Rio Branco	25.484,90
62 - PRA Vista Alegre	Rio Branco	997

Fonte: INCRA (1995b)

ANEXO 5

Projetos de Colonização do INCRA no Estado do Acre

Município/Sede	Nome do Projeto	Área (ha)	Capacidade Famílias	Ano de Criação	Forma de Aquisição	Fase	Famílias Exist. no Projeto
Santarém-Cruzeiro	P.C. Paulo Rondon	317.588	4025	Resolução 1/8231-10-77	Desaprop./Arrendação	4	4025
Santa Madalena	P.C. Boa Esperança	275.646	2.756	Resolução 1/7131-10-77	Desapropriação	3	900
Basiléia	P.C. Quissalá	76.447	952	Resolução 69/13-04-81	Desapropriação	3	952
Porto Alegre	P.C. Harariá	63.881	951	Resolução 11/705-06-81	Desapropriação	4	951
Cruzeiro do Sul	P.C. Serra Lúzia	69.710	629	Resolução 249/30-08-82	Desaprop./Arrend	3	629
Sub-Total		803.242	9.313				7.437
Bayeux	P.A. Espirítua	1.480	33	Portaria 7/2023-09-86	Desapropriação	4	33
Rio Branco	P.A. Fígaria	25.937	334	Portaria 083/29-01-87	Desapropriação	3	334
Rio Branco	P.A. Mãe Helena	997	74	Portaria 167/25-03-87	Desapropriação	4	74
Capitã	P.A. Ramusso	39.570	130	Portaria 4/204-06-87	Desapropriação	2	130
Basiléia	P.A.E. Santa Quitéria	44.205	160	Portaria 888/24-06-88	Desapropriação	2	160
Rodrigues Alves	P.A. São Pedro	27.638	351	Portaria 887/24-06-88	Arrendação	3	302
Epitaciolândia	P.A.E. Chico Mendes	24.806	68	Portaria 1/3408-03-89	Desapropriação	3	68
Rodrigues Alves	P.A. Pavão	5.474	50	Portaria 263/24-04-89	Arrendação	2	41
Santa Madalena	P.A.E. Rincão	35.895	70	Resolução 3/3420-10-89	Desapropriação	2	70
Acariândia	P.A.E. Porto Dias	22.145	100	Resolução 40/20-10-89	Desapropriação	2	83
Rio Branco	P.A. Orelha	11.255	263	Resolução 40/11-07-91	Desapropriação	3	263
Epitaciolândia	P.A. Porto Rico	5.163	24	Resolução 49/11-07-91	Desapropriação	2	24
Acariândia	P.A. São João do Palácio	18.919	264	Resolução 44/11-07-91	Desapropriação	2	264
Acariândia	P.A. S. Antônio do Poço	14.855	212	Resolução 229/24-09-92	Arrendação	2	132
Acariândia	P.A. Caimali	6.097	83	Resolução 220/24-10-92	Arrendação	2	83
Manoel Uliato	P.A. Nazaré	7.154	100	Resolução 264/21-10-92	Desapropriação	2	49
Rio Branco	P.A. Benedita	5.127	140	Portaria 682/25-12-94	Desapropriação	2	140
Tarauá	P.A. Novo Destino	27.740	277	Portaria 035/10-05-95	Arrend./Desapropriação	2	265
Rio Branco	P.A. Orléia	1.755	42	Portaria 65/31-10-95	Desapropriação	2	42
Santa Madalena	P.A. Povo de Mel	11.405	213	Portaria 66/31-10-95	Desapropriação	2	85
Sub-Total		347.419	2.938				2.342
TOTAL		1.140.661	12.251				9.779

Fase: (2) implantação; (3) consolidação; e (4) emancipação

Fonte: INCRA (1995d)

TABELA 6

Relação dos Imóveis Rurais com Área Igual ou Superior a 10.000,0 ha no Estado do Acre em 1995

N.º de Ordem	Nome do proprietário	Nome do Imóvel	Área Total (ha)	Município	Classificação Fund.	Código do Imóvel
1	James W. Murray Araújo	Fazenda Cláudia	127.370,00	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 002 130-9
2	Osair D. Assis Junior	Glória Ajerimaguá	230.000,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	023 027 011 258-2
3	Guilherme Ramos Paquetim	Seringal Nova Marquã	248.644,89	Sena Madureira	Grande Improdutiva	023 019 978 434-3
4	Falib Saraiva de Farias	Seringal São Braz	223.000,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	023 027 011 134-9
5	Parabeno Cia. Participações de Colonização	Glória Paranaíba	224.386,10	Taruacá	Grande Improdutiva	011 037 001 817-0
6	José Cordeiro e Silva	Fazenda Jurupai	161.841,30	Feijó	Grande Improdutiva	022 039 004 650-2
7	Ubaldino da Silva	Seringal Itamaraty	72.000,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	712 037 908 436-0
8	Fazenda União Ltda	Fazenda Bonfim	62.000,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 025 084 646-6
9	Assis & Cia	Seringal Tabatinga	36.931,10	Sena Madureira	Grande Improdutiva	231 024 042 242-3
10	Comp. de Desenv. N. Olinda	Seringal Nova Olinda	51.112,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 006 742-5
11	Auzilia Egídio Falcão	Seringal Jussara	46.141,25	Taruacá	Grande Improdutiva	913 027 007 307-4
12	Hetto Fink	Fazenda Príncipe	39.033,00	Povoado	Grande Improdutiva	012 025 048 836-5
13	Edvaldo Diniz e irmão	Seringal Sarcado	35.000,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 984 238-0
14	Ricardo Saad Gózar e Outros	Seringal Albracia	31.810,40	Xapuri	Grande Improdutiva	012 041 931 837-3
15	Agropecuária São Paulo Amazonas	Fazenda Agrícola	30.000,00	Marechal Thaumaturgo	Grande Improdutiva	012 053 006 855-5
16	José Pereira de Araújo	Seringal Minas Gerais	29.900,00	Marechal Thaumaturgo	Grande Improdutiva	021 061 000 450-4
17	Ronaldo Antônio Frascueli	Seringal Caxias	27.000,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 013 641-9
18	José Tavares do Couto Neto	Fazenda São José I	23.000,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 068 022 225-3
19	Antônio Moraes dos Santos	Fazenda Caxias	22.847,50	Bujari	Grande Improdutiva	012 023 234 888-1
20	Orciano Dias Almeida Neto	Seringal Mucuripe/Guanabara	23.456,10	Taruacá	Grande Improdutiva	011 037 007 234-3
21	Marcos Ribeiro	Seringal Riquelme dos Mucos	23.030,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 013 254-0
22	Romulo Rosaloni	Seringal Espinha/Santa Fé/Crate	23.021,90	Cruzeiro do Sul	Grande Improdutiva	011 010 021 423-7
23	Silvio Marchetti Filho	Fazenda São Jerônimo	21.226,30	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 006 211-0
24	Diego Hoebel Muñoz	Fazenda Rosa Dama	21.627,70	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 012 238-8
25	Agropecuária Vale do Antares Ltda	Fazenda Bela Alibara	21.143,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 023 022 320-2
26	Fernando Diniz olive e Outros	Parte da Seringal Arapixi	20.830,00	Bujari	Grande Improdutiva	012 025 082 074-2
27	Orlando Emanoel Pereira	Seringal Lualaba	19.818,20	Taruacá	Grande Improdutiva	011 027 012 641-4
28	José Joaquim Ferreira de Medeiros	Fazenda Filipinas	18.415,60	Xapuri	Grande Improdutiva	012 041 000 027-3
29	Odílio Teixeira Góes	Seringal São Braz e São Domé	18.381,50	Marechal Thaumaturgo	Grande Improdutiva	012 076 001 478-3
30	Bruno Roos e Outros	Seringal Parahó	18.300,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 025 257 818-3
31	Ribeiro Alves de Melo	Seringal Cerâmica	18.000,00	Taruacá	Grande Improdutiva	011 078 000 960-3
32	Valdomiro Soares Hader	Seringal Fronteira	17.377,00	Xapuri	Grande Improdutiva	012 041 002 451-0
33	Agropecuária Vale do Rio Acre	Fazenda União	17.200,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 025 273 242-4
34	Antônio Ferreira da Cunha	Seringal Vista Alegre	16.878,90	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 000 612-6
35	Marcos Carvalho Costa	Fazenda Santa Fé	15.890,00	Xapuri	Grande Improdutiva	012 043 003 532-3
36	W. Campos & Cia	Fazenda Capanga	15.690,00	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 009 784-3
37	Hamilton Luiz Casab	Fazenda Caxias	15.000,00	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 008 252-0
38	Correia & Irmãos	Seringal Cruzeiro do Vale	14.876,00	Marechal Thaumaturgo	Grande Improdutiva	011 061 000 322-3
39	José Tavares do Couto	Fazenda São José	14.500,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 023 084 245-8
40	Antônio Moraes dos Santos	Fazenda Floresta	14.412,10	Bujari	Grande Improdutiva	012 025 020 613-1
41	Mari de Lourdes Rodrigues	Seringal Itamaraty	14.168,10	Jordão	Grande Improdutiva	012 078 000 342-4
42	Antônio Moraes dos Santos	Fazenda Soberana	13.700,00	Xapuri	Grande Improdutiva	012 041 010 560-9
43	Deliz Aguiar dos Santos e Rô	Seringal Jussara	13.609,00	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 001 418-1
44	Alba Aparecida D. Pazani	Seringal Recife	13.307,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 002 046-1
45	Françoise Lygia Faria	Fazenda Fátima Alegre	13.338,00	Taruacá	Grande Improdutiva	011 037 982 712-5
46	Assis & Cia	Seringal Santana	13.123,50	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 010 898-9
47	Edson Saichon Cardozo	Fazenda Valério	12.672,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 013 012 512-3
48	Ana Cezarina Vilela	Fazenda Santana	12.500,00	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 005 100-2
49	Romário Borralho	Seringal Valério	12.347,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 983 532-3
50	Aristeu Ferreira de Medeiros	Fazenda Santa Lucia	12.230,00	Brasiléia	Grande Improdutiva	012 017 006 580-3
51	Maria Helena da Silva Palmira	Fazenda Palmiras	12.123,50	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 012 598-7
52	Estela de Alencar Oliveira	Seringal Vila Rica	12.095,00	Piçico do Centro	Grande Improdutiva	012 084 001 660-4
53	Edson Aguiar e Outros	Seringal Itamaraty	11.965,00	Piçico do Centro	Grande Improdutiva	012 084 001 218-1
54	Eduardo Amaral e Outros	Seringal Petrolina	11.726,10	Senador Guiomard	Grande Improdutiva	012 068 021 237-1
55	Ribeiro Maia Cardoso	Fazenda Nicotina	11.680,00	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 025 017 779-5
56	Agropecuária Minas Acre Ltda.	Fazenda São Francisco	11.426,50	Feijó	Grande Improdutiva	011 029 000 876-0
57	Agropecuária Minas Acre S.A.	Seringal Aracaju	10.479,35	Marechal Thaumaturgo	Grande Improdutiva	012 076 503 428-9
58	Bonal S.A.	Fazenda Bonal	10.447,80	Rio Branco	Grande Improdutiva	012 023 023 760-5
59	Odílio Teixeira Góes	Seringal Ventura	10.366,00	Marechal Thaumaturgo	Grande Improdutiva	012 076 001 690-3
60	Rubens Soares Branquinho	Seringal Bom Destino	10.100,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	941 018 136 980-3
61	José Jorge Pina Neto	Fazenda C. Adornia	10.090,00	Sena Madureira	Grande Improdutiva	012 033 230 130-4
62	Morugaba Industrial S.A.	Fazenda Morugaba	10.000,00	Taruacá	Grande Improdutiva	011 037 006 505-5

Fonte: (INCRA, 1995a).

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA NO ESPAÇO AGRÁRIO ACREANO

1970/1995

4.0 Os Autores, Mandantes da Violência, Também Têm Identidade

Neste capítulo, pretendemos especificar a violência no espaço agrário acreano, identificando os autores e as vítimas da violência, como também os grupos ou categorias sociais que estes pertencem. Detalhou-se a violência, caracterizando os 131 conflitos agrários (Terra, Sindical, Trabalhista e Políticas Agrícolas), entre 1970/95. Em consonância, demonstrou-se a vinculação do desmatamento com os conflitos agrários, por municípios. A partir de então, foi possível descrever as formas de

violência (**contra pessoa** - assassinatos, ameaças de morte, tortura, agressões físicas, prisões, lesões corporais, trabalho escravo e acidentes de trabalho; **contra o patrimônio** - expulsão, despejo jurídico, destruição de casas e de roças). Pelo detalhe das informações, em muitos casos, pode-se descrever os fatos que antecederam a prática da violência e como a polícia e a justiça procediam para averiguar os acontecimentos. Assim, pode-se saber das particularidades de determinadas práticas de violência, como data, nome e ocupação da vítima, nome e ocupação do agressor ou mandante e local da ocorrência.

4.1 *Característica dos Conflitos no Acre - 1970/95*

As profundas transformações que vêm ocorrendo no Acre com a alteração dos agentes sociais na economia do extrativismo, e com as mudanças em suas práticas que tiveram lugar especialmente a partir da década de 70, foram marcadas por diversos fatores tais como a crise econômica do extrativismo, a venda de seringais para os *sulistas* como são conhecidos os novos habitantes, a expulsão dos seringueiros e dos posseiros¹, seguida da resistência destes, o arrendamento da terra recém-adquirida

¹ Para Arquilau de Castro Melo, que em 1982 começou a trabalhar como advogado da CONTAG e em fevereiro de 1995 exercia a função de Corregedor Geral no Tribunal de Justiça do Trabalho no Acre, em entrevista concedida a ANDRADE DE PAULA, a definição jurídica de seringueiro sempre foi confusa para os advogados e isto, de certa forma, facilitava a defesa dos trabalhadores. "Se os patrões davam entrada na Justiça dizendo que o seringueiro era posseiro, a gente contestava dizendo que era arrendatário. Se diziam que era arrendatário, a gente dizia que era posseiro. É uma questão que nunca foi definida judicialmente" (1991:99).

pelos *sulistas* para a elite local que, por sua vez, subarrendava ao *patrões* menos capitalizados, e a recusa dos seringueiros em pagar o arrendamento para esses novos patrões.

Frente a essas transformações, as diversas categorias sociais que disputam o espaço social da fronteira acreana travaram uma luta marcada pelo fato de que os instrumentos de dominação não estavam baseados apenas na violência simbólica e na violência legalmente legítima, mas estavam apoiados na violência física direta e privada.

De 1970 à 1995, no estado do Acre foram registrados no espaço agrário acreano 131 conflitos, **Tabela 7**. Destes, foram 117 casos relacionados à disputa por terra; 15 casos ligados a questões trabalhistas; 4 por disputas sindicais e apenas 1 vinculado à política agrícola. No que se refere à localização dos conflitos, o município de Rio Branco vem em 1º lugar com 43 dos casos, em 2º lugar vem Xapuri com 17 dos casos, em 3º lugar vem Feijó com 15 dos casos e, em 4º lugar vem Brasiléia com 14 dos casos.

TABELA 7

Distribuição dos Diferentes Tipos de Conflitos no Campo, por Município, no Estado do Acre - 1970/95

Município	Tipo de Conflitos em Número				Total
	Terra	Sindical	Trabalhista	Política Agrícola	
Assis Brasil					
Brasiléia	12	1	1	-	14
Cruzeiro do Sul	12	-	1	-	13
Feijó	11	-	4	-	15
Mãncio Lima					
Manuel Urbano	3	-	1	1	5
Plácido de Castro	4	1	-	-	5
Rio Branco	36	2	5	-	43
Senador Guomard	4	-	-	-	4
Sena Madureira	11	-	2	-	13
Tarauacá	3	-	1	-	4
Xapuri	17	-	-	-	17
Outros municípios (*)	2	-	-	-	2
Não identificado	2	-	-	-	2
Total	117	4	15	-	137 (**)

(*) Refere-se aos municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto do Acre que tiveram suas autonomia em 1992.

(**) Na realidade são 131 conflitos, mas 6 conflitos abrangeram dois municípios.

Fonte: CPT (1996)

Embora não se disponha de dados para acompanhar a evolução do desmatamento por município no Acre, sabe-se que em 1988, o estado tinha apenas 1,7% (ou 2.600 Km²) de sua área desmatada e, em 1991, atingiu 7% (ou 10.700 Km²) de área desmatada (FEARNSIDE, 1995). Relacionando-se a área desmatada com o número de conflitos, podemos perceber a elevação do número deste último nos municípios onde o desmatamento foi maior.

Como se pode observar na Tabela 8 e ilustrado pelo Gráfico 11, no eixo de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia, numa área de 2.631.600 ha, ou seja, 17,24% da área do estado, onde foram realizados os maiores desmatamentos até 1987, ocorreu

também o maior número de conflitos. Até dezembro de 1987, neste eixo, a BR-317 já era pavimentada em grande parte do percurso que vai de Senador Guiomard até Epitaciolândia (DER/AC, 1987). Isto indica que a facilidade do acesso por rodovia, estimulou a ocupação da área e o escoamento da madeira. Conseqüentemente favoreceu o aumento dos conflitos.

Por outro lado, a densidade de conflitos por área desmatada ocorreu em maior proporção, pela ordem, nos seguintes municípios: Manuel Urbano, Feijó, Cruzeiro do Sul e Rio Branco. No trecho que liga Manuel Urbano a Cruzeiro do Sul, o escoamento da madeira, possivelmente era feito pela BR-364, rodovia implantada, ou seja sem pavimentação (DER/AC, 1987). O trecho que vai de Rio Branco até Sena Madureira, naquela ocasião, já possuía pavimentação. Como se pode notar, nos dois casos, as rodovias tiveram papel decisivo na ocupação e no aumento dos conflitos.

Pelo **Gráfico 12**, ao relacionar-se dois períodos distintos, o primeiro entre 1970/87 e o segundo entre 1988/95, percebe-se que os municípios que apresentam o maior número de conflitos agrários no primeiro período, em geral, continuaram sediando também o maior número de conflitos no segundo período. Rio Branco, que no primeiro período tinha 31 conflitos, no segundo período continuou em primeiro lugar com 20 conflitos. Xapuri permaneceu secundando, com 7 conflitos no primeiro período e passou para 17 conflitos no segundo período. Brasiléia que ocupava o terceiro lugar no primeiro período com 7 conflitos, no segundo período ocupou o quarto lugar com o mesmo número de conflitos, juntamente com Sena Madureira. Cruzeiro do Sul que tinha 6 conflitos no primeiro período, passou a ocupar o terceiro lugar com 9 conflitos.

Pela relação do número de conflitos no primeiro período com o segundo, pode-se perceber que os conflitos aumentaram pela ordem, nos seguintes municípios: Xapuri, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, indicando a possibilidade do aumento do desmatamento nestas áreas, em relação aos demais municípios no período de 1987 a 1995.

TABELA 8

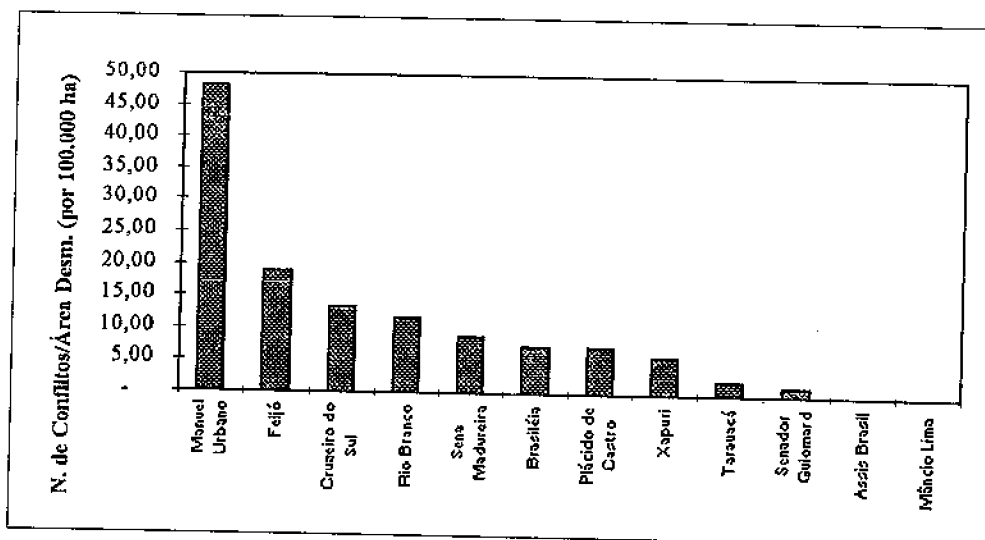
Relação por Município da Razão entre Área Desmatada (por 100.000 ha) e Número de Conflitos Agrários no Estado do Acre - 1970/87

Municípios	Área do Município (ha)	Área Desmatada (ha)	Número de Conflitos	Razão entre Número de Conflitos por Área Desmatada (por 100.000 ha)
Assis Brasil	399.100	6.309,40	-	
Brasileia	388.500	93.328,15	7	7,50
Cruzeiro do Sul	2.440.100	44.950,00	6	13,35
Feijó	1.963.200	47.246,00	9	19,05
Mâncio Lima	691.100	11.081,25	-	
Manuel Urbano	2.105.500	10.396,60	5	48,09
Plácido de Castro	297.200	53.835,25	4	7,43
Rio Branco	1.422.400	261.839,00	31	11,84
Senador Guionard	216.100	66.885,15	1	1,50
Sena Madureira	2.305.100	55.661,40	5	8,98
Tarauacá	2.209.900	45.027,90	1	2,22
Xapuri	813.700	116.696,85	7	6,00
Não identificado			1	
Total	15.258.900	813.256,95	77	9,47

Fonte: CPT (1996) e RELATÓRIO (1988).

GRÁFICO 11

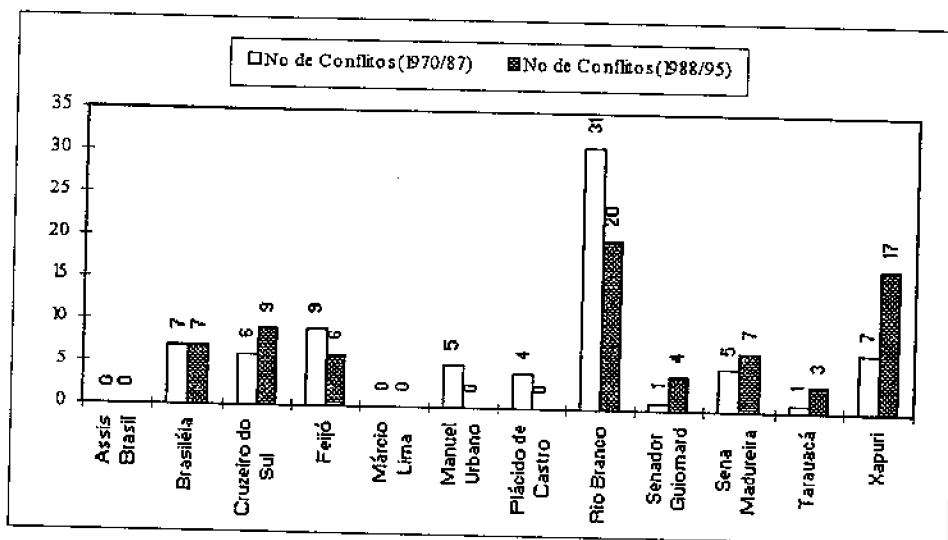
Razão entre o Número de Conflitos Agrários e Área Desmatada (por 100.000 ha) nos Municípios do Estado do Acre - 1970/87.



Fonte: CPT (1996) e RELATÓRIO (1988).

GRÁFICO 12

Relação por Município entre o Nº de Conflitos no Espaço Agrário Acreano em Períodos Distintos no Acre - 1970/87 e 1988/95



obs: A soma dos conflitos entre 1970/87 e 1988/95 não é igual aos conflitos entre 1970/95 porque o desdobramento de 15 conflitos ocorreu nos dois períodos.

Fonte: CPT (1996) e RELATÓRIO (1988).

4.2 *Destruição da Pessoa*

4.2.1 **Assassinatos**

O assassinato é uma forma de violência onde o agressor tem a intenção clara de eliminar a vítima. No caso do espaço agrário acreano, esta forma de violência foi usada pelos patrões, fazendeiros e madeireiros contra trabalhadores, que por sua vez, utilizaram-na contra os primeiros, atingindo os capatazes e administradores rurais. O que diferencia esta forma de violência são suas motivações.

No estado do Acre de, 1970 a 1995, ocorreram 23 assassinatos relacionados aos 131 casos de conflitos no campo, **Tabela 9**. Destes assassinatos, 16 casos (69,6% do total), atingiram trabalhadores pertencentes às seguintes profissões: 5 seringueiros, 2 peões, 1 posseiro, 1 colono, 1 lavrador e 3 trabalhadores rurais (assassinados), além de contar 3 líderes sindicais, que paralelamente também exerciam a atividade de seringueiros (o que eleva o total de seringueiros assassinados a 8, ou 50% dos trabalhadores). Por outro lado, 7 casos, representam 30,4% do total de capatazes, administradores rurais ou pistoleiros.

Mas se por um lado, a surpresa estes dados revela que os capatazes ou administradores rurais foram assassinados em maior número do que os líderes sindicais, os primeiros, tiveram 6 (ou 26% das execuções), enquanto os segundos, tiveram 3 (ou 13% das execuções). Por outro lado, todos os casos de capatazes ou administradores rurais assassinados correspondem a uma reação das categorias dos trabalhadores - seringueiros, peões, posseiros, colonos, lavradores e trabalhadores rurais - contra uma violência a eles infligidas.

TABELA 9

Assassinatos no Campo em Conflitos Agrários no Acre - 1970/95

Profissão	Nº de Assassinatos	%
Seringueiros	5	21,73
Peão	2	8,69
Posseiro	1	4,34
Colono	1	4,34
Lavrador	1	4,34
Trabalhador Rural	3	13,04
Líder Sindical (*)	3	13,04
Capataz ou Administrador Rural	6	26,08
Pistoleiro	1	4,34
Total	23	100

(*) Estes dados devem ser observados com uma certa reserva. Por exemplo, Ivair Higino de Almeida, executado em 18.06.88: pelas informações, fica difícil seu desempenho como liderança junto aos seringueiros. "...25 anos, casado, um filho, sócio do STR, candidato a vereador pelo PT, que participou da ocupação do IBDF é morto a tiros", FICHA², AC93.

FONTE: CPT (1996)

Os exemplos são vários. No conflito do Seringal São João, no município de Cruzeiro do Sul, ocorrido entre 1974/80, ficha AC11, o capataz Demétrio Jorge de Assis foi executado³, em 03.01.86, aparentemente em represália pelo fato de ter assassinado o seringueiro Messias Gomes da Silva, em 09.12.85.

Num outro conflito ocorrido entre 1980/94 nos municípios de Brasiléia e Xapuri, ficha AC2, o capataz Nilo Sérgio Oliveira, em 27.07.80, foi assassinado em ato atribuído a um grupo de aproximadamente 30 posseiros ou seringueiros, pelo fato

² Todas as informações referentes os dados da CPT (1996) no que se refere a ficha do conflito, nome do conflito, tipo de conflito e localização por município (ver Anexo 7 - Índice dos textos de histórico dos conflitos no campo no Estado do Acre - 1970/95). Exemplo de uma ficha completa elaborada pela CPT (Anexo 8 - Fichário Padrão CPT: Ficha AC145).

³ No contexto temático em questão, sabe-se que o termo executar significa - suplicar para justificar.

de ter matado o Presidente do STR de Brasília, Wilson de Souza Pinheiro uma semana antes, ou seja, em 14.06.80.

Nos outros 4 conflitos, onde foram executados 1 capataz ou administrador rural em cada caso, os mesmos estavam envolvidos com torturas, agressões físicas, ameaças e expulsão de seringueiros ou posseiros.

No primeiro conflito, ficha AC11, mencionado acima, o gerente do seringal, Belmar Veloso da Costa, além de expulsar e ameaçar seringueiros (sem data), acusa de roubo 6 seringueiros e manda prender 4 deles que foram torturados pela polícia, em 00.06.87. Em 02.07.87, o gerente Belmar é morto com 2 tiros, supostamente por seringueiros que revidaram aos maltratos.

O segundo conflito que teve seu desdobramento no município de Rio Branco entre 1976/87, ficha AC23, o capataz de Arquimedes Barbieri foi executado, em 07.07.77. O fato está relacionado com a venda do Seringal Nova Empresa para 16 compradores. Estes por sua vez, especialmente Barbieri, começaram a ameaçar e a expulsar seringueiros. Como resultado, os seringueiros reagiram e executaram o seu capataz numa emboscada.

O terceiro conflito, ocorrido no município de Rio Branco, na Fazenda Ipanema - Seringal Nova Empresa, ficha AC25, iniciou-se com o processo de expulsão dos posseiros. Estes foram multados sob pretexto de desmatamento em área de reserva, em 00.12.84, por ordem do IBDF. Sofreram novas ameaças e tiveram as casas derrubadas no mesmo ano. Como reação, os posseiros emboscaram e

executaram o capataz Nilton Inácio Camargo⁴ - o Nilão, em 21.06.85. Junto com a vítima executaram também o pistoleiro conhecido por *João Goiano*.

O último caso desdobrou-se nos seringais Catuaba, Livramento e Liberdade, no município de Rio Branco, ficha AC38. Em 1970, 21 famílias foram expulsas de suas colocações, e, apenas algumas delas receberam indenizações de CR\$ 80 a CR\$ 170 mil (valores da época). O capataz Valdivino, ao invadir a casa de Raul, foi executado.

⁴ O processo criminal relaciona 27 réus. o constante deslocamento dos acusados nas suas atividades de seringueiros e/ou posseiros dificulta o andamento do processo. Na declaração do réu José Simões Chaves, ele justifica porque quis fazer justiça com as próprias mãos. "... *que, há certa altura da estrada o declarante iam parando apreendendo todos os carros que trafegavam em direção a fazenda, temendo que um deles parasse e avisasse na fazenda que eles estavam preparando uma emboscada; que, em dado momento o declarante e os demais implicados viram quando o Jeep da fazenda surgirá ao longo da estrada e estão se recolheram para o mato para aguardar sua passagem pelo local, e no instante em que o Jeep passava pelo ponto da emboscada foi alvejado com vários tiros de espingarda desferido por todos os elementos citados, pelo próprio declarante e um dos seus filhos de nome João de Deus; Que, mesmo debaixo de fogo o Jeep conseguiu passar parando aproximadamente dois quilômetros do local da emboscada, logo após a parada do Jeep o declarante e os demais companheiros correram para o veículo e lá chegando encontraram o capataz conhecido por Gordo já morto, sendo de conhecimento do declarante, digo, o declarante presenciou quando a vítima já estava morta e o indivíduo chamado Cosmo mais conhecido por Negrinho ainda deu-lhe um tiro de espingarda na cabeça esfacelando-lhes os miolos, que após a prática do crime o declarante e seu bando foram para a casa do senhor Francisco Carneiro. Aguiar que também participou da emboscada e conseqüentemente do crime e lá cada um seguiu seu destino, tendo o declarante vindo para sua casa juntamente com seus filhos para sua casa localizada no bairro da Sobral; que tudo ocorreu porque o declarante e seus filhos eram proprietários de uma colocação localizada no seringal São João do Balanceio e como era muito distante o declarante vendeu e resolveu vir para a cidade e há cerca de três meses atrás decidiu invadir a colocação Limeira pertencente a área da Fazenda Figueira fato que levou o gerente da fazenda e os dois capatazes a expulsá-los da dita colocação e depois de expulso atearam fogo na casa, motivo este que levou o declarante a juntar-se a outros seringueiros já citados que também estavam revoltados com eles porque estavam sendo impedidos de fazer derrubadas na área, aproveitando-se disso o declarante os conscientizou de que a única saída era fazer justiça com as próprias mãos" (Processo nº 3.816/85).*

Os 3 assassinatos dos líderes sindicais estão ligados à mesma causa, todos trabalhavam em defesa dos interesses dos posseiros e ou seringueiros, muito embora em momentos diferentes, o que pode ter diferenciado suas práticas de lutas.

No conflito da ficha AC2, mencionado acima, onde o sindicalista Wilson de Sousa Pinheiro foi executado na sede do STR por Nilo Sérgio de Oliveira, em 21.07.80, o assassinato foi precedido de tensão na relação da situação seringueiros X seringalistas e fazendeiros. Numa reunião dos seringalistas, em 14.06.80, no município de Xapuri, o fazendeiro Guilherme Lopes incitava os colegas a matar padres e freiras. O discurso foi divulgado pelo rádio. Além do mais, os fazendeiros cercaram o presidente do STR de Xapuri - Luís Damão - e diziam que haveria muitas viúvas no Acre.

Em outro conflito ocorrido entre 1983/84, no município de Brasiléia, ficha AC3, em que o líder sindical Jesus André Mathias foi executado por *Manoelzinho* ou *Manezinho*, a mando de Crispim dos Reis, em 02.12.83, o assassinato estaria ligado à morte de Wilson de Souza Pinheiro, segundo denúncias feitas ao delegado Fausto Costa e Silva. O irmão do sindicalista, Jesus André Matias, já tinha registrado junto à delegacia 3 queixas das ameaças de morte contra o líder sindical, sem receber ajuda.

O caso mais conhecido, tanto na imprensa nacional como na internacional, que ocorreu no município de Xapuri, entre 1985/95, ficha AC65, envolveu como vítima o presidente do STR de Xapuri, conhecido como Chico Mendes, foi executado por um tiro de escopeta em sua própria casa, numa emboscada, em 22.12.88, por Darci Alves Pereira, a mando do seu pai, o fazendeiro Darli Alves da Silva. É um exemplo de

morte anunciada em muitas ocasiões: em 00.03.85, ameaça de morte através dos pistoleiros da firma Paranacre; 28.04.88, articulação dos fazendeiros Darli Alves e José Carneiro para a execução; 29.04.88, 2 pistoleiros entram no quintal da casa da vítima e tentam um atentado; 00.05.88, são feitas ameaças de morte por um pistoleiro a mando de Darli Alves da fazenda Paraná do Seringal Cachoeira; 18.11.88, Chico Mendes denuncia, através de carta ao governador do Acre, ao Juiz e, ao Superintendente da Polícia Federal que o fazendeiro Darli Alves da Silva já tinha contratado um pistoleiro para matá-lo; e, em 16.12.88, o Centro de Informações da Polícia Militar informa a Chico Mendes sobre um plano para executá-lo.

Os conflitos no campo não são apenas conflitos entre fazendeiros e seringalistas - representados pelos capatazes ou administradores rurais - e trabalhadores e seus representantes sindicais. De fato, há também, como se sabe, violência entre trabalhadores. Um exemplo é o conflito ocorrido no ano de 1987, no município de Rio Branco, ficha AC82, no qual percebe-se que existem execuções entre os trabalhadores. Neste caso, em 12.04.87, os peões Manoel Rodrigues de Souza e Antônio Alves Machado, empregados da fazenda Bonal, decidiram tirar um lote em uma reserva florestal, ocupada por trabalhadores. Chegando ao local, foram recebidos a tiro pelo colono proprietário de 2 lotes, Francisco Ferreira Oliveira, que morava em frente à reserva, morrendo ambos no local. Note-se que neste caso, embora as categorias envolvidas sejam de trabalhadores, o conflito ocorreu entre peões da fazenda, de um lado, e colonos do outro.

A violência também pode ocorrer entre membros do grupo de fazendeiros como no conflito ocorrido nos municípios de Manuel Urbano e Sena Madureira, entre

1976/81, ficha AC143. Embora não tenham ocorrido execuções nesse caso, o episódio ilustra a prática de violência no interior da categoria patronal - com a característica de que, como no seus conflitos com trabalhadores, os patrões evitam expor-se diretamente na disputa, conseqüentemente escapando eles próprios à violência física. Neste caso, os latifundiários Nelson Taveira e Leonidas Meirelles disputaram entre si as terras do Seringal Vale do Rio Chandless. Para conquistá-las, Nelson Taveira ameaçava armar os índios para se defender. Neste exemplo de conflito interno à categoria, observa-se que a violência foi extrapolada com a possibilidade de armar os índios.

A maioria dos demais casos de assassinatos, a exemplo do conflito abaixo, que teve seu desdobramento no ano de 1989, no município de Cruzeiro do Sul, ficha AC33, segue a lógica da conquista na fronteira, onde o poder dominante impõe-se pela força e muitas vezes utiliza-se do aparelho repressivo do Estado, neste caso, a polícia. O seringueiro Raimundo Paulino de Souza, conhecido como *Calado*, residente na colocação Mangueira/Seringal Água Preta, com apoio do STR de Rio Branco, lutava para que as atividades da broca⁵ efetuadas no seringal fossem suspensas. O gerente do seringal André José de Oliveira, com apoio dos policiais, iniciou uma perseguição ao seringueiro. Até 00.01.83, os policiais já tinham invadido a sua casa por duas vezes, tirando da mesma a colheita de castanhas e pertences. Como se não bastasse, o gerente faz um roçado na posse de *Calado*, este pede que parem o serviço e, como resposta, recebeu ameaças de morte. Finalmente, 19.07.84, um grupo

⁵ É uma atividade que precede a derrubada das árvores maiores da mata. Com o uso de facão ou foice, a vegetação menor é tosada ou picada.

de policiais, a mando do gerente, executam Raimundo Paulino de Souza⁶. Em 11.11.94, o Tribunal de Júri Popular condenou 5 policiais pelo assassinato, com sentenças que variam de 10 anos de reclusão a 7 meses e 15 dias em regime semi-aberto.

4.2.2 Ameaças Contra Pessoa

Uma das formas de violência observada nos conflitos agrários no estado do Acre é a ameaça contra a pessoa. Neste caso, sem exceção, trata-se de uma forma de violência praticada pelos patrões e/ou madeireiros contra os trabalhadores, onde o agressor pode tanto ter a intenção de executar a vítima e ter sua ação frustrada, como querer intimidar a vítima sem saber se vai tentar executá-la ou não.

Dos 131 conflitos ocorridos no Acre de 1970 a 1995, em 29 constataram-se ameaças contra a pessoa. Muitos destes, envolveram mais de um caso de ameaças, a exemplo do conflito, ficha AC65, mencionado acima, que resultou no assassinato do líder sindical e ecologista Chico Mendes. Além do mais, das pessoas ameaçadas de morte, muitas delas receberam várias ameaças através de intimidação, perseguição e atentados consoante o caso do líder sindical Osmarino Amâncio Rodrigues (os fatos desdobraram-se no município de Brasiléia e outros, durante 1989/95, ficha AC114. Mas, além dos números, importam os motivos e as especificidades pelas quais as pessoas são ameaçadas de morte:

⁶ Ver Anexo 9 - Depoimento da viúva de da vítima - Calado.

a) **Ameaças para Expulsar Seringueiros ou Posseiros** - Uma das estratégias dos fazendeiros para expulsar é a alegação de que compraram a área e precisam retirar os seringueiros e/ou posseiros para formar pastagem. Os fazendeiros contratam pistoleiros e ameaçam de morte os que resistem, com a conivência da polícia. No conflito ocorrido no Seringal Belo Jardim entre 1989/91, no município de Rio Branco, ficha AC 145, em 00.06.91,

“...pistoleiros a mando do fazendeiro, atiram contra os posseiros, ninguém sai ferido. Francisco Carvalho, Darcy Fernandes e Raimundo Soares foram perseguidos por pistoleiros (...) em 04.06.91 - pistoleiros voltam a disparar tiros de escopeta contra os posseiros. A Sra. Darcy Fernandes vai à delegacia policial para registrar queixa, mas o delegado se nega”.

Outra forma de violência para poder expulsar os seringueiros e/ou posseiros pode ser constatada nos seringais União e Baixa Verde entre 1985/88, no município de Rio Branco, ficha AC48. Com o intuito de aterrorizar os posseiros e/ou seringueiros, os patrões contratam, ao mesmo tempo, peões para fazerem o desmatamento e pistoleiros para as ameaças de morte.

A última forma de ameaça que registramos para caracterizar a expulsão de posseiros, consiste em não permitir que os mesmo procurem seus direitos. No conflito que ocorreu, entre 1973/87, no Seringal Mercês, no município de Sena Madureira, ficha AC53, em 31.03.77,

“...o seringueiro afirma que saíra, só com indenização. O soldado João Eloi ameaça o seringueiro que se precisasse voltar de novo, seria diferente. O seringueiro é obrigado a dizer que não irá procurar seus direitos”.

- b) Ameaças para Impedir Abertura de Roçados nas Colocações** - Se por um lado, o desmatamento é a principal estratégia adotada pelos patrões, fazendeiros ou madeireiros, para expulsar os seringueiros e posseiros; por outro lado, a defesa da floresta também pode ser uma estratégia para defender seus interesses, utilizando-se de ameaças como as observadas e no conflito de ficha AC25, mencionado acima. Em 00.06.86:

“...posseiros da Fazenda Figueira-Seringal Nova Empresa continua sendo ameaçados por pistoleiros, que vão nas colocações dos seringueiros a mando do gerente Carlito fazer ameaças e impedir desmatamento. Os posseiros tentam desmatar para fazer roçado”.

- c) Ameaças pelo Não Pagamento de Renda de Estrada de Seringa** - No final da década de 80, os seringueiros iniciam uma luta na tentativa de não pagar a *renda das estradas de seringa*, uma quantia anual paga ao patrão e suposto proprietário na exploração das seringueiras nativas. Este movimento contra uma instituição secular nos seringais tradicionais, custou-lhes várias ameaças contra os seringueiros e suas lideranças. No conflito ocorrido no ano de 1989, em que ocorreu a invasão da sede da CPT no município de Sena Madureira, ficha AC120, os seringueiros, num encontro em 05.04.89, na sede do STR encontraram dois bilhetes com os seguintes dizeres: 1) *“Não duvide. Ou você*

cala ou nós te calamos na bala"; e 2) *"Nossa renda continuará a ser cobrada. Você já foi longe demais"*. Em conflito travado no município de Marechal Taumaturgo em 1989, ficha AC121, um homem conhecido como *Chicada* ameaça à bala os seringueiros que se recusaram à pagar a renda.

d) **Ameaças em Função dos Empates** - Assim como os compradores de terra utilizavam o desmatamento como meio de remover os posseiros e seringueiros das florestas por eles ocupadas, os seringueiros sindicalizados em Brasiléia e Xapuri, iniciaram sob a liderança de Wilson Pinheiro e em seguida sob a liderança de Chico Mendes, adotaram como arma tática o *empate*⁷. Os *empates* foram reprimidos por ações privadas e pela ação policial desde que se iniciaram no final da década de 70, sob a liderança de Wilson Pinheiro e foram ampliados nos anos 80 sob a liderança de Chico Mendes. Tudo indica que o movimento dos *empate* de seringueiros, com o fim de impedir o desmatamento e, conseqüentemente, diminuir a expulsão de seringueiros e posseiros, tenha chegado ao seu auge no ano de 1988. Pelo menos, a reação ao movimento, através de ameaças a trabalhadores, por parte dos patrões, para impedir o avanço do movimento, começam a ser mais expressivas neste momento.

Mesmo antes de Chico Mendes sofrer um primeiro atentado, em 29.04.88, ficha AC65, quando 2 pistoleiros entraram no quintal de sua casa para assassiná-lo, o delegado do STR, Antônio Teixeira Mendes, afirmava à

imprensa acreana, em 00.03.88, que o fazendeiro Darly Alves da Silva ameaçara de morte quem quisesse *empatar* o desmatamento. (Ver o conflito do Seringal Cachoeira-Mucuripe ocorrido no município de Xapuri, entre 1987/88, ficha AC92. Pelo mesmo motivo, no conflito da Fazenda Paloma e Seringal Guanabara, ocorrido entre 1987/89, em Rio Branco, ficha AC101, em 00.00.88, o seringueiro José Teixeira foi ameaçado de morte.

- e) **Ameaças pelo Exercício de Liderança** - O trabalho das lideranças para organizar os trabalhadores na reivindicação dos seus direitos, além de muitas vezes custar-lhes a própria vida (como nos casos mencionados acima, que resultou nos assassinatos de Chico Mendes, Wilson de Sousa Pinheiro e Jesus André Mathias, foi precedido por diversas formas de ameaças.

O caso mais divulgado e conhecido de ameaças a pessoa é a já mencionada perseguição a Osmarino Amâncio Rodrigues, ficha AC114. Em 06.04.89, Osmarino sofreu atentado à bala dentro do quintal de sua própria casa; em 01.05.89, o jipe em que Osmarino se dirigia para Brasiléia escapou de ser abalroado por um caminhão da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do

⁷ Esse termo designava o bloqueio, realizado por grupos de dezenas de pessoas, da operação de derrubada e queimada a cargo de peões a serviço de fazendeiros. A palavra *empate* vem de empatar, que significa na língua regional *obstruir* ou *impedir*. Tratava-se de bloquear, impedir ou obstruir a derrubada da floresta na formação de pasto.

Acre; e, em 00.10.94, a casa de Osmarino é assaltada e, entre outros objetos, os assaltantes levaram um colete à prova de balas⁸.

A perseguição ao trabalho de Osmarino continuou na pessoa de José da Silva Pereira que o substituiu na presidência do STR de Brasília, desde agosto de 1989. Pereira recebeu constantes ameaças de morte, (ver o conflito ocorrido no município de Brasília entre 1990/91, ficha AC150). Em 00.10.90, chegaram bilhetes à sua casa e no sindicato, ameaçando-o de morte; em 01.02.91, escapou de uma emboscada, quando se dirigia ao Seringal São Pedro, junto com companheiros; em 05.02.91, a casa do líder sindical é cercada por um grupo de homens que tentaram intimidá-lo batendo nas portas e paredes e atirando para o alto. A vítima acredita que, a tentativa de assassinato e as intimidações partem de pistoleiros contratados por fazendeiros e madeireiros contrários à criação da Reserva Florestal Chico Mendes.

As lideranças religiosas que estão envolvidas na defesa dos povos da floresta e dos trabalhadores, também são ameaçadas. Numa reunião de seringalistas em Xapuri, ficha AC2, mencionada acima, o fazendeiro Guilherme Lopes convida os colegas a matar padres e freiras - o discurso é divulgado pela rádio. O Bispo⁹ de Rio Branco, D. Moacir Grechi, em 23.12.88, ficha AC65, já

⁸ Ver JB:24.01.89; JB:15.02.89; FSP:17.02.89; JB:03.07.89; FSP:08.03.89; CB:26.03.89; OESP:08.04.89; FSP:09.04.89; OESP:11.04.89; CP:29.04.89; JB:30.05.89; CB:01.06.89; FSP:07.06.89; FSP:08.06.89; JB:15.02.90; OESP:31.05.90; OESP:17.06.90; e OESP:07.11.90.

⁹ D. MOACIR tem um trabalho pioneiro em defesa dos direitos dos trabalhadores. Desde a década de 70, através do periódico - *Nós Irmãos* - da Diocese de Rio Branco, denuncia a prática de injustiça e propõe soluções para os impasses entre patrões e/ou madeireiros X trabalhadores rurais.

mencionada, depois de celebrar a missa de corpo presente de Chico Mendes na Catedral Nossa Senhora de Nazaré, à noite, recebe ameaças de morte via telefone, por Carlos - o *Goiano*. Outro religioso que recebeu ameaças de morte foi o Pe. Paolino (ver conflito de Sena Madureira em 1995, ficha AC160). As ameaças ao padre deve-se à sua atuação contra as empresas, particularmente madeireiras, que exploram madeira sem autorização do IBAMA.

- f) **Ameaças pelo Exercício da Profissão** - O trabalho dos jornalistas em denunciar a violência no Acre, assim como o dos profissionais dos órgãos públicos e das ONGs, empenhados na defesa dos trabalhadores, rende-lhes ameaças.

O coordenador do PMACI, José Rente Nascimento, que atuava conjuntamente com o IBAMA na fiscalização de exploração ilegal de madeira, ao apreenderem madeira de Jorge Moura, foi ele ameaçado pelo jornalista Benjamin Zegarra, assessor de imprensa do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Acre (ver o conflito ocorrido no município de Rio Branco em 1989, ficha AC112). As ameaças ocorreram em 00.02.89, quando Benjamin visitou José Rente, hospedado no hotel em Rio Branco, com o seguinte recado: *“o coordenador do PMACI deveria deixar o Estado na manhã seguinte”*. José Rente denuncia o ocorrido à Polícia Federal. Fato subsequente, em 17.05.89, Rente sofre um atentado em companhia de dois colegas, tendo costelas fraturadas e dentes quebrados por golpes com barra de ferro, ao deixar um encontro com membros da organização dos seringueiros.

O jornalista do O Estado de São Paulo, Altino Machado, em 20.05.89, denuncia o atentado e passou a ser ameaçado de morte pelos madeireiros.

O advogado Pedro Marques da Cunha, assessor jurídico da CONTAG, sofre ameaças de morte em 04.02.82. Fato subsequente, em 10.02.82, o advogado é interceptado por um carro e sofre atentado a bala (ver conflito ocorrido no município de Rio Branco em 1982, ficha AC20).

Um funcionário do INCRA, que atuava como chefe da unidade de Xapuri, em 05.04.75, foi atingido por uma bala. O fato deve-se à ação do INCRA contra os interesses dos grileiros¹⁰.

4.2.3 Agressões Físicas

Uma das formas de violência praticada pelos patrões, madeireiros e fazendeiros contra as populações rurais e florestais são as agressões físicas, sem a intenção de assassinato. Para intimidar ocupantes da terra ou líderes, geralmente com a intenção de expulsá-los de suas colocações ou reprimir movimentos de luta como o *empate*, os patrões ou madeireiros utilizam-se de métodos conhecidos como a tortura, espancamento, prisões domiciliares ou prisões convencionais. Estas agressões são praticadas por capangas contratados ou por policiais coniventes com a violência, merecendo estes últimos um tópico à frente.

Dos 131 conflitos no estado do Acre, entre 1975-1995, em 23 casos foram constatadas agressões físicas, sendo que em 10 casos, a agressão física ocorreu mais

de uma vez. Além do mais, em quase todos os casos, mais de uma pessoa foi vítima desta violência:

- a) **Tortura** - A violência que consiste na tortura contra os trabalhadores pode ser caracterizada através de alguns casos. Pela ficha AC101, mencionada acima, em 00.06.87, o gerente da fazenda acusa 6 seringueiros de roubo e manda a polícia prender 4 deles, que são torturados. O uso de policiais para torturar trabalhadores foi constatado também em dois outros conflitos, fichas AC2 e AC48, ambos mencionados acima. No primeiro caso, em 00.02.86, tratava-se da reação da polícia ao assassinato do capataz Nilo Sérgio Oliveira, em que foram presos e torturados 11 trabalhadores; no segundo caso, em 05.07.86, 6 policiais e 2 fiscais da fazenda procuraram os seringueiros a assinar um acordo para poderem permanecerem na fazenda; como não houve acordo, Francisco Almeida da Silva foi torturado.

Mas a prática da tortura contra trabalhadores não é exclusiva dos policiais. Em certos casos, os próprios empreiteiros lançam mão deste procedimento para aterrorizar e controlar os trabalhadores nas atividades de desmatamento (ver conflito no Seringal do Bradesco no município de Feijó, ficha AC140). O Delegado Regional do Trabalho, visitando a fazenda do Bradesco, em 00.09.76, com o propósito de averiguar supostas denúncias de irregularidades trabalhistas, recebeu a denúncia de que um trabalhador, teria sido amarrado e colocado dentro da água, recebendo um tiro perto do seu ouvido.

¹⁰ JB:30.04.75

b) **Espancamento** - O espancamento geralmente se associa à tortura, às prisões e ao trabalho escravo, mas apresenta algumas especificidades. No caso do conflito, já mencionado, ficha AC112, em 17.05.89, o espancamento teve a finalidade de intimidar o trabalho de fiscalização de exploração ilegal de madeira, desenvolvido por José Rente Nascimento (coordenador do PMACI), por Geraldo Calegari (engenheiro agrônomo) e por Paulo Benicá de Sales (delegado do IBAMA), em 17.05.89. Numa emboscada, os três foram obrigados a descer do carro e foram espancados com pauladas e coronhadas¹¹.

Outro caso de espancamento (ver o conflito desencadeado em 1988, nos municípios de Rio Branco e Senador Guionard, ficha AC88), o fato está relacionado à repressão policial. Em torno de 200 posseiros que moravam próximos à rodovia AC-40, muitos dos quais por mais de 30 anos, em janeiro de 88, resolveram fazer um protesto contra policiais e operadores de motosserras que destruíram plantações e barracos, atendendo a liminar de reintegração de posse concedida ao fazendeiro Tufi Assmar. No protesto, 60 policiais reprimiram violentamente os posseiros. Como resultado, 3 posseiros ficaram feridos e 6 crianças se perderam na mata.

c) **Prisões** - Na descrição dos conflitos agrários no Acre, a violência baseada em prisão pode ser observada em três circunstâncias distintas:

¹¹ Na noite seguinte, a polícia localizou o carro utilizado pelos agressores, um Fiat Uno placa AX 0283 no pátio da usina de beneficiamento de borracha Helatex de propriedade de Jorge Moura. A suspeita de envolvimento do usineiro e madeireiro é reforçada pelo fato de ele ter sido multado alguns dias antes do incidente três vezes

1. **Contra Lideranças** - O caso mais conhecido entre as instituições que lutam em defesa dos direitos humanos é a prisão de Antônio Luiz Batista de Macêdo (ver conflito do Vale do Juruá, no município de Cruzeiro do Sul entre 1988/95, ficha AC109). O prisioneiro político tinha um trabalho junto às comunidades indígenas e os seringueiros o encorajavam à criação de associações e cooperativas nas comunidades, pois viam nelas, a solução dos seus problemas. Além do mais, ajudou a formalizar as denúncias de miséria e violência em que os seringueiros e os índios estavam submetidos¹². Como resultado, em 00.05.92, através de ações¹³ impetradas contra sua pessoa, o líder foi condenado a um ano e quatro meses de prisão.

Num outro exemplo de prisão e de autoritarismo por parte da polícia, foi a prisão de Edson Silva de Souza, 19 anos, que trabalhava como promotor de base do STR de Xapuri, em 09.06.94 (ver conflito do seringal Nova Esperança, no município de Xapuri entre 1989/94, ficha AC110). O prisioneiro estava envolvido com o sindicato num *empate* pela defesa de 120 seringueiros, muitos dos quais moravam no local há mais de trinta anos. A luta era para impedir o desmatamento de 450 ha, autorizado pelo IBAMA. O fazendeiro Marcos Carvalho ingressa na Justiça com uma ação

pelos fiscais do IBAMA por explorar castanheiras. O mais atingido no incidente foi José Rente que sofreu traumatismo craniano e contusão renal, além de perder um dente (OESP:19.05.89 e FSP:19.05.89).

¹² Ver INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (1989).

¹³ Para entender melhor as causas da prisão de Macedo e porque o mesmo foi proibido de circular nas comunidades, ver Processos nº 4.645/91; 4.584/91 e 4.585/91.

e consegue que seja expedido um mandado de busca e apreensão contra uma pessoa identificada por Oswaldo. De posse deste documento, a polícia opta por prender Edson, alegando ser uma pessoa perigosa e o mantém incomunicável na prisão.

2. **Contra Posseiros Despejados** - No conflito ocorrido no Seringal Liberdade, no município de Rio Branco em 1993, ficha AC154, em 00.05.93, cerca de 200 famílias de posseiros ocuparam uma área, onde anteriormente era o Seringal Liberdade. Os invasores alegavam que a terra estava improdutiva há mais de 30 anos e que precisavam dela para trabalhar. Diversas pessoas reivindicavam a posse legal da área. Um dos interessados, Roberto Feres, que representava os possíveis proprietários, chegou a realizar várias reuniões com os posseiros para encontrar uma solução para o impasse. Para os invasores, Roberto foi um traidor, porque nos encontros acertava um acordo e por trás articulava a desocupação da área por via judicial. Em 28.05.93, por determinação da justiça, chegaram à área dois oficiais de justiça acompanhados de policiais militares para promover o despejo. Os posseiros, acampados, reagiram à ordem de desocupação e 23 deles foram presos por mais de 72 horas de cadeia, sem que ninguém se responsabilizasse pelo incidente.

Outro exemplo de utilização da prisão para expulsar posseiros é o uso do cárcere privados. Em conflito mencionado anteriormente, ficha AC145, em 12.06.91, o fazendeiro conhecido como *Betão* forçou uma proposta para os posseiros, de indenizá-los com Cr\$30.000,00 para cada um e

carona para que os mesmos deixassem a área. No processo de discussão e repressão com capangas armados, os posseiros não aceitaram a proposta. O incidente provocou a prisão de 10 posseiros em um curral junto com jumentos e bois.

3. **Contra Trabalhadores por Ordem do IBDF** - Neste caso, é o órgão federal que, no exercício de suas funções, passa a desempenhar o papel de controlador e disciplinador dos trabalhadores, utilizando-se da violência baseada na prisão. Em determinada circunstância, autoriza as prisões para impedir o desmatamento; em outra circunstância, permite o desmatamento provocando prisões. No primeiro caso, ficha AC25, já mencionada, em 00.08.76, 2 trabalhadores foram presos por terem desmatado, contra a ordem do IBDF. No segundo caso, no conflito do Seringal Santa Fé, ocorrido entre 1982/87 em Xapuri, ficha AC75, em 00.00.82, 112 trabalhadores tentam impedir um desmatamento através do *empate*. A polícia deslocada para o local prende parte dos trabalhadores e garante o desmatamento com autorização do IBDF.

4.2.4 Trabalho Escravo

A forma de violência denominada de trabalho escravo no estado do Acre, entendida como uma relação de trabalho entre empregador e empregado, onde o primeiro estabelece as normas formais ou convencionais da relação e utiliza-se de diversos artifícios baseados na violência ou na tradição para controlar o trabalho; enquanto ao segundo, cabe cumprir as normas, sem opção de escolha, já que é

aliciado para as frentes de trabalho ou porque o espaço social não fornece outras alternativas de trabalho. De modo geral, pode ser caracterizada através de três atividades distintas:

- a) **O Trabalho de Desmatamento** - Para executar as tarefas de desmatamento, os trabalhadores denominados peões ou até profissionais qualificados¹⁴, geralmente são aliciados¹⁵ com falsas promessas ou mais raramente seqüestrados¹⁶, pelo empreiteiro nomeado de *gato*, e transportados para os locais onde ocorre o desmatamento, longe dos povoados que oferecem apoio aos trabalhadores, tais como hospitais e mercearias.

Nestas atividades: a) os peões são vigiados por capangas armados em regime de trabalho forçado, (ver conflito do Seringal Boca do Lago em 1989, no município de Xapuri, fichas AC127:00.06.79)¹⁷; b) não são remunerados conforme o combinado, ficha AC140:00.09.76, já mencionada; c) os peões, especialmente os que trabalham com a moto-serra na derrubada das árvores,

¹⁴ O engenheiro agrônomo Anderson Carlos Silva, juntamente com 3 operadores de máquina, foram contratados com boas promessas, em Belo Horizonte, pela empresa Colonizadora Santa Clara. Além da empresa não cumprir as promessas, Anderson foi obrigado a trabalhar com febre. Por ter confessado que queria abandonar a fazenda, foi amarrado num pau à beira de um lago, onde passou uma noite (OESP:18.06.81) ou ficha AC4.

¹⁵ Um exemplo de recrutamento ilegal de peões para o Acre ocorreu 00.04.76. Os peões foram recrutados por três *gatos* no interior do Paraná e na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai. Viajando em dois ônibus há seis dias foram interceptados pelo delegado regional do trabalho na entrada de Rio Branco. Dos 63 peões, apenas 14 tinham carteira de trabalho, embora sem registro de contrato pelos empreiteiros (OESP:27.04.76).

¹⁶ Caso de recrutamento de trabalhadores através de seqüestro ocorreu em 25.03.80, ficha AC24. O jagunço denominado Dário com ajuda do policial Mafra e com apoio do delegado Enoch Pessoa de Araújo seqüestraram 5 peões que foram encontrados executando trabalhos forçados por um delegado sindical (JB:27.03.80) ou ficha AC24.

¹⁷ Os números que aparecem logo depois da identificação da ficha, corresponde à data do fato.

não têm nenhum treinamento para executar as tarefas, o que provoca acidentes fatais (ver conflito do Seringal Bonfim entre 1986/87, no município de Rio Branco, ficha AC86:00.06.87); e d) quando os peões não aceitam as regras de trabalho impostas pelos empreiteiros, são espancados, ficha AC86:00.06.87, mencionada acima.

Outra especificidade do trabalho escravo no desmatamento é a utilização¹⁸ dos índios.(ver conflito ocorrido no município de Manoel Urbano em 1976, ficha AC141:00.00.76). Para desmatar e formar a fazenda, o fazendeiro Benedito de Oliveira Filho, utilizou-se, além dos peões brancos, de 80 índios Kulina. O trabalho era feito em troca de cachaça.

Em geral, os casos de denúncias de trabalho escravo no desmatamento caracteriza-se por uma situação, onde os direitos elementares do trabalhador, tais como horário de trabalho, salário em moeda, carteira assinada e assistência médica, não são observados.

b) O Trabalho Extrativista na Exploração da Borracha - Para realizar as atividades relacionadas à exploração da borracha, os seringalistas utilizam-se da mão-de-obra dos seringueiros. Esta relação de trabalho, historicamente, foi identificada através da cadeia *dominal de aviamento*. Através de artifícios baseados na tradição secular e de práticas de violência, os seringalistas controlam o trabalho do seringueiro numa relação denominada de submissão,

trabalho semi-escravo, servidão e escravidão. Embora mais do que conceituar a relação - importa aqui caracterizar as formas de violência nesta atividade extrativista.

O processo¹⁹ que investigou as denúncias de trabalho escravo nos Seringais Valparaíso e Russas, no município de Cruzeiro do Sul, permite entender melhor as práticas de violência na relação de trabalho entre seringalista e seringueiro, caracterizando a existência do trabalho escravo.

Os procuradores do trabalho, Victor Hugo Laitano e João Batista Luzardo Soares Filho, que elaboraram o relatório da investigação, tiveram a oportunidade de constatar as denúncias *in loco*, assim como ouviram as partes envolvidas. Por parte do trabalhadores²⁰, ouviram e relataram o depoimento de 9 seringueiros²¹, e por parte dos seringalistas²², ouviram e relataram o depoimento de Manoel Batista Lopes, proprietário do seringal Valparaíso (109.000 ha) e Bertoldo Dênis de Carvalho, proprietário do seringal Russas (79.000 ha).

¹⁸ A exploração dos índios foi constatada também pelo coordenador do CNS, onde os índios Kampa estariam sendo forçados pelos seringalistas a plantarem o *epadu* para a fabricação de pasta base de cocaína ficha AC151:11.09.91.

¹⁹ O processo nº 08130.005147/95

²⁰ Dos 25 trabalhadores que estivera em audiência com os procuradores na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, em 08.12.95, mais de 10 estavam acometido de malária, indicando o estado de penúria e miséria dos seringueiros (Processo nº 08130.005147/95).

²¹ Ver Anexo 10

²² Ver Anexo 11.

Depois de ouvirem os seringueiros e os seringalistas, analisando as relações de trabalho entre as partes envolvidas, os procuradores do trabalho finalizam o relatório com a seguinte conclusão:

“A nosso juízo, então, evidenciado o trabalho em condições análogas à de escravo. E não se diga que “trabalho escravo” é apenas aquele que pressupõe o uso de açoite e da privação da liberdade”²³.

Em síntese, o trabalho extrativista na exploração da borracha, designado também como trabalho escravo, carrega consigo formas de violências identificadas pela miséria: proibição do comércio e apego à tradição²⁴ - não circulação da moeda; proibição de fazer roçados e criar animais; falta de produtos básicos, especialmente remédio; contratação de capangas e uso da polícia militar para bater nos seringueiros; destruição das casas dos seringueiros; proibição de caçar e pescar; abuso sexual; divisão de uma *estrada* em duas para sobrar a renda; preço dos produtos sempre acima do mercado; proibição de construir templos para expressar a religiosidade; e,

²³ (Processo nº 08130.005147/95).

²⁴ Em resposta a um inquérito que a Procuradoria Geral da República instaurou, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (1989), a polícia federal pronunciou-se da seguinte maneira: *“Nós informamos que este modus operadi de transação é tradição na Amazônia, e mais especificamente no Acre, desde o século passado, quando o estado ainda pertencia à república da Bolívia”* (SUTTON, 1994:81).

*interdito proibitório*²⁵ - os trabalhadores são proibidos de organizarem-se em cooperativas para comercializar os produtos ou de reunirem-se para discutir problemas relacionadas ao STR.

- c) **Trabalho de Exploração de Madeira** - Com a intensificação da exploração da madeira, a partir de meados da década de oitenta, e a diminuição da exploração da borracha, boa parte dos seringueiros que migraram para as cidades ou que residem nos seringais, foram incorporados na atividade de extração de madeira.

Esta atividade desloca os trabalhadores para distante dos povoados e até dos locais de desmatamento, ou seja, penetram mata a dentro em busca de madeiras valorizadas pelo comércio, como mogno e cerejeira. No primeiro momento, o *mateiro*, como é denominado - função exercida geralmente por um seringueiro que conhece a floresta - desloca-se para identificar as árvores de valor comercial; no segundo momento, entram em ação os operadores de moto-serra para derrubar as árvores e os peões para efetuar o seu transporte, que pode ser rodoviário ou fluvial, dependendo da localização.

²⁵ Em 1990 no seringal Valparaíso e Russa, criou-se uma cooperativa para comercializar os produtos, mas o Seringalista entrou com uma ação denominada *interdito proibitório*. "...em sede de *Interdito Proibitório*, através do qual o Sr. Manoel Batista Lopes obteve a concessão de medida contra os seringueiros, com o escopo de obstar a instalação de Cooperativas, bem como a venda de mercadorias, produção e compra de borracha, dentro dos limites dos Seringais Valparaíso e Russas, com a cominação da multa (à época - 00.03.91) de CR\$ 50.000, 00 por dia, para o caso de transgressão. Posteriormente, em nova ação, obteve o seringalista aludido, em face do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Conselho Nacional dos Seringueiros, da União das Nações Indígenas e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a proibição da reunião na sede do seringal, sob pena de desobediência e multa, inviabilizando a discussão dos procedimentos a serem adotados frente aos efeitos da ação do *interdito proibitório*" (Processo nº 08130.005147/95). (*) A data está baseada no Processo nº 7.363/91.

As relações de trabalho que envolvem o processo de exploração de madeira, submetem o trabalhador a condições subumanas de trabalho, onde as práticas de violências caracterizam-se pelo trabalho escravo.

O mesmo processo que investigou o trabalho escravo nos seringais Valparaíso e Russas, investigou também o trabalho escravo na exploração de madeira nos municípios de Sena Madureira e Rio Branco.

Muito embora os procuradores do trabalho não tenham ouvido o relato dos trabalhadores que são submetidos à exploração junto aos madeireiros, a compressão das formas de violência contra os mesmos, pode ser identificada através do depoimento de Antônio Batista da Silva - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Industriários do Estado do Acre - e o Padre Paulino Baldassari que desenvolve trabalho comunitário com os trabalhadores rurais²⁶.

Em resumo, o trabalho de exploração de madeira, dito também trabalho escravo, carrega por sua vez formas de violências identificadas pela miséria: falta de segurança no trabalho; falta de registro nas carteiras de trabalho; utilização do trabalho forçado; jornada excessiva de trabalho; utilização de menores de 14 anos para fazer o transporte fluvial das toras; os peões não tem alojamentos adequados; os trabalhadores são expostos à malária e à febre-amarela; e a utilização do conhecimento dos seringueiros para identificar as árvores de valor comercial, sem a devida remuneração, muitas vezes, nem em permuta com alimentação.

²⁶ Ver Anexo 12

4.2.5 Acidente de Trabalho

A atividade de desmatamento para abrir as colônias agrícolas - os projetos de assentamento, ou ampliação da área de pastagem - projetos agropecuários que têm se intensificado, a partir de meados da década de 70, assim como a exploração da madeira, aumentada a partir do início da década de 80, além de introduzirem novas relações de trabalho escravo, aumentaram a violência no trabalho, entendida aqui como acidente de trabalho.

A atividade de exploração da madeira em tora, realizada entre maio-outubro e o desmatamento, realizado entre abril-outubro, atividade sazonal, utilizando-se da mão-de-obra dos peões, expõem os mesmos aos acidentes de trabalho. No estado do Acre, apenas na exploração da madeira em tora, calcula-se que 4.000 pessoas, geralmente contratadas pelos *gatos* nas periferias das cidades, inclusive em outros países (Bolívia, Peru e Paraguai), submetem-se aos riscos desta atividade. Há trabalhadores permanentes, com a situação regularizada, especialmente os motoristas dos caminhões que fazem o transporte rodoviário das toras. Entretanto, sem equipamentos de segurança, sem treinamento para operar as moto-serras, os acidentes são inevitáveis. Segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho, apenas em 1995, a atividade de exploração de toras e/ou desmatamento, provocou cerca de 40 acidentes fatais, e outros mais foram inviabilizados para o trabalho, já que sofreram seqüelas para o resto de suas vidas²⁷.

²⁷ Processo nº 08130.005147/95

Para entender a gravidade dos acidentes fatais, assim como especificar as características dos trabalhadores que se envolvem nestes acidentes, pode-se observar o **Anexo 13**. Dos 43 acidentes fatais, de 1989 a 1995, cujo corpo deu entrada no IML em Rio Branco, 20 foram denominados trabalhadores braçais, 6, operadores de moto-serra, 4, agricultores, 3, colonos, 1, lavrador; e 9 pertencentes a outras categorias profissionais.

Partindo-se da hipótese de que os casos de acidentes fatais que deram entrada ao IML seja uma amostra, e, supondo que os trabalhadores braçais e os operadores de moto-serra estivessem realizando exploração de madeira e/ou desmatamento para terceiros; enquanto os trabalhadores denominados agricultores, colonos e lavradores estivessem realizando a mesma atividade em sua própria propriedade no momento dos acidente, esta ocupação para terceiros, gera mais acidentes fatais do que o trabalho em benefício próprio. Na primeira circunstância, trabalho realizado para terceiros, ocorreram 26 ou 60,46% dos acidentes fatais; já na segunda circunstância, trabalho em sua própria propriedade, ocorreram 8 ou 17,27% dos acidentes fatais.

Em síntese, o que se pretende afirmar com esses dados, é que a atividade de exploração de madeira e/ou desmatamento submete o trabalhador a uma forma de violência, desencadeada pela negligência por parte do empreiteiro (*gato*) e pelo descaso do proprietário da madeireira e/ou da fazenda, onde o peão é apenas uma engrenagem no processo de acumulação de capital.

4.3 *Destruição do Patrimônio*

4.3.1 **Expulsão**

É uma forma de violência utilizada pela categoria patronal contra os posseiros e/ou seringueiros, visando afastá-los de suas posses e/ou colocações. Para atingir seu objetivo, os patrões não existem em adotar práticas de violências, que vão desde agressões físicas até a destruição dos pertences pessoais como mantimentos e roupas, passando pela eliminação de casas e roças.

No estado do Acre, entre 1970 e 1995, foram registrados 16 casos de conflitos onde expulsaram seringueiros e/ou posseiros de suas colocações e/ou posses. A dificuldade das informações sobre o número de famílias que foram expulsas, não permite quantificar esta forma de violência, mesmo porque, em certos casos, fica difícil identificar os motivos que levaram as famílias a abandonarem suas colocação e/ou posse, ou seja, deixaram suas atividades em busca de uma outra opção de vida ou foram expulsas? Através de alguns casos evidentes de expulsão, procurar-se-á caracterizar as especificidades desta prática de violência:

- a) **Uso da Força** - A prática da violência, utilizando-se da força para expulsar posseiros e/ou seringueiros das suas posses e/ou colocação, foi a mais empregada. Os expedientes passaram pela queima das casas dos posseiros e/ou seringueiros, fichas já mencionadas AC145:00.02.90 e AC23:15.12.79; a utilização de jagunços ficha AC145:00.02.90, mencionada acima; e o uso da Polícia Militar ficha AC23:00.00.76, também referida acima.

As expulsões não acompanhavam nenhuma forma de indenização, exceto a da ficha AC38:00.00.70, já mencionada,

“...21 famílias são expulsas pelos fazendeiros, algumas com indenização de CR\$ 80-170 mil” (valor da época).

b) Exploração da Madeira e Obstrução de Estradas e Igarapés - Com a intensificação da exploração da madeira de valor comercial (mogno e cedro), as madeireiras, *criaram um clima de terror* entre os seringueiros, para que entregassem as árvores de suas propriedades por um preço aviltante²⁸, sob ameaças de desalojá-los. De mais a mais, derrubam-se árvores sobre os igarapés e as estradas, obstruindo os acessos dos seringueiros, ficha AC160, já mencionada. Nestas circunstâncias, os seringueiros vão aborrecendo-se e deixam suas colocações.

c) Desmatamento e Indenização - Uma das estratégias adotadas pela categoria patronal para expulsar os posseiros e/ou seringueiros, consiste em desmatar as áreas por eles ocupadas, forçando-os a abandonar o local. Quando os trabalhadores resistem, os patrões propõem indenizações irrisórias de suas posses e facilitam suas retiradas.

²⁸ *“...são obrigados a ceder a uma vaga promessa de gratificação de R\$ 15,00 (quinze reais), por árvore inteira de mogno, e R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), por árvore inteira de cedro, desde que seja de primeira, sem defeitos, brocas ou rachaduras; sendo que as defeituosas após abominável derrubada, são abandonadas na mata”* (Conflito do Seringal São Francisco do Espalho em 1994, no município de Rio Branco, ficha AC157:15.09.94).

“O ex-prefeito de Rio Branco, Adalberto Aragão e Silva, que havia começado o corte raso da mata para derrubar 220 ha, teve embargado o desmatamento ilegal, além de multa de Ncz\$ 1.071,00. Adalberto Aragão não retirou os peões da área. O ex-prefeito tentou acordo com os posseiros da área, pagando uma indenização de Ncz\$ 7 mil e tábuas para construção de 3 (três) casas em Rio Branco. Conseguiu convencer Madalena Francisca, 74 anos, mãe de três posseiros: Vicente, Luís e Antônio Francalino, a aceitar fechar contrato de venda da posse, no cartório da capital” (Conflito da Fazenda Três Marias do Iracema ocorrido em 1989 no município de Xapuri, ficha AC106:00.04.89).

d) Coerção para Assinar Contrato - Outra prática de violência adotada pelos patrões para expulsar os posseiros, é a coerção e a indução para que os mesmos assinem os contratos para deixarem suas posses (Conflito do Seringal, 13 de Maio, no município de Cruzeiro do Sul entre 1977/79, ficha AC12). Para plantar seringa, em 1977, Takon Aron, médico e pecuarista, começa desmatar uma área e pressionar os posseiros para deixarem o local. Em 1979, com 50 famílias de posseiros na área de conflito, Takon usa da coerção para induzi-los a assinarem contrato e deixar o local. Através deste método consegue expulsar 5 famílias.

e) A Reação dos trabalhadores Rurais às Expulsões - Nos 16 casos de conflitos, onde empregou-se a violência para expulsar posseiros e/ou seringueiros, houve reações. Apenas para exemplificar, num caso, ficha AC23, já mencionada. Além de executar o capataz do fazendeiro Barbieri (violência

contra pessoa), em 00.00.76, os trabalhadores queimaram o acampamento de um topógrafo na área de conflito, e, em 15.12.79, depondo na polícia, os mesmos afirmaram que derrubaram 2 casas do proprietário, depois de terem 6 casas queimadas. Outro caso de resistência dos trabalhadores às expulsão, deve-se ao fato de 100 colonos gaúchos terem comprado as terras após uma consulta ao INCRA e terem as mesmas invadidas. Mário Farias de Andrade, comandando 25 peões, iniciou o desmatamento para expulsar os trabalhadores que adquiriram a terra. Estes reagiram prendendo todos os peões (Conflito do Seringal Nova Califórnia, no município de Rio Branco entre 1976/88, ficha AC41:00.10.76).

Em resumo, as práticas da violência da categoria patronal contra os posseiros e/ou seringueiros para expulsar os mesmos das suas posses e/ou colocações, consiste no uso de diferentes formas de violências: queima de casas; destruição de roçados e dos mantimentos; emprego de jagunços; a utilização da polícia militar; as indenizações, quando ocorrem, são irrisórias; obstrução dos acessos com árvores (*igarapés e estradas*); desmatamento para forçar o abandono; e indução de assinaturas de contrato para deixar a área.

4.3.2 Despejo Judicial

É um instrumento jurídico adotado pelos proprietários que têm o título definitivo de posse da propriedade. Recorrem para afastar os posseiros e/ou seringueiros das suas propriedades, quando estes praticam ocupação. Em outra circunstância, os trabalhadores são aceitos nas propriedades para encenar que as

terras são produtivas: através do seu trabalho em suas posses. Além de aceitos, chegam a ser convidados e formalizam contratos de trabalho com os seringalistas para explorar borracha nas *estradas* que constituem suas colocações, o que demonstra o potencial do patrão e o instrumentaliza na obtenção de empréstimos junto ao órgão fomentador da borracha, SUDHEVEA. Quando a categoria patronal entende que começa ter problemas trabalhistas, ou decide mudar de atividade ou mesmo vender a propriedade e, por isso, deseja retirar os trabalhadores de suas terras, recorre aos instrumentos jurídicos para afastá-los.

Dos 131 casos de conflitos no estado do Acre entre 1970 e 1995, a CPT (1996) registrou despejos em 4 conflitos. Um número muito aquém da realidade. Apenas na Comarca do Município de Cruzeiro do Sul, de 1989 a 1991, sem apurar todos processos que envolve despejo, constataram-se 5 casos destes. A saber, processos: 7.369/91; 6.736/89; 6.734/89; 7.113/90 e 7.035/90.

Se existe uma manipulação e, conseqüentemente, uma prática de violência por parte das autoridades que interpretam os processos comuns impetrados pela categoria patronal para afastar os posseiros e/ou seringueiros, designados, entre outro nomes, por “*Ação de cobrança de renda c/c despejo de estrada*”²⁹ e “*Ação de despejo*”³⁰,

²⁹A exemplo do Processo nº 7.113/90, impetrado pelo seringalista Manoel Batista Lopes contra os seringueiros Francisco Alves da Costa, Ermogênio Almeida de Souza e Pedro Marçal da Silva - para que os mesmos efetuassem o pagamento da *renda em espécie* à exploração da borracha nas *estradas* e abandonassem as mesmas - tem muito mais caráter intimatório, coercitivo e simbólico do que econômico. Depois do seringalista dificultar a vida dos seringueiros ao levá-los à justiça (“...*ainda mais que os Réus demoram aproximadamente três dias “a pé” para o seu deslocamento até este Fórum...*” fl. 21 dos autos) e não aceitar acordo (“*A aberta a audiência com as finalidades legais verificou-se a impossibilidade qualquer de conciliação*” fl. 21 dos autos), mostrou desinteresse no andamento do processo e o mesmo foi arquivado, em 08 de agosto de 1995.

pode-se discutir no plano da jurisprudência. O problema agrava-se quando, em nome da lei, de posse de mandato de despejo, utiliza-se a violência para despejar os trabalhadores. Esta pode ser constatada através de alguns casos de conflitos.

No conflito, ficha AC38:00.00.76, já mencionado

“300 pessoas ocupam o seringal e beneficiam lotes. O Juiz Federal Ilmar Nascimento Galvão da liminar contra os ocupantes. O Oficial de Justiça Raimundo Simão Alfredo e agentes da PF vão à área para executar o despejo. Eles prendem o posseiro Raimundo Lima de Oliveira com documento de posse reconhecido pelo INCRA, o algema com outros 2 posseiros, atiram para intimidá-los e os obrigam a rodar no veículo deles junto a um dos proprietários do Seringal “João Cabeludo” para apontar os elementos que devem ser expulsos”.

No conflito, ficha AC23:00.03.87, referido acima, onde 50 famílias ocuparam uma parte da fazenda Carão e começaram a limpar a área, a Polícia Militar, com ordem de despejo, derrubou casas e levou pertences pessoais e dinheiro dos trabalhadores.

³⁰ Através de uma *Ação de Despejo*, por falta de pagamento de *renda*, Processo n. 6.734/89, o seringalista Djalma Gomes da Silva consegue afastar o seringueiro Jurandir Ramos de Araújo de seu seringal. *“Após o entendimento entre as partes, ficou acordado que a parte Réu entregará à parte autora dezessete estradas, digo, duas estradas do seringal, localizadas no seringal Santa Terezinha, de propriedade do autor, sem que proceda qualquer pagamento ou outra importância equivalente ao arrendamento; Que o autor receberá as respectivas estradas também isento de qualquer recebimento por arrendamento, dando este ato plena e total quitação. Em virtude do Réu já se encontrar adoentado, até mesmo impossibilitado de trabalhar, devolve de imediato as referidas terras”.* (fl. 30 dos autos).

Em resumo, é visto que, em nome da lei, os oficiais da Justiça e a Polícia Militar, para executar os despejos dos posseiros e/ou seringueiros, utilizam-se das mesmas práticas de violência adotada pela categoria patronal objetivando expulsar os referidos trabalhadores.

4.3.3 Ocupações

A ocupação é uma estratégia adotada principalmente pelos posseiros e/ou sem-terra objetivando produzir na área por eles ocupada. No caso do estado do Acre, em função das especificidades históricas da concessão dos títulos de propriedade e da forma como as terras foram comercializadas, principalmente na década de 70, pode-se conceber a ocupação como uma prática de violência no âmbito da jurisprudência, mas no nível social e econômico, a concentração de terra improdutiva, cobiçada pelos posseiros e/ou sem-terra, também pode ser considerado uma violência. Através de algumas características de ocupações, pode-se entender melhor este ato de violência contra a propriedade:

1. **Ocupação de Grande Propriedade** - No conflito de ficha AC154:00.05.93, já mencionado, 200 famílias ocuparam uma área em litígio. Confirmando a controvérsia sobre a posse da área e sendo ela reivindicada por diversos interessados, os posseiros acabaram despejados. Em outra circunstância, os posseiros acabam prejudicando seus possíveis aliados “...120 famílias vindas do Sul ocupam o seringal entrando nas posses dos seringueiros” (Conflito do Seringal Petrolina, no município de Xapuri em 1987, ficha AC80:00.00.87).

- b) **Invasões das Terras dos Indígenas** - No conflito que envolveu os índios Kampa em 1991, no município de Cruzeiro do Sul, ficha AC151:17.03.91, registrou-se a presença de 12 famílias nas terras dos nativos no Rio Amônia, enviadas pelas madeireiras para derrubar e retirar madeira.
- c) **Invasões de da Divisas Internacionais** - A crise envolvendo questões de fronteira entre Acre-Bolívia-Peru ocorreu durante 1976/88, ficha AC1. Tanto os seringueiros brasileiros, em função da precariedade das condições de vida, são obrigados a ocupar os seringais bolivianos e submeter-se às ameaças de expulsão dos soldados bolivianos em 1988 - “*...Brasil e Bolívia estudam possibilidade de repatriar 50.00 seringueiros brasileiros...*”; como também, na mesmo ficha, em 1981, os seringueiros peruanos invadem seringal brasileiro - “*O seringalista Leonidas Meireles de Queiros denuncia a invasão de famílias peruanas no Seringal do Rio Chandless*”.

Em síntese, a ocupações de propriedade como prática de violência, pode-se considerar um ato perverso no processo de reprodução do capital, a exemplo: 1) a empresa que alicia famílias de posseiro para invadir as terras indígenas, ou 2) conduzindo uma ação particular na busca da sobrevivência.

Enfim, através de análises da violência no espaço agrário do Acre, podemos entender como a violência está relacionada ao processo que envolve, entre outros fatores, desmatamento, expulsão de seringueiros e posseiros, comércio de terra, trabalho escravo e migração rural-urbana. Passaremos agora a considerar a violência difusa no espaço urbano, particularmente da capital do estado - Rio Branco.

ANEXOS

ANEXO 7

Índice dos Textos de Histórico dos Conflitos Agrários no Estado do Acre - 1970/95

Ficha	Nome do Conflito	Tipo de conflito	Município	Duração do conflito	
				Ano	Pgs
AC1	Fronteira Acre-Paraná-Peru	Terra	Fronteira	76-88	1
AC2	Assassinato de Wilson de Sousa Ribeiro	Terra	Brasiléia/Napuri	80-94	121-123
AC3	Assassinato - Jesus Mifras do Araújo	Terra	Brasiléia	83-84	142
AC4	Colonização Santa Clara	Trabalhista	Brasiléia	79-81	158
AC5	Empresa Termas Melhuramentos	Terra	Brasiléia	86-86	168
AC6	PAD Santa Quitéria e Quixadá	Terra	Brasiléia	80-87	169
AC7	Seringal Carmen	Terra	Brasiléia	75-76	206
AC8	Área indígena Nukuri	Terra	Cruzeiro do Sul	70-87	215
AC9	Projeto de Assentamento Limgado Santa Luiza	Terra	Cruzeiro do Sul	83-91	225
AC10	Seringal Horizontópolis	Terra	Cruzeiro do Sul	74-80	2
AC11	Seringal São João	Trabalhista	Cruzeiro do Sul	85-86	18
AC12	Seringal 13 de Maio	Terra	Cruzeiro do Sul	77-79	47
AC13	Companhia Desenvolvimento Novo Oeste	Terra	Feijó	76-80	58
AC14	Fazenda Antônio Comedi	Terra	Feijó	80-87	69
AC15	Fazenda Califorma	Terra	Feijó	75-87	83
AC16	Katubina - Seringal Liege	Terra	Feijó	76-87	106-107
AC17	Seringal Bonifica	Terra	Feijó	80-89	118
AC18	Seringal Porto Seguro	Terra	Macedo urbano	80-80	119
AC19a	Colonização - Projeto Redenção	Terra	Hacienda de Castro	82-87	120
AC19b	Área indígenas - Cashinava	Terra indígenas	Cruzeiro do Sul	89-89	46
AC20	Alertado Advogado CONTAG	Sindical	Rio Branco	82-82	126
AC21	Empreiteiro Edilson	Trabalhista	Rio Branco	79-79	127
AC23	Fazenda Carão - assassinato	Terra	Rio Branco	76-87	128-129
AC24	Fazenda Floresta	Trabalhista	Rio Branco	80-80	130
AC25	Fazenda Ipanema - Seringal Nova Empresa	Terra	Rio Branco	76-87	131-133
AC26	Fazenda Paraná - Seringal Redenção	Terra	Rio Branco	73-77	134-135
AC27	Fazenda Paraná	Trabalhista	Rio Branco	76-77	136
AC28	Projeto Boa Esperança	Terra	Serra Madureira	87-90	137-140
AC29	Insuficiência como Banco	Terra	Rio Branco	82-87	141
AC30	Ocupação Sede INCRA	Terra	Rio Branco	87-87	143
AC31	Projeto Pedro Proietto	Terra	Hacienda de Castro	76-87	144-146
AC32	Rural Enco	Terra	Rio Branco	85-85	147
AC33	Seringal Água Preta	Terra	Rio Branco	83-95	148-149
AC34	Seringal Bagaço	Terra	Rio Branco	76-76	150
AC35	Seringal Bom Destino	Terra	Rio Branco	75-78	151-153
AC37	Seringal Campo Esperança	Terra	Rio Branco	84-84	154
AC38	Seringal Catarina, Livramento e Liberdade	Terra	Rio Branco	70-87	155-156
AC39	Seringal Floresta	Terra	Rio Branco	80-80	157
AC40	Seringal Himantá	Terra	Rio Branco	76-88	159
AC41	Seringal Nova Califórnia	Terra	Rio Branco	76-88	160
AC48	Seringal União e Boa Verde	Terra	Rio Branco	85-88	161-163
AC49	Seringal Santa Rosa	Trabalhista	Feijó	86-87	164
AC50	Alertado Francisco Olimpio	Terra	Serra Madureira	87-87	166
AC51	Odorama	Terra	Miraflores Urbano	74-85	167
AC53	Seringal Miraflores	Terra	Serra Madureira	73-87	168
AC63	Seringal Novo Destino	Terra	Tarauacá	83-87	170
AC65	Chico Mendes	Terra	Xapuri	85-95	171-205
AC70	Seringal Nazaré	Terra	Xapuri	73-88	207-209
AC75	Seringal Santa Fé	Terra	Xapuri	82-87	210
AC76	Seringal Espiritosa	Terra	Rio Branco	87-87	211
AC77	Pleição Sindical	Sindical	Hacienda de Castro	87-87	212
AC78	Seringal São Luís do Remano	Terra	Rio Branco	81-88	213

AC79	Seringal Nova Olinda	Trabalhista	Serra Madureira	87-87	214
AC80	Seringal Petrolina	Terra	Rio Branco	87-87	216
AC81	Seringal Filipinas	Terra	Xapuri	79-87	217
AC82	Ramal Santa Maria	Terra	Rio Branco	87-87	218
AC84	Fazenda Santa Cruz	Terra	Rio Branco	87-87	219
AC85	Serraia do KM -44	Terra	Rio Branco	87-87	220
AC86	Seringal Borém	Trabalhista	Rio Branco	85-87	221-222
AC88	PM-AC contra Possuio	Terra	Rio Branco - Senador Guomard	88-88	223
AC89	Assessor-Bezerre-Cunha	Terra	Rio Branco - Senador Guomard	88-88	224
AC90	Kampa do Rio Erivas	Terra	Fajó	87-87	226
AC92	Seringal Cachoeira-Mucuru	Terra	Xapuri	87-88	217-228
AC93	Seringal Equador	Terra	Xapuri	90-88	229-231
AC94	Seringal Bom Destino, Etc	Terra	Rio Branco	86-89	232-233
AC95	Seringal Belo Horizonte	Terra	Rio Branco	88-88	235
AC96	Seringal Paraíso	Terra	Rio Branco	88-89	236-237
AC97	Assessorio de José Ribeiro	Terra	Xapuri	88-94	238
AC98	Seringal Beni Coares	Terra	Xapuri	88-88	239
AC99	Assessorio de José S. Santos	Terra	Xapuri	88-88	240
AC100	Acidentes de trabalho	Trabalhista	Rio Branco	88-88	241
AC101	Fazenda Paloma e Seringal Guanabara	Terra	Rio Branco	87-89	04/11
AC102	Seringal São João	Terra	Serra Madureira	89-89	8
AC103	Seringal Restauração	Terra	Cruzeiro do Sul	89-89	9
AC105	Seringal Boca do Lago	Terra	Xapuri	89-89	10
AC106	Fazenda Três Manas do Iracema	Terra	Xapuri	89-89	11
AC107	Elapeces STR 24 Rio Branco	Sindical	Rio Branco	89-89	12
AC108	Fazenda Três Merinas do Iracema	Terra	Xapuri	89-89	13
AC109	Vale do Arua	Terra	Xapuri	89-89	14-17
AC110	Seringal Nova Esperança	Terra	Cruzeiro do Sul	89-94	19-30
AC111	Seringal Floresta	Terra	Xapuri	89-89	31
AC112	Atestado à José Rente Nascimento	Terra	Rio Branco	89-89	32-33
AC113	Seringal Poço do Sol	Terra	Serra Madureira	89-89	34
AC114	Omissão Amêncio e Outros ameaçados de morte	Terra	Brasília e outros	89-95	35-39
AC115	Eleições no STR 24 Brasília	Sindical	Brasília	88-89	40-42
AC116	Seringal Filipinas de Brasília	Terra	Brasília	79-79	43
AC118	Companhia Desenvolvimento Novo Oeste	Trabalhista	Fajó	77-77	45
AC120	Invasão sede da CPT Serra Madureira	Terra	Serra Madureira	89-89	48
AC121	Seringal Ocoima	Terra	Marechal Teixeira	89-89	49
AC122	Seringal Benedito	Terra	Senador Guomard	89-89	50
AC123	Seringal São Pedro do Rio Largo	Terra	Serra Madureira	89-89	51
AC124	Seringal Carmo	Terra	Fajó	89-89	52
AC125	Seringal Conceição	Terra	Taranacá	89-89	53
AC126	Estrada de Assis Brasil	Terra	Brasília	89-89	54
AC127	Seringal Boca do Lago	Terra	Xapuri	89-89	55
AC128	Seringal São Francisco de Iracema	Terra	Xapuri	89-89	56
AC129	Seringal Recife	Terra	Fajó	88-89	57
AC130	Seringal Nazare, Bom Princípio, Liberdade e Vitória velha	Terra	Fajó	89-89	59
AC131	Benedito, Carmo, Fajó, Rio Largo, Nova União	Terra	Fajó	89-89	60
AC132	Seringal Minas Gerais	Terra	Cruzeiro do Sul	87-87	61
AC133	Seringal Rio Turvo	Terra	Cruzeiro do Sul	89-89	62
AC134	Seringal Extrema	Terra	Cruzeiro do Sul	89-89	63
AC135	Seringal Merangia	Terra	Cruzeiro do Sul	89-89	64
AC136	BR-364 KM-180	Terra	Errada	89-89	65
AC137	Seringal Mercedes	Terra	Serra Madureira	89-89	66
AC138	Seringal Porongaba	Terra	Brasília	89-89	67
AC139	Katubina de Morada Nova	Terra	Fajó	80-81	68
AC140	Seringal do Badesco	Trabalhista	Fajó	76-76	70
AC141	Estrada do Alto Turvo	Trabalhista	Manoel Urbano	75-75	71
AC142	Madara dos Kubra	Política Agrícola	Manoel Urbano	82-82	72
AC143	Seringal Vale do Rio Chard	Terra	M. Urbano, Serra Madureira	74-81	73
AC144	Km 115-113	Terra	Hélio de Castro e Senador Guomard	80-80	74
AC145	Seringal Boa Jardim	Terra	Rio Branco	89-89	75-78
AC146	Assessorato de José Bulfo	Terra	Xapuri	90-90	79
AC147	Seringal Boa Vista	Terra	Xapuri	90-90	80
AC148	Antônio Avelino	Trabalhista	Rio Branco	77-77	81
AC149	Antônio Avelino	Terra	Rio Branco	74-77	82
AC150	José da Silva Pereira	Terra	Brasília	90-91	84
AC151	Indoz Campos Antônio Miranda	Terra	Cruzeiro do Sul	91-91	85-86
AC152	Seringal Valparaíso e Ribera	Terra	Cruzeiro do Sul	91-96	87-94
AC153	Seringal Triunfo	Terra	Rio Branco	92-94	95-96
AC154	Seringal Liberdade	Terra	Rio Branco	93-93	97
AC155	Assessor à Seringal de	Terra	Xapuri	93-93	98
AC156	Gito da Terra Brasil	Terra	Taranacá	94-94	99-100
AC157	Seringal São Francisco do Espinho	Terra	Rio Branco	94-94	101-103

FONTE: CPT (1996)

ANEXO 8**Fichário Padrão CPT: Ficha AC145**

Tipo de Conflito: Terra

Município : Rio Branco

/07/89

A área do seringal Belo Jardim é vendida ao Frigorífico FRISACRE, que pertence ao Estado.

& O ESP 06/02/90.&

/02/90

13 jagunços armados de revólveres e espingardas expulsam 100 famílias de posseiros do seringal Belo Jardim e queimam algumas casas.

&O ESP 06/02/90.&

/05/90

Mauro Felix dos Santos, posseiro, casado, foi assassinado com dois tiros de espingarda e sua casa destruída. Os assassinos Evaristo Pereira da Silva e Domingos Alves de Aratijo, alegam tê-lo matado em legítima defesa.

& O ESP 16/02/90.&

27/04/91

O fazendeiro (ou grileiro) Edilberto Afonso de Moraes, o Betão, entra com mandado de manutenção de posse (não é divulgada a data precisa da ação) contra apenas 4 posseiros.

O Governador Edmundo Pinto se dispõe a resolver o impasse junto ao INCRA depois de uma reunião entre representantes das famílias e a deputada Marina (PT).

& A Gazeta 28/04/91.&

/05/91

Em meados de maio o oficial de justiça conhecido por "Cafê", sempre acompanhado pela PM e pistoleiros, investe contra os posseiros, derrubando casas, mandando evacuar a área, matando animais e queimando-os. Uma criança é atingida com fogo e água quente.

Algumas fontes trazem que no Seringal Belo Jardim vivem 3.000 famílias. Dados da SUCAM AC, dão cerca de 5.000 pessoas (o que daria cerca de 1.000 famílias).

& CUT, Departamento Nacional de trabalhadores Rurais, sem data.&

25/05/91

O SINPASA (Sindicato dos Seringueiros, Pequenos Agricultores e assalariados Rurais do Rio Branco) é convidado pelos posseiros da área para uma assembléia. Reúnem-se mais de 150 pessoas.

A partir dessa data, inicia-se mais organizadamente o acompanhamento do Sindicato e da CPT AC.

&CUT, fonte citada.&

27/05/91

Os posseiros fazem um empate contra a polícia que entrou para derrubar mais casas sem mandado judicial. São presos Luiz Ramos (vice presidente do Sindicato) e os posseiros Brás Carvalho, Evaldo e Regiane Araújo. Não havia mandado de prisão. Com este acontecimento o movimento adquire mais força.

& O Rio Branco 28/05/91; CUT, fonte citada. &

29/05/91

O juiz, Dr. Ciro Fagundes de Almeida despacha favoravelmente ao fazendeiro Betão. Entretanto, antes disso, o oficial de justiça, policiais e pistoleiros já tinham investido contra os posseiros.

& CUT, fonte citada. &

30/05/91

Nova Assembléia no Seringal. Decisões: lutar para conseguir a desapropriação da área e trabalhar em mutirão para reconstruir as casas derrubadas e filiar os posseiros ao SINPASA.

Forma-se uma comissão de posseiros.

& CUT, fonte citada. &

31/05/91

O posseiro José Petrônio da Silva (na verdade um trabalhador diarista da áreas) é espancado pelo oficial de justiça "Café" e policiais, que ainda tentaram matá-lo com golpes de facão.

&A Gazeta 06/0691; CUT, fonte citada. &

01/06/91

Pistoleiros a mando do fazendeiro, atiram contra os posseiros, ninguém sai ferido. Francisco Carvalho, Darcy Fernandes e Raimundo soares foram perseguidos por pistoleiros.

O oficial ameaça voltar dia 13 e derrubar novas casas.

&CUT, fonte citada. &

02/06/91

Celebrada a Eucaristia com boa participação popular, promovida pela paróquia e pela CPT. Acompanhamento do padre Roberto e da Diocese.

& Idem.&

04/06/91

Pistoleiros voltam a disparar tiros de escopeta contra os posseiros.

A Sra. Darcy Fernandes vai à Delegacia policial para registrar queixa, mas o delegado se nega.

& Idem.&

12/06/91

Comissão de posseiros, INPASA, CPT e advogados decidem: mutirão, cadastramento e procuração dos posseiros.

O fazendeiro Betão prende 10 posseiros num curral, com jumentos e bois, em sua fazenda para que aceitem suas proposta: indenização de 30.000,00 cruzeiros e carona para deixarem a área com suas poucas mobílias, como também uma pequena indenização pelas roças de mandioca. Os posseiros não aceitam.

& CUT, fonte citada.&

13/06/91

Novo encontro na área com cerca de 60 participantes.

20 policiais entram na área, juntamente com Raimundão, capataz e pistoleiro, ameaçando a todos, posseiros e representantes do SINPASA.

3 casas foram derrubadas.

A TV Gazeta filma tudo.

O Comitê Chico Mendes passa a acompanhar, também o caso.

& CUT, fonte citada.&

14/06/91

A polícia volta à área, com jagunços e moto-serras. 10 casas são derrubadas. Na última casa organiza-se um empate: mulheres e criança as permanecem dentro da área, junto com a vereador Francisco (PT) e membros do Centro de defesa dos Direitos Humanos da Diocese. A casa não foi completamente derrubada por ter acabado o combustível da moto-serra.

Novamente tudo foi filmado pela TV Gazeta, e imagens lançadas nacionalmente pela Rede Manchete.

& Idem.&

15/06/91

Devido a pressões das entidades, parlamentares petistas, e do vice-prefeito de SP, Luiz Eduardo Greenhalg, o governador Edmundo Pinto junto com a presidenta do tribunal de justiça do Estado, Dr. Miracele de Souza Lopes, visitam a área de helicóptero. O governador garante que o conflito em breve acabará, garantindo a desapropriação e a continuidade dos posseiros na área.

Após esta visita, a justiça suspende a liminar de despejo.

Estão ameaçados de morte os posseiros Edson da Costa e Sadrack José Gondin.

& CUT; A Gazeta 16/06/91.&

17/06/91

A comissão dos posseiros, CPT e SINPASA são recebidos pelo governador, que lhes diz que a desapropriação depende do Governo Federal.

A juíza substituta Maria Cezarina de Souza A. Angelim, da 1ª Vara Cível de Rio Branco, determina a suspensão da liminar de posse do Seringal Belo Jardim.

& O Rio Branco 18/06/91; CUT, fonte citada.&

18/06/91

O Fazendeiro Betão e o superintendente do INCRA, Ivonaldo Portela, oferecem 200 ha para os posseiros e prometem deslocar os posseiros que ficarem de fora para o Projeto de Colonização Humaitá, em lotes de 12X25m

Os posseiros rejeitam a proposta por unanimidade.

& A Gazeta 20/06/91; CUT, fonte citada. &

20/06/91

O Comitê Chico Mendes organiza uma passeata em Rio Branco exigindo a desapropriação do seringal Belo Jardim.

O fazendeiro Betão entra na área com pistoleiros e com trator derruba novas casas. Prende a equipe de programa Documento Especial da Rede Manchete, obrigando-a a filmar suas ações de violências e em seguida tomou suas fitas, e os expulsou da área.

& CUT; O Rio Branco 26/06/91.&

25/06/91

O INCRA inicia uma identificação dos posseiros.

Comitê Chico Mendes e CUT AC solicitam um assessor jurídico permanente da CUT Nacional, até o final de julho.

Iniciada campanha financeira para auxiliar os posseiros e as despesas mais urgente do caso.

CUT denuncia na imprensa.

& CUT, fonte citada; O Rio Branco 26/06/91; A Gazeta 26/06/91.&

Fonte: CPT (1996:75-78).

ANEXO 9

Depoimento da Viúva de *Calado*

As especificidades do assassinato podem ser melhor entendidas com a declaração da viúva de *Calado*, MARIA DE LOURDES SILVA: “- ...que no dia 18 do corrente, aproximadamente as 15:00 horas seu marido chegou em sua casa trazendo um ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para que fosse entregue ao senhor André para que o mesmo parasse com a broca que estava efetuando naquele local, o que foi feito; que seu marido (a vítima) ao chegar no local da broca, por ocasião da entrega do ofício foi recebido à bala o qual conseguiu fugir sem ser atingido que ao chegar em sua casa relatou à declarante todo o ocorrido; que em seguida saiu para a casa do vizinho afim de apanhar uma farinha, ou melhor, no dia seguinte (19/07/84) é que a vítima saiu de sua casa para apanhar a farinha na casa do vizinho, isto aproximadamente às 10:00 horas da manhã; que naquela ocasião conduzia consigo uma espingarda calibre 28 coisa que fazia costumeiramente; que aproximadamente às catorze horas daquele dia chegou na colônia de propriedade da vítima 7 pessoas as quais a declarante notou de imediato que se tratava de policiais tendo um deles naquela ocasião entrado dentro de casa e sem nada dizer se apossou de uma espingarda calibre 20 descendo em seguida, decorrido algum espaço de tempo um dos policiais falara para os demais para que fossem embora o que fizeram em seguida; que decorrido um pequeno espaço de tempo retornaram aquele local somente 5 policiais tendo à frente o agente de polícia Armando, ocasião em que cercaram todas as estradas que davam acesso à casa; que aproximadamente as 18:30 horas tornou àquele local seu marido (vítima) Raimundo Paulino de Souza, ocasião em que o agente de polícia Armando falou “oh Raimundo” tendo Raimundo lhe respondido “Vão embora” em seguida ouviu-se vários tiros, pois naquela ocasião a declarante encontrava-se dentro do quarto com os filhos, depois de alguns tiros tudo ficou em silêncio, em seguida escutou quando alguns dos policiais disseram “fala Raimundo entrega as armas se não tocamos fogo na casa” após estes fatos a declarante nada mais ouviu até que o dia amanheceu ocasião em que constatou que seu marido (a vítima) tinha falecido o qual se encontrava caído sobre a espingarda engatilhada, em seguida mandou chamar seu vizinho mais próximo Antônio Mota, para que lhe servisse de companhia” (Processo nº 3.472/84).

ANEXO 10

Parte do Relatos dos Seringueiros:

1- José Élio da Silva - *"Disse que desde quando o SR. Manoel Batista Lopes assumiu a responsabilidade no seringal (no ano de 1985), que a situação dos trabalhadores é de miséria, pois são explorados, propriamente em regime de escravidão. Disse que é obrigado a adquirir gêneros alimentícios somente do aludido seringalista e que ele não dispõe, geralmente, de estoque para suprir as necessidades de todos os seringueiros; (...) que lhe é proibido de fazer roçado, exatamente para ficar dependendo só do seringalista; e que também é-lhe vedada a criação de animais e construção de canoas"*.

2 - Simão Silva de Oliveira - *"...que a situação se agrava quando adoece, restando-lhe apenas aguardar a vontade de Deus; que inexistente posto médico no seringal, também não há remédios e raramente aparece um enfermeiro; que reside no seringal a 30 anos; que a situação também se agravou com a aplicação dos "Interditos proibitórios"..."*.

3 - Maria da Glória de Oliveira - *"...que o seu marido plantou na "praia" do rio e foi obrigado a arrendá-la, pagando ao SR. Manoel Batista Lopes; que sua família foi proibida de vender as melancias colhidas no terreno, que o seringalista disse ser de sua propriedade! Que a maioria dos seringueiros, ao se negarem a pagar renda ao aludido seringalista, como o seu marido, por exemplo, são acusados de velhacos, preguiçosos e compelidos ao pagamento"*.

4 - Mário Fernandes Barbosa - *"...também confirmou que é obrigado a comprar no barracão do SR. Manoel Lopes, sob a forma de permuta. Disse que entrega o quilograma de borracha a R\$ 1,00, o que representa, "a troca", a R\$ 0,40; que 1Kg de açúcar custa R\$ 1,50; uma lata de óleo (900ml) R\$ 2,50; que a sua produção diária chega a 3,5 Kg ao dia. Disse que certa vez foi mordido por uma cobra, ficando prejudicado para o trabalho por 34 dias, e só comia neste período quando pescava..."*.

5 - José Maciel da Silva - *"...disse que seu filho (Deusdete) sofreu um atentado contra a vida, a mando do Sr. Manoel Batista Lopes, sendo instaurado Inquérito Policial no Município de Cruzeiro do Sul, só que os autos "sumiram". Lembra que o próprio Manoel Lopes admitiu, perante os policiais, que houvera contratado dois capangas para aplicar uma "surra" em seu filho..."*.

6 - Ruberval da Silva Pinho - *"...que o Sr. Manoel Lopes arrenda áreas do seringal para outros trabalhadores, em prejuízo dos primeiros posseiros; que ele não admite a construção de templos religiosos no seringal, salvo se de sua religião - católica; que muitas vezes o seringalista transforma uma "estrada" de seringa em duas, para duplicar a renda, sobrando quase nada para o seringueiro"*.

7 - Raimundo Dionísio da Silva - *"...dizendo que trabalha 04 anos para o Sr. Manoel Lopes, até 1990, sem carteira assinada, e só recebeu por 03 meses de serviço; trabalhava transportando mercadorias, no leito do rio, para Cruzeiro do Sul. Disse que, certa vez, enquanto ausente, a serviço, o mencionado seringalista tentou abusar de sua mulher, que o rejeitou; que esta rejeição provocou a perseguição a sua família; foi expulso do seringal, em 23.03.90, sendo sua casa destruída, seus pertences e poucos mantimentos jogados ao relento"*.

8 - Erivaldo Lima Gomes - *"...disse que é proibido de pescar nos rios que banham os seringais VALPARAÍSO e RUSSAS. Que, em determinada oportunidade, pescou um peixe pirarucu (com anzol) que alimentaria 13 famílias e o Sr. Manoel Lopes deu queixa ao IBAMA. Disse ainda que os seringalistas Manoel Lopes e Bertoldo Dênis, este último proprietário do seringal RUSSAS, trazem pescadores de fora, com rede e de gancho para pescar, sem restrições, e não lhes acontece nada - o IBAMA não toma nenhuma providência. Concluiu, dizendo que esses mariscadores forasteiros inclusive ameaçam os habitantes dos seringais"*.

9 - Manoel Nunes da Silva - *"...dizendo que morou no seringal VALPARAÍSO nos anos de 1987/88; que o seringalista proíbe a formação de cooperativas; que ele (depoente) e outros seringueiros já foram atacados pela Polícia Militar; que a situação é bem mais grave dentro do rio (mais distante)...". Que os seringalistas cometem verdadeiras atrocidades com os seringueiros, pois tomam a sua borracha, destroem suas casas, ateando fogo. Por fim, disse que os seringueiros geralmente têm medo de denunciar no Sindicato, pois são ameaçados pelos seringalistas" (Processo nº 08130.005147/95).*

ANEXO 11

Depoimento dos Seringalista:

1) Manoel Batista Lopes - "...que inexistente escravidão no seringal Valparaíso; que os seringueiros são inteiramente livres para trabalhar; que cobra renda anual de cada seringueiro; que existem poucas famílias em seu seringal, sendo que só a minoria trabalha; que realmente troca mercadorias por borracha extraída pelos seringueiros; que no seu barracão não há escassez de mantimentos; que só "vende" recebendo a borracha antecipadamente; que os seringueiros são livres para comercializar nos seringais; que só proíbe o cultivo da terra de quem não pede autorização para plantar, pois é obrigado a controlar a área desmatada, por exigência do IBAMA; que não permite o acesso do Sindicato Laboral ao seringal porque seus membros só fazem confusão, incitando os seringueiros à rebeldia; que trata bem os seringueiros porventura acometidos de alguma enfermidade; que o seu barracão há sempre medicamentos; que compra borracha a R\$1,00 dos seringueiros e vende a R\$0,85 para a usina, ajudando, desta forma, os seringueiros, embora esteja levando prejuízo; que não permite a caça no seringal, inclusive com a utilização de cachorros, porque é proibido por lei; que não registra empregados; que só recebeu, no ano de 1995, 200 Kg de borracha; que os seringueiros vivem caçando e vendendo às escondidas, para sobreviverem; que os seringueiros passam fome porque não querem trabalhar; que não permite o acesso de "marreteiros" na sua propriedade; que não permite a venda de produtos agrícolas colhidos no seu seringal a terceiros, porque investe no plantio; que não persegue ninguém; que não restringe o culto a nenhuma religião; que nunca abusou de crianças ou mulheres".

2 - Bertoldo Dênis de Carvalho - "Em resumo, disse o depoente que só 15 famílias residem no seu seringal; que os seringueiros estão liberados para plantar e comercializar, mesmo porque seu barracão está desativado; que em 1995 não recebeu sequer um grama de borracha dos seringueiros; que os seringueiros sobrevivem da agricultura e da venda de borracha para atravessadores; que proíbe a caça com cachorro, porque é o primeiro a ser proibido pelo IBAMA; que permite a pesca, desde que respeitado seu regulamento; que ele próprio pesca, às vezes em companhia de amigos, distribuindo inclusive com os moradores; que utiliza tarraça para pescar, e permite que os seringueiros também usem; que não tem nenhum empregado e que não celebra nenhum tipo de contrato; que não oferece atendimento médico, mas, pessoalmente, socorre algum morador, quando necessitado; que o acesso do Sindicato Laboral é livre, mas não admite fofoca no seringal; que presume inexistir algum seringueiro com coragem ou audácia de afirmar que seja escravizado em seu seringal; que a área do RUSSAS é de no máximo 1.800 hectares; que os seringueiros estão abandonando os seringais; que está explorando madeira no seringal, mas com permissão do IBAMA; que ele próprio trabalha na exploração, utilizando moto-serra, como único operador; que a finalidade do Sindicato é fazer fofocas, o que pode afetar a saúde de sua mãe, de 76 anos de idade" (Processo nº 08130.005147/95).

ANEXO 12

Depoimento de Lideranças

1) Antônio Batista da Silva - conhecido como Chumbinho - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Industriários do Estado do Acre - "...que o maior contingente de trabalhadores envolvidos na indústria da madeira concentra-se no Vale do Acre, abrangendo a Capital e o Município de Sena Madureira; ressaltou que é uma atividade sazonal; (...) que a derrubada das árvores é efetivada mediante a utilização de trabalho forçado, independentemente de registro de empregado, com jornada excessiva de trabalho, pois a remuneração é procedida por produção, com a utilização de moto-serras, sem a devida qualificação profissional e proteção adequada (...); disse que os carregadores da madeiras (os que realizam o transporte da floresta para o local apropriado), não são registrados, geralmente; que também existe o transporte via fluvial, com a utilização de trabalho de menores, os quais se constituem em verdadeiros "cavalgadores de toras" (...), igualmente sem registro, sem a menor proteção e durante excessiva jornada de trabalho, sendo que este transporte ocorre nos meses de dezembro a abril, com a cheia dos rios; (...) que a figura do arregimentador de mão-de-obra ("gato") é normal no Estado do Acre, principalmente quando da derrubada das árvores; (...) os trabalhadores (...) não possuem alojamentos adequados para o uso humano, não utilizam equipamentos de proteção individual, a alimentação é fornecida pelo "gato" - da forma que ele entender conveniente - e todos estão sujeitos à malária, febre-amarela e demais doenças inerentes à região..."

2) Pe. Paulino Baldassari - "...que as madeiras são extraídas indiscriminadamente, independentemente da presença de seringueiros, verdadeiros posseiros da terra; (...) que contentemente há conflitos entre os que se dizem proprietários e os seringueiros; que estima em 500 famílias, os habitantes na região de Sena Madureira; (...) que os madeireiros não registram os trabalhadores; que os seringueiros, por necessidade, realizam para os madeireiros a extração; que muitas vezes não são remunerados, nem em permuta com alimentos..." (Processo nº 08130.005147/95).

ANEXO 13

Mapa de Registro de Acidentes Fatais em Desmatamento no Estado do Acre - 1989/95.

Nome	Profissão	Idade	Mes/Ano	Parte do Corpo Atingido
1-Maíor Ferreira da Silva	Braçal	28 anos	Jul/89	Crânio-Hemorragia Cerebral
2-Ivan Vieira de Lima	Braçal	19 anos	Ago/89	Crânio-Hemorragia Cerebral
3-Euclides Cavalcante da Silva	Op.MSerra	26 anos	Jul/89	Crânio-Torax-Esmagamento
4-José Ribamar Alexandre	Braçal	26 anos	Ago/90	Esmagamento dos ossos da bacia
5-Divan Martins de Oliveira	Menor	05 anos	Out/90	Fratura da Vert.Col. Cervical
6-James Rodrigues Sobra	Lantemeiro	22 anos	90	Socção de Medula Cervical
7-José Alves Borges	Lavrador	63 anos	Ago/91	Pescoço-Par.Resp. Les.Medular
8-José Waldemar Mendonça	Agricultor	28 anos	Jul/91	Crânio-Edema Cerebral
9-Admilson Moreira Rocha		15 anos	Out/91	Crânio - Esmagamento
10-Sérgio Rodrigues Santos	Braçal	33 anos	Jun/92	Crânio-torax-esmagamento
11-Daniel Marçal da Costa	Braçal	35 anos	Jul/92	Crânio-Torax-Bacia - Afundamento
12-José Davi de Conceição	Braçal	55 anos	Jul/92	Crânio - Edema - Cerebral
13-Waldemar Pessoa da Silva	Braçal	26 anos	Jul/92	Crânio - Edema - Cerebral
14-José Soares da Silva	Aposentado	70 anos	Ago/92	Crânio e edema cerebral
15-Francisco de Oliveira Barros	Op.MSerra	39 anos	Ago/92	Crânio - esmagamento
16-João Berkenbrock	Braçal	34 anos	Ago/92	Femur-Costelas traumatismo
17-Vandeco Tomaz da Silva	Agricultor	49 anos	Jul/93	Crânio - edema Cerebral
18-José Lorercio Silva	Lavrador	25 anos	Jul/93	Crânio - Edema Cerebral
19-Ezequias Abreu de Souza	Colono	40 anos	Fev/93	Esmagamento dos ossos da bacia
20-Sebastião F. do Sacramento	Braçal	32 anos	Ago/93	Crânio-Edema-Cerebral
21-Francisco Pereira Aguiar	Braçal	21 anos	Ago/93	Crânio e esmagamento
22-Sebastião Ferrandes de Souza	Braçal	38 anos	Mai/94	Crânio e edema Cerebral
23-Salomeo Thomaz da Silva	Braçal	19 anos	Jun/94	Crânio - Esmagamento
24-Artício Darold	Op.MSerra	48 anos	Jun/94	Crânio e edema-Hemorragia cerebral

25-Alécio Knidel	Braçal	58 anos	Mai/94	Septisemia e Peritonite
26-Antonio Gomes do Nascimento	OpMSerra	37 anos	Jul/94	Lesão de massa encefálica
27-Paulo Pereira Bordin	Estudante	13 anos	Jul/94	Crânio-Hemorragia Cerebral
28-Wilson Nogueira Sobrinho	Braçal	43 anos	Jul/94	Crânio-torax-pe-fraturas-hemorragia cerebral
29-Romildo Rodrigues	Colono	36 anos	Jul/94	Crânio-Edema cerebral
30-Luiz Antonio Bara	Colono	43 anos	Jul/94	Crânio-Hemorragia Cerebral
31-João Antonio da Silva	OpMSerra	30 anos	Ago/94	Crânio-Hemorragia Cerebral
32-Raimundo Cosmo do Nascimento	Agricultor	48 anos	Ago/94	Crânio - Edema Cerebral
33-Carlos Kulmanski	Agricultor	32 anos	Ago/94	Crânio - Edema Cerebral
34-Martins Rafael da Silva	Braçal	44 anos	Ago/94	Crânio - Hemorragia cerebral
35-Francisco Lopes Santana	OpMSerra	28 anos	Ago/94	Crânio - Edema Cerebral
36-Fernando Horá	Braçal	26 anos	Set/94	Torax-Esmagamento
37-Covés Ferreira da Silva	OpMSerra	32 anos	Jul/95	Crânio-Lesão Cerebral
38-Auricélio de Lima Múndi	Pedreiro	25 anos	Jul/95	Crânio-Lesão Cerebral
39-Ailton da Silva Santo	Braçal	29 anos	Jul/95	Crânio-Esmagamento
40-Luiz de Almeida Berto	Braçal	18 anos	Jul/95	Politraumatismo
41-Francisco Oliveira de Souza	Braçal	31 anos	Jul/95	Fratura da coluna cervical
42-Francisco Dilmo Lima	Braçal	33 anos	Ago/95	Crânio-Lesão Cerebral
43-Joel Inácio do Lago	Braçal	23 anos	Ago/95	Fratura de Costelas L. Cerebral

Fonte: IML (1996b)

CAPÍTULO V

A VIOLÊNCIA DIFUSA NO ESPAÇO URBANO

5.0 A Violência do Cotidiano

Neste capítulo, pretendemos analisar as diferentes faces da violência urbana no estado do Acre. O crescente processo de migração do campo para a cidade no estado do Acre, associado à omissão do serviço público, particularmente em Rio Branco, fez com que a maior parte da população não fosse atendida com saneamento básico - rede de esgoto e água encanada e tratada - o que fez aumentar as doenças de veiculação hídrica, como a hepatite. De maneira geral, o quadro urbano indica um estado de violência difusa que, embora não seja distinto daquele apresentado pelas grandes cidades, certamente relaciona-se ao crescimento rápido e desordenado de Rio Branco nos anos recentes: os indicadores da violência urbana revelam-se nos

homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, violência contra mulher, crianças e adolescentes, e violência policial.

5.1 *A Violência por Omissão do Serviço Público*

A alteração na estrutura produtiva do estado do Acre nas últimas décadas - de uma economia baseada no extrativismo para uma economia agropecuária, acelerou a urbanização e, na sua esteira, acentuaram-se as diferentes práticas de violência urbana. Entre 1970 a 1991, a população urbana do Acre aumentou mais de quatro vezes, ou seja, de 59.307 habitantes para 258.035 habitantes; já a população rural manteve praticamente o mesmo número, ou seja, de 155.992 para 159.130 de habitantes. Em 1995, a população do estado girava em torno de 499.248 habitantes e, deste total, mais da metade, residia em Rio Branco (IBGE, 1996).

Uma das práticas da violência urbana, pode ser atribuída à ineficiência do poder público, em não adotar políticas que garantam o saneamento básico à população. Apenas 7,74% (3.021 domicílios) da população da capital tem rede de esgoto, enquanto 36,20% (14.123 domicílios) da população utilizam instalações sanitárias de tipo fossas sépticas. Além do mais, somente 30% da população tem água encanada e tratada, obrigando a maior parte dos habitantes, a abastecerem-se de água

dos poços e cacimbas¹, o que eleva o número de doenças relacionadas com o saneamento básico (as chamadas doenças de veiculação hídrica)².

A doença mais alarmante, em que pese a precariedade³ dos dados, é a hepatite (Tabela 10). Em 1994 foram registrados 1.381 casos, uma incidência de 276,6 casos por 100.000 habitantes. Deste total, 35 casos resultaram em óbitos, ou seja, 2,5% das pessoas que contraíram a doença perderam a vida. A situação é tão grave, que em Rio Branco existe uma Associação dos Portadores de Hepatite⁴, com 613 membros doentes de hepatite dos tipos B e C. Segundo a Associação, em quase todas as famílias acreanas, existe um caso de hepatite⁵.

Outras doenças relacionadas à saúde pública podem ser constatadas na Tabela 11. Em 1994, registraram-se 26.294 casos de malária, uma incidência de 5.257,70 por 100.000 habitantes, dos quais, 44 casos resultaram em óbitos, ou seja, 1% das pessoas que foram infectadas pela doença morreram. A verminose, embora não tenha

¹ O IMAC que controla a qualidade da água dos poços e cacimbas de Rio Branco, constatou a contaminação destes na seguinte proporção: a) 1991 (99%); 1992 (25%); e 1993 (70%) - (Pag - 20:24-30.09.95).

² PAG - 20:24-30.09.95.

³ Embora os dados não sejam discriminados nem por municípios nem por área (urbana e rural), como muitos casos ocorridos no interior não são nem sempre sejam registrados, e levando em conta que mesmo assim, os dados permitem ter uma noção do problema. Além do mais, a maior parte da população encontra-se na área urbana, os dados provavelmente refletem sobretudo a situação urbana.

⁴ Segundo a previsão da presidente da Associação, Lucimar Lima Aragão, 50 mil pessoas estariam contaminados pela doença, mas não se pode afirmar categoricamente porque nos municípios do interior do Estado, não existem serviços de identificação da doença (PAG -20:17-23.12.95). Outra informação que indica a dimensão do problema é fornecida pelo diretor do Centro de Hematologia do Acre (Hemoacre), Paulo César Alaves Pereira de Souza, baseada em exames feitos em doadores e não doadores de sangue. Segundo os exames Anti-HBC, que tem a finalidade de saber se o indivíduo tem o vírus, realizados entre abril e junho de 1994, uma média de 50% dos doadores estavam infectados com o vírus da hepatite (AG:05.12.94).

⁵ PAG-20:17-23.12.95.

provocado mortes, também é um fator que atormenta a população, com uma incidência de 3.124,40 de casos por 100.000 habitantes: atingiu 15.599 pessoas. A doença classificada como afecção do trato respiratório apresenta dados surpreendentes, já que foi a causa do maior número de mortes, ou seja, 225 casos fatais, com uma incidência de 4.826 por 100.000 habitantes: afetou 21.600 pessoas.

TABELA 10

Indicadores das Doenças de Notificação Compulsória no Estado do Acre - 1994

<i>Doenças</i>	<i>N. de Casos</i>	<i>N. de Óbitos</i>	<i>Letalidade de %</i>	<i>Incidência por 100.000 hab.</i>	<i>Mortalidade de por 100.000 hab.</i>	<i>Morbidade por 100.000 hab.</i>
Hepatites	1.381	35	2,5	276,6	7	276,6
F. Tifóide	52	1	1,9	10,4	0,2	10,4
Tétano Acidental	9	3	33,3	1,8	0,6	1,8
AIDS	7	4	6	1,4	0,8	1,4
Tétano Neonatal	3	2	66,7	0,2	0,1	0,6
Leptospirose	3	2	66,7	0,6	0,4	0,6

Fonte: SESACRE (1995:13)

TABELA 11

Indicadores das Doenças e Agravos em Saúde no Estado do Acre - 1994

<i>Doenças e Agravos em Saúde</i>	<i>N. de Casos</i>	<i>N. de Óbitos</i>	<i>Letalidade de %</i>	<i>Incidência de por 100.000 hab.</i>	<i>Mortalidade de por 100.000 ha.</i>	<i>Morbidade e por 1.000 hab.</i>
Malária	26.294	44	2	5.257,70	8,8	52,5
Afec. Trato Respiratório	21.600	225	1	4.826,00	45	48,2
Verminose	15.599	0	0	3.124,40	0	31,2
Anemia	6.279	16	0,8	1.257,60	3,2	12,5
Gastroenterite	4.784	96	2	958,6	19,2	9,5
Doen. Ap. Circulatório	4.090	147	3,6	819,2	29,4	8,1
Inf. Urinária	2.691	0	0	539	0	5,3
Otite	2.483	0	0	497,3	0	4,9
Desidratação	773	0	0	154,8	0	1,5
Desnutrição	349	15	4,3	69,9	3	0,6
Tuberculose	284	28	8	56,8	4,62	0,5
Hanseníase	218	0	0	49,6	0	0,4

Fonte: SESACRE (1995:13)

As principais causas de óbitos, além das doenças relacionadas aos serviços públicos, podem ser melhor entendidas na Tabela 12. Em 1994, a Septicemia aparece em primeiro lugar com 93 óbitos, em segundo lugar a insuficiência cardíaca com 86 óbitos e em terceiro lugar a Penum/Broncopneum com 83 óbitos. Mas o que chama a atenção são as mortes sem assistência médica, que foram 606, ou seja, 27% de um universo de 2.248 mortes não tiveram nenhum acompanhamento médico.

Tabela 12

Principais Causas de Mortalidade no Estado do Acre - 1994

Causas de Mortalidade	19.710			71.617			499.248		
	Menor de 01 ano			De 01 a 04 anos			Todas as Faixas Etárias		
	Coef. Esp. por 100.000		Hab.	Coef. Esp. por 100.000		Hab.	Coef. Esp. por 100.000		Hab.
	Óbitos	%		Óbitos	%		Óbitos	%	
Gastroenterite	37	8,11	187,72	5	6,58	6,98	48	2,14	9,61
Septicemia	44	9,65	223,24	9	11,8	12,57	93	4,14	18,63
Malária	8	1,75	40,59	4	5,26	5,59	44	1,96	8,81
Estômago							17	0,76	3,41
Fígado							12	0,53	2,4
Pulmão							14	0,62	2,8
Colo do útero-ovários/outros							13	0,58	2,6
Próstata							6	0,27	1,2
Mama Feminina							2	0,09	0,4
Diabetes							19	0,85	3,81
Def. Nutricionais	6	1,32	30,4	2	2,63	2,79	15	0,67	3
Hípert. Essencial							27	1,2	5,41
Infarto Ag. Miocárdio							51	2,27	10,22
Insuficiência Cardíaca							86	3,83	17,22
Acidente V. Cerebral							113	5,03	22,63
Pneu/Broncopneum	32	7,02	162,35	8	10,5	11,17	83	3,69	16,62
Cirrose Hepática							42	1,87	8,41
Sem Assistência Médica	119	26,1	603,75	19	25	26,53	606	27	121,38
Todas as outras Causas	210	46,05	1.065,45	29	38,2	40,49	957	42,6	191,69
Total	456	100		76	100		2248	100	

Fonte: SESACRE (1995:14).

5.2 *As Diferentes Práticas de Violência*

No estado do Acre, em 1994, ocorreram 2.248 mortes (Tabela 12). Através do Instituto Médico-Legal⁶ de Rio Branco, neste período foram realizados 291 exames cadavéricos (Tabela 13), ou seja, 12,94% dos óbitos tiveram exames cadavéricos.

Estes exames observados num período mais longo, (Tabela 13) dando uma noção da violência difusa a que a população acreana está submetida. De 1985 a 1994, o homicídio sempre foi a principal causa da violência, pois em todos os anos sempre superou 30% dos exames cadavéricos. Este tipo de violência, que em 1985 apresentava 68 casos, em 1990 atingiu seu auge com 123 casos. A prática de suicídio foi a violência que mais evoluiu, de 2 casos em 1983, para 18 casos em 1993, ou seja, de 1,4% do total de exames para 6,4 % destes. A violência urbana pode ser observada também pela incidência de atropelamentos e acidentes de trânsito. No primeiro caso, o número de exames relacionados a atropelamentos passou de 17 exames em 1985, para 40 em 1994; e no segundo caso, número de exames passou de 13 exames em 1985, para 27 em 1994. O afogamento foi outro indicador representativo do aumento da violência: em 1985 representavam 3,5% dos exames cadavéricos, e em 1994 passaram a representar 14,1% destes exames.

⁶ Em todo estado do Acre existe apenas uma unidade IML, localizada em Rio Branco. Em função das distâncias e das dificuldades de acesso de algumas localidades (para atingi-las são necessários 8 dias de barco), muitos corpos que deveriam passar pelo IML são enterrados sem os exames cadavéricos. Além do mais, o IML é mal equipado. O departamento de polícia técnica não possui laboratório de biologia e química, nem equipamentos básicos como mesa de RX, comparador balístico e instrumentos para impressões digitais. Esses fatores, constantemente, obrigam a justiça a solicitar exumações dos corpos.

TABELA 13

Exames Cadavéricos Realizados pelo IML no Estado do Acre - 1985/95⁷.

Exames cadavéricos	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Homicídios	68	56	73	69	101	123	114	123	118	91
Suicídio	2		4	3	11	14	14	6	18	18
Atropelamento	17	43	48	41	17	21	15	21	31	40
Acidente de Tráfego	13	17	26	22	20	35	43	40	33	27
Acidente de trabalho		2	5	3	9	7	11	11	11	19
Outros Acidentes	5	3	2	1	4	11	9	22	15	16
Afogamento	5	13	6	3	17	6	23	21	21	41
Morte Natural	16	2	2	3		70	29	23	33	28
Indeterminada	15	11	22	17	55	13	2		3	11
Total	141	147	188	162	234	300	260	267	283	291
<i>Percentual</i>										
Homicídios	48,23%	38,10%	38,83%	42,59%	43,16%	41,00%	43,85%	46,07%	41,70%	31,27%
Suicídio	1,42%	0,00%	2,13%	1,85%	4,70%	4,67%	5,38%	2,25%	6,36%	6,19%
Atropelamento	12,06%	29,25%	25,53%	25,31%	7,26%	7,00%	5,77%	7,87%	10,95%	13,75%
Acidente de Tráfego	9,22%	11,56%	13,83%	13,58%	8,55%	11,67%	16,54%	14,98%	11,66%	9,28%
Acidente de trabalho	0,00%	1,36%	2,66%	1,85%	3,85%	2,33%	4,23%	4,12%	3,89%	6,53%
Outros Acidentes	3,55%	2,04%	1,06%	0,62%	1,71%	3,67%	3,46%	8,24%	5,30%	5,50%
Afogamento	3,55%	8,84%	3,19%	1,85%	7,26%	2,00%	8,85%	7,87%	7,42%	14,09%
Morte Natural	11,35%	1,36%	1,06%	1,85%	0,00%	23,33%	11,15%	8,61%	11,66%	9,62%
Indeterminada	10,64%	7,48%	11,70%	10,49%	23,50%	4,33%	0,77%	0,00%	1,06%	3,78%
Total de Exames Tanatológicos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

⁷ Os dados de 1995 não foram incluídos na tabela porque seguiam outra classificação, os resultados foram os seguintes: 106 homicídios; 41 afogamentos; 47 atropelamentos; 18 suicídios; 9 indeterminados; 1 natimorto; 15, morte natural; 8 eletrocutados; 3 queimados; 7, derrubada; 1 espancamento; 37 outros acidentes - total de 283 exames (RB.14.01.96).

Embora nem todas as pessoas que são vítimas da violência recorram aos exames traumatológicos para identificar o tipo de lesão corporal, e a partir daí, instaurar inquérito para apurar e condenar os culpados, estes exames ajudam a entender as diferentes formas de violência que pressupõem um agressor direto.

As lesões corporais, (Tabela 14), sempre representaram mais de 80% dos exames traumatológicos entre 1985 e 1995. Embora este tipo de violência, em termos percentuais, não tenha tido uma alteração substancial, em termos absolutos cresceu de maneira assustadora, passando de 80 casos em 1985 para 1205 casos em 1995, ou seja, um aumento de mais de 15 vezes. Em termos absolutos, o estupro também teve um crescimento significativo, de 13 casos em 1985 para 39 em 1995.

TABELA 14

Exames Traumatológicos Realizados pelo IML no Estado do Acre - 1985/95

Exames Traumatológicos	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Lesões Corporais	80	91	230	389	411	704	894	898	883	1102	1205
Estupro	13		25	12	17	22	48	30	25	31	39
Conjunção Carnal	2	6	16	9	15	24	38	36	56	101	31
Exame Complementar	5		9	8	12	25	4	1	3	3	86
Ato Libidinoso					1	4	20	8	19	18	3
Total	100	97	280	418	456	779	1004	973	986	1255	1364
Percentuais											
Lesões Corporais	80	93,81	82,14	93,06	90,13	90,37	89,04	92,29	89,55	87,8	88,34
Estupro	13		8,92	2,87	3,72	2,82	4,78	3,08	2,53	2,47	2,85
Conjunção Carnal	2	6,18	5,71	2,15	3,28	3,08	3,78	3,69	5,67	8,04	2,27
Exame Complementar	5,5		3,21	1,91	2,63	3,2	0,39	0,1	0,3	0,27	6,3
Ato Libidinoso					0,21	0,51	1,99	0,82	1,92	1,43	0,21
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IML (1996)

5.3 *Violência Contra a Mulher*

Tomando como referência o estupro, estabelecendo uma relação entre a **Tabela 14** e a **Tabela 15**, constatamos que, embora a Delegacia de Polícia de Crimes Contra a Mulher (DPCCM), em 1995, tenha instaurado 26 inquéritos para apurar estes crimes, contra 39 casos de exames traumatológicos que identificaram o estupro, a DPCCM está longe de apurar a violência contra a mulher acreana. Se por um lado, a DPCCM, entre 1987 e 1993, não conseguiu instaurar mais do que 3 inquéritos por ano para apurar o estupro, por outro lado, em 1987 o IML, realizou 25 exames traumatológicos, e, em 1991, 48 exames. Este tipo de relação pode ser confirmado na própria **Tabela 15**, onde observa-se um grande número de ocorrências registradas em relação ao pequeno número de inquéritos instaurados para apurar a violência contra a mulher. De 1987 a 1995, sempre foram necessários mais de 17 casos de registro de violência para cada inquérito instaurado.

TABELA 15

Violência Contra Mulher no Estado do Acre - 1987/95 (*)

Ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Total
Nº - Ocorrências registradas	146	119	68	138	345	449	1.116	1.638	2.632	6.651
Nº - Inquéritos instaurados	7	2	4	6	13	26	29	44	146	277
Relação - Registros/Inquéritos	20,8	59,5	17	23	26,5	17,2	28,4	27,2	18	24
Tipos de violência										
Lesão corporal	2		1	5	11	21	18		51	109
Estupro	3	1	2	1		1	3	11	26	48
Aborto prov. p/gestante	1		1				1	11		14
Sedução	1	1			2		2	4	1	11
Tentativa de homicídio								7	14	21
Homicídio						1	2	1	6	10

Prevaricação									1	1
Furto									1	1
Ameaça				1					13	14
Atentado viol. ao pudor							4		9	13
Roubo								1	2	3
Posse sexual med. fraude									1	1
Rapto consensual									1	1
Violação de domicílio									9	9
Difamação								1	1	2
Aborto provoc. por terceiro									1	1
Sequestro									1	1
Suicídio									3	3
Dano									3	3
Perigo de v. ou a saúde de out.									1	1
Exercício ileg. medicina									1	1
Desobediência								1		1
Corrupção de menor								1		1
Tentativa de estupro								1	1	2
Atentado ao pudor med. fraude									2	2
Sequestro e Cárcere privado									1	1
Calúnia									1	1
Injúria								1		1
Total	7	2	4	6	13	26	29	44	146	277

(*) Estes dados apontam a violência contra a mulher, em que a vítima sempre é mulher, mas o agressor pode ser homem ou mulher.

Fonte: DPCCM (1995)

Os dados do DPCCM que denunciam formalmente a violência contra a mulher, por si só são representativos, mas estão aquém dos registros dos mesmos na imprensa acreana que cobre apenas a cidade de Rio Branco. Ao se relacionar a Tabela 15 com a Tabela 16, na primeira pode-se perceber que de 1987 a 1989, foram denunciados junto a DPCCM, 333 casos de violência contra a mulher, ou seja, uma média de 111 casos por ano; na segunda, de 1986 a 1989, foram registrados junto a imprensa acreana 1.043 casos de violência contra a mulher, ou seja, uma média de 260 casos por ano.

Outra relação importante entre a Tabela 15 e a Tabela 16, em que pesem as diferenças na identificação da violência contra a mulher, os resultados são

semelhantes. A primeira, durante o período de 1987 a 1995, classificou em primeiro lugar a lesão corporal com 109 casos; em segundo lugar, estupro com 48 casos, e terceiro lugar, o homicídio com 21 casos. A segunda, no período de 1986 à 1989, classificou em primeiro lugar, o espancamento com 348 casos; em segundo lugar, tentativa de homicídio com 177 casos; e em terceiro lugar, tentativa de estupro com 88 casos.

TABELA 16

Tipos de Violências mais Frequentes contra a Mulher em Rio Branco - 1986 à 1989

<i>Tipos de Violência</i>	<i>Numero</i>	<i>%</i>
Espancamento	348	34
Tentativa de Homicídio	177	17
Tentativa de Estupro	88	8
Tentativa de Homicídio e Espancamento	87	8
Estupro	62	5
Ameaça de Morte	50	5
Espancamento e Ameaça de Morte	44	4
Estupro e Ameaça de Morte	40	3
Tentativa de Estupro e Espancamento	37	3
Abuso Sexual	32	4
Tentativa de Estupro e ameaça de Morte	30	3
Homicídio	25	3
Estupro e Espancamento	15	1
Estupro e Tentativa de Homicídio	6	1
Estupro e Homicídio	2	1
Total	1043	100

Fonte: CDDHEP, baseado nos Jornais de Rio Branco

5.4 *Violência Contra Crianças e Adolescentes*

Alguns indicadores sócio-econômicos da capital do Acre, fornecidos pelo Relatório da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Rio Branco (RELATÓRIO, 1993), permitem entender melhor as condições adversas em que

vivem as crianças e os adolescentes, e, como uma das decorrências, a violência a que estão expostos. Para o estudo, 35% das famílias da capital possuem renda considerada baixíssima; cerca de dez mil a doze mil famílias com uma média de seis pessoas cada, agrupam-se num único cômodo; 25% população de Rio Branco compõe-se de famílias advindas da zona rural; doze mil crianças entre sete e quatorze anos não freqüentam a escola. Segundo o relatório, 50% das diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes, advêm do próprio seio familiar; há queixas de 1.500 crianças e adolescentes desaparecidos, 75% dos quais de adolescentes do sexo feminino; existe comércio de meninas virgens para atender os prostíbulos e boates de Porto Velho, e os garimpos esparramados pelo estado de Rondônia; 30% das adolescentes entre 10 e 17 anos são mães - de janeiro de 1991 a abril de 1993, a maternidade Bárbara Heliodora registrou 9.943 partos em crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, e, ainda, 309 abortos e curetagens; há o registro de 1.000 casos de menores infratores.

No que se refere ao comércio de crianças e adolescentes para o estado de Rondônia, a Assembléia Legislativa do Acre chegou a instaurar uma comissão de sindicância para investigar as denúncias da imprensa (RELATÓRIO, 1993b). Na investigação, apesar da dificuldade de quantificar o problema, a comissão ouviu o depoimento do delegado Nilton Franceschi, titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente de Porto Velho-RO, e o mesmo revelou que, em apenas um ano à frente da instituição, teve que reconduzir aproximadamente trinta crianças, de Porto Velho para Rio Branco, pois ali estavam submetidas à prostituição.

O relatório constatou também, o uso de menores no narcotráfico, na rota Guajará-Mirim/Rio Branco e Guajará-Mirim/Porto Velho.

Quanto às infrações dos menores, segundo a Delegacia da Infância e Adolescência de Rio Branco, de janeiro a novembro de 1995, o quadro da violência juvenil⁸ (sem contabilizar com 11 autuações por porte de armas e 13 por dirigir sem habilitação) são as seguinte: lesões corporais - 21; furtos - 24; tráfico de drogas - 26; estupros - 1; roubos - 1; homicídios - 8; vadiagem - 3; extorsão - 2; tentativa de homicídio - 14; atentado ao pudor - 2; desordem - 4; seqüestro - 1; violação domicílio - 1; danos materiais - 1. O que chama a atenção é que o maior número de delitos cometido pelos menores está relacionado ao tráfico de droga, confirmando as preocupações do RELATÓRIO (1993b).

5.5 *Violência Policial*

A situação da polícia no estado do Acre não é tão diferente de outros estados brasileiros, ou seja, há falta de equipamentos, viaturas, tecnologia e há necessidade de mais recursos humanos em quantidade e qualidade.

No que se refere à PM, segundo as declarações do Coronel Gualter Craveiro à imprensa⁹, para fazer todos os serviços de patrulhamento da cidade de Rio Branco, a PM dispõe de 59 viaturas, sendo que 55 estavam sucateadas. Para as 4 viaturas em condições de trabalho, a PM mantinha convênios com particulares, interessados em

⁸ AG:26.01.96

⁹ RB:21.01.96

segurança, que faziam eles mesmos a manutenção dos veículos. Como resultado, a PM prestava serviço de segurança a um pequeno número de conveniados com recursos financeiros para tal finalidade, num claro prejuízo para a população, ou seja, o serviço de segurança que deveria ser público começava a ser privatizado. Outro problema apontado pelo próprio Coronel Craveiro eram os baixos salários da PM. Assim, membros da corporação complementavam seus salários como seguranças de bares e casas noturnas, apesar do que o regulamento da PM proibir a presença de militares fardados em portas de bares e boates.

Quanto à Polícia Civil, segundo informações da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) prestadas ao Procurador da República no Acre, (através do RELATÓRIO, 1996), a mesma tinha problemas semelhantes aos da PM. Havia mais de três anos que não se efetuavam quaisquer consertos numa Delegacia; não se realizavam um concurso público de provas e/ou provas e títulos (exceto para um de Delegado, procedido há um ano); nunca se reciclou qualquer categoria funcional; e não se efetuavam aquisições de viaturas. Segundo o Relatório, no que se refere a recursos humanos, o Estado possuía apenas 40 Delegados e nos 11 municípios considerados novos, criados em 1992, eles ainda não existiam. No no que se refere aos recursos físicos dos doze distritos da capital, apenas um terço deles, se vistoriados, teriam condições sociais e sanitárias de trabalho, ainda que precárias.

Frente ao quadro descrito acima, o cotidiano dos elementos que servem às corporações desempenhando atividade de policial, não poderia deixar de apresentar resultados mais catastróficos no que se refere à prática da violência. Pelos dados da Tabela 17, que servem mais para caracterizar a violência policial do que informar

sobre seu universo, podemos entender melhor a especificidade da violência policial. De 1987 a 1989, foram registrados 86 casos de violência policial, assim distribuídos: 27 pela Polícia Civil, 56 pela Polícia Militar e 3 por outro tipo de polícia. Em todos os casos, exceto um, a violência policial foi praticada por policiais do sexo masculino¹⁰. Quanto ao tipo de crime¹¹, as lesões corporais aparecem em primeiro lugar com 25 casos, mas o que chama a atenção são os crimes que tentam eliminar ou eliminam a vida do cidadão: houve 19 casos de tentativa de homicídio e 20 homicídios no período referido. As mulheres são as maiores vítimas da violência policial: das 15 que sofreram violência, 6 sofreram por estupro, ou seja, o estupro por policiais representou 40% das agressões. Outro desastre no comportamento da polícia acreana é o alto número de policiais que cometem crimes embriagados: dos 86 casos, 16 apresentavam sinais que os agressores ingeriram bebida alcoólica, ou seja, 19% dos casos.

Enfim, neste capítulo tratamos das especificidades da violência no espaço urbano, considerando o tipo de qualidade de vida, oferecido pelos órgãos públicos à população - abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços de saúde e policiamento. Enfatizamos a violência contra a mulher, a criança e o adolescente, assim como a violência policial. No próximo capítulo, passaremos a analisar como a sociedade acreana organiza-se para enfrentar a violência.

¹⁰ Uma soldada da polícia militar armou tocaia e tentou matar o marido a tiro. O homicídio não se concretizou porque o irmão da vítima o impediu (RB:26.10.89).

¹¹ Embora tenha-se relacionado apenas um tipo de crime em cada caso de prática de violência, a maioria deles são acompanhados de outros crimes.

TABELA 17

Violência Policial no Estado do Acre no Setor Urbano - 1987/89

<i>Ano</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>Total</i>
Corporação				
Civil	8	4	15	27
Militar	9	13	34	56
Outra	1		2	3
Total	18	17	51	86
Tipos crime				
Lesões corporais	2	8	15	25
Homicídio	4	2	14	20
Tentativa de homicídio	5	2	12	19
Estupro	5		1	6
Assalto	1	1	2	4
Outros crimes	1	4	7	12
Total	18	17	51	86
Estado do Policial				
Embragado	5		11	16
Sóbrio	-	-	-	-
Sem informação	13	17	40	70
Total	18	17	51	86
Vítima				
Homem	8	15	35	58
Mulher	9	1	5	15
Ambos e/ou crianças	1	1	11	13
Total	18	17	51	86

Fonte: CDDHEP, baseado nos Jornais de Rio Branco

CAPÍTULO VI

RESPOSTAS DA SOCIEDADE CONTRA A VIOLÊNCIA

6.0 Organizações e Iniciativas: A Resistência dos Trabalhadores

Neste capítulo, objetivamos demonstrar como a sociedade acreana reagiu às práticas de violência, enfatizando que a violência praticada pela elite dominante sobre os dominados não foi aceita passivamente por estes. Os trabalhadores rurais puderam resistir e contestar as práticas de violência exercidas pela elite oligárquica. No primeiro momento, que vai da década de 70 até a década de 80, a resistência se dá com o apoio da igreja católica e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs; no segundo momento, a partir do final da década de 80, com a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.

Além de contarem com os esvaziamento dos STRs que a igreja ajudou a construir através da formação de lideranças, com a criação do CNS, os trabalhadores rurais, especialmente seringueiros, aproveitam as discussões em torno da questão ecológica e buscam nova aliança fora do contexto agrário para afirmar-se enquanto categoria. Assim, o descontentamento dos trabalhadores rurais contra as elites oligárquicas, que são os principais responsáveis pela destruição da floresta e da prática da violência no cenário rural, começou a repercutir em nível nacional e internacional, o que de certa forma ajudou a diminuir a violência no espaço agrário acreano.

6.1 As Instituições

6.1.1 A Atuação da Igreja Católica

A emergência dos conflitos agrários na Amazônia Legal envolvendo, entre outros atores, posseiros e seringueiros, fazendeiros e o Estado, especialmente a partir da década de 70, levou a igreja católica a posicionar-se. Para BERNO DE ALMEIDA (1993), que analisou o papel “mediador” da Igreja nesta região, embora a Igreja não tenha estabelecido táticas de ações diferenciadas entre a Amazônia Oriental e Ocidental, o papel de mediador foi diferenciado. No primeiro caso, a Igreja fez uma permanente crítica ao Poder do Estado, enquanto que no segundo caso, esteve mais voltada ao diálogo.

No caso específico do Acre, no princípio da década de 1970, seguindo as orientações do Concílio Vaticano II (1965) e da II Conferência Geral do Episcopado

Latino Americano (Medellín, 1968), todas as paróquias da Prelazia do Acre e Purus - municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasiléia e Sena Madureira -, exceto a de Xapuri, sob a orientação do Bispo D. Giocondo, aderiram à linha progressista da Igreja, identificada com a *Teologia da Libertação*, fazendo a *opção pelos pobres e oprimidos* e dinamizando a ação pastoral¹. Com o desastre de avião que matou o Bispo D. Giocondo, em 1971, a Prelazia continuou tendo a mesma linha de atuação sob a orientação de D. Moacir Grechi, que o substituiu.

O primeiro documento² elaborado pela Igreja que demonstra preocupação com os conflitos agrários no Acre, em especial com o processo de violência a que os posseiros estavam sendo submetidos, em função de suas expulsões pelos novos proprietário - *os paulistas* -, ocorreu por volta de 1973. O documento denominado de *Catecismo da Terra* fazia referência ao Estatuto da Terra e orientava os trabalhadores sobre como deveriam agir diante das ameaças de expulsão de suas áreas. Além do mais, o documento expressava desconfiança nas autoridades locais e orientava os posseiros a procurar as instituições federais em busca de seus direitos.

¹Em 1971, a Igreja começou a organizar as CEBs no Acre. Em setembro do mesmo ano, realizou o primeiro treinamento para 34 monitores. Estes passaram a atuar nas CEBs, expandindo rapidamente sua atuação no campo e na cidade. Para melhor divulgar o trabalho de *Conscientização* junto à população oprimida, em dezembro de 1971, a prelazia criou o boletim *Nós Irmãos* (SOBRINHO, 1992:160-161).

²Segundo SOBRINHO, na ocasião da distribuição do documento, o mesmo não tinha ainda a chancela oficial da Igreja. Para o autor, provavelmente o catecismo foi elaborado num encontro de monitores realizado no município de Brasiléia, sob a orientação do Pe. Heitor Turrine, em 1973. O documento foi distribuído pelo Pe. Paulino Baldassari na sua paróquia, município Sena Madureira, acrescido de 400 exemplares que foram enviados para os seringais. (1992:162).

O segundo documento foi elaborado no primeiro encontro do Vicariato do Acre, realizado na cidade de Xapuri, em 1974. Além de referendar o documento anterior, neste segundo documento a Igreja delineava as linhas pastorais sobre os conflitos agrários, denunciava a violência praticada contra os posseiros e orientava-os nos embates com os fazendeiros. Tal atuação da igreja encontra-se ilustrada abaixo:

<i>Parte do 1º Documento</i>	<i>Parte do 2º Documento</i>
<p>6ª) O que fazer em casos de conflitos em razão de vendas de terras?</p> <p>- Em casos de conflitos sugerimos 3 atitudes:</p> <p>a) conservar a calma e não brigar com os compradores;</p> <p>b) não se deixar intimidar por ninguém, pois você não pode ser julgado fora da sua terra enquanto você não quiser;</p> <p>c) se for necessário, você deve recorrer às autoridades competentes: ao INCRA, na sede, em Rio Branco; a um Juiz Federal; a Polícia Militar; a 4ª Cia. de Fronteira.</p>	<p>A orientação da Igreja no que diz respeito aos posseiros é a seguinte:</p> <p>a) Conscientizar os posseiros de seus direitos segundo as orientações do INCRA sobre a posse da terra;</p> <p>b) Urgir junto aos órgãos competentes a necessária documentação dos trabalhadores em consonância com a legislação trabalhista;</p> <p>c) Denunciar aos órgãos competentes, INCRA, 4ª Cia., Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança as arbitrariedades cometidas contra estes trabalhadores;</p> <p>d) Defender mesmo na justiça indivíduos ou grupos quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direito;</p> <p>e) Sugerir ao Governo do Estado, e ao próprio INCRA, levando em conta o futuro destes trabalhadores, o enquadramento dos mesmos num plano geral de colonização do Estado.</p>
<p>Fonte: SOBRINHO (1992:163)</p>	<p>Fonte: SOBRINHO (1992:165)</p>

Depois da divulgação dos referidos documentos, a Prelazia do Acre e Purus tornou-se mais atuante. Suas diretrizes eram divulgadas através boletim *Nós Irmãos*, em programas radiofônicos, em sermões, e em novenas e catecismos. Além do mais, o

número de monitores que difundiam sua mensagem e procuravam *conscientizar os oprimidos* não parava de crescer. Em 1972 eram 195, já em 1978 chegavam a 800. Enquanto isso a área administrada pela Prelazia do Juruá, no mesmo estado, mantinha-se em silêncio sobre a questão dos conflitos agrários (SOBRINHO, 1992:166).

Com a instalação da CONTAG no Acre, em 1975, a Igreja voltou-se mais para a organização sindical. Com a instalação do CIMI no mesmo ano e a criação da CPT no ano seguinte, o trabalho da Igreja tornou-se mais organizado e aparelhado. Assim, as lutas que envolviam o problema da terra passaram a ser conduzidas pelas lideranças sindicais, tendo a Igreja um papel secundário. Além do mais, a posição oficial da Igreja no que se refere à questão dos conflitos agrários e seu posicionamento passou a ser manifestada através dos documentos da CPT Nacional, instalada em 1975.

Em continuidade, a Igreja da Prelazia do Acre e Purus, sob a orientação do Bispo D. Moacir Grechi, confirmou, nos anos seguintes, seu apoio e estímulo aos trabalhadores contra a violência, praticada pela classe patronal, de várias maneiras: retomando o diálogo com as autoridades competentes quando este parecia ter-se esgotado, denunciando a violência, fornecendo alojamento quando necessário e prestando solidariedade. Entrementes, a Igreja da Prelazia do Juruá, sob a orientação do Bispo D. Luís Herbst, continuava a demonstrar omissão face às lutas dos seringueiros como se pode constatar através do conflito resumido a seguir (ficha AC109).

O CNS desencadeou uma campanha para que os seringueiros não pagassem mais renda aos patrões no município de Cruzeiro do Sul, posição assumida em 00.10.88. O veículo de comunicação que transmitia as mensagens aos seringueiros para alimentar a decisão era a rádio *Verdes Florestas*, de propriedade da Diocese do mesmo município. O Bispo local, D. Luís Herbst, em 14.02.89, proibiu a divulgação destas mensagens. A repercussão da decisão do Bispo nos jornais de Rio Branco forçou a Diocese a divulgar uma nota de esclarecimento, em 21.03.89, onde o conteúdo apenas amenizava a decisão por ele tomada.

“...o não-pagamento da renda do seringueiro ao patrão é assunto recente e polêmico que a Comissão Pastoral está buscando esclarecimentos tanto na Legislação vigente quanto na realidade concreta do povo, para se posicionar não só de acordo com a Lei mas com o Evangelho”.

6.1.2 O Sindicato Rural

A expansão dos STRs do Acre, está relacionada ao trabalho da Igreja Católica mencionada acima e à instalação da Delegacia da CONTAG, em 1975. Entre 1975 e 1977, esta entidade, com apoio da Igreja, fundou sindicatos em sete dos principais municípios do estado, na seguinte cronologia: Sena Madureira e Brasiléia, em 1975; Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, em 1976; Xapuri e Feijó, em 1977. Em alguns casos, a exemplo de Brasiléia, a criação do sindicato foi precedida de um curso de formação profissional para os seringueiros interessados sobre sindicalismo. Quase todas as assembléias de fundação dos sindicatos foram realizadas nos salões

paroquiais. No caso de Rio Branco, no dia que marcou a criação do sindicato, em 23.05.76, o Bispo D. Moacir Grechi se fez presente (SOBRINHO, 1992:172-174).

Tudo indica que o principal motivo que levou a CONTAG a instalar uma Delegacia no estado e a organizar os STRs foi a extrema violência exercida contra os posseiros e seringueiros neste período, combinada à ausência de uma organização local, obrigando-os, muitas vezes, a deslocarem-se até Brasília, sem nenhuma organização, em busca de apoio jurídico. Com a presença da Delegacia-AC, a busca dos direitos legais foi facilitada. Assim, a CONTAG passou a prestar assessoria jurídica aos trabalhadores, neutralizando as ações dos proprietários rurais na justiça, através da atuação ousada do advogado Pedro Marques³, para defendê-los nos casos de ameaças de expulsão. Assim, se até então os proprietários rurais utilizavam-se basicamente da violência para expulsar os posseiros e seringueiros, estes tiveram que buscar no espaço da lei mecanismo de legitimação de seus atos (ANDRADE DE PAULA, 1991).

Percebe-se, portanto, que o trabalho da CONTAG na organização dos STRs, deu continuidade ao trabalho iniciado pela Igreja. Mas na medida em que os conflitos foram se agravando e a delegacia da CONTAG-AC assumiu a tarefa de apoiar os STRs, os quais desenvolviam suas próprias estratégias de resistência como os *empates*, a delegacia da CONTAG-AC foi distanciando-se não apenas da Igreja, mas

³Pedro Marques atuou como advogado da CONTAG no estado do Acre no período de 1975 a 1982, sendo substituído por Arquilau de Castro Melo. Em entrevista concedida a ANDRADE DE PAULA, este último, afirmou que Pedro Marques vivia constantemente ameaçado de morte pelos fazendeiros, mas não demonstrava medo. “Em 1982 sofreu um atentado e só conseguiu escapar porque estava armado e reagiu atirando contra os “pistoleiros” (1991:136).

da CONTAG nacional. Para esta, os *empates*, com a presença de seringueiros armados, era uma estratégia demasiado radical. “Os sindicalistas do Acre não eram bem aceitos pela CONTAG, Francisco Urbano deixava bem claro isso”⁴.

Para ANDRADE DE PAULA (1991), o STRs do município de Brasiléia foi o exemplo do *modelo sindical* adotado no estado do Acre, a partir de meados da década de 70, para barrar a ofensiva dos pecuaristas. Segundo o autor, o êxito deste sindicato, deveu-se a Wilson Pinheiro na presidência do sindicato, especialmente de 1979 a 1980. Neste período, através de atos ousados, Wilson coordenou e organizou dezenas de *empates* no município que chegaram a ocupar espaço na grande imprensa nacional. Além do mais, a frente de expansão agropastoril, que se deslocava no sentido Rio Branco-Xapuri-Brasiléia, já tinha realizado desmatamento nas regiões que antecederiam o município de Brasiléia. Assim, os trabalhadores do local tiveram tempo para mobilizar-se e enfrentar a ofensiva dos pecuaristas.

A desarticulação do *modelo sindical* fundado e coordenado pela CONTAG deve-se, em parte, à intervenção do Governo Federal nos conflitos agrários. Através de Projetos de Assentamento Rápido, o INCRA desapropriou 198.600 ha de terra, que foram distribuídas em três municípios (Rio Branco, Xapuri e Brasiléia - justamente onde os conflitos agrários se faziam mais presentes no Acre), elevando para 542.837 ha o total desapropriado em 1980, possibilitando o assentamento de 1.068 famílias⁵. Além das desapropriações, a SUDHEVEA lançou um programa de

⁴Depoimento do ex-advogado da CONTAG-AC, Arquilau Melo, em entrevista concedida a ANDRADE DE PAULA (1991:134).

⁵ JB:28.08.80

apoio ao seringueiro na região de Brasília, através do qual foram instaladas mini-usinas e postos da COBAL, permitindo ao seringueiro comercializar a borracha e adquirir mercadorias, atividade até então do *marreteiro* ou do seringalista.

“Inicialmente quem tinha presença entre o homem do campo no Acre era a Igreja e o sindicato (...). A nova presença do Governo no campo, através do INCRA, COBAL e SUDHEVEA, para João Maia criou condições para que os novos sindicatos, sobretudo de Brasília e Rio Branco, ficassem satisfeitos. Com isso, eles deram uma cochilada e não se deram conta da nova realidade”⁶.

O exemplo de sindicalismo que surgiu em Xapuri, na década de 80 representou uma transição no modelo sindical agrário acreano. Na década de 70, a presença do sindicato de Xapuri para apoiar a lutas dos posseiros e seringueiros praticamente inexistiu. Mesmo com a instalação do sindicato em 1977, sua primeira diretoria eleita, era presidida por Luiz Damião em 1981, foi destituída. O presidente era acusado pelos seringueiros de não participar dos *empates* realizados pelos mesmos e de negociar por fora com os fazendeiros. Frente à crise do sindicato, onde eram necessárias novas eleições a fim de barrar a ofensiva dos fazendeiros, colocava-se o seguinte dilema para os posseiros e seringueiros nas suas lutas: a) deveriam aceitar os lotes nos assentamentos promovidos pelo INCRA, como ocorreu no final da década de 70 sob a orientação da CONTAG?; ou b) deveriam exigir as posses e as colocações nas áreas onde residiam? Em maio de 1982, Chico Mendes assume a

presidência do STRs. A partir de então, a lutas dos posseiros e seringueiros tendiam cada vez mais pela opção “b” (ANDRADE DE PAULA,1991).

Restringindo-se ao Acre, em 1983, criou-se a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Acre (FETACRE), em substituição à Delegacia Regional da CONTAG, politicamente alinhada à concepção sindical da CONTAG e ao partido do PMDB. Insatisfeitas com a sua linha de atuação, lideranças ligadas aos partidos de esquerda e à CPT começaram a lutar por um *novo sindicalismo*. Em julho de 1984, simultaneamente ocorreram dois fatores fundamentais, para que se confirmasse como uma opção sindical.

O primeiro fator foi a realização do I Congresso dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, promovidos pelo STRs do mesmo município. Com a participação de entidades que representavam diversas categorias, como a Associação das Lavadeiras de Brasília , CPT, ABRA, entre outras, a FETACRE não foi convidada para o encontro. As principais resoluções que atendessem às demandas dos seringueiros foram: exigência do afastamento da polícia dos conflitos de terra; desapropriação imediata dos seringais, de modo a garantir a integridade da estrutura de ocupação, da forma como era realizada naquele momento nas *colocações* dos seringueiros; realização pelo sindicato de uma campanha para incentivar o retorno aos os seringais daqueles seringueiros que haviam sido expulsos. O segundo fator de valorização do sindicalismo foi a disputa eleitoral para a diretoria do recém fundado STR do município de Plácido de Castro, envolvendo uma chapa ligada à FETACRE e outra

⁶ Apud ANDRADE DE PAULA (1991:127), entrevista concedida por João Maia, ex-delegado da CONTAT-

ligada à CPT. A segunda chapa saiu-se vencedora. Assim, o sindicalismo rural no Acre constituiu-se em duas bases de mobilização: a) o movimento de resistência na luta da posse ou da colocação, liderado pelo STR de Xaupurí - identificado com os posseiros e/ou seringueiros; e b) a luta por melhorias nas condições de produção e vida nos Projetos de Assentamentos, liderados pelo STR de Plácido de Castro, com apoio da CPT - identificado com os colonos (ANDRADE DE PAULA, 1991:166-176).

As lideranças que se empenharam por um *novo sindicalismo* em oposição aos sindicatos coordenados pela FETACRE, conquistaram o STR de Brasília, em 02.09.89, com Osmarino Rodrigues assumindo a presidência. As disputas eleitorais foram acirradas e caracterizadas como conflitos agrário⁷ pela CPT (1996).

6.2 *Novas Alianças e o Conselho Nacional dos Seringueiros*

Com o fim do regime militar e o surgimento da Nova República, em 1985, num clima de grandes expectativas de mudanças no campo, entre elas, a realização da Reforma Agrária, setores ligados à CONTAG e até mesmo à Igreja, passaram acreditar nesta possibilidade e chegaram a opinar sobre as indicações de nomes para ocupar os órgãos responsáveis como o Ministério da Reforma Agrária e o INCRA.

AC, ao jornal Folha do Acre-20.01.84.

⁷ Em 11.06.88, a chapa de oposição liderada por Osmarino Rodrigues, venceu as eleições sindicais sobre um clima tenso, onde a Polícia Militar, Polícia Civil e a Polícia Federal se fazia presentes. A chapa de situação ligada à FETACRE buscou meios jurídicos para anular a eleição. Preparando-se para as próximas eleições, a chapa da situação filia peões e pistoleiros no sindicato, entrega carteiras falsas e utiliza-se dos carros do MIRAD e do INCRA para a campanha. Em 02.09.89, ocorreram novamente as eleições, onde Osmarino elegeu-se presidente ficha AC115.

Nos debates que antecederam a Constituição promulgada em 1988, onde elaboravam-se as propostas para serem encaminhadas ao Congresso Nacional com objetivo de elaborar a *Carta Magna*, a proposta de Reforma Agrária dos seringueiros não encontrava apoio na CONTAG e nem na CUT. A proposta destes consistia na criação de Reservas Extrativistas mediante a desapropriação dos seringais e a garantia de seu usufruto, ou seja, efetivação em suas colocações. Nesta proposta, os seringueiros não reivindicavam lotes individuais de terra, e sim a garantia de que iriam continuar a usar a floresta como um bem coletivo para que suas famílias pudessem explorar os recursos naturais variáveis.

Frente a estas dificuldades, liderados por Chico Mendes, os seringueiros promoveram pela região Norte vários encontros para discutir seus problemas e, em outubro de 1985, com a presença de 130 seringueiros dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará que representavam os STRs, além do comparecimentos de observadores do Brasil e de outras nações estrangeiras, os trabalhadores realizaram em Brasília-Distrito Federal, o *Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia*. Na oportunidade, criaram o CNS, que entre outras estratégias para

difundir suas propostas⁸, estabeleceram uma política de alianças com setores amplos da opinião pública, em particular, com os movimentos ambientalistas.

Embora a maioria dos membros das diretorias do CNS que se sucederam tenham feito escola nos STRs, para manter a política de alianças que é a mola propulsora do CNS, este propõe-se a não criar uma estrutura paralela à dos sindicatos, mesmo porque seus objetivos e organização são diferenciados. Enquanto o sindicato tem por objetivo defender os interesses dos trabalhadores rurais e tem toda uma organização de filiação, entrega de carteiras e cobranças de mensalidades aos sócios, o CNS concentra sua atividade na obtenção de apoio político, financeiro e técnico-científico para os projetos concretos dos seringueiros, sobretudo as reservas extrativistas.

Assim, num momento de retrocesso da política agrária, em que a bandeira da reforma agrária acabava de ser derrotada na Constituinte, a proposta de reforma agrária dos seringueiros baseada na Reserva Extrativista para resolver os problemas agrários da Amazônia, apresentou-se como original e inovadora. Tanto assim que os seringueiros passaram a ganhar espaço de ação e apoio nacional e internacional e o movimento do CNS deixou de ser visto como representantes de setores marginais à

⁸ As propostas aprovadas no encontro e que foram encaminhadas ao Presidente da República, em resumo, são as seguintes: "a) Exigiram uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atendesse aos interesses dos seringueiros e que respeitasse os seus direitos. Não aceitavam uma política de desenvolvimento para a Amazônia que favorecesse às grandes empresas que exploravam e massacravam trabalhadores e destruíam a natureza; b) Propuseram a desapropriação dos seringais nativos, devendo os mesmos serem preservados e não destruídos; c) Exigiram que fossem criados postos de saúde e escolas em todos os seringais; d) Exigiram aposentadoria e assistência para os "soldados da borracha" e seringueiros e uma reforma agrária; e) Criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros" (ALVES DE SOUZA, 1995:60).

sociedade capitalista, e sim como representantes de um movimento moderno, que mostra perspectivas para a nação e para o mundo (ALMEIRDA, 1989).

Atento à política de alianças, o CNS sabia que a proposta de reserva extrativista dos seringueiros vinha de encontro com as lutas indígenas de demarcação das suas áreas e, por isso, tentaram uma aproximação. Assim, esses dois grupos que foram inimigos inconciliáveis no passado, em março de 1988, na cidade de Rio Branco, promoveram ao mesmo tempo, o II Encontro Nacional dos Seringueiros e o I Encontro dos Povos da Floresta, onde formaram a *Aliança dos Povos da Floresta*, cuja proposta em comum foi a luta pela implantação e demarcação das reservas.

6.3 *As Formas de Lutas*

As formas das lutas coletivas dos posseiros e seringueiros para contrapor-se à violência praticada pela elite patronal (com ou sem orientação das instituições que os representam como, STRs e CNS), podem variar muito de conflito para conflito. Além do mais, dependendo do conflito, os trabalhadores podem lançar mão de uma estratégia de luta, assim como podem utilizar-se de mais de uma forma de luta para o mesmo conflito. As formas de luta mais utilizadas pelos posseiros e/ou seringueiros são conhecidas como: *empate*; não pagamento de *renda*; obstrução de pontes; ocupações; acampamentos; e manifestações.

- a) ***Empates* ou Ações de Bloqueio de Derrubada da Mata** - O aumento do desmatamento para formar pastagem em meados da década de 70, especialmente no eixo Rio Branco-Xapuri-Brasileia, fez com que os

seringueiros optassem por uma estratégia para defender a floresta e, conseqüentemente suas colocações, denominada *empates*. Através destas, os seringueiros procuram convencer e pressionar os trabalhadores⁹, contratados pelo responsável do desmatamento, a suspenderem suas atividades.

Nos primeiros *empates*, apenas os homens posseiros e/ou seringueiros se deslocavam até a área do desmatamento para impedir o mesmo. Com o tempo, especialmente a partir de 1983, os seringueiros perceberam que a presença de crianças e de mulheres nos *empates* intimidava a polícia. Neste caso, quando a polícia se fazia presente para garantir a continuidade do desmatamento e obstruir o *empate*, era menos violenta e temia a repercussão dos fatos. É importante ressaltar que neste momento, no campo político, os *empates* passaram a ter um salto qualitativo em relação à década anterior. Enquanto que na década de 70, o posseiro e/ou seringueiro aceitava um lote para abandonar sua posse ou colocação, no início da década de 80 passaram reivindicar sua permanência no mesmo local.

⁹ Em linhas gerais, os trabalhadores envolvidos no desmatamento por ordem de tarefas podem ser classificados em 3 categorias: a) equipe que executa a demarcação da área para ser desmatada, composta por agrimensores e mateiros; b) os peões que efetuam a broca da vegetação rasteira; e c) os operadores de moto-serra que fazem a derrubada das árvores.

Mas, se por um lado, os *empates* exigem toda uma mobilização¹⁰ em que os seringueiros se deslocam pela floresta com seus familiares para impedir o desmatamento, por outro lado, no plano judiciário, trava-se paralelamente outra luta pela mesma causa, como se pode ver através de um exemplo.

No conflito de ficha 153, ocorreu o primeiro empate após o encontro Rio-92. Em 12.11.92, 30 seringueiros, entre mulheres e crianças, resolveram *empatar*. Por volta de 10 horas da manhã, o grupo entra na mata e encontra a equipe de demarcação, com autorização do juiz Marcos Barbosa, para iniciar os trabalhos de desmatamento. Depois de uma discussão, os demarcadores foram *convecidos* e interromperam os trabalhos, até que o juiz emitisse um novo parecer sobre o caso. No final da tarde, uma comissão de empate retornou ao local trazendo ofício da justiça suspendendo a demarcação. O juiz alegou que desconhecia a existência de seringueiros e, por isso, autorizou o

¹⁰ ANDRADE DE PAULA, ao descrever os *empates* no município de Xapuri diz: “ *Há todo um processo de preparação dessas mobilizações, que vai desde a denúncia da entrada dos peões numa determinada área para iniciar os preparativos para o desmatamento, até a convocação, pela direção sindical, dos seringueiros da zona atingida, com a finalidade de tomar uma posição sobre o problema. Nessas reuniões, via de regra, os representantes sindicais passam informações mais detalhadas sobre o desmatamento, tais como dimensões da área, finalidade, proprietário mandante, etc... Depois avalia-se a número de colocações que seriam atingidas, direta ou indiretamente. A seguir, discute-se a posição que os seringueiros devem tomar. A decisão é sempre a de “empatar” o desmatamento, e então, os detalhes são combinados: quem irá participar, as estratégias a serem adotadas, o horário de saída para o local do acampamento dos peões, etc... Ao chegar ao acampamento dos peões, os líderes do grupo procuram o responsável pela “empreita”, comunicam a decisão de “empatar” o desmatamento, aconselhando-os a se retirar da área. o clima é sempre marcado por muita tensão. Quando não há proteção policial - a polícia é quase sempre acionada pelos fazendeiros para “proteger” os peões - os peões se retiram da área e os seringueiros “apagam” os seus vestígios da mata, derrubando suas barracas de acampamento, às vezes apreendendo moto-serras e outros implementos que são utilizados nos desmates” (1991:162-163)*

desmatamento. Em 14.06.94, o INCRA entrou na área para atualizar os dados e preparar a desapropriação.

b) **Não Pagamento de Renda** - Desde que surgiu a atividade de extrativismo da borracha no Acre, era de praxe os seringueiros pagarem aos seringalistas um percentual em espécie, como aluguel pela utilização das *estradas* na extração do látex, pagamento este conhecido como *renda*. Em contrapartida, os seringalistas entregavam aos seringueiros as *estradas abertas* (uma trilha em busca dos pés da seringa). Com as várias crises da economia da borracha, o comércio das terras que se intensificou na década de 70, onde muitos proprietários não tinham nenhum interesse no extrativismo e preferiam arrendar os seringais, os seringalistas aos poucos foram deixando de entregar as *estradas abertas* para os seringueiros, mas continuaram cobrando a *renda*. O valor desta pode variar em função da localização das *estradas*, densidade e qualidade das árvores, além da margem de lucro do seringalista. Na ficha AC132, em 1989, o seringalista exigia que os seringueiros pagassem 60kg por estrada/ano; já na ficha AC102, no mesmo ano, a renda cobrada era de 90kg por estrada/ano, o que chegava a 50% da produção do seringueiro.

Além destes fatores, as entidades que representam os seringueiros, iniciaram uma discussão sobre o caráter do pagamento da *renda*. Na região do Vale do Acre, especialmente no eixo Rio Branco-Xapuri-Brasiléia, a partir do final da década de 70, a maior parte dos seringueiros decidiram em não pagar mais *renda* (ANDRADE DE PAULA, 1991:87).

No caso da região do Vale do Juruá, a opção de não pagar mais renda por parte dos seringueiros, iniciou-se no final da década de 80. Para que esta decisão tivesse eficácia operacional e os seringueiros não precisassem mais comercializar com os patrões para livrar-se da escravidão por dívida dos barracões, os habitantes (índios e seringueiros) do Riozinho do Cruzeiro do Vale, no município de Cruzeiro do Sul, chegaram a fundar uma associação e iniciaram uma cooperativa (ficha AC109).

A estratégia de não pagamento da *renda* por parte dos seringueiros, entendida como parte de uma luta maior, em que pese suas derrotas quando os patrões procuram executá-los nos tribunais, está trazendo resultados, a exemplo da criação das Reservas Extrativistas Alto Juruá e Chico Mendes, em 1990. Nestas áreas os seringueiros pagavam *renda*, com a criação das reservas. Aos poucos os seringueiros estão livrando-se do *cativeiro*, ou seja, das amarras com os patrões.

- c) **Obstrução de Pontes** - Em casos extremos, os seringueiros utilizam-se da força para enfrentar os madeireiros que exploram ilegalmente as madeiras de valor comercial, a exemplo da ficha (AC96). Para impedir a passagem dos caminhões com as toras, os seringueiros, em 20.09.89, derrubaram a ponte construída pelos madeireiros sobre o Rio Caipora e a queimaram.
- d) **Ocupações, Acampamentos e Manifestação** - Outra forma de luta dos posseiros e/ou seringueiros para enfrentar a violência exercida pela classe dominante é a estratégia de ocupações, acampamentos e manifestações. Estas

estratégias apresentaram-se em vários conflitos. Elas foram usadas de maneiras isoladas ou complementando-se como se pode constatar no conflito ficha AC70.

Neste caso, os trabalhadores utilizaram-se das três formas de luta para fortalecer os *empates*. Em 1973, inicia-se o conflito com a expulsão de posseiros e a queima de casas dos mesmos. Em 1977, inicia-se a resistência dos seringueiros; em 27.03.1980, 52 seringueiros iniciam *os empates*, retiram a mercadoria do barracão da fazenda onde ateiam fogo; em 21.04.81, os seringueiros atacam o acampamento dos peões que iriam fazer o desmatamento; em 28.04.81, 22 seringueiros são presos e tiveram as armas apreendidas; em 00.07.84, o juiz autoriza o desmatamento e ameaça cobrar multa de Cr\$ 1.000.000,00/dia, caso os trabalhadores resistissem; em 30.05.86, 55 trabalhadores ocupam a fazenda para impedir o desmatamento de mais 700 ha para pastagem; em 03.06.86, o juiz autoriza os policiais a deslocarem-se até a área do desmatamento para que os peões pudessem efetuar seus trabalhos; 04.06.86, 15 policiais acompanham os peões na derrubada da mata; em 10.06.86, os seringueiros e entidades civis fazem uma *manifestação* pacífica até a Fazenda Bordon, em apoio às famílias ameaçadas pelo desmatamento; em 21.06.86, 120 posseiros e/ou seringueiros *ocupam e acampam* na entrada da Assembléia Legislativa, exigindo o fim do desmatamento e a demissão do delegado Regional do IBDF, que havia autorizado o desmatamento; em 23.06.86 os trabalhadores são recebidos pela

governadora Iolanda Fleming; em 25.06.86, obtendo suas reivindicações, os posseiros e/ou seringueiros desmontam o acampamento.

As estratégias das lutas coletivas adotadas pelos posseiros e/ou seringueiros para contrapor-se às diferentes formas de violência praticada pela elite patronal contra, criou embaraços jurídicos, questionou a legitimidade dos proprietários das terras e da cobrança da *renda* pela utilização das *estradas* na exploração da borracha, denunciaram o desmatamento e a exploração da madeira ilegal e desafiaram as autoridades para que buscassem soluções para seus problemas. Além do mais, as lutas que tinham um caráter localizado, passaram a contar com o apoio e a solidariedade das instituições nacionais e internacionais que defendem os direitos humanos.

6.4 *Solidariedade*

Como relatamos acima, para barrar a ofensiva dos fazendeiros com suas práticas de violência, os trabalhadores contaram com o apoio e a orientação de instituições como Igreja e CONTAG. Quando estas deixaram de *mediar* suas aspirações, seja na negociação com os fazendeiros, seja nas suas reivindicações com o Poder do Estado, os trabalhadores, em particular os seringueiros, criaram o CNS para encaminhar suas lutas. Outro fator importante na resistência à violência advém da sociedade civil - especialmente ligada à defesa dos direitos humanos - quando se solidarizam aos trabalhadores e às lideranças sindicais.

A forma de prestar solidariedade às vítimas são as mais variadas. Seguem alguns exemplos:

- a) *Campanha de Solidariedade* - distribuída em rede por correios eletrônicos: documentos entregues ao Ministério da Justiça pela Anistia Internacional, nos quais ela adota Antônio Macedo como “*prisioneiro de consciência*”. Acompanhamento do caso por representantes do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, NEV-USP, Humans Rights Watch e Lawyers Human Rights Comitee ficha AC109;
- b) *Grupo ação pela vida* - integrado por parlamentares e entidades ligadas à defesa pela cidadania: solicitam ao Ministério da justiça proteção a Osmarino Rodrigues. *Ação dos cristão pela abolição da tortura* (ACAT) - associação ecumênica com sede em Paris: realiza campanha internacional de cartas em favor da vítima. Brasileiros que residem nos EUA fundam a AMANAKÁ - órgão para apoiar os índios, seringueiros e camponeses da região Amazônica. : o primeiro trabalho da entidade foi denunciar o caso de Osmarino ficha AC114;
- c) Ato público com cerca de 1.000 pessoas encerra a visita de representante da *comissão ação pela cidadania* a Cruzeiro do Sul: a comissão permaneceu três dias na cidade apurando denúncias de violência contra lideranças dos seringueiros e os índios Kampas. Um relatório, resultado da visita, foi encaminhado ao Presidente COLLOR ficha AC151;
- d) 29 entidades da sociedade civil acreana outorgam como procurador o advogado Carlos Alberto Troncoso Justo, com amplos poderes, para

representá-los em todos os atos relativos à defesa dos interesses dos seringueiros e castanheiros do Seringal São Francisco do Espalha, relativamente ao desmatamento ilegal ficha AC157;

- e) Ato em defesa da vida e da floresta realizado no município de Sena Madureira, em solidariedade ao Pe. paulino Baldassari pelas ameaças de morte recebidas. O ato reuniu cerca de 2.000 pessoas, entre elas fizeram-se presentes o procurador geral da república no Estado - Dr. Luiz Francisco; promotora Salete Maia; o representante do Ministério Público - deputado Nelson Mourão; e o ex-governador Geraldo Mesquita. Através do grupo Green Peace, com mensagens condenando as ameaças ao padre, foram enviadas correspondências a milhões de sócios do grupo. O secretário do Vaticano encaminha mensagem de apoio ao padre. Em função da repercussão do caso, a vítima esteve com o Presidente da República - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO para relatar os fatos ficha AC160;

- f) A Annesty International fez campanha de cartas-repúdio ao Ministro do Interior Mário Andreazza e da Agricultura Delfin Neto, pelo assassinato do sindicalista Wilson Pinheiro. houve 2 atos públicos repudiando o fato: um, logo após o assassinato e o outro, no primeiro aniversário da morte de Pinheiro ficha AC2;

- g) Num clima de pesadelo, indignação e consternação, desde a notícia do assassinato do sindicalista e ecologista Chico Mendes até os rituais de sepultamento, a sociedade civil do Acre, entre outras iniciativas de

solidariedade amplamente divulgadas pela imprensa, criou uma ONG, denominada de COMITÊ CHICO MENDES. Em torno desta, reúnem-se 35 entidades preocupadas com a integridade física dos seringueiros, índios, trabalhadores rurais e suas lideranças, além de acompanhar os crimes cometidos contra estes. O Comitê não tem como função atuar em áreas já atendidas pelas entidades, mas sim, nos casos em que uma entidade sozinha não possa resolver o problema. No estado do Acre, o COMITÊ CHICO MENDES passou a ser referência para discutir e encaminhar as questões referentes à violência e à impunidade no campo. Além do mais, desde a data de sua criação, em 22.12.88, o Comitê passou a ter um papel fundamental para dinamizar as atividades de solidariedade mencionadas acima, como organizar manifestações e passeatas ficha AC65.

As diversas formas de solidariedade prestadas aos trabalhadores em função da violência contra eles cometidas, manifestada tanto pelas entidades locais como nacionais e internacionais, se não conseguiu estagnar a violência e a impunidade no espaço agrário acreano, pelo menos colocou o problema em pauta. Hoje, fica praticamente impossível planejar e propor projetos de desenvolvimento na região, sem considerar o problema da violência, haja visto que, com o assassinato de CHICO MENDES, o BID suspendeu dois empréstimos no total de US\$ 60 milhões, que seriam destinados a pavimentação da BR-364.

Enfim, descrevemos aqui as estratégias encontradas pela sociedade acreana para enfrentar a violência tanto no setor rural como urbano. Enfatizamos o papel da Igreja Católica, o surgimento dos STRs e mais recentemente a criação do Comitê

Chico Mendes. Através deste, tanto a violência rural como urbana, passaram a ser denunciadas e acompanhadas pela sociedade. No próximo capítulo, analizaremos a violência rural numa esfera que abrange toda a Amazônia brasileira, onde utilizaremos métodos qualitativos e quantitativos.

CAPÍTULO VII

VIOLÊNCIA NO CAMPO - AMAZÔNIA

BRASILEIRA - 1985/1996

7.0 As Diferentes Formas de Violência no Contexto da Amazônia

Neste capítulo objetivamos analisar os diversos aspectos da violência no espaço agrário, num patamar maior. Tendo como área de estudo a região Amazônica - estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia - tentamos conciliar os métodos quantitativo e qualitativo nas análises. Relaciona-se o desmatamento às diferentes formas de violência na referida região. Constata-se que os estados que sofreram as maiores agressões contra a floresta - pela ordem Pará e Rondônia - foram responsáveis também pelos maiores massacres, na mesma ordem. Assim, detalhamos os fatos que envolveram o massacre de Corumbiara - RO e de Eldorado dos Carajás -

PA e as alternativas encontradas pelas vítimas que sobreviveram à chacinas na busca pela terra na fronteira. Finalmente, analisamos as tendências da violência no contexto da Amazônia.

7.1 As Dimensões da Amazônia

Amazônia tem dimensões internacionais. Caracteriza-se por uma área coberta de floresta equatorial e latifoliada. Abrange a região Norte do Brasil e parte da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e totalidade de Suriname e Guiana Francesa. A área é estimada em 6,5 milhões de Km², ou seja, 2/5 da América do Sul.

O que se conhece por região Norte do Brasil, divisão político-administrativa para fins censitários, abrange os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. Estende-se por uma área estimada em 3,5 milhões de Km².

A denominada Amazônia Legal - divisão para fins de ações governamentais - abrange a superfície total dos estados que compõem a região Norte do Brasil, mais o estado de Mato Grosso e parte Oeste do estado do Maranhão. Atinge uma área de 5 milhões de Km², ou seja, quase 60 % da área do Brasil.

Para os nossos objetivos do estudo, num patamar maior e com análise mais genérica, considerando a disponibilidade dos dados no período a ser analisado (1986/1996), tomamos como área principal de estudo na Amazônia brasileira os seguintes estados com suas respectivas áreas em Km²: Acre (153.149), Amazonas (1.577.820,2), Pará (1.253.164,5) e Rondônia (238.512,8). Uma área de aproximadamente 3.222.646,5

Km² (MAPA 1).

7.2 *Violência e Meio Ambiente*

As diversas ações governamentais nos últimos anos, especialmente as que estimularam a agropecuária extensiva e os projetos de assentamento, elevaram o desmatamento¹. Junto com este aumento, a violência no espaço agrário da Amazônia brasileira. Num estudo pioneiro, SCHWARTZMAN (1992), ao relacionar o desmatamento com assassinatos no campo, na região Amazônica, observou uma relação direta na evolução destes fatos, no período de 1964-1989: o desmatamento atingiu seu pico em 1987 e os assassinatos em 1986. Para o autor os picos estariam relacionados às perspectivas de Reforma Agrária, então em discussão na Assembléia Constituinte (1988). Dado que a reforma agrária poderia incidir sobre as terras improdutivas, os latifundiários incrementaram o desmatamento para garantir a manutenção da propriedade da terra; como consequência, aumentaram os conflitos de terra e os assassinatos dos trabalhadores rurais.

¹Segundo o IBAMA (1997), as causas do desmatamento estariam relacionadas aos seguintes pontos: a) Exploração irregular de madeira; b) Exploração do mogno em particular; c) Implantação de pastos em áreas impróprias; e e) Obras de infra-estrutura mal orientadas. Operacionalmente, FEARNSSIDE, ao analisar o desmatamento, assume uma postura bem objetiva - "...é aquilo que aparece como aberto numa imagem LANDSAT, omitindo-se portanto as pequenas clareiras que não podem ser mensuradas nas escalas utilizadas. O tamanho das clareiras incluídas é limitado pela capacidade de mensurar áreas nas imagens, que é de 1 mm², o que corresponde a 6,15 ha no caso das imagens na escala de 1:250 mil, utilizada para os anos a partir de 1988, e 25 ha na escala de 1:500 mil, utilizada para 1978" (1985:27). Segundo os métodos de análise do autor, o desmatamento não incluiria o corte do cerrado e nem as florestas secundárias já desmatadas pelos antigos assentamento, especialmente no caso do Pará.

O raciocínio de SCHWARTZMAN - indicando a relação entre desmatamento e violência no espaço agrário amazônico - pode ser melhor demonstrando através da **Tabela 18** e ilustrado pelo **Gráfico 13**. Na área analisada (estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia), no período entre 1988-1991, o Pará foi responsável por mais de 555 mil Km² da área desmatada, ou seja, 69,30%. No mesmo período, o referido estado destacou-se em todos indicadores que avaliaram a violência contra a posse e a propriedade na região. Já o estado de Rondônia, que aparece em segundo lugar com relação à área desmatada - mais de 128 mil Km², ou seja, 16,01%, no que se refere aos 6 indicadores que avaliaram a violência no campo, aparece também em segundo lugar com 3 indicadores: famílias expulsas; famílias despejadas juridicamente; e famílias com casas destruídas. Os estado do Amazonas e do Acre que foram responsáveis pelos menores índices de desmatamento, quase 78 mil Km² e quase 40 mil Km², respectivamente, apresentaram também os menores números de ocorrência de violência contra posse e propriedade, exceto o caso do Acre que aparece em segundo lugar no que se refere a famílias envolvidas em conflitos e famílias com roçados destruídos.

TABELA 18

Amazônia (AC, AM, PA e RO) - Relação por Estados entre Área de Desmatamento e Formas de Violência Contra Posse e Propriedade - 1988/91.

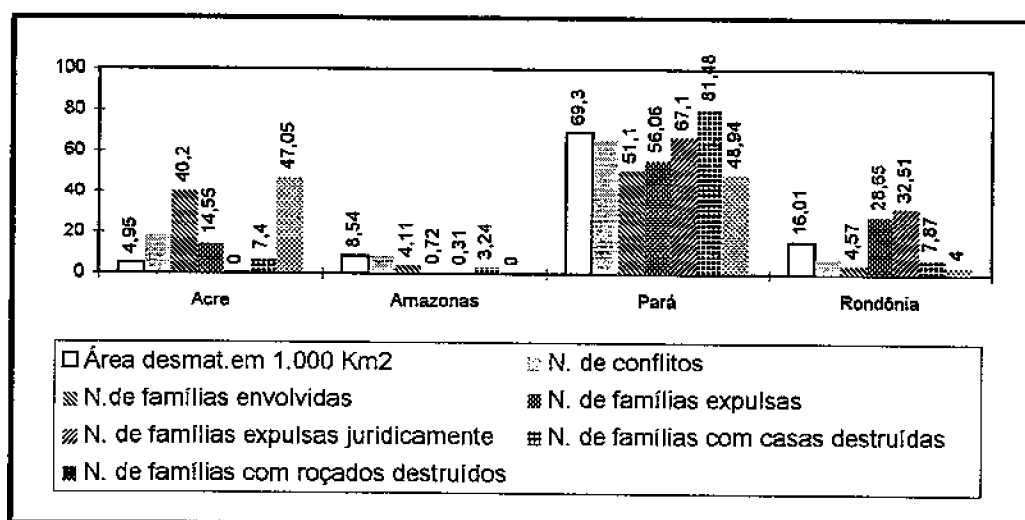
Formas de Violência	Acre	Amazonas	Pará*	Rondonia	Totais Região
Número de conflitos	73	35	256	30	394
Famílias envolvidas (em 100)	138,74	14,19	176,36	15,78	345,07
Famílias expulsas	222	11	855	437	1525
Despejos jurídicos	0	6	1262	611	1879
Destruição de casas	16	7	176	17	216
Destruição de roçados	200	0	208	17	425
Área desmatada (1.000 Km ²)	39,7	77,9	555,1	128,3	801

* Os dados incluem 39.800 Km² de desmatamento antigo provavelmente anterior a 1960. Essa área hoje é formada em sua maior parte por floresta secundária (capoeira).

Fonte: FEARNSTIDE (1995:28); CPT (Vários anos)

GRÁFICO 13

Amazônia (AC, AM, PA e RO) - Relação por Estado entre Área Desmatada e Violência contra Posse e Propriedade (em %) - 1988/91



A relação entre desmatamento e violência fica mais evidente quando se observa a distribuição desta última ao longo do ano (meses) em determinado período.

Os assassinatos por conflitos agrários no Pará, entre 1980 e 1989, **Tabela 19**, durante a época de menos chuvas (abril/setembro - intensificação dos preparativos das queimadas: *broca* e desmatamento) foram em número de 372 casos, ou seja, 64,58%; já durante a época de maior intensidade das chuvas outubro/março, em que ocorre menos agressão à floresta, ocorreram 204 assassinatos, ou seja, 35,41% dos casos.

TABELA - 19

Pará - Assassinatos por Conflitos Agrários por mês - 1980/89

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1980	1	0	1	2	5	4	1	5	18	1	7	0	45
1981	2	0	1	1	0	1	0	1	1	6	3	0	13
1982	0	4	5	1	1	1	2	1	1	2	3	3	24
1983	2	5	0	1	0	1	3	10	5	0	3	12	42
1984	6	1	2	3	8	8	10	17	2	1	6	5	69
1985	15	7	2	10	25	34	0	28	10	3	2	7	143
1986	4	12	11	11	10	18	12	8	12	5	2	8	113
1987	4	6	2	7	5	6	1	19	6	4	2	4	66
1988	2	5	2	2	1	3	2	7	0	2	2	5	33
1989	2	0	2	3	8	7	1	1	1	1	2	0	28
Total	38	40	28	41	63	83	32	97	56	25	29	44	576

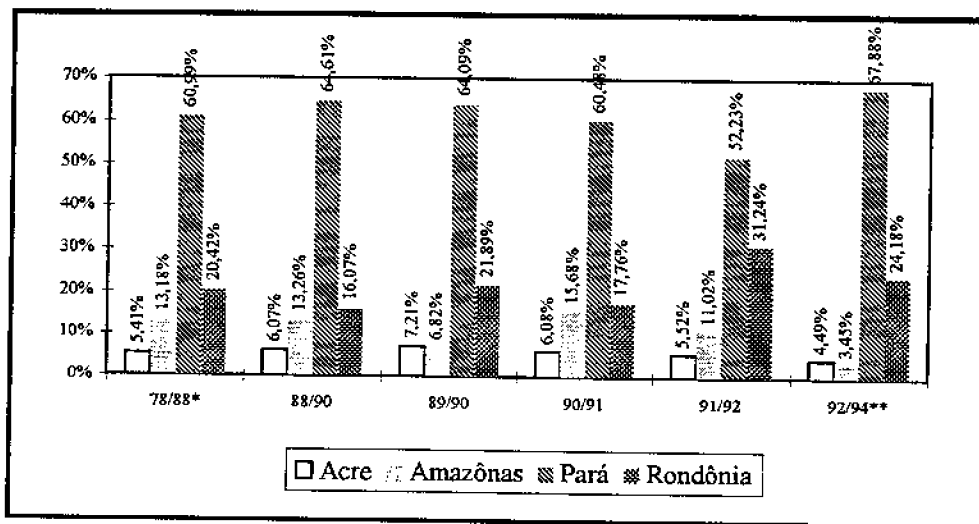
Fonte: BARATA (1995)

Embora não existam dados precisos da taxa de desmatamento por ano nos estados analisados após 1991 para relacionar área desmatada com as diferentes formas de violência no campo, mesmo assim, no **Gráfico 14**, percebe-se, em linhas gerais, a mesma tendência. Os estados que foram responsáveis por maior área desmatada foram responsáveis também por maior número de violência contra a posse e propriedade no campo. Pela ordem, Pará e Rondônia, em primeiro e segundo lugar, respectivamente, Amazonas e Acre, oscilam entre terceiro e quarto lugar.

É importante observar que os estados detentores das maiores áreas de desmatamento durante a última década, também foram responsáveis pelas maiores massacres, segundo suas dimensões (pessoas assassinadas) na história da Nova República. Pará em primeiro lugar - Massacre de Eldorado de Carajás - e Rondônia em segundo lugar - Massacre de Corumbiara.

GRÁFICO 14

Amazônia - Taxa Média de Desmatamento Bruto em % (Km²/Ano)



* Média década ** Biênio 92/94

Fonte: IBAMA (1997)

7.3 Os Massacres

7.3.1 Corumbiara

A ocupação da Fazenda Santa Elina, em 15.07.95, por aproximadamente 500 famílias de sem terra, no município de Corumbiara, no estado de Rondônia

RO74, foi liderada pelo STR do mesmo município. Na oportunidade, a ocupação não foi recomendada pelo MST, mesmo porque, seus líderes eram conhecidos pelas suas *práticas radicais* nas ocupações e, por isso mesmo, tinham sido expulsos do MST. Assim, as lideranças do STR de Corumbiara passaram a autodenominarem-se MCC (Movimento Camponês de Corumbiara-RO) e a agir independentemente do MST².

A área que corresponde à fazenda Santa Elina, constitui-se de oito lotes de 2.000 ha, totalizando 16.000 ha. Esta demarcação dos lotes, corresponde a uma política do INCRA, para incentivar a execução de projetos agropecuários na região na década de 70. A localização destas áreas fica próxima aos projetos de Colonização Oficial, implantados naquele período pelo governo militar, para pequenos agricultores.

Para estimular os projetos agropecuários, o governo, licitava através do INCRA, áreas públicas por um preço simbólico, sob a condição de que, o adquirente implantasse um projeto agropecuário num tempo estabelecido, o qual dependia do tipo do empreendimento. Mesmo assim, os interessados nas áreas só poderiam adquirir um lote de 2.000 ha e, no momento da solicitação, o pretendente deveria demonstrar sua *capacidade de empreendimento*. Assim, pelas regras do INCRA, o pecuarista Hélio Pereira de Moraes, que se diz proprietário de toda a área da Fazenda

²O fato do MST não ter apoiado as práticas de ocupação do MCC, as lideranças deste, especialmente depois do massacre, passaram a criticar o MST da seguinte maneira: a) "...o MST e a FETAGRO partiram para uma postura "legalista e burocrática", que não vai resultar em terras; b) "...a atual direção do MST é frouxa, " grupo que está lá agora é "cria-bunda", não age"; e c) "Quando o MST disse que nós éramos radicais, só incentivou a chacina e deu força aos fazendeiros".

Santa Elina, só poderia solicitar um lote e adquiriu oito. Evidencia-se, assim irregularidade no processo licitatório³.

O apelido das lideranças que comandaram os sem-terra na ocupação da fazenda, permite entender, em parte, as condições (econômicas, sociais e culturais) a que estes são submetidos e seu modo de agir frente as diversidades. As lideranças atendiam e foram identificadas como: *Pantera, Buriti, Topa-Tudo, Búfalo, Serelepe e Trovão*.

Dez dias depois da ocupação, ou seja, em 25.07.95, tanto o INCRA como a CPT ainda não tinham uma posição sobre a ocupação, mesmo porque não conheciam os fatos da situação. Enquanto isto, em 17.07.95, o juiz substituto de Colorado D'Oeste, Roberto Gil de Oliveira, sem ir à área, sem consultar o INCRA e sem apresentar uma solução, concede liminar ao pedido de reintegração de posse feito pelo fazendeiro. Na seqüência dos fatos, 40 policiais foram deslocados até a fazenda, para cumprir a ordem de despejo os quais foram repelidos pelos sem terra, em 19.07.95. No confronto, um policial e um sem terra foram feridos.

O pecuarista Hélio Pereira de Moraes, dono de outras fazendas em São Paulo e Mato Grosso do Sul, clama por providências ao governo, da seguinte forma:
“Fomos lá, abrimos fazendas e estradas vicinais, fizemos um investimento maciço e

³Segundo o secretário adjunto do INCRA- RO, Carlos França, a desapropriação da Fazenda seria viável porque a mesma ainda pertence à união. *“Esses empresários beneficiados com a licitação das terras só poderiam repassá-las com autorização do INCRA, o que não ocorreu...”*, por um lado. Por outro lado, o fazendeiro Hélio Pereira de Moraes adquiriu a fazenda em outubro de 1994 e possui a documentação da mesma. Em resumo, as terras públicas pretendidas pelos futuros proprietários e que possuem pendentes, são comercializadas sem o controle do INCRA.

conseguimos tornar Rondônia um estado promissor. Rondônia será um futuro Paraná". O secretário de segurança de Rondônia, Wanderley Mosini, garante ao pecuarista que a ordem judicial de desocupação da fazenda Santa Elina seria cumprida. Em 01.08.95, o juiz titular da Comarca de Colorado D'Oeste, Glodner Luiz Pauletto, ratifica o mandado de despejo concedido pelo juiz substituto e solicita reforço policial para execução da ordem.

Para cumprir a ordem do juiz, em 08.08.95, próximo à fazenda, um contingente entre 187 a 300 soldados montaram acampamento. Ainda no final do dia, uma comissão dos sem-terra e o comando da Polícia Militar negociam um acordo, onde os sem-terra comprometeram-se a deixar a fazenda num prazo de 24 horas. Sem que o prazo do acordo tivesse esgotado, entre as duas e quatro horas da manhã do dia 09.08.95, numa arquitetada ação de violência, os policiais comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros investiram contra o acampamento dos sem-terra.

Inicialmente os policiais cercaram o acampamento e jogaram bombas de gás lacrimogêneo, posteriormente passaram a atirar contra os sem terra. A operação de guerra patrocinada pela tropa de elite da Polícia Militar de Rondônia, apenas no que se refere ao uso de arma de fogo (tiroteio), durou aproximadamente quatro horas. No que se refere ; às outras práticas de violência cometidas pelos policiais, como a prisão de 354 pessoas (destes, 74 passaram a responder processo por desobediência e resistência), maus tratos (sede, fome e tortura), humilhação e perseguição aos líderes

do movimento hospitalizados, a operação continuou por mais de três dias⁴. O resultado do massacre, quanto à perda de vidas, contabilizou 11 pessoas: 8 sem-terra; uma criança (filha de sem-terra); e 2 policiais.

De todos os atos de barbárie cometidos pela polícia no massacre, o que mais sensibilizou a opinião pública na oportunidade foi o fato de Adão e Maria dos Santos, pais de Vanessa dos Santos Silva (7 anos), assassinada no acampamento enquanto dormia, pelos policiais, não poderem acompanhar o enterro da menina, pois ambos estavam presos em locais separados e incomunicáveis.

No que se refere às investigações, o relatório do delegado Alberto Lasserre Hratzel Filho, da Coordenação Central da Polícia Federal, divulgado em 11.08.95, aponta uma acusação séria contra os autores da chacina: *“A legislação diz textualmente que mandados de buscas ou de desocupação devem ser feitos à luz do dia”*.

Outra acusação contra os autores da barbárie ; é a controvérsia em torno das ossadas encontrados no local do massacre e encaminhadas para a Faculdade de Medicina de Paris-Ouest para análise, através de Dom Geraldo Verdier, cujo resultado indica que houve queima de corpos humanos no local - *“...duas entre as amostras examinadas são com muita segurança de origem humana”*.

Através dos inquéritos policiais, foi constatado o uso de armas particulares contra os sem terra, sinalizando a possibilidade de pistoleiros terem participado da

⁴Todos os detalhes da operação militar contra os sem-terra e os requintes das práticas de violência contra os mesmos, ver Revista Veja - Edição 1.408 de 06.09.95; FSP:10.08.95; JB:10.08.95 e OESP:10.08.95.

chacina. Esta hipótese torna-se mais consistente quando em 29.09.96, o promotor Elício Almeida denuncia o fazendeiro Antenor Duarte⁵, dono de uma fazenda vizinha à Santa Elina e o gerente de sua propriedade, José de Paulo Monteiro, pelo fato de os dois infiltrarem pistoleiros na operação de Corumbiara. Os mesmos são acusados também pela morte de um dos líderes da ocupação, Sérgio Rodrigues Gomes, que desapareceu após o massacre, tendo sido encontrado três dias depois.

Os que esperam agilidade das investigações e a punição dos autores da chacina podem perceber que a morosidade da justiça é uma porta aberta para a impunidade. Entre avanços e recuos das investigações, apenas em 20.11.96, a justiça civil de Rondônia decidiu pela instrução de três inquéritos distintos: a) contra os sem terra; b) contra os policiais que participaram do massacre; c) contra o fazendeiro Antenor Duarte e seu gerente. Os responsáveis pelo inquérito calculam que somente no final do ano de 1997 a justiça poderá definir se os arrolados como responsáveis pelas mortes poderão ser levados a julgamento. Em outras palavras, não se tem certeza se alguma pessoa será responsabilizada pelo massacre.

No que se refere ao destino dos despejados da fazenda depois do massacre, parte dos sem-terra dispersaram-se e não se obteve o registro de notícias precisas dos mesmos; outra parte, aproximadamente 250 pessoas, alojaram-se no porão da Igreja São José do município de Colorado D'Oeste. Neste local improvisado de 250 metros

⁵Em 09.03.96, o fazendeiro foi acusado também junto ao Ministério da Justiça por manter trabalhadores em regime de trabalho escravo em uma de suas propriedades no município de Comodoro no Estado do Mato Grosso (Ver CPT - ficha MT267)

quadrados, de chão batido e sem ventilação, similar a um campo de concentração, as pessoas passaram a dividir espaço para dormir e tratar dos ferimentos do massacre.

Em 02.09.95, cerca de 300 famílias que resistiram ao massacre estavam reagrupadas numa área alugada pela Prefeitura de Colorado D'Oeste, assistidas e apoiadas principalmente pela Igreja Católica e a CUT, através de campanhas e doações. No dia 24.10.95, o INCRA anuncia que dispõe de uma área de 3.200 ha para assentar os despejados da Fazenda Santa Elina e, no dia 25.11.95, o órgão iniciou o assentamento. Na sequência dos fatos, em 15.03.96, o MCC divulga uma carta circular, onde denuncia que 200 famílias sobreviventes ao massacre de Corumbiara, continuavam esperando terra para serem assentadas.

Cansados de esperar terra de assentamento, associado ao medo do aumento da violência, especialmente pelas notícias que circularam em torno do massacre do dia 17.04.96, na fazenda Macaxeira, no município de Curionópolis, no estado do Pará ficha PA413, parte dos sem-terra deram sinais de que estavam abandonando⁶ o conflito aberto com os fazendeiros e dirigindo-se para o Sul do estado do Amazonas. Nesta região, mais especificamente no Rio Juma no município de Apuí - Rodovia Transamazônica - os despejados estariam sendo atraídos pela propaganda do maior projeto de assentamento do Brasil, com um total de 7.500 lotes. Segundo dados do INCRA, desde o massacre da fazenda Santa Elina foi deflagrada uma onda migratória, aparentemente espontânea, em direção a esta área. Só no mês de abril de 1996,

⁶Para maiores detalhes dos motivos que levaram alguns trabalhadores a abandonar o movimento dos sem terra, espontaneamente ou orientados pelos próprios líderes do movimento em Corumbiara, e dirigir-se para a região do Apuí ver - JB:19.05.96.

chegaram à cidade, 450 famílias, a maioria formada por retirantes de Rondônia e do Pará.

7.3.2 Eldorado dos Carajás

A fazenda Formosa (inicialmente anunciada como Macaxeira, de propriedade de Olavo Ribeiro, no município de Curionópolis, no estado do Pará, constituiu-se na maior ocupação de terra, até então, liderada pelo MST: aproximadamente 3.000 famílias (ficha PA413).

A especificidade, neste caso, foi que os sem-terra recebiam apoio material e político de 32 prefeitos da região (sul do Pará), os quais muitas vezes conflitavam com os interesses políticos estaduais. Ou seja, a questão da terra colocava-se como pano de fundo, mas a interferência da política partidária acabou estimulando a chacina, conhecida também, como o maior massacre da luta pela terra na Nova República, com 19 mortos.

Os sem-terra deslocavam-se pela região há mais de dez anos, em pequenos grupos alternando trabalho, expulsões e desprezo dos latifundiários e do Estado, os poucos foram aglomerando-se e definindo metas para seus destinos. Em 02.11.95, estabeleceram como alvo a ocupação do *Complexo - Fazenda Macaxeira*. A concentração realizou-se no Centro Agropastorial do município de Curionópolis e a ocupação da fazenda ocorreu em 05.03.96. A descrição da reportagem, em visita ao local do acampamento, permite entender melhor as características étnicas e as condições sócio-econômicas desta população de ocupantes, que em muito, diferenciam-se dos sem-terra de outras regiões do país.

*“Os acampados são na maioria descendentes de nordestinos e negros. Há crianças por toda parte. Muitas delas com feições que apontam a presença indígena nas suas origens. A miscigenação entre esses povos que chegaram a essa região nos anos 80 em busca do garimpo é evidente. São pessoas de pés descalços na mata cheia de palmeiras cobertas de espinhos...”*⁷

No período entre a concentração no Centro Agropastorial de Curionópolis e a ocupação da fazenda, o INCRA chegou a apresentar o resultado de uma vistoria da área. Segundo o INCRA, o que se conhece por *Complexo Fazenda Macaxeira*, é uma área de aproximadamente de 44.000 ha e que, recentemente, tinha sido desmembrada em 12 propriedades, consideradas produtivas.

Segundo o MST, o laudo da vistoria do INCRA foi uma fraude. Para manifestar sua indignação com o resultado e pressionar as autoridades a enviar cestas básicas para o acampamento, o MST mobilizou cerca de 1.000 famílias para interditar a rodovia PA-275, que liga Carajás a Marabá, em 16.11.95. Na ocasião, o MST chegou a impedir a passagem de um comboio do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, com mais de 100 soldados. Sem que houvesse incidentes maiores, os indícios já apontavam para o pior. Sob um clima de tensão, de um lado, os soldados, com armas apontadas contra os manifestantes, chegaram a montar metralhadoras em cima de dois caminhões; e de outro lado, os sem terra, com foices, facões e enxadas em punho

⁷Ver OESP:10.03.96. Jorge Neri que é membro da Coordenação Nacional do MST, em 07.03.96, confirma estas informações. Para o mesmo, a maioria dos acampados são ex-garimpeiros que migraram do nordeste em busca de trabalho.

que, depois de 3 horas de hostilidade, acabaram abrindo passagem para o comboio militar passar.

Com a ocupação da fazenda, o governador do estado, Almir Gabriel (PSDB), passou a posicionar-se contra estas práticas. Para ele, a ocupação estaria sendo apoiada por candidatos a prefeitos e vereadores da região em busca de prestígio eleitoral. Assim, no seu modo de pronunciar-se, as *invasões* seriam irregulares e suas lideranças aproveitadoras deveriam sofrer conseqüências legais. Mesmo assim, num aparente recuo, o governador, em 06.03.96, chegou a anunciar um acordo com os sem terra de Curionópolis. Pelo mesmo, o governo comprometeu-se a enviar alimento e remédios para os acampados; em contrapartida, os integrantes do movimento teriam dado um prazo de 30 dias para o governo comprar uma fazenda na região para assentá-los. O referido acordo foi desmentido pela coordenação do MST.

Dando seqüência aos fatos, os interesses políticos partidários para controlar a prefeitura de Curionópolis, começaram a interferir nas possíveis soluções para os acampados. O provável candidato a prefeitura pelo PSDB, o fazendeiro Diogo Naves Sobrinho, aliado político do governador, era presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás (SINPRODUZ). Este representava os interesses dos latifúndios da região. Contraopondo-se, o candidato derrotado que perdera as eleições para o prefeito, João Chamon do PSDB, fazendeiro Osmar Ribeiro (sem parentesco com o proprietário da fazenda Formosa), articulava uma frente de esquerda para candidatar-se à prefeitura, através do Partido da Mobilização Nacional (PMN). Osmar Ribeiro, apesar de ser fazendeiro, tinha a simpatia dos sem-terra, pois permitia que os mesmos plantassem e garimpassem nas

suas terras sem cobrar nada. Esta atitude custava-lhe o isolamento entre os demais fazendeiro.

Dentro deste quadro, o governador, em conjunto com o SINPRODUZ, encontrou uma solução para os ocupantes e interferiu nas eleições municipais. Pela proposta, os acampados seriam transferidos temporariamente da Fazenda Formosa para a Fazenda Jacaré Grande, de propriedade de Osmar Ribeiro. Com a aparente solução do problema, a comissão de negociação oficializa o acordo e encaminha o resultado aos sem-terra, esquecendo-se, no entanto, de comunicar ao seu proprietário, que sua propriedade seria utilizada para o novo acampamento dos sem-terra. Osmar Ribeiro não aceitou os procedimentos da negociação e a solução temporária do caso, o que inviabilizou a desocupação da Fazenda Formosa.

Num clima de indefinição e descaso das autoridades com os acampados, as partes envolvidas no conflito anunciavam e sinalizavam para o uso da violência a fim de resolver o problemas. Enquanto isso, o governo convencido da *necessidade* de desocupar a fazenda, por diversas vezes anuncia o uso da força policial para efetivar a operação. Além do mais, denunciava o MST por recrutar pessoas sem qualquer vínculo com o movimento para engrossar a ocupação.

Aliados políticos do governo, os ruralistas (fazendeiros) fizeram pressão anunciando que, esgotadas as formas jurídicas, admitiam a possibilidade do uso da força para desocupar a Fazenda Formosa e as demais ocupadas na região. Embora os fazendeiros negassem, os moradores confirmavam a existência de pistoleiros nas fazendas, preparados para agir. Em contrapartida, o MST anunciava o aumento das

ocupações com o assentamento de 10.000 famílias. No caso específico da ocupação da Fazenda Formosa, tudo indica que os acampados estavam prontos a utilizarem-se de armas antiquadas para se defender, chegando a serem comparados com guerrilheiros zapatistas (México), segundo reportagem em visita ao local.

*“Armados com espingardas de diversos calibres, revólveres e as chamadas “por fora” - espécie de carabina feita à mão para atirar com pólvora e chumbo enfiados pelo cano - , 90 homens tomam posição na ladeira que dá acesso ao acampamento do MST no Sul do Pará. (...) Três líderes comandam a tropa. Eles integram um grupo de 700 militantes, segundo a direção do movimento, encarregados de proteger cerca de 3 mil famílias de sem terra acampadas na mata da Fazenda Formosa”.*⁸

Os acampados, sem dispersarem-se de seus objetivos imediatos de conseguir terra para serem assentados, em 31.03.96, sob a orientação do MST, começaram a preparar-se para a Marcha pela Reforma Agrária e pelo emprego, de participação nacional. O auge da manifestação estava prevista na chegada a várias capitais do país, em 10.04.96. Embora os acampados tivessem a intenção de chegar a Belém para participar da manifestação, por dificuldade financeira não conseguiram deslocar-se até a capital. Mesmo assim, em 09.04.96, um dia antes da manifestação nacional, aproximadamente 2.000 integrantes do MST (acampados), caminhando, chegaram a

⁸OESP:10.03.96

Curionópolis. Sua presença na cidade foi cercada de suspense⁹ entre a população. Os próprios líderes da caminhada anunciaram que os sem-terra estavam famintos e, se não obtivessem auxílio das autoridades para acolhê-los, não poderiam responsabilizar-se pelo que poderia vir a acontecer¹⁰. O previsível ocorreu: no final do dia, aproximadamente 800 sem-terra bloquearam a passagem de um caminhão e saquearam as 15 toneladas de alimentos que carregava.

Numa outra tentativa de chamar a atenção das autoridades sobre a necessidade dos assentamentos no sul do Pará, no dia 12.04.96, os sem-terra, em caminhada, deixaram a cidade de Curionópolis. Em assembléia, decidiram bloquear a rodovia PA-70 e acamparam no Km 21, entre os municípios de Curionópolis e Marabá. Certamente por questões estratégicas¹¹, em 16.04.96, à tarde, os sem-terra interditaram o KM 10 da PA-150 - maior fluxo de veículos, no trevo de Eldorado dos Carajás, com acesso aos municípios de Marabá, Curionópolis, Parauapebas e Xinguara.

⁹ *“Organizados em fila indiana dupla, eles chamaram a atenção pela organização demonstrada. Não houve nenhum tumulto e nenhuma invasão. Fizeram duas únicas paradas, uma em frente ao prédio da Câmara Municipal e outra diante da sede da Prefeitura (...). No início da tarde, dispersaram-se pela cidade em busca de alimentos, parentes e amigos, lugar para dormir algumas horas ou simplesmente querendo algo para mastigar. Pequenas oficinas, barbearias, bares e outras lojas fecharam as portas”* (OL:11.04.96)

¹⁰ Os sem terra estavam revoltados, ao anoitecer deram um prazo de 24 horas ao presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Ronaldo Barata, para dar uma solução ao compromisso assumido com o MST, em 07.03.96. Pelo compromisso, o governo tinha garantido de conseguir terra para os sem terra num prazo de 30 dias. O prazo já tinha se esgotado.

¹¹ Os sem-terra caminhavam de Curionópolis para Marabá. Alimentavam a possibilidade de chegar a Belém, onde pretendiam negociar com o governo do Estado e o INCRA, o assentamento na Fazenda Macaxeira.

Ciente da importância da estrada e com medo de novos saques, o governo do estado ordenou o deslocamento de um efetivo militar de aproximadamente 200 soldados, com o objetivo de desobstruir a estrada. A orientação do mesmo era que os soldados desobstruíssem a PA-150 num prazo de 3 horas. Em 17.04.96, os soldados da Polícia Militar conseguiram liberar a estrada, promovendo o maior massacre pela luta da terra que a Nova República conheceu, e resultando no ferimento de 44 e na morte de 19 integrantes do sem-terra; do outro lado, o ferimento de 6 soldados.

Mesmo depois do massacre, o governador negava qualquer responsabilidade pelo ocorrido. Acusava unicamente o coronel Mário Pantoja - comandante da operação de desobstrução, por ter *“extrapolado na reação devida”*. Em nota divulgava à imprensa afirmava: *“...a estrada deve servir para o tráfego de todos. Isso está previsto na Constituição e ninguém está autorizado a romper com a lei”*.

O massacre de Eldorado dos Carajás é um dos marcos da impunidade e descaso das autoridades responsáveis. Um ano depois, 17.04.97, a Justiça Militar nem sequer tinha aberto processo por lesões corporais contra os policiais militares identificados no massacre. Os responsáveis pela operação, Major José Maria Oliveira e Coronel Mário Colares Pantoja, até então, apenas tinham sido afastados da PM, encontrando-se à disposição do comando sem trabalhar. No que se refere à Justiça Comum, o promotor Marco Aurélio Nascimento e o juiz Laércio Larêdo, dedicando-se exclusivamente ao caso, até então tinham ouvido 69 pessoas acusadas. Ninguém

prevê a data do julgamento do episódio, exceto o advogado do Coronel Pantoja, Américo Leal: a primeira década do século XXI¹².

Em síntese, o que queremos demonstrar nestes dois exemplos de ocupações de terra que resultaram em massacres é que, se a sociedade não consegue dialogar e encontrar alternativas para atender as reivindicações do movimento organizado dos sem-terra, corre o risco de perder os interlocutores e ter que enfrentar *movimentos independentes* como o MCC, com orientação explícita de seus líderes de praticar violência a fim de atingir seus objetivos. Por outro lado, podemos perceber também as diferentes conotações da imprensa em relação aos massacres. A imprensa não conseguiu, em tempo, registrar os fatos que antecederam ao massacre de Corumbiara, como também não acompanhou o momento do massacre. Já no caso de Eldorado dos Carajás ocorreu o inverso: a imprensa acompanhou os desdobramentos dos fatos que antecederam ao massacre, assim como filmou o momento do episódio. Por conseguinte, a imprensa atribuiu a este último caso a classificação *de o maior massacre da Nova República contra os trabalhadores rurais*, o que não corresponde aos fatos. Relacionando-se o número de famílias envolvidas na ocupação com o número de pessoas assassinadas no massacre, percebe-se que o massacre de Corumbiara foi mais violento.

¹²FSP:17.04.97

7.4 *Tendências da Violência na Amazônia*

Inicialmente gostaríamos de mencionar a redução do trabalho escravo na Amazônia (estados - AC, AM, PA e RO). Tendo como referência os dados entre 1988 e 1995, o número de pessoas escravizadas na Amazônia sempre esteve acima do patamar de 2.000 pessoas. No ano de 1996, este número recuou para 617 pessoas (CPT: Vários Anos). Este resultado possivelmente reflete o empenho das entidades como NEV-USP, OAB, CNBB, CPT, America's Watch e os representantes da Anistia Internacional no Brasil que, conhecendo as péssimas perspectivas para o ano de 1995 (4.316 pessoas escravizadas), a partir do final de 1995, foram mais agressivos na denúncia e conscientização do problema. Somando-se a este esforço, a partir de 1990 o Estado passa a ter uma ação mais concreta no que se refere à violência (PINHEIRO, 1996:9). No caso específico do trabalho escravo, algumas iniciativas do setor público, como *salário família* ou *salário escola*, ajudaram a diminuir o trabalho escravo nas carvoarias, onde crianças e adultos são submetidos ao trabalho insalubre.

Passamos a tratar de identificar as tendências da violência no campo tanto na Amazônia e Brasil, recorrendo a de métodos estatísticos (cujos detalhes estão descritos no Apêndice - Metodologia).

De todas as diferentes formas de violência consideradas no levantamento de dados da CPT ao longo dos anos, consideramos os indicadores de violência que apresentavam informações em todos os anos (exceto famílias expulsas) para a Amazônia. Assim, como se pode constatar nos dados da região Norte (Tabela 20),

selecionamos 5 indicadores para representar a *violência contra a posse e propriedade (patrimônio)* e 6 indicadores para representar a *violência contra a pessoa*.

Para cada indicador, procuramos identificar a tendência no período através da Taxa de Crescimento Linear (TCL). Essa taxa dá a tendência de crescimento anual do indicador sob a suposição de que ele cresce linearmente. Por exemplo, uma TCL de 172 no período de 1988 a 1996 para a *destruição de casas* significa uma linha de tendência com um crescimento de 172% ao ano de *destruição de casas* em relação ao ano-base de 1988), conforme detalhamos no Apêndice – Metodologia. Utilizando esse instrumento, chegamos aos seguintes resultados.

No caso dos dados da Amazônia, de todos os indicadores analisados (**Quadro V - Tabela A e Gráfico A**) as 8 formas de violência que apresentaram uma tendência de crescimento (isto é, a TCL positiva) entre 1988 a 1996, pela ordem foram: primeiro - *destruição de casas* (171,9); segundo - *agredidos fisicamente* (145,16); terceiro - *lesões corporais* (130,74); quarto - *ameaça de expulsão* (90,01); quinto - *despejo jurídico* (44,88); sexto - *tentativas de assassinatos* (39,63); sétimo - *presos* (17,94); e, *ameaças de morte* (4,09).

Todas as TCL devem ser arredondadas quando aparecem no texto, se possível. Assim, no parágrafo acima:

“primeiro - *destruição de casas* (172); segundo - *agredidos fisicamente* (145); terceiro - *lesões corporais* (131); quarto - *ameaça de expulsão* (90); quinto - *despejo jurídico* (45); sexto - *tentativas de assassinatos* (40); sétimo - *presos* (18); e, *ameaças de morte* (4). Comparando-se a TCL das mesmas variáveis com o Brasil, **Quadro IX**

e **Tabela A**, percebe-se que todos os indicadores cresceram mais na Amazônia do que o Brasil, exceto, despejo jurídico. Assim, pode-se concluir que a violência na Amazônia, entre 1988 a 1996, cresceu mais do que no Brasil como um todo.

Outra informação importante revelada pelo **Quadro V** e **Tabela A**, é que os melhores índices para se analisar a violência na Amazônia são: *Famílias expulsas e Destruição de casas* - isso porque são os indicadores para os quais o crescimento é mais linear, com *Coefficiente de Correlação* (R^2) de (0,47) e (0,40), respectivamente.

Ao se considerar o *Número-Índice* em cinco diferentes cenários, **Tabela 21** e **Quadro VI**, pode-se perceber as respectivas tendências das formas de violência na Amazônia. Em linhas gerais (com todos os indicadores), **Gráfico E**, apesar da queda da violência do ano de 1995 para 1996, a violência tendeu a crescer ao longo do período como um todo (1988-1996). Os indicadores agrupados nos **Gráficos A e B**, ilustram as tendências da violência contra o a posse e propriedade, enquanto que os indicadores dos **Gráficos C e D**, ilustram as tendências da violência contra a pessoa.

No próximo capítulo, entre as várias análises de cenários distintos de violência com relação ao Brasil, retomaremos a observação das tendências dos indicadores da violência. Pelo fato dos dados serem melhor distribuídos, as tendências serão mais nítidas.

TABELA 20

Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Dados Anuais - 1988/96

<i>Formas de Violência</i>	<i>Região Norte - Indicadores de Violência no Campo</i>									
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Famílias expulsas (1)	761	160	594	40	26	160	226	89	-	
Despejo jurídico (1)	240	282	747	1.035	1.482	1.379	3.112	653	309	
Ameaça de expulsão (1)	142	217	1.334	1.895	790	1.076	1.199	827	1.874	
Destruição de casas (1)	29	70	80	181	89	211	563	603	128	
Destruição de roças (1)	277	35	3	243	42	180	145	81	123	
Assassinatos (2)	48	14	30	17	14	25	20	26	39	
Tentativas de assassinatos (2)	9	13	14	42	8	7	31	22	56	
Ameaças de morte (2)	46	37	50	102	52	59	58	89	42	
Agredidos fisicamente (2)	52	7	2	30	8	64	18	1.552	9	
Presos (2)	133	39	18	125	47	80	51	580	80	
Lesões corporais (2)	18	4	8	1	18	43	23	404	53	

(1) Violência contra Posse e Propriedade no Campo - Brasil - 1986/96

(2) Violência Contra a Pessoa no Campo - Brasil - 1986/96

obs: Todas as variáveis identificadas com (1) os valores tem por unidade número da famílias. As variáveis identificadas com (2) os valores tem por unidade número.

QUADRO V

Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Taxa de Crescimento Linear a/a - 1988/96. (1988=100)

TABELA A

<i>Formas de Violência</i>	<i>TCL a/a (1988=100)</i>	<i>R2</i>
Destruição de casas (1)	171,9	0,4029
Agredidos fisicamente (2)	145,16	0,1644
Lesões corporais (2)	130,74	0,2503
Ameaça de expulsão (1)	90,012	0,3131
Despejo jurídico (1)	44,882	0,1057
Tentativas de assassinatos (2)	39,63	0,322
Presos (2)	17,945	0,1415
Ameaças de morte (2)	4,0942	0,0557
Assassinatos (2)	-0,4167	0,0022
Destruição de roças (1)	-1,5463	0,0152
Famílias expulsas (1)	-8,4823	0,435
Índice Região Norte	57,629	0,4707

GRÁFICO A

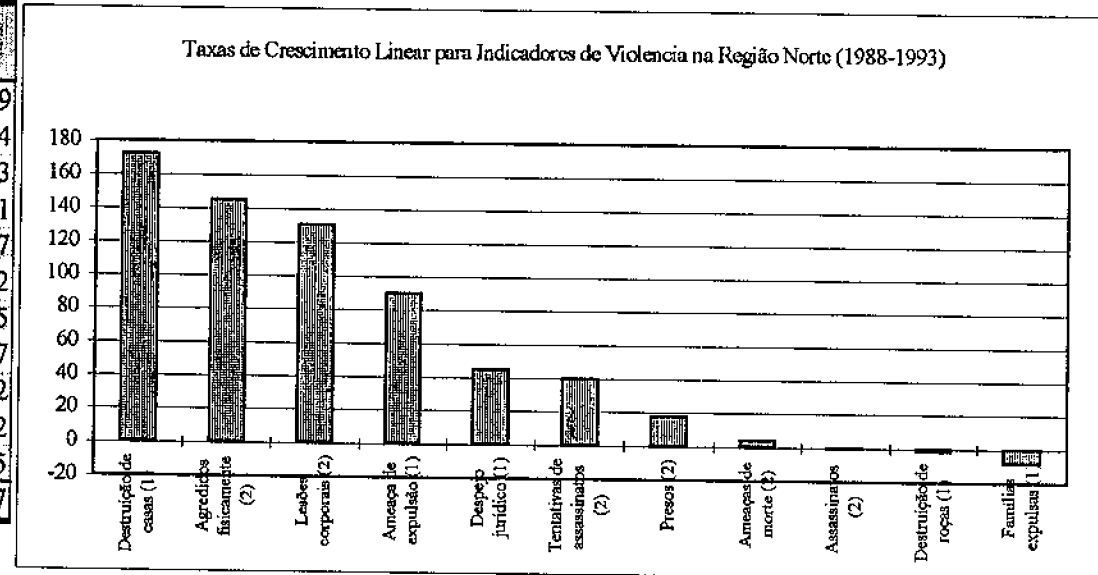


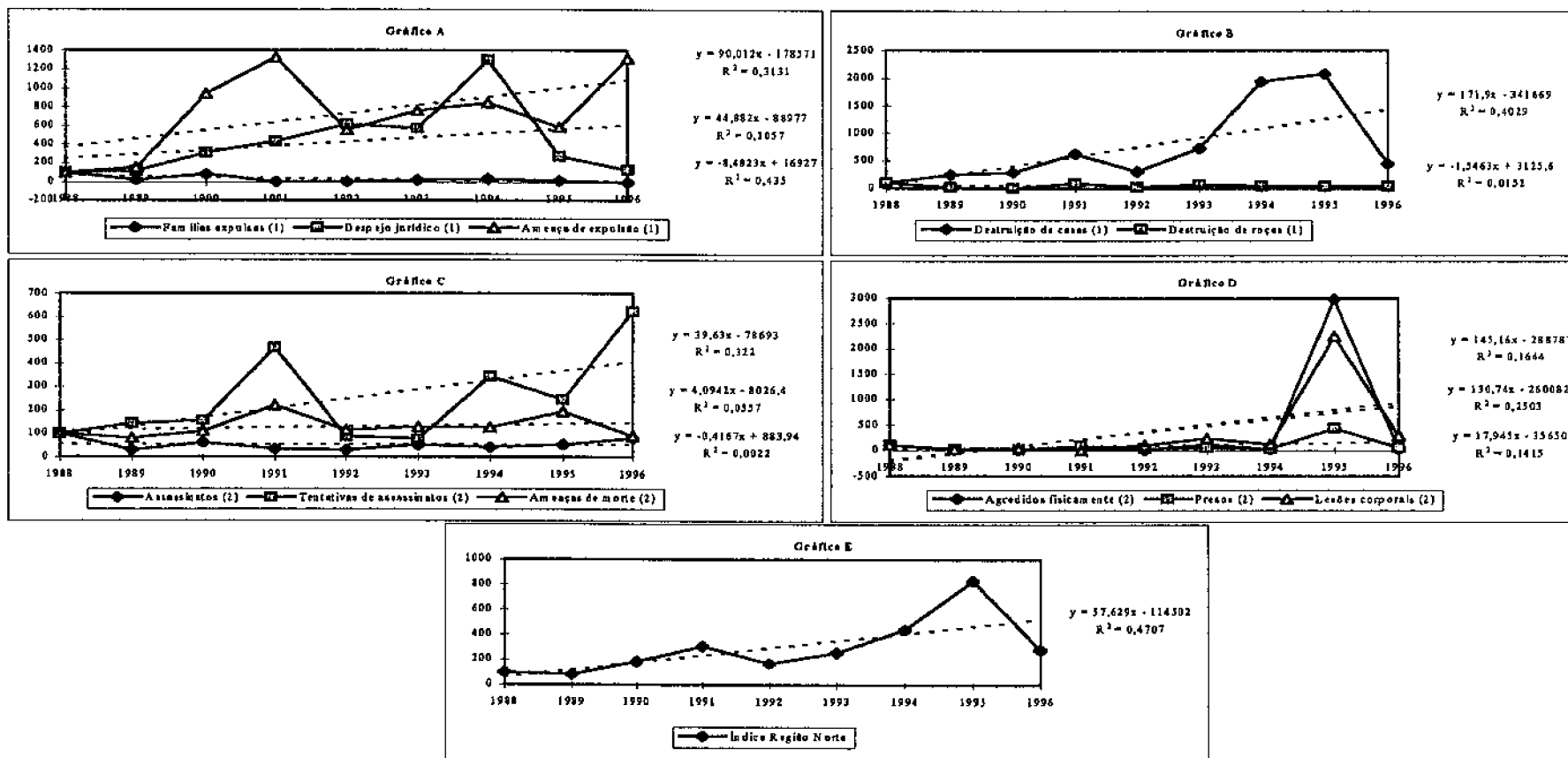
TABELA 21

Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice. 1988/96 (1988=100)

<i>Formas de Violência</i>	<i>Região Norte - Indicadores de Violência no Campo - Números-Índice (1988=100)</i>									
	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	
Famílias expulsas (1)	100	21	78	5	3	21	30	12	-	
Despejo jurídico (1)	100	118	311	431	618	575	1.297	272	129	
Ameaça de expulsão (1)	100	153	939	1.335	556	758	844	582	1.320	
Destruição de casas (1)	100	241	276	624	307	728	1.941	2.079	441	
Destruição de roças (1)	100	13	1	88	15	65	52	29	44	
Assassinatos (2)	100	29	63	35	29	52	42	54	81	
Tentativas de assassinatos (2)	100	144	156	467	89	78	344	244	622	
Ameaças de morte (2)	100	80	109	222	113	128	126	193	91	
Agredidos fisicamente (2)	100	13	4	58	15	123	35	2.985	17	
Presos (2)	100	29	14	94	35	60	38	436	60	
Lesões corporais (2)	100	22	44	6	100	239	128	2.244	294	
Índice Região Norte	100	79	181	306	171	257	443	830	282	

QUADRO VI

Amazônia - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice - 1988/96 (1988=100)



CAPÍTULO VIII

VIOLÊNCIA NO CAMPO - BRASIL - 1986/1996

8.0 Mapeamento da Violência

Nesse capítulo, pretendemos mapear a violência no espaço agrário. Considerando-se o Brasil como um todo e sua divisão em cinco grandes regiões, estudamos a violência no espaço agrário entre 1988/1996, a densidade populacional, e ainda à diferença entre áreas produtivas e áreas não-produtivas. Através de análises estatísticas simples e de ilustrações gráficas, podemos perceber o comportamento da violência em cada ano, e também analisar a relação entre ocupações de terra pelos trabalhadores rurais, as ações de assentamento dos órgãos públicos e os conflitos de terra.

8.1 *Distribuição da População*

Segundo os dados do IBGE (1996), o Brasil possui uma área de 8.547.393,1 km². Para fins censitários, o mesmo órgão divide o país em cinco regiões com dimensões em km² da seguinte forma: a) Norte - 3.869.637,9; b) Nordeste - 1.561.177,8; c) Sudeste - 927.286,2; Sul - 577.214,0; e d) Centro-Oeste - 1.612.077,2 (**Mapa 1**).

A densidade populacional hab/km², **Gráfico 15** entre 1980 e 1995, mostrou a população concentrada na ordem a seguir - das regiões de maior para menor densidade: a) Sudeste; b) Sul; c) Nordeste; d) Centro-Oeste; e d) Norte. É importante observar contudo que, quando consideramos as taxas de crescimento no período e não os crescimentos absolutos, **Tabela 22**, a ordem se inverte, com Norte e Centro-Oeste exibindo as maiores taxas geométricas de crescimento, no período.

TABELA 22

Habitantes por Km² no Brasil Segundo as Regiões - 1980-1995

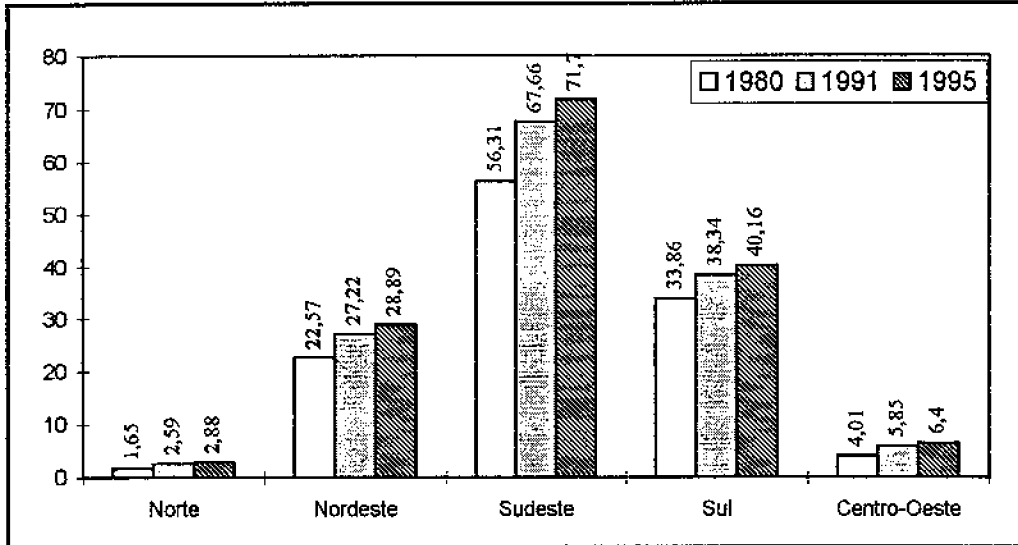
<i>Região</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>1995</i>	<i>Taxa G. Anual 1980-95</i>
Norte	100	157	175	3,8%
Nordeste	100	121	128	1,7%
Sudeste	100	120	127	1,6%
Sul	100	113	119	1,1%
Centro-Oeste	100	146	160	3,2%

GRÁFICO 15

Habitante por Km² no Brasil Segundo as Regiões - 1980/95

Notas (1995):

	1	10.03	24.89	13.94	2.22
	100	1003	2489	1394	222



Taxas

	56%	11%	20%	6%	20%	8%	13%	47%	45%	9%	
	74%		29%		27%		18%		59%		crec. em 15 anos
Fonte: IBGE (1992) e (1996)							5		2		ordem
	1	3	4								comparação sul=1
	4.10	1.55	1.50				100		3.27		

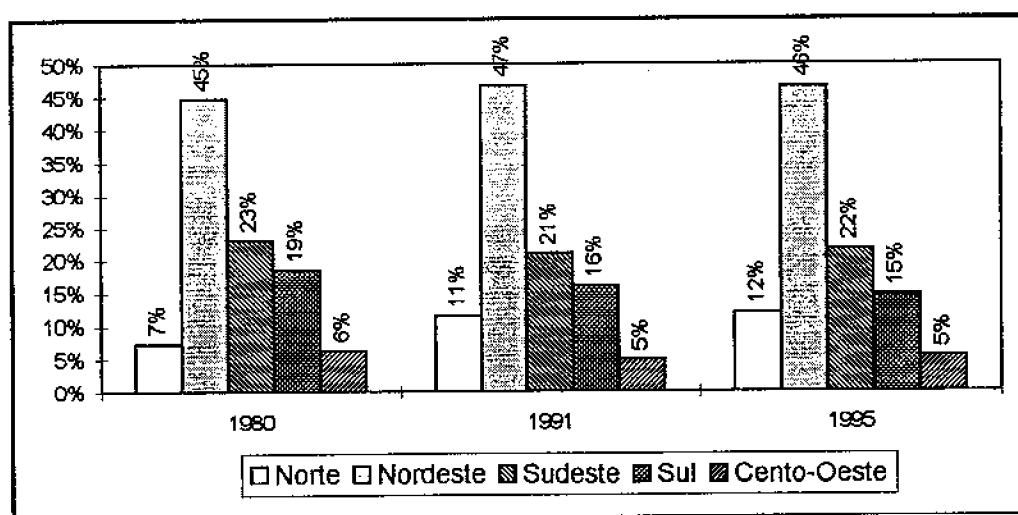
O crescimento acelerado da densidade populacional na fronteira mostra-se também na distribuição da população por região em termos percentuais.

Em 1980, a população rural da região Norte representava 7% do total da população rural do Brasil; em 1991, este percentual aumentou para 11% e chegou a 12% em 1995. Este aumento poderia ser atribuído apenas à migração em direção à fronteira, o que não corresponderia aos fatos, já que, a partir de 1991, com a criação do Estado de Tocantins em 1988, esta área que pertencia à região Centro-Oeste, passou a integrar-se à região Norte segundo os critérios do IBGE. Talvez o fator mais significativo a ser

observado nesta análise seja o fato da região Sul estar diminuindo sua participação populacional em relação ao Brasil, em percentuais nos anos de 1980 (19%); 1991 (16%) e 1995 (15%).

GRÁFICO 16

População Rural Brasileira por Região em % - 1980/1991/1995



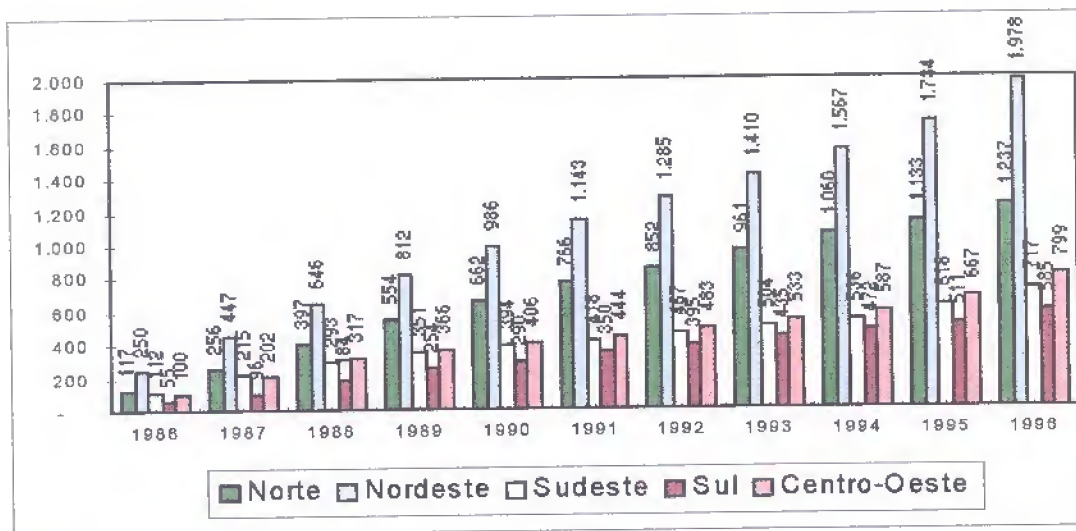
Fonte: IBGE (1996)

8.2 *Distribuição da Violência por Região Segundo a População Rural*

Na distribuição geográfica da *violência contra a posse e propriedade*, observando-se os conflitos de terra acumulados por região no período 1986/96, **Gráfico 17**, constata-se, por exemplo, que o Nordeste foi o palco do maior número de conflitos deste tipo, ou seja, no referido período, acumulou 1.978 conflitos de terra.

GRÁFICO 17

Brasil - Violência Contra Posse e Propriedade no Campo - Número de Conflito de Terra Acumulados por Região - 1986/96



Fonte: CPT (Vários anos)

Seguindo este tipo de raciocínio, de todas as variáveis de violência analisadas, a região Nordeste aparece em primeiro lugar em todas as formas de violência, exceto *ameaça de despejo* (1º lugar: Sul), *assassinatos* (1º lugar: Norte) e *prisões* (1º lugar:

Norte). Este tipo de análise pode ser melhor constatado em detalhes em OLIVEIRA (1996).

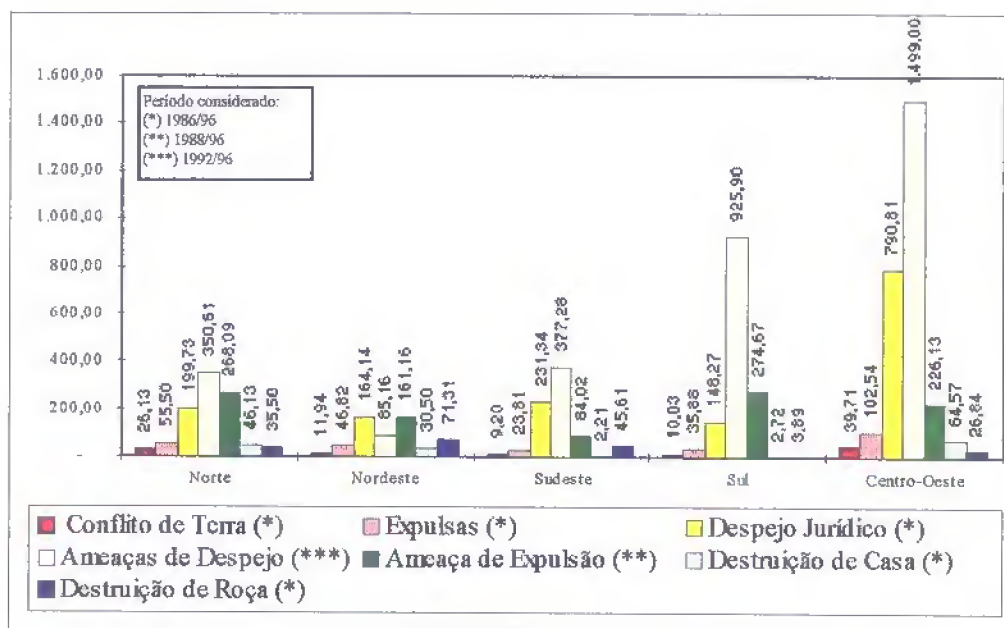
Contudo, achamos necessário estender a análise. Para isso, vamos considerar agora os indicadores de violência levando em conta a população em cada região **Gráfico(s) 18 e 19**. Dessa forma, poderemos saber se a maior incidência de violência na região nordeste em relação à Amazônia relaciona-se tão somente à maior densidade populacional naquela região.

Apoiando-nos em um método introduzido por DURKHEIM (1982), em sua análise clássica do suicídio, adotamos como indicador o número de conflitos de terra por milhão de habitantes, **Gráfico 18**.

Com esse procedimento, a ordem das regiões na classificação da violência indicada por conflitos de terra se altera significativamente. A região Centro-Oeste aparece em primeiro lugar, com 39,71 conflitos de terra por milhão de hab. em média anual e a região Norte aparece em segundo lugar, com 26,13 conflitos de terra por milhão de hab. em média anual. Já a região Nordeste surge em terceiro lugar, com 11,94 conflitos de terra por milhão de hab. em média anual.

GRÁFICO 18

Brasil - Violência Contra a Posse e Propriedade, no Campo, Segundo as Regiões, por Milhão de Habitantes em Média Anual (unidade famílias, exceto conf. de terra - N^o)

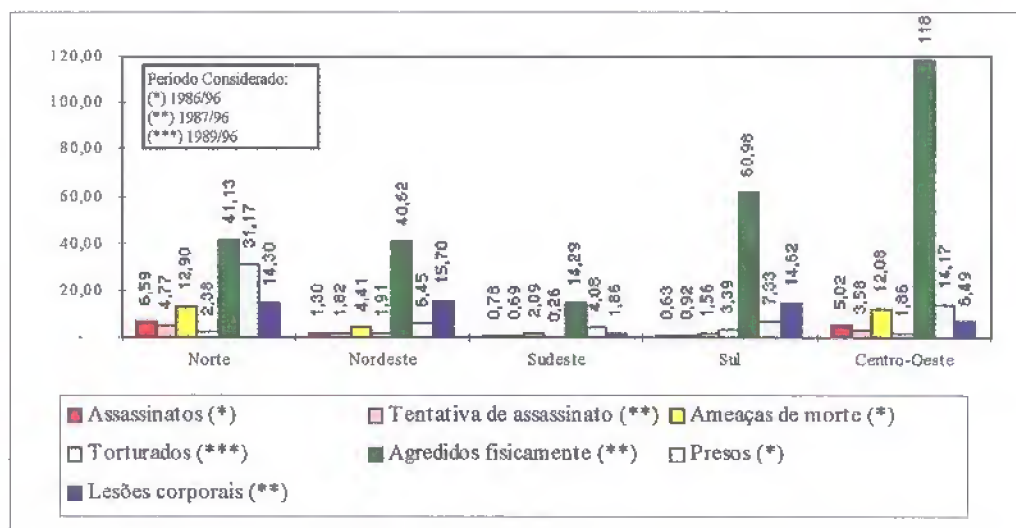


Fonte: CPT (Vários anos); IBGE (1992) ; IBGE (1992) e (1996).

Chegamos a tendências semelhantes considerando os indicadores de violência contra a pessoa, **Gráfico 19**, agora com os indicadores divididos pela população da região, resultando em dados por milhão de habitantes.

GRÁFICO 19

Brasil - Violência Contra a Pessoa, no Campo, Segundo as Regiões, por Milhão de Habitantes em Média Anual (unidade N^o)



Fonte: CPT (Vários anos); IBGE (1992) e (1996).

Procuramos relacionar entre si os resultados anteriores, ou seja, as os indicadores de violência (por milhão de habitantes) nas formas de violência contra posse e propriedade, **Gráfico 18**, e de violência contra a pessoa, **Gráfico 19**, excluindo-se os conflitos de terra. Construímos assim o **Quadro V**, onde procuramos mostrar comparativamente como as diferentes formas de violência se comportaram em cada região, medidas pelo indicadores por milhão de habitantes em média anual. Para esse fim, atribuímos à posição ocupada pela região em uma escala segundo cada forma de violência. Os pesos vão de 5 a 1, segundo a posição da região na escala. O resultado desta análise, apresentou o Norte e o Centro-Oeste como as regiões mais violentas no

espaço agrário com 50 pontos cada uma, seguidas pelo Nordeste (37 pontos), sul (35 pontos) e Sudeste (23 pontos).

QUADRO VII

Brasil - Distribuição da Violência por Região, Segundo Hierarquização na Relação entre População e Diferentes Formas de Violência no Campo - 1986/96

<i>Formas de Violência</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>
Violência Contra a Posse e Propriedade (Famílias)					
1) Expulsas	2º = 4	3º = 3	5º = 1	4º = 2	1º = 5
2) Depejadas juridicamente	3º = 3	4º = 2	2º = 4	5º = 1	1º = 5
3) Ameaças de despejo	4º = 2	5º = 1	3º = 3	2º = 4	1º = 5
4) Ameaçadas de expulsão	2º = 4	4º = 2	5º = 1	1º = 5	3º = 3
5) Destruição de casas	2º = 4	3º = 3	5º = 1	4º = 2	1º = 5
6) Destruição de roças	3º = 3	1º = 5	2º = 4	5º = 1	4º = 2
<i>Sub-total de Pontos</i>	<i>20</i>	<i>16</i>	<i>14</i>	<i>15</i>	<i>25</i>
Violência Contra a Pessoa (n.)					
7) Assassinatos	1º = 5	3º = 3	4º = 2	5º = 1	2º = 4
8) Tentativa de assassinatos	1º = 5	3º = 3	5º = 1	4º = 2	2º = 4
9) Ameaças de morte	1º = 5	3º = 3	4º = 2	5º = 1	2º = 4
10) Torturados	2º = 4	3º = 3	5º = 1	1º = 5	4º = 2
11) Agredidos fisicamente	3º = 3	4º = 2	5º = 1	2º = 4	1º = 5
12) Presos	1º = 5	4º = 2	5º = 1	3º = 3	2º = 4
13) Lesões corporais	3º = 3	1º = 5	5º = 1	2º = 4	4º = 2
<i>Sub-total de Pontos</i>	<i>30</i>	<i>21</i>	<i>9</i>	<i>20</i>	<i>25</i>
<i>Total de Pontos</i>	<i>50</i>	<i>37</i>	<i>23</i>	<i>35</i>	<i>50</i>

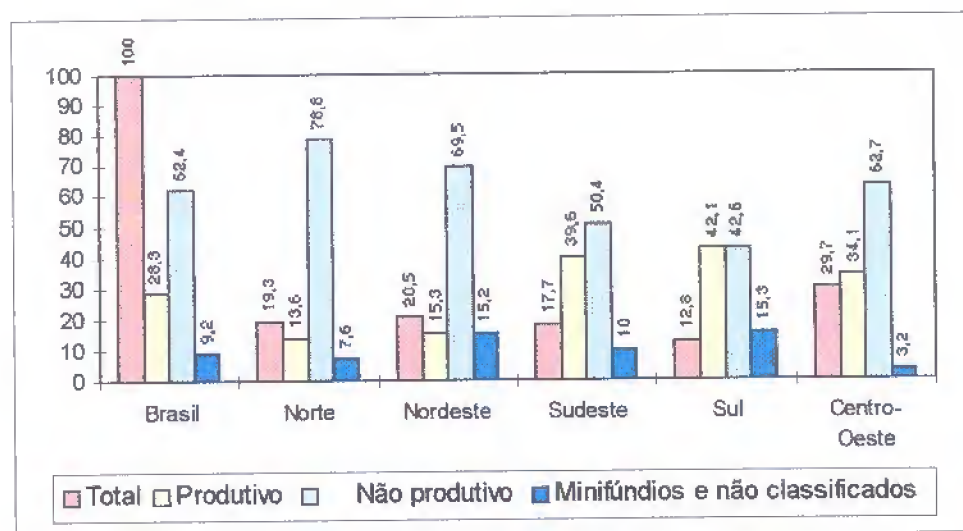
Fonte: Tabelas 18 e 19

Antes de concluir essa análise, introduzimos um outro fator no contexto da violência rural: a distribuição dos imóveis rurais segundo sua produtividade nas diferentes

regiões. Observa-se a ordem Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste quando utilizamos o critério de percentual de propriedades não-produtivas.

GRÁFICO 20

Brasil - Distribuição Percentual dos Imóveis Rurais, Segundo as Regiões e Classificação por Área - 1992



Fonte: INCRA (1996)

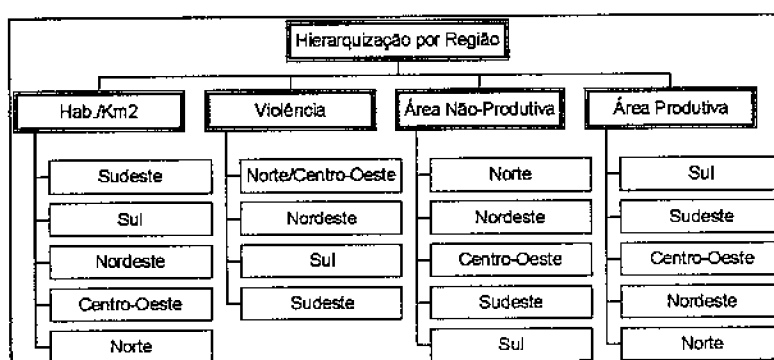
Concluindo, reunimos os resultados do **Quadro VII** os dados dos **Gráficos 15 e 20** para construir o **Organograma 1**, onde se pode relacionar por região: a densidade populacional (hab/km^2), a violência no campo (coeficiente por milhão de hab. em média anual), e porcentagem de áreas não produtivas.

Chegamos assim a três conclusões significativas: a) existe uma relação inversa entre densidade populacional e violência no campo por região (áreas menos densamente

habitadas apresentam menor violência, e vice-versa; b) observa-se uma relação direta áreas não produtivas e a violência no campo (maiores áreas não produtivas estão relacionadas a maior violência no campo); e, c) ocorre uma relação inversa entre maiores taxas de área produtiva e a violência no campo (isto é, maior produtividade associa-se a menos violência no campo).

ORGANOGRAMA 1

Regiões Ordenadas Segundo Hab/km², Violência, Área não Produtiva e Área Produtiva



8.3 *Tendências da Violência no Brasil*

Ao observarmos os dados da violência no campo do Brasil como um todo entre 1988 e 1996, **Tabela 23**, seria possível nos perdermos em uma certa pulverização dos dados. Assim, sem um tratamento estatístico, as conclusões extraídas dos referidos dados, perderiam muito do seu significado. Por essa razão, trataremos dessas tendências neste capítulo.

Antes de mais nada porém, é importante ressaltar a impunidade no campo. De todos os casos de violência contra a pessoa, referentes a *assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte*, no período 1985/96, houve 56 julgamentos, entre eles 14 mandantes foram julgados, com 7 condenações, dos quais 2 então foragidos (CPT, 1997).

Através do **Quadro VIII, Tabela A** e ilustrado pelo **Gráfico A**, percebe-se que de todos os indicadores analisados, as 5 formas de violência que apresentaram a Taxa de Crescimento Linear (TCL) positiva entre 1988 a 1996, pela ordem foram: primeiro - *destruição de casas* (117); segundo - *despejo jurídico* (91); terceiro - *destruição de roças* (37); quarto - *lesões corporais* (26); e, quinto - *presos* (8). Comparando-se a TCL - das mesmas variáveis com a Amazônia, **Quadro V e Tabela A**, também neste caso (comparação já feita no capítulo VII com outras variáveis), percebe-se que todos os indicadores considerados, cresceram mais na Amazônia do que no Brasil, exceto *despejo jurídico e lesões corporais*.

Destas informações, pode-se concluir, que a violência baseada na barbárie (*destruição de roças*), típicas da acumulação primitiva, não é privilégio da fronteira, esta forma de violência está disseminada pelo país e cresce mais do que a Amazônia. Além do mais, a violência baseada na *destruição de casa*, que também alinha-se a prática da barbárie, cresce com uma TCL no Brasil a um nível próximo da Amazônia: (117) para o primeiro caso e (172) para o segundo caso.

Outra conclusão importante na comparação entre Brasil como um todo e região Amazônica, é que a violência juridicamente legitimada (*despejo jurídico*), apresentou uma TCL elevada nos dois casos, (91 e 45), respectivamente. O aumento desta forma de violência, em parte, está relacionado ao aumento da ocupação de terra por parte dos movimentos dos sem-terra. Como consequência, os mesmos acabam disputando juridicamente a terra com os proprietários ou supostos proprietários.

As informações do referido **Quadro**, revelam um problema metodológico para as análises da violência no campo que têm como base os *assassinatos*: a) o artigo de PINHEIRO (1986) analisando a obra ASSASSINATOS NO CAMPO (1987), enfatizou o aumento da violência no campo no período de 1964/86; b) o trabalho de ADORNO (1995:315), tendo como referencial empírico os dados da CPT (vários anos), alertou para a possibilidade da diminuição da violência no campo entre 1990 e 1993. Essas interpretações encontram dificuldades segundo nossa análise estatística¹. De fato, as principais tendências apresentadas pelo conjunto de indicadores de violência vão em sentido diferente da tendência apresentada pelos assassinatos considerados isoladamente como um indicador. Este problema já havia sido levantado por ADORNO, ao relacionar conflitos de terra com assassinatos mesmo admitindo a redução da violência. Há dificuldades para selecionar melhores indicadores de violência. Se tomarmos como critério o ajustamento dos dados às tendências lineares, os melhores os indicadores para

¹ Em nota de rodapé, o referido trabalho advertia sobre as análises que demonstravam a diminuição da violência no campo, pois segundo o autor, as mesmas não eram significativas estatisticamente (ADORNO, 1995:333).

se analisar a violência no campo brasileiro segundo o *Coefficiente de Correlação* (R^2) pela ordem são: primeiro - *despejo jurídico* (0,81); segundo - *destruição de casas* (0,62); terceiro - *famílias expulsas* (0,56); quarto - *assassinatos* (0,49); e, por último - *destruição de roças* (0,44). Isso sugere que os assassinatos deveriam ser combinados a outros indicadores para representar fidedignamente as tendências da violência rural no Brasil.

Enfim, o que se quer chamar atenção aqui é a dificuldade de analisar a evolução da violência no campo ao longo dos anos, considerando-se apenas algumas formas de violência, especialmente o assassinato, num universo de aproximadamente 13 formas de violência *contra a pessoa e contra a posse e propriedade*, registradas pela CPT no período de 1985/96. Tudo leva a crer que os assassinato podem ser um bom indicador para analisar a violência urbana, mas o referido indicador, sozinho, torna-se ineficiente para analisar a violência no espaço agrário. Neste caso, o contexto é maior, deve-se considerar a violência *contra a pessoa e seu patrimônio*. Esse ponto é apoiado pela análise estatística, já que os indicadores de violência *contra o patrimônio*, além de apresentarem os melhores *Coefficientes de Correlação*, são em número de 4, enquanto os indicadores da violência contra pessoa reduzem-se a apenas um quando exigimos deles melhores *Coefficientes de Correlação*.

Ao considerarmos a evolução da violência utilizando *Números-Índice* em cinco diferentes cenários, **Quadro IX** - dados da **Tabela 24**, percebem tendências gerais das formas de violência no campo brasileiro. Em linhas gerais (com todos os indicadores),

Gráfico E, apesar da redução da violência em dois períodos distintos, entre 1990 a 1992 e entre 1994 a 1996, a violência apresentou uma tendência de crescimento ao longo do tempo, no período de 1988 a 1996. Os indicadores agrupados nos **Gráficos A e B** ilustram as tendências da violência *contra a posse e propriedade*, enquanto que os indicadores dos **Gráficos C e D** ilustram as tendências da violência contra a pessoa. A conclusão é que, nesse período de quase uma década, houve um tendência de aumento da violência rural no Brasil, particularmente do tipo que podemos associar à *acumulação primitiva*. Esse diagnóstico estatístico está em acordo com as análises qualitativas da violência que apresentamos anteriormente. O Brasil está longe de ter resolvido seus problemas agrários, e ao contrário apresenta um quadro de recrudescimento do conflito.

TABELA 23

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Dados Anuais - 1988/96

<i>Formas de Violência</i>	<i>Brasil - Indicadores de Violência no Campo</i>									
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Famílias expulsas (1)	3.932	1.842	1.681	413	1.664	1.369	388	1.146	270	
Despejo jurídico (1)	2.387	3.107	2.544	2.286	6.001	12.469	17.687	12.832	17.595	
Ameaça de expulsão (1)	3.402	3.055	7.690	7.931	2.090	5.234	4.535	2.114	2.913	
Destruição de casas (1)	132	306	852	749	703	667	1.901	1.112	1.337	
Destruição de roças (1)	1.024	300	1.175	1.280	1.040	1.419	5.239	1.589	3.677	
Assassinatos (2)	93	56	75	49	46	52	47	41	54	
Tentativas de assassinatos (2)	68	100	80	96	47	37	62	43	71	
Ameaças de morte (2)	153	134	190	253	164	154	212	155	88	
Agredidos fisicamente (2)	288	1.079	3.348	1.691	1.379	1.080	1.017	2.010	124	
Presos (2)	267	401	192	261	304	272	333	833	198	
Lesões corporais (2)	153	512	130	5	91	2.048	151	528	220	

(1) Violência contra o Patrimônio, (2) Violência Contra a Pessoa

Fonte: CPT (Vários anos)

obs: Todas as variáveis identificadas com (1) os valores tem por unidade número da famílias. As variáveis identificadas com (2) os valores tem por unidade número.

QUADRO VIII

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Taxa de Crescimento Linear a/a - 1988/96 (1988=100)

TABELA A

<i>Indicadores</i>	<i>TCL a/a (1988=100)</i>	<i>R2</i>
Destruição de casas (1)	116,84	0,6244
Despejo jurídico (1)	91,102	0,8144
Destruição de roças (1)	37,021	0,44
Lesões corporais (2)	26,155	0,0299
Presos (2)	8,196	0,0938
Ameaças de morte (2)	-2,7451	0,0595
Assassinatos (2)	-4,552	0,4896
Tentativas de assassinatos (2)	-6,2255	0,2677
Ameaça de expulsão (1)	-6,7539	0,0801
Famílias expulsas (1)	-7,7848	0,5569
Agredidos fisicamente (2)	-18,148	0,0221
Índice Brasil	21,192	0,5441

GRÁFICO A

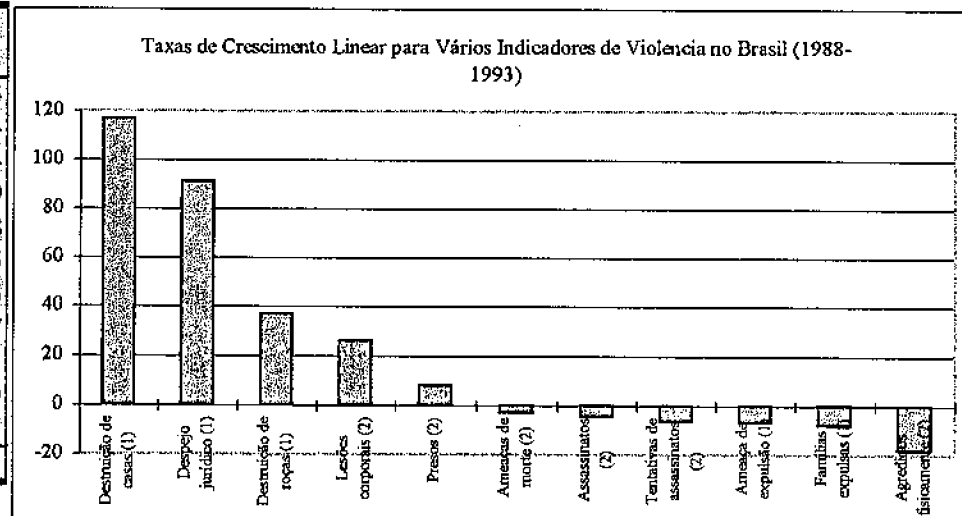


TABELA 24

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice - 1988/96 (1988=100)

<i>Formas de Violência</i>	<i>Brasil - Indicadores de Violência no Campo - Números-Índice (1988=100)</i>								
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Famílias expulsas (1)	100	47	43	11	42	35	10	29	7
Despejo jurídico (1)	100	130	107	96	251	522	741	538	737
Ameaça de expulsão (1)	100	90	226	233	61	154	133	62	86
Destruição de casas (1)	100	232	645	567	533	505	1.440	842	1.013
Destruição de roças (1)	100	29	115	125	102	139	512	155	359
Assassinatos (2)	100	60	81	53	49	56	51	44	58
Tentativas de assassinatos (2)	100	147	118	141	69	54	91	63	104
Ameaças de morte (2)	100	88	124	165	107	101	139	101	58
Agredidos fisicamente (2)	100	375	1.163	587	479	375	353	698	43
Presos (2)	100	150	72	98	114	102	125	312	74
Lesões corporais (2)	100	335	85	3	59	1.339	99	345	144
Índice Brasil	100	153	252	189	170	307	336	290	244

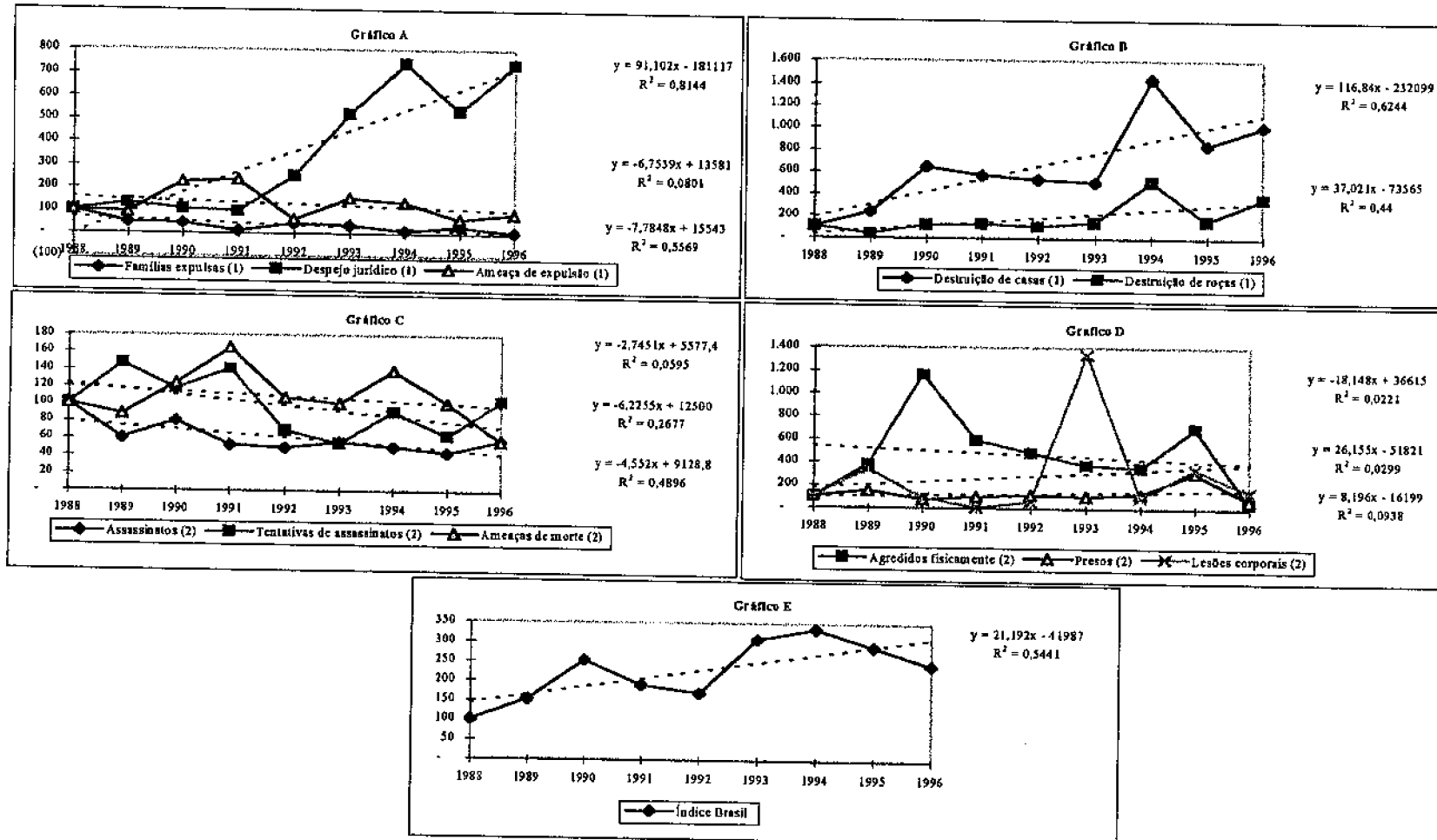
(1) Violência Contra o Patrimônio.

(2) Violência Contra a Pessoa.

Fonte: CPT (Vários anos)

QUADRO IX

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Linhas de Tendências - 1988/96 (1988=100)



8.4 *A Comparação dos Conflitos*

Uma coisa é apontar para tendências. Para isso, procuramos identificar tendências temporais. Outra coisa é explicar essas tendências. Nessa direção, nossa investigação é ainda preliminar. Contudo, alguns pontos podem ser apontados desde já. Tendo em vista a comparação entre diferentes formas de violência, selecionamos os dados da Tabela 25, considerando os *conflitos de terra* como indicador de violência no campo, *famílias assentadas* como indicador da política de reforma agrária e *famílias em ocupação* como indicador de mobilização dos movimentos que reivindicam terra. A partir desses indicadores, chegamos às conclusões seguintes, que podem ser consideradas como surpreendentes por confirmarem quantitativamente impressões qualitativas sobre os processos correspondentes.

Como podemos perceber na Quadro X e Tabela A, os referidos indicadores apresentaram taxas de crescimento lineares (TCL) de 1988 a 1996, pela ordem, como segue: primeiro - *família em ocupações* (46); segundo - *famílias assentadas* (18); e terceiro - *número de conflitos de terra* (TCL = -0,3). Desde podemos tirar duas conclusões: a) a mobilização do movimento reivindicatório por terra cresce a uma taxa maior do que as ações governamentais para efetivar a reforma agrária; e b) o número de *conflitos de terra*, embora seja negativa no período, sugerindo um declínio, não é um bom indicador de violência no campo, já que primeiramente a tendência é de estabilidade no período, com TCL aproximadamente igual a zero; em segundo lugar, o *Coefficiente de*

Correlação (R^2) de apenas (0,0023). O que esse baixo coeficiente indica é que ao longo do período houve oscilações ainda não explicadas.

Outra observação pertinente é que, enquanto os conflitos de terra apresentaram uma taxa de crescimento negativa no período, a tendência da violência no campo, segundo os indicadores da violência medida por *Número-Índice*, foi de crescimento.

Ainda no que se refere às dificuldades metodológicas mencionadas acima, se tomarmos apenas a variável *assassinatos em conflitos de terra* como indicador da violência no campo, tomando por outro lado a variável *famílias assentadas* como expressão das ações governamentais para erradicar a violência no campo, constataríamos que as ações governamentais para resolver o problema seriam mais ágeis do que a própria violência no campo.

Ainda no **Quadro** anunciado acima, analisando-se as 3 variáveis já mencionadas através do *Número-Índice*, **Gráfico B**, percebe-se uma relação quase que direta entre as essas três variáveis. Entre 1988/90, de maneira geral as três variáveis diminuíram o valor do índice, enquanto entre 1990/93, exceto famílias em ocupações, ocorreu um movimento em sentido inverso entre famílias assentadas e conflitos de terra. A partir de 1994 até 1996, os índices correspondentes a de famílias assentadas e conflitos de terra apresentam crescimento, seguidos pelo índice de famílias envolvidas em ocupações, o qual cresce de forma acentuada.

Enfim, a partir deste **Gráfico** podemos tirar duas conclusões: a) as ações governamentais objetivando os assentamentos sempre estão atreladas as pressões dos movimentos dos sem-terra acampados pelo país; e b) os trabalhadores rurais, ao para reivindicar seus direitos - terra para produzir - acabam, em certa medida, por estimular os conflitos de terra. Por outro lado, para que suas reivindicações sejam atendidas, acabam tendo que sofrer diferentes práticas de violência.

TABELA 25

Brasil - Indicadores de Comparação entre: Violência, Políticas de Assentamento e Mobilização dos Sem-Terra. Dados Anuais - 1988/96

Variáveis	Indicadores de Comparação									
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
N. de conflitos (*)	621	500	401	383	361	361	379	440	653	
Assassinatos (*)	93	56	75	49	35	42	36	39	46	
Famílias envolvidas (*)	80.747	38.507	38.310	48.439	30.845	50.447	47.500	63.692	96298	
N. de conflitos (**)	680	566	448	453	433	545	485	554	750	
Assassinatos (**)	93	56	75	49	46	52	47	41	54	
Famílias envolvidas (**)	137.503	107.303	111.524	110.840	37.199	78.226	61.724	76.217	187026,8	
Famílias assentadas (***)	22.906	16.326	3.312	14.368	23.739	4.268	11.710	42.912	62044	
N. de ocupações (****)	71	80	49	82	81	89	119	146	398	
N. de famílias em ocupações (****)	10.443	16.030	8.234	11.470	15.538	19.092	20.516	30.476	63080	

(*) Conflitos de Terra, (**) Total de Conflitos

Fonte: CPT (Vários anos), TAVARES DOS SANTOS (1995) e INCRA (1997)

(***) Política de Assentamento, (****) Indicadores da Mobilização

QUADRO X

Brasil - Indicadores de Comparação: Violência, Assentamento e Mobilização - TCL a/a e Números-Índice - 1988/96 (1988=100)

TABELA A

Variáveis	TCL a/a (1988=100)	R2
N. de famílias em ocupação	45,656	0,5981
N. de ocupações (****)	38,803	0,5016
Famílias assentadas (***)	17,681	0,339
Famílias envolvidas (*)	3,2643	0,1127
N. de conflitos (**)	1,0049	0,0296
N. de conflitos (*)	-0,3167	0,0023
Famílias envolvidas (**)	-0,3318	0,0008
Assassinatos (**)	-4,552	0,4896
Assassinatos (*)	-5,8065	0,5673

GRÁFICO A

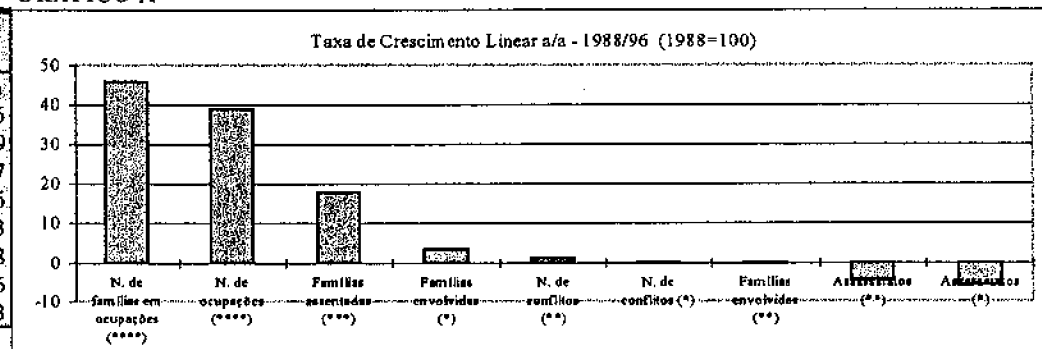
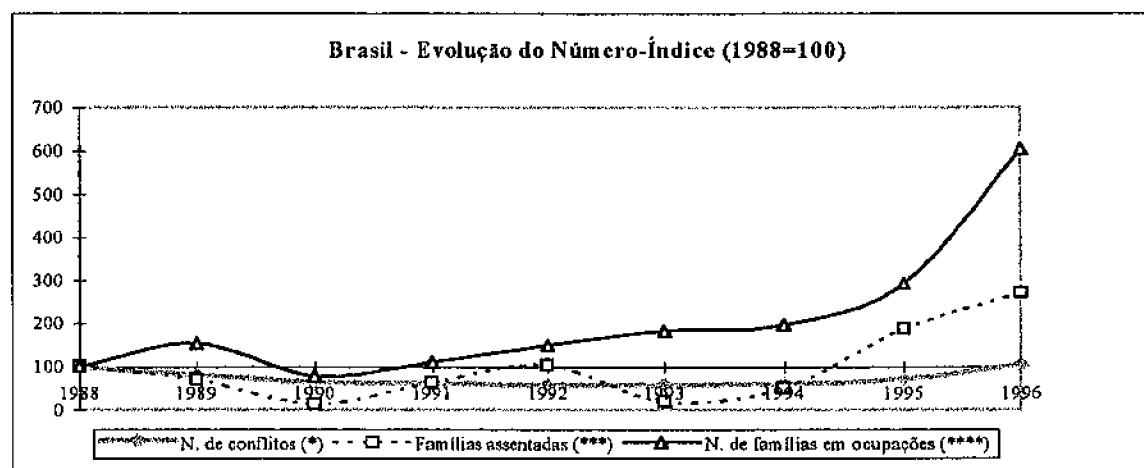


GRÁFICO B



ANEXOS

ANEXO 14

Brasil - Violência Contra a Posse e Propriedade no Campo - 1988/96

<i>Formas de Violência</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Total</i>
<i>Ano - 1988</i>						
Conflitos de terra (n.)	141	199	78	88	115	621
Áreas conflitivas (Ha)	137.931.785	1.258.076	266.424	14.631.142	2.778.810	156.866.237
Famílias envolvidas	16.160	21.049	16.732	15.250	11.544	80.735
Famílias expulsas	761	2.538	30	428	175	3932
Despejo jurídico (família)	240	641	154	986	366	2387
Ameaça de despejo (família)						
Ameaça de expulsão (família)	142	1.422	69	1.735	14	3402
Destruição de casas (família)	29	80	6	0	17	132
Destruição de roças (família)	277	480	71	194	2	1024
<i>Ano - 1989</i>						
Conflitos de terra (n.)	157	186	58	70	49	500
Áreas conflitivas (Ha)	12.466.897	779.150	198.983	127.746	907.478	14.480.254
Famílias envolvidas	4.525	11.796	2.058	8.755	5.020	32.154
Famílias expulsas	160	1.061	50	530	41	1842
Despejo jurídico (família)	282	901	316	598	1.010	3107
Ameaça de despejo (família)						
Ameaça de expulsão (família)	217	1.338	56	1.200	244	3055
Destruição de casas (família)	70	136	0	30	70	306
Destruição de roças (família)	35	194	1	0	70	300
<i>Ano - 1990</i>						
Conflitos de terra (n.)	108	174	43	36	40	401
Áreas conflitivas (Ha)	11.365.988	441.493	188.153	86.304	1.753.818	13.835.756
Famílias envolvidas	7.740	16.453	2.635	4.730	6.751	38.309
Famílias expulsas	594	835	50	90	112	1681
Despejo jurídico (família)	747	951	385	246	415	2544
Ameaça de despejo (família)						
Ameaça de expulsão (família)	1.334	4.989	238	167	962	7.690
Destruição de casas (família)	80	662	0	0	110	852
Destruição de roças (família)	3	1.075	97	0	0	1175
<i>Ano - 1991</i>						
Conflitos de terra (n.)	104	157	24	60	38	383
Áreas conflitivas (Ha)	3.301.914	2.101.700	118.279	112.624	1.403.205	7.037.722
Famílias envolvidas	12.386	19.478	1.929	10.367	4.279	48.439
Famílias expulsas	40	250	0	56	67	413
Despejo jurídico (família)	1.035	578	32	262	379	2.286
Ameaça de despejo (família)						
Ameaça de expulsão (família)	1.895	3.952	401	1.666	17	7.931
Destruição de casas (família)	181	421	22	5	120	749
Destruição de roças (família)	243	1.033	1	0	3	1280

Ano - 1992						
Conflitos de terra (n.)	86	142	49	45	39	361
Áreas conflitivas (Ha)	3.414.365	503.429	204.319	74.409	1.495.689	5.692.211
Famílias envolvidas	5.743	9.413	4.895	6.619	4.173	30.843
Famílias expulsas	26	1.036	21	211	370	1664
Despejo jurídico (família)	1.482	1.388	641	780	1.710	6.001
Ameaça de despejo (família)	624	270	85	2.261	1.287	4527
Ameaça de expulsão (família)	790	880	224	52	155	2090
Destruição de casas (família)	89	427	75	0	112	703
Destruição de roças (família)	42	622	323	0	53	1040
Ano - 1993						
Conflitos de terra (n.)	109	125	37	40	50	361
Áreas conflitivas (Ha)	635.484	526.781	212.698	55.964	1.790.325	3.221.252
Famílias envolvidas	7.540	19.607	7.659	6.889	7.210	48.905
Famílias expulsas	160	594	0	305	310	1369
Despejo jurídico (família)	1.379	5.431	3.205	607	1.847	12.469
Ameaça de despejo (família)	1.954	1.037	200	2.196	970	6.357
Ameaça de expulsão (família)	1.076	3.958	120	12	63	5.234
Destruição de casas (família)	211	350	0	106	0	667
Destruição de roças (família)	180	1.226	1	12	0	1419
Ano - 1994						
Conflitos de terra (n.)	99	157	32	37	34	379
Áreas conflitivas (Ha)	394.463	620.147	79.859	47.709	677.785	1.819.963
Famílias envolvidas	6.710	15.384	7.411	10.793	6.841	47.179
Famílias expulsas	226	162	0	0	0	388
Despejo jurídico (família)	3.112	5.509	3.897	268	4.911	17.687
Ameaça de despejo (família)	1.199	876	3.285	5.995	1.827	13.182
Ameaça de expulsão (família)	585	3.048	71	41	790	4.535
Destruição de casas (família)	563	1.049	42	18	229	1901
Destruição de roças (família)	145	3.484	1.302	0	308	5.239
Ano - 1995						
Conflitos de terra (n.)	73	167	82	39	30	441
Áreas conflitivas (Ha)	1.505.037	248.964	198.789	57.921	1.240.020	3.250.731
Famílias envolvidas	10.829	21.060	14.128	7.653	9.915	63.365
Famílias expulsas	89	377	0	0	680	1146
Despejo jurídico (família)	653	3.279	6.156	1.182	1.582	12.832
Ameaça de despejo (família)	2.019	1.592	4.665	1.486	3.538	13.300
Ameaça de expulsão (família)	827	315	622	3	147	2.114
Destruição de casas (família)	603	340	1	0	168	1112
Destruição de roças (família)	81	1.308	200	0	0	1.589
Ano - 1996						
Conflitos de terra (n.)	104	244	99	74	132	653
Áreas conflitivas (Ha)	1.057.664	689.049	369.471	180.239	1.099.234	3.395.657
Famílias envolvidas	13.406	53.700	15.736	16.069	17.387	96.298
Famílias expulsas	0	100	0	170	0	270
Despejo jurídico (família)	309	7.998	3.210	2.636	3.422	17.995
Ameaça de despejo (família)	1.612	1.822	3.417	9.152	3.893	19.896
Ameaça de expulsão (família)	1.874	649	0	324	66	2.913
Destruição de casas (família)	128	1.153	0	0	56	1337
Destruição de roças (família)	125	1.930	1.548	20	56	3677

Fonte: CPT (Vários anos)

ANEXO 15

Brasil - Violência Contra a Pessoa no Campo - 1988/96

<i>Formas de Violência</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Total</i>
<i>Ano - 1988</i>						
Pessoas envolvidas	80.852	105.248	83.661	76.251	57.721	403.733
Assassinatos	48	27	8	1	9	93
Tentativas de assassinatos	9	40	5	0	14	68
Ameaças de morte	46	59	23	4	21	153
Torturados						
Agredidos fisicamente	52	140	32	8	56	288
Presos	133	80	15	29	10	267
Lesões corporais	18	16	9	106	4	153
<i>Ano - 1989</i>						
Pessoas envolvidas	26.939	74.575	16.225	49.677	25.117	192.533
Assassinatos	14	17	6	13	6	56
Tentativas de assassinatos	13	79	2	4	2	100
Ameaças de morte	37	50	19	24	4	134
Torturados	0	44	0	22	0	66
Agredidos fisicamente	7	418	13	638	3	1079
Presos	39	167	25	160	10	401
Lesões corporais	4	29	20	447	12	512
<i>Ano - 1990</i>						
Pessoas envolvidas	38.702	82.267	13.175	23.630	33.756	191.530
Assassinatos	30	26	9	2	8	75
Tentativas de assassinatos	14	46	1	4	15	80
Ameaças de morte	50	94	17	4	25	190
Torturados	5	9	0	6	5	25
Agredidos fisicamente	2	1.793	2	1.546	5	3348
Presos	18	90	28	53	3	192
Lesões corporais	8	57	4	60	1	130
<i>Ano - 1991</i>						
Pessoas envolvidas	61.931	97.389	9.646	51.836	21.394	242.196
Assassinatos	17	23	2	6	1	49
Tentativas de assassinatos	42	26	6	19	3	96
Ameaças de morte	102	129	9	9	4	253
Torturados	8	65	2	88	3	166
Agredidos fisicamente	30	1.572	1	12	76	1691
Presos	125	67	1	49	19	261
Lesões corporais	1	2	0	2	0	5
<i>Ano - 1992</i>						
Pessoas envolvidas	21.619	54.626	27.282	41.998	30.471	185.996
Assassinatos	14	21	4	4	3	46
Tentativas de assassinatos	8	9	17	3	10	47
Ameaças de morte	52	49	4	14	45	164
Torturados	3	5	3	1	3	15
Agredidos fisicamente	8	9	3	10	1.349	1379
Presos	47	84	118	38	17	304
Lesões corporais	18	30	7	18	18	91

<i>Ano - 1993</i>						
Pessoas envolvidas	4.678	79.397	40.413	6.441	15.674	146.603
Assassinatos	25	14	5	4	4	52
Tentativas de assassinatos	7	22	3	3	2	37
Ameaças de morte	59	59	10	11	15	154
Torturados	12	55	2	15	3	87
Agrididos fisicamente	64	410	192	2	412	1.080
Presos	80	102	27	14	49	272
Lesões corporais	43	1.937	54	5	9	2.048
<i>Ano - 1994</i>						
Pessoas envolvidas	35.396	102.620	50.427	72.391	47.585	308.619
Assassinatos	20	14	2	5	6	47
Tentativas de assassinatos	31	24	2	2	3	62
Ameaças de morte	58	126	5	8	15	212
Torturados	18	10	3	3	5	39
Agrididos fisicamente	18	680	244	0	75	1.017
Presos	51	182	19	31	56	339
Lesões corporais	23	74	6	23	25	151
<i>Ano - 1995</i>						
Pessoas envolvidas	60.879	171.912	89.561	46.325	62.409	381.046
Assassinatos	26	8	2	0	5	41
Tentativas de assassinatos	22	11	1	4	5	43
Ameaças de morte	89	36	9	5	16	155
Torturados	37	26	4	0	5	72
Agrididos fisicamente	1.552	451	3	2	2	2.010
Presos	580	177	48	21	57	833
Lesões corporais	404	85	8	20	11	528
<i>Ano - 1996</i>						
Pessoas envolvidas	67.726	179.960	89.206	507.526	90.716	933.134
Assassinatos	39	9	0	0	6	54
Tentativas de assassinatos	36	2	4	7	2	71
Ameaças de morte	42	26	9	6	5	88
Torturados	5	6	0	0	1	12
Agrididos fisicamente	9	66	25	0	24	124
Presos	80	54	35	6	25	198
Lesões corporais	53	68	19	54	26	220

Fonte: CPT (Vários anos)

CONCLUSÃO

Ao concluirmos esse trabalho, iremos concentrar a atenção inicialmente na análise das tendências da violência no campo: na Amazônia (núcleo desta pesquisa) e no Brasil. Desta forma, estaremos tratando da fronteira e de sua relação com o país como um todo.

Em linhas gerais, considerando todos os indicadores, apesar da redução da violência em dois períodos distintos - entre 1990 a 1992 e entre 1994 a 1996 - a violência apresentou uma tendência de crescimento ao longo do tempo no período de 1988 a 1996, com uma taxa geral de (21,192). Essa taxa significa uma tendência de crescimento de (21) pontos percentuais ao ano, em relação ao ano-base de 1988.

Em seguida, consideramos a diferença entre a fronteira amazônica e o Brasil como um todo. Uma primeira conclusão é de que a violência primitiva associada à *acumulação primitiva* não é privilégio da fronteira. Ao contrário, esta forma de violência está disseminada pelo país: por exemplo, a violência baseada na *destruição de casas* também cresce a uma taxa nacional não muito distante daquela da

Amazônia (taxa de 117 e 172 respectivamente). Em outras palavras, a violência rural não é apenas um problema de fronteira geográfica. Podemos então dizer que há no Brasil uma fronteira interna, de natureza estrutural: uma fronteira, onde quer que seja de terra disputada e que é assinalada pela violência.

Outro ponto a observar é que a violência, que tem caráter crescente no campo (conforme constatamos ao longo da pesquisa), aumenta também nas cidades, e ambos os contextos mantêm entre si uma relação, já que são decorrentes de causas relacionadas entre si. Assim, por exemplo, o Acre está em terceiro lugar na lista das polícias mais violentas do Brasil (dados da Anistia Internacional). Essa natureza difusa da violência impede uma classificação estanque das formas de violência em *rural* e *urbana*.

A análise estatística sugeriu que, dentre os indicadores de violência considerados, o *despejo jurídico* cresceu mais que outras formas de violência. Parece então estar havendo, em escala nacional, uma substituição de formas *ilegítimas* de violência (como assassinatos) por formas *legítimas* (despejos).

Pela comparação entre Brasil como um todo e a região Amazônica, observa-se que a violência legítima (*despejo jurídico*) apresentou uma taxa elevada nos dois casos (taxas de 91 e 45 respectivamente). Vê-se que é no Brasil como um todo que a violência *legítima* cresceu mais acentuadamente do que na Amazônia. Isso sugere que a substituição de formas *ilegítimas* por formas *legítimas* pode estar-se dando mais rapidamente no Centro-Sul do que no Norte. O aumento desta forma de violência, em parte, está relacionado ao aumento da ocupação de terra pelos movimentos dos

trabalhadores sem-terra, que nestas regiões, estão disputando juridicamente a terra com os proprietários ou supostos proprietários.

Merece consideração o papel do Estado em relação à violência. Primeiro, cabe enfatizar o fenômeno da impunidade. De todos os casos de violência contra a pessoa, referentes a assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte, entre 1985 e 1996, houve apenas 56 julgamentos. Nestes, apenas 14 mandantes foram a julgamento, com 7 condenações. Destes condenados, 2 estão foragidos (CPT, 1997).

Ademais, a justiça não está aparelhada para julgar a especificidade de formas de violência em regiões remotas, privando de fato muitos brasileiros do acesso à cidadania. Essa situação é exemplificada pelos casos de trabalho escravo, e de *interditos proibitórios* que objetivam coibir tanto a liberdade de ir e vir, como a atuação de cooperativas e sindicatos (caso do seringal Valparaíso e Russas, no Acre).

Cabe ainda uma observação sobre os massacres. Se a sociedade não consegue encontrar alternativas para atender as reivindicações do movimento organizado dos sem-terra, corre o risco de perder os interlocutores e ter que enfrentar *movimentos independentes* como o MCC, ou movimentos espontâneos. Nesse caso, com orientação explícita de seus líderes, haverá o risco de uma generalização da violência. Algo semelhante poderia ser observado com relação ao aparato policial e judiciário. No caso policial e judiciário, ocorrem decisões afetadas por interesses locais, que podem estar motivados a fomentar o conflito, em vez de resolvê-lo pacificamente.

Os massacres reflete também o efeito das políticas com as quais o Estado estimulou a migração na década de 1970 e 1980. No final da década de 80, o Estado deixa de investir maciçamente nos projetos de colonização. Mas a população já estava

acampada em busca de terra pela Amazônia, em áreas como Colorado D'Oeste e Corumbiara (RO), onde realizei pesquisa de campo. O Estado passa, opostamente então, a dificultar os assentamentos e surgem as tensões que levam à eclosão dos massacres.

Portanto, um ponto a observar é que a violência rural, na forma de conflito de terra, parece estar associada ao processo de ocupação de terras. Esta estimula ações de reforma agrária. O sucesso dessa estratégia, por sua vez, estimula novas ocupações. Ocorre assim um ciclo por meio do qual a sociedade força, por assim dizer, a redistribuição da terra. Poder-se-ia dizer que, nesses casos, ocorre uma forma de *violência legítima* - onde a ocupação de terra por sem-terra é vista como uma forma legítima de realizar justiça social. Nesse caso, porém, o limite importante está entre as ocupações como meio de realizar a justiça distributiva, e as ocupações como meio de atingir a violência vista a serviço de fins políticos.

Há uma relação clara entre desmatamento e violência no Estado do Acre e na Amazônia como um todo, o que permite associar ocupação da fronteira e violência. Essa relação se comprova para vários indicadores e em particular para os assassinatos. Para o Brasil, maiores densidades demográficas associam-se a menor violência no campo (ver organograma): há uma relação inversa entre densidade populacional e violência no campo por região, associando-se áreas com baixa densidade demográfica com disputa pela terra. Observa-se também uma relação quase direta entre as regiões com maiores áreas não produtivas e a violência no campo - em outras palavras, não basta haver terra com baixa densidade para haver violência rural,

mas é preciso ainda haver baixa produtividade. Inversamente, áreas com maiores taxas de áreas produtivas apresentam menores indicadores de violência.

Começamos este trabalho fazendo uma revisão de orientações teóricas para a compreensão da violência nas áreas rurais e na fronteira. Chegamos à conclusão de que, se há uma forma de violência de fronteira ligada a processos peculiares de acumulação de capital, por outro lado a fronteira deve ser analisada como um espaço de conflitos de interesse entre várias categorias sociais, isto é, como um espaço contestado (SCHMINK e WOOD). Nesse espaço contestado, o conflito nem sempre se manifesta entre classes sociais. Poderíamos dizer que a Amazônia é um espaço social em formação, e ali, em vez de classes sociais, há grupos ou categorias sociais em disputa pelo espaço. Assim, a polarização pode dar-se entre diversas categorias sociais: as elites oligárquicas locais, os fazendeiros arruinados de outras regiões que desejam recuperar a riqueza, os representantes de órgãos públicos, os empresários ou representantes de grandes empresas nacionais ou transnacionais, as organizações não-governamentais, os *povos da floresta* - índios, seringueiros, posseiros e garimpeiros que sofrem a ameaça de perderem seus espaços - os colonos assentados ou acampados em busca de promessas de um lote de terra para cultivar - há violência opondo esses grupos entre si e no interior deles, e, dependendo das disputas e do momento as alianças são as mais variadas.

Este trabalho, além de constatar, primeiro com a revisão bibliográfica e depois por meio dos dados, a impossibilidade de reduzir a violência rural a uma única causa ou a um único modelo teórico, procurou caminhos para analisar tendências. Mas apenas os primeiros passos foram dados nessa direção. Para entender melhor a

violência na fronteira e compará-la com a violência na escala do Brasil, seria necessário, após a caracterização das tendências, invocar fatores como o deslocamento interno da população (de um lado o deslocamento da população nativa, e de outro lado as migrações); o processo de assentamentos; o desmatamento; a disponibilidade de terras devolutas, a titulação de terras e a estrutura fundiária; a extensão relativa das áreas destinadas para pastagens e para agricultura; a renda dos setores da população e a distribuição da renda; a volume de financiamento rural e outros investimentos. Explorar todas essas pistas, ou uma parte delas, exigiria um novo trabalho.

Cabem algumas palavras sobre a metodologia empregada. Procuramos equilibrar a utilização do contexto histórico (com apoio em fontes secundárias) e dados de arquivos. Por outro lado, preocupamo-nos em escapar de um estilo tentador quando se trata de violência: a simples denúncia. Para isso, entramos pouco a pouco no território da análise estatística. Trata-se aqui dos primeiros passos em uma rota a ser explorada no futuro.

O que foi feito nesse primeiro passo foi buscar identificar quantitativamente as tendências no período de quase uma década que foi submetida à análise. Aqui, inspirando-nos nos métodos de análise de séries temporais, consideramos vários indicadores de violência (agrupados às vezes em formas como *violência contra a propriedade* e *violência contra a pessoa*), construindo números-índice, identificando taxas de crescimento e comparando entre si os números-índice; finalmente, construímos um índice geral combinando de maneira simples os vários indicadores. Com base nesse procedimento, pudemos chegar a algumas conclusões que, embora

sujeitas a crítica, demonstram pelo menos o empenho em se apoiarem em um procedimento claro, que outros poderão melhorar ou criticar. O que evitamos foi nos guiarmos apenas pela *impressão*.

Contudo, convém desde já indicar o que poderá ser feito no futuro. Seria útil relacionar o comportamento dos indicadores ao longo do tempo com as variáveis que afetam tais indicadores, como o desmatamento, os assentamentos, a densidade demográfica, a estrutura fundiária e outras. Estaríamos assim não apenas identificando tendências temporais, mas também buscando mecanismos e causas para essas tendências.

Caberia aqui a outra observação de que os modelos utilizados para chegar a tendências foram muito simples. Assim, as taxas que discutimos baseiam-se na hipótese de que uma linha reta expressa aproximadamente uma tendência exibida por um indicador no período estudado. Contudo, é possível que, no período, o indicador esteja crescendo em valor, mas reduzindo o ritmo de crescimento; é possível que esteja de fato crescendo a um ritmo constante; e é possível que esteja crescendo com um ritmo acelerado. É possível que esteja primeiro subindo, e depois caindo. Para captar esses detalhes, seria necessário utilizar modelos mais complexos.

Outro ponto a ser levantado é que utilizamos dados anuais. Ora, parte da complexidade dos dados liga-se ao fato de que os índices de violência refletem flutuações sazonais. Ao adotar dados anuais, perdemos a possibilidade de relacionar a violência com fatores intrínsecos à sazonalidade (por exemplo, época de queimadas) ou ligados a ocorrências de ordem política e administrativa (por exemplo, eleições). Mais uma vez, a exploração desses aspectos requer um trabalho futuro.

BIBLIOGRAFIA

ABNT (1978). Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro. NB 6023; NB 6027; NB 6028 e NB 14:02.02.002.

ADORNO, Sérgio (1995). A Violência na Sociedade Brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, 10(2):299-342.

AKERS, C.E (1913). **Tradução Devidamente Autorizada do Relatório sobre o Vale do Amazonas**. Sua indústria de borracha e outros recursos. Rio de Janeiro, Editora Typographia do Jornal do Comércio.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de (1989). **7 Teses Sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros**. (s.l.) - (mimeo).

_____ (1992). **Rubber Tappers of the Upper Jurua River, Brasil**. The Making a Forest Peasant Economy. Cambridge. A dissertation submitted by a candidate to the Ph.D. degree at the University of Cambridge. (mimeo).

- ALTHUSSER, Louis (1985). **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal.
- ALVES DE SOUZA, Carlos Alberto (1995) **História do Acre**. Rio Branco, Editora M.M. Paim Representação e Comércio.
- ALVES PINTO, Nelson Prado (1984). **Política da Borracha no Brasil - A falência da Borracha Vegetal**. São Paulo, Editora Hucitec.
- ANAIS (1993) **Seminário de Estudos sobre o Programa Piloto para a Amazônia**. Belém, 01 a 04 de fevereiro de 1993, Impressão/Fase.
- ANDRADE DE PAULA, Elder (1991). **Seringueiros e Sindicatos - Um Povo da Floresta em Busca da Liberdade**. Itagá - Rio de Janeiro. Tese de Mestrado apresentada na Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro. (mimeo).
- ASHER, Herbert B. (1983). **Causal Modeling**. Newbury Park, Sage Publications.
- ASSASSINATOS NO CAMPO (1987). **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. 2ª Edição, São Paulo, Global Editora.
- ARENDT, Hannah (1994). **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará.
- BARATA, Ronaldo (1995). **Inventário da Violência - Crime e Impunidade no Campo Paraense**. Belém, Editora Cejup.
- BARP, Wilson José (1992). **A Formação das Categorias Sociais Subalternas na Amazônia e a Reconstituição de sua Identidade no Novo Espaço Social e Ambiental**. In: **Reforma Agrária**, Campinas (SP), 22 (1):28-38, Jan/Abr.
- BASA (1975). **A Terceira (e Última) Guerra da Borracha. Carta da Amazonas**. Belém, Basa 2 (35):2-3, aut.

- BASTOS, Abguar (1960). **A conquista do Acre**. Subsídios para a História do Acre. Rio de Janeiro, SPVEA.
- BECKER, Bertha K. (1988). Significância Contemporânea da Fronteira: uma Interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: UBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília, Editora UNB, pp. 60-89.
- BENCHIMOL, Samuel (1965). **O Cearense na Amazônia** - Inquérito Antropográfico sobre Tipos de Imigrantes. 2ª Edição, Rio de Janeiro, SPVEA.
- BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner (1988). **O Estado e os Conflitos Agrários na Amazônia**. Trabalho apresentado no seminário "Amazônia: a fronteira agrícola - 20 anos depois". Belém, (mimeo).
- _____ (1993). **Conflitos e Mediação** - Os Antagonismos Sociais na Amazônia Segundo os Movimentos Camponeses, as Instituições Religiosas e o Estado. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada a UFRJ. Vol. I e II.
- _____ (1995). **Carajás: a guerra dos mapas**. 2ª Edição, Belém, Editora Supercorres.
- BOBBIO, Norberto (1991a). Três textos sobre a Violência. In: **Revista da USP**. (Dossiê Violência), nº 9, pp. 3-8
- _____ (1991b). **Thomas Hobbes**. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- BOSI, Alfredo(1994). **Dialética da Colonização**. 2ª edição, São Paulo, Editora Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa, Editora Difel.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (1976[1936]). **Raízes do Brasil**. 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora José Olympio .
- BUENO, M. A. Pimenta (1882). **A Borracha** - Considerações (Indústria Extrativista). Rio de Janeiro, Typographia Imperiale Constitucional de J. Villeneuve & Co.

- CASTRO, Antonio B. (1977). **Sete Ensaíos sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Forense - Universitária. Vol.I.
- CASTRO, Plácido de (1911). **Notas Inéditas sobre a Revolução Acreana, Escritas pelo Libertador do Acre**. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comércio de Rodrigues.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1972). **A Sociologia do Brasil Indígena**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene (1978). Conciliação e Violência na História do Brasil. IN: **Encontro com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Vol.2, pp. 189-227.
- COELHO, Eunice Mariano (1982). **Acre: O Ciclo da Borracha (1903-1945)**. Niterói, Dissertação de Mestrado Apresentada na Universidade Federal Fluminense, (mimeo).
- COSTA, João Craveiro (1974). **A Conquista do Deserto Ocidental - Subsídios para a História do Território do Acre**. 2ª São Paulo, Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro.
- COSTA, Francisco de Assis (1989). **A Grande Empresa Capitalista no Contexto das Políticas de Estado para a Agropecuária na Amazônia**. Belém., Relatório final de pesquisa desenvolvida com o auxílio do CNPq na forma de concessão, ao autor, de uma "bolsa de desenvolvimento científico regional" (mimeo).
- _____ (1993). **Grande Capital e Agricultura na Amazônia - A experiência Ford no Tapajós**. Belém, Editora da UFPA.
- _____ (1994) (Org.). **Estatísticas Básicas para Pesquisa e Planejamento Agropecuário da Região Norte**. Belém, UFPA/NAEA. Vol. I, Tomo I.

- COSTA, José Marcelino Monteiro de & CAPELA, Neves (1970). Borracha Vegetal; Análise da Oferta. **Revista Econômica do BASA**. 1 (1):7-17.
- CPT (1986). **Conflitos de Terra no Brasil/1985**. Goiânia, Edição Provisória (mimeo).
- CPT (1987). **Conflitos de Terra no Brasil/1986**. Goiânia, Sem Editora.
- CPT (1988). **Conflitos no Campo Brasil/1987**. Goiânia, Sem Editora.
- CPT (1989). **Conflitos no Campo Brasil/1988**. Goiânia, Sem Editora.
- CPT (1990). **Conflitos no Campo Brasil/1989**. Goiânia, Sem Editora.
- CPT (1991). **Conflitos no campo/1990 - Espinhoso caminho para a liberdade**. Goiânia, Edições Loyola.
- CPT (1992). **Conflitos no Campo - Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: Viver é um Direito**. Goiânia, Edições Loyola.
- CPT (1993). **Conflitos no Campo Brasil/1992 - Luta e Sonho na Terra**. Goiânia. Edições Loyola.
- CPT (1994). **Conflitos no Campo Brasil/1993**. Goiânia, Sem Editora.
- CPT (1995). **Conflitos no campo Brasil/1994**. Goiânia, Sem Editoral.
- CPT(1996). **Sistema de Controle dos Conflitos no Campo - Relatório Geral de Textos Históricos do Estado do Acre-1970/95**. Goiânia-GO, Emissão em 22.07.96 (mimeo).
- CPT (1996b). **Conflitos no Campo Brasil/1995**. Goiânia, Sem Editora.
- CPT (1997). **Conflitos no Campo Brasil/1996**. Goiânia, Sem Editora.
- CUNHA, Euclides da (1922 [1909]). **À Margem da História**. 3ª Edição, Lisboa, Editora Chardron de Lelo & Irmão, L.da.

- DACANAL, José Hildebrando (1980)-(Org.). **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto. Série Documentos 4.
- DEAN, Warren (1989). **A Luta pela Borracha no Brasil**. São Paulo, Editora Nobel.
- DER/AC (1987). **Departamento de Estradas de Rodagem do Acre - Sistema Rodoviário Estadual**.
- DUARTE, Élio Garcia (1987). **Conflito pela Terra no Acre**. Rio Branco, Editora casa da Amazônia.
- DPCCM (1995). **Delegacia de Polícia de Crimes Contra a Mulher**. Rio Branco (mimeo).
- DURKHEIM, Emile (1984). **A Divisão do Trabalho Social**. 2ª Edição, Porto-Portugal, Editora Presença. Vol. I e II.
- _____ (1982). **O Suicídio**. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- EMMI, Marília (1987). **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém, Editora UFPA.
- ENGELS, Friedrich (1979). **Anti-Dühring**. 2ª. Edição Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- ELIAS, Nordert (1993 [1939]). **O processo Civilizador**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar. Vol. II.
- ESTERCI, Neide (1987). **Conflito no Araguaia**. Petrópolis, Editora Vozes.
- _____ (1994). **Escravos da Desigualdade - Um Estudo sobre o Uso Repressivo da Força de Trabalho Hoje**. Rio de Janeiro, Editora CEDI/KOINONIA.
- FAULHABER, Psciscila (1992). **O Lago dos Espelhos - Um Estudo Antropológico das Concepções de Fronteira a partir do Movimento dos Índios em Tefé/AM**. Tese de Doutorado apresentada na UNICAMP, Campinas. (mimeo). pp.59-88.
- FERREIRA, Sueli M. S. P. & KROEFF, Márcia S. (1996). **Referências Bibliográficas de Documentos Eletrônicos**. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários - APB. Vol. 2. Ensaio APB, número 36. (mimeo).
- FEARNSIDE, Philip M. (1995). **Quem Desmata a Amazônia: os Pobres ou os Ricos?** In: **Ciência Hoje**. 19(113):26-33, setembro.

- FICHA (PA413). **Comissão Pastoral da Terra - Sistema de Controle de Conflitos no Campo. Caso de Curionópolis/Fazenda Macaxeira.** Goiânia-Go, Emissão em 27.01.97 (mimeo).
- FICHA (RO74). **Comissão Pastoral da Terra - Sistema de Controle de Conflitos no Campo. Caso de Corumbiara/Fazenda Santa Elina.** Goiânia-Go, Emissão em 27.01.97 (mimeo).
- FRANCISCO, Walter De (1950). **Estatística Básica.** 2ª Edição. Piracicaba, Editora Unimep.
- FOUCALUT, Michel (1989a). **Microfísica do Poder.** 8ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Graal.
- FOUCAULT, Michel (1989b). **Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões.** 7ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes.
- FOWERAKER, Joe (1982). **A Luta pela Terra - A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos Dias Atuais.** Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (1974). **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo, Editora Ática.
- FURTADO, Celso (1987). **Formação Econômica do Brasil.** 22ª Edição, São Paulo, Editora Companhia Nacional.
- GALVÃO, Eduardo (1976). **Santos e Visagens - Um Estudo da vida Religiosa de Itá, Baixo Amazonas.** 2ª. Edição, Editora Companhia Nacional.
- GNACCARINI, José César & MOURA, Margarida M.(1990). Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversidade de um Debate. In: **O que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil - BIB 3.** São Paulo, Editora Cortez/ANPOCS. pp. 9-61.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILSKINSON, John (1990). **Da Lavoura às Biotecnologias.** Rio de Janeiro, Editora Campus.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1982). **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro, Editora Zahar. pp.114-125
- GUERRA, G. A. Diniz & MARIN, Rosa E.Acevedo (1990). Das Associações de Lavradores aos Sindicato de Trabalhadores Rurais - O Caso do Pará. In: **Caderno do CEAS.** Salvador. (126):47-56, mar/abr.

- GUIMARÃES, Alberto Passos (1981). **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- HALL, Anthony (1991). **Amazônia - Desenvolvimento para Quem?** - Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar.
- HEBETTE, Jean & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (1982). **O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes - Rondônia**. Belém, Série Seminários e Debates - NAEA/UFPA.(9):9-60.
- HEHL NEIVA, Artur (1949). A Imigração na Política de Povoamento. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. ano II, (6):220-244 , abril/julho.
- HOBBS, Thomas (1979). **Os Pensadores**. São Paulo, Editora Abril Cultural.
- HOBBSAWM, Eric J.(1982). **Revolucionários: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. pp.199-265.
- HOMMA, Alfredo K.O. (1990). **A Sustentabilidade do Sistema Extrativista na Floresta Amazônica**. Belém, EMBRAPA e Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido.
- IANNI, Otávio (1979). **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- IBAMA (1997). **Desmatamento da Amazônia** [on line]. Available from World Wide Web: <URL:http://www.ibama.gov.br/~ascom/ascom2.htm> [03/12/97].
- IBASE (1985). **Vilência no Campo**. Petrópolis - Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- IBGE (1992). **Anuário Estatístico do Brasil**.Rio de Janeiro.
- _____ (1996). **Anuário Estatístico do Brasil**.Rio de Janeiro.
- _____ (1997). **Divisão política administrativa do Brasil** [on line]. Available from World Wide Web: <URL: ftp://ftp.ibge.gov/default.htm> [03/12/97].
- IML(1996a). **Instituto Médico Legal**. Rio Branco, data-janeiro/96. (mimeo).
- IML (1996b). **Instituto Médico Legal**. Mapa de Registro de Acidentes Fatais em Desmatamento. Rio Branco, data-janeiro/96. (mimeo).
- INCRA (1995a). **Relação dos Imóveis Rurais com Área Igual ou Superior a 10.000,0 ha**. Rio Branco. (mimeo). Dados do INCRA fornecidos a Procuradoria da República de Rio Branco.

- _____ (1995b). **Informações sobre o Cadastro de Imóveis Rurais no Estado do Acre**. Rio Branco, agosto. (mimeo).
- _____ (1995c). **Módulo Fiscal**. Rio Branco. setembro. (mimeo).
- _____ (1995d). **Diretoria de Assentamento**. Rio Branco. dezembro (mimeo).
- _____ (1996). **Atlas Fundiário Brasileiro - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Estrutura Fundiária Brasileira**. Brasília, Editora Jô Abreu.
- _____ (1997). **Quadro comparativo da reforma agrária** [on line]. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.incra.gov.br/qdfa.htm> [03/14/97].
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (1989) **Procuradoria Geral da República - Relações de Trabalho no Acre**. Vo.I e II. Brasília.
- KAYSER, Bernard(1990). **La Renaissance Rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris, Editora Armand Colin.
- LANDO, Aldair Marli (1979). **Estado e Campesinato - O Processo de Ocupação em Rondônia**. Dissertação de Mestrado apresentada na UFMG. Belo Horizonte. (mimeo).
- LÊNIN, Ilitch Vladimir (1982 [1899]). **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia - O processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo, Editora Abril.
- LEWIS-BECK, MICHAEL S. (1990). **Applied Regression An Introduction**. Newbury Park, Sage Publications.
- LIMA-AYRES, Deborah de Magalhães(1992). **History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (The Middle Solimões)**. Cambridge. (A dissertation submitted to the University of Cambridge in partial fulfilment of the conditions of application for the Degree of Doctor of Philosophy). (mimeo).
- LIMA, Ruy Cirne (1954). **Pequena História Territorial do Brasil - Sesmarias e Terras Devolutas**. 2ª Edição, Porto Alegre, Editora Sulina.
- LINHARES, Maria Yedda Leite (1959). "Frederick Jackson Turner". In: **Boletim de História**, Faculdade Nacional de Filosofia, Ano I, números 2/3, pp.109-110.

- LOPES, Elaino Sérgio Azevedo (1983). **Colonização Agrícola em Rondônia - A Relação Parceleiro Agregado como Manifestação de Resistência à Expropriação**. Dissertação de Mestrado apresentada na UFRJ. (mimeo).
- MACEDO, Antonio L. de & MANAITÁ, M. Renilza (1988). **Levantamento da Situação Atual dos Seringueiros do Rio Tejo**. Brasília (mimeo).
- MAGALHÃES, Juraci Perez (1977). **A Discriminação de Terras na Amazônia**. Brasília, Sem/Editora.
- MARTINELLO, Pedro (1988). **A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico**. Rio Branco. Editora UFAC.
- MARTINS, José de Souza (1975). **Capitalismo e Tradicionalismo - Estudo sobre as Contradições Agrárias no Brasil**. São Paulo, Editora Pioneira.
- _____ (1981) **As Coisas no Lugar**. In: _____ (Org.) **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo, Editora Hucitec. pp.11-38
- _____ (1984). **A Militarização da Questão Agrária no Brasil - Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política**. Petrópolis - Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- _____ (1986a). **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3ª Edição, Petrópolis, Editora Vozes.
- _____ (1986b). **O Cativo da Terra**. 3ª Edição, São Paulo, Editora Hucitec. .
- _____ (1989). **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo, Editora Hucitec.
- _____ (1991). **Expropriação e Violência - A questão Política no Campo**. 3ª. Edição, São Paulo, Editora Hucitec.
- _____ (1993). **A Chegada do Estranho**. São Paulo, Editora Hucitec.
- _____ (1996). **O Tempo da Froneira**. In: **Revista Tempo Social - USP**. 8(1): 25-70, maio.
- _____ (1997). **A Frronteira - A Desigualdade do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo, Editora Hucitec.
- MARX, Karl (1982a). **A Chamada Acumulação Primitiva**. In: _____ **O Capital - Crítica da Economia Política**. 7ª Edição, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Difel, Livro I, cap.XXIV, pp. 828/882

- _____ (1982b). Teoria Moderna da Colonização. In: _____ **O Capital** -Crítica da Economia Política. 7ª Edição, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Difel, Livro I, cap.XXV, pp. 883/893
- _____ (1989). **A Ideologia Alemã**. 7ª edição, São Paulo, Editora Hucitec. .
- MICHAUD, Yves (1989). **A Violência**. São Paulo, Editora Ática.
- MONBEIG, Pierre (1940). **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo, Editora Livraria Martins. 289pp
- MOOG, Vianna (1989). **Bandeirantes e Pioneiros - Paralelo entre Duas Culturas**. 17ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- MOORE Jr., Barrington (1983). **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia - Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- MUSUMECI, Leonarda (1988). **O Mito da Terra Liberta - Colonização Espontânea, Campesinato e Patronagem na Amazônia Oriental**. São Paulo, Editoras Vértice/ANPOCS.
- PROBOR II (1978). **Nova Fase da Borracha Começa com o PROBOR II**. Amazonas. 3 (36):10-19, mar.
- O'DWYER, Eliana Cantarino (1989). **Parecer Antropológico sobre Formas de Trabalho Escravo nos Seringais do Alto Juruá - Estado do Acre**. Rio de Janeiro. (mimeo).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1979). **O Caboclo e o Brabo - Notas sobre duas Modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX**. In: **Encontro com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Vol. 11, pp.101-140.
- OLIVEIRA, Francisco (1981). **Crítica à Razão Dualista**. Petrópolis, Editora Vozes.
- OLIVEIRA, Aviovaldo Umbelino (1996). **A Geografia das Lutas no Campo**. 6ª Edição, São Paulo, Editora Contexto.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1996). **O Passado Não Está Morto: Nem Passado é Ainda**. In: DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em Pedacos - Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo, Editora Companhia das Letras. pp.7-58.

- _____ (1986). **Assassinatos no Campo - Impunidade**. IN: **Folha de São Paulo**, 20.05.1986.
- PAULA, João Antonio de (1981). **O Novo e o Velho - Um Ensaio sobre a Economia da Borracha no Brasil**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG (mimeo).
- PINTO DE OLIVEIRA, Luiz Antônio (1985). **O Sertanejo, O Brabo e o Posserio**. Belo Horizonte (Dissertação de Mestrado apresentada a UFMG/CEDEPLAR).
- PINTO ALVES, Néson Prado (1984). **Política de Borracha no Brasil - A falência da Borracha no Brasil**. São Paulo, HUCITEC & Conselho Regional de Economia (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas).
- PROBOR II (1978). Nova Fase da Borracha Começa com o PROBOR II. **Amazônias**. 3 (36):10-19,mar.
- RAMOS DE CASTRO, Edna Maria (1989). Resistência dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. In: _____ & HÉBETTE, Jean (Orgs.). **Na Trilha dos Grandes Projetos**. Belém, Cadernos do NAEA/UFPA, (10):41-70.
- REIS, Arthur César Ferreira (1982). O "Bolivian Syndicate" é o caso do Acre. In: **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira; Manaus, Superintendência da Zona Franca de Manaus. p.122-132
- RELATÓRIO(1988). **Alteração da Cobertura Vegetal Natural do Estado do Acre**. Brasília, Ministério da Agricultura (mimeo).
- _____ (1993a). **Relatório da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Rio Branco**. Rio Branco (mimeo).
- _____ (1993b). **Relatório da Comissão de Sindicância que Investiga o Tráfico de Crianças e Adolescentes Femininas Acreanas para os Garimpos e Prostíbulos de Rondônia**. Rio Branco (mimeo).
- _____ (1996). **Do Secretário de Justiça e Segurança Pública Encaminhado para o Procurador da República do Acre**. Rio Branco (mimeo).
- RICARDO, Cassiano (1970 [1940]). **Marcha para Oeste - A Influência da "Bandeira" na Formação Social e Política do Brasil**. 4ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Livraria José Olympio. Vols. I e II.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1983). **Os Pensadores**. São Paulo, Editora Abril Cultural.

- SADER, Maria Regina C. de Toledo (1986). **Espaco e Luta no Bico do Papagaio**. São Paulo (Tese de Doutorado apresentada na FFLCH/USP) (mimeo).
- SANTOS, Roberto (1980). **História Econômica da Amazônia**. São Paulo, Editora Queiroz.
- SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles (1992). **Contested Frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press.
- SCHWARTZMAN, Stephan (1992) Land Distribution and the Social Costs of Frontier Development in Brazil: Social and Historical Context of Extractive Reserves. In: NEPSTAD, Daniel & SCHWARTZMAN (Editors). **Non-Timber Products from Tropical Forests: Evaluation of a Conservation and Development Strategy**. pp.51-66.
- SEPLAN (1992). **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Rio Branco (mimeo).
- _____ (1994). **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (PROEZA)**. Mapa atualizado do Acre.
- SERVILHA, Valdemar (1977). **Agricultura e a Acumulação de Capital no Brasil**. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado apresentada na UFMG/CEDEPLAR (mímio).
- SESACRE (1995). **Plano Plurianual 1996-1999**. Rio Branco, Secretaria Estadual de Saúde (mimeo).
- SMITH, Adam (1985 [1776]). "As Colônias". In: **A Riqueza das Nações**. 2ª Edição, São Paulo, Editora Nova Cultural. Vol. II, pp.49-112.
- SILVA, Alberto Ferreira da (1982). **Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre - Movimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra** Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado apresentada na UFMG/CEDEPLAR (mimeo).
- SILVA, G.M.; BARP, J.W. e PEREIRA, S. M. (1988). **Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia - Relatório de Pesquisa** Apresentado à SUDAM. Porto Velho (mimeo).
- SIMON DA FONSECA, Jairo et alii (1982). **Estatística Aplicada**. 2ª Edição. São Paulo, Editora Atlas.

- SOARES, José Carlos de Macedo (1927). **A Borracha - Estudo Econômico e Estatístico**. Paris. Editora Librairie de Jurisprudence. pp.39-110.
- SOBRINHO, Pedro Vicente Costa (1992). **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental**. São Paulo, Editora Cortez & UFAC.
- SOREL, Georges (1992 [1908]). **Reflexões sobre a Violência**. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- SORJ, Bernardo (1990). **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- SUDAM (1988). **Avaliação da Política de Investimentos do FINAM na Amazônia Legal**. Belém, SUDAM-CI, Vol. I.
- SPIEGEL, Marray R. (1978). **Probalidade e Estatística**. São Paulo, Editora McGraw-Hill.
- SUTTON, Alison (1994). **Trabalho Escravo - Um Elo na Cadeia da Modernização no Brasil de Hoje**. São Paulo, Editado com a coordenação da CPT e Impresso por Edições Loyola.
- TAUSSIG, Michael (1993). **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem - Um Estudo sobre o Terror e a Cura**. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente(1990). **Crítica da Sociologia Rural e a Construção de Outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu - Minas Gerais (mimeo).
- _____ (1990b). **Dominação e Modo de Organização Rural no Brasil**. Trabalho Apresentado no Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais na Universidade de Coimbra (mimeo).
- _____ (1993). **Matuchos: Exclusão e Luta - Do sul para a Amazônia**. Petrópolis, Editora Vozes.
- _____ (1995). **Colonização de Novas Terras: A Continuidade de uma Forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República**. In: **Revista Da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas - SP, 25(1):39-64, jan/abr.

- TEIXEIRA, Carlos Corrêa (1996). **Seringueiros e Colonos - Encontros de Culturas e Utopias de Liberdade em Rondônia**. Tese de doutorado apresentada na UNICAMP (mimeo).
- THOMPSON, E. P. (1987). **Senhores e Caçadores - A origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- TOCANTINS, Leando (1961). **A Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Editora Conquista. Vol. I.
- TURNER, Frederick Jackson (1976 [1920]). **The Frontier in American History**. New York, Robert E. Krieger Publishing Company.
- VELHO, Otávio Guilherme (1979 [1974]). **Capitalismo Autoritário e Campesinato - Um Estudo Comparativo a partir da Fronteira em Movimento**. 2ª Edição, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Difel.
- ____ (1981 [1972]). **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária - Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- ____ (1983). Sete Teses Equivocadas sobre a Amazônia. In: **Religião e Sociedade**, Nº 10. Rio de Janeiro: ISER. pp.31-36.
- ____ (1985). Fronteira no Brasil. In: **Ciência Hoje**. 3(16):69, jan/fev.
- VIANNA, Oliveira (1952). **Populações Meridionais do Brasil**. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Editora José Olympio. Primeiro Volume: "Populações Rurais do Centro-Sul".
- WAGLEY, Charles (1957). **Uma Comunidade Amazônica - Estudo do Homem nos Trópicos**. São Paulo, Editora Nacional.
- WAIBEL, Leo H. (1955). As Zonas Pioneiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVII, Nº 4, out/dez, pp.389-422.
- WAKEFIELD, Eduart Gibbon (1946 [1884]). Colonização. In: **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro, Editora Imprensa Nacional, Ano VII, Nº 3, pp.337-415.
- WEINSTEIN, Barbara (1993). **A Borracha na Amazônia - Expansão e Decadência (1950-1920)**. São Paulo, Editoras Hucitec-Edusp.

- WALLERSTEIN, Immanuel (1984a). La Economía-Mundo Europea: La Periferia frente a la Arena Exterior". IN: **El Moderno Sistema Mundial - I**. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI., Editores Siglo Veintiuno. Vol. I. pp.425-485.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1984b). **El Moderno Sistema Mundial - II**. El Mercantilismo y la Consolidación de la Economía-Mundo Europea, 1600-1750. Argentina, Editores Siglo Veintiuno. Vol. II.
- WEBER, MAX (s.d.). A Política como Vocação. In: _____ **Ciência e Política: Duas Vocações**. 4ª Edição, São Paulo, Editora Cultrix. pp. 55-124.
- _____ (1964) **Economia y Sociedad** - Esbozo de Sociología comprensiva. México, Editado por Fondo de Cultura Económica. Vol. II. pp. 661-1237.
- WONNACTOTT, Thomas H. e WONNACOTT, Ronaldo J. (1990). **Introductory Statistics**. New York,, 5ª Edição, Jonh Wiley & Sons.

PROCESSOS:

- Processo nº 3.472/84 - Comarca de Rio Branco
- Processo nº 3.816/85 - Comarca de Rio Branco
- Processo nº 567/95 - Comarca de Rio Branco
- Processo nº 6.734/89 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 6.736/89 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 7.035/90 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 7.113/90 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 7.369/91 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 4.584/91 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 4.585/91 - Comarca de Cruzeiro do Sul;
- Processo nº 4.645/91 - Comarca de Cruzeiro do Sul
- Processo nº 08130.005147/95 - Brasília, Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Geral

JORNAIS E REVISTAS:

JB:30.04.75
JB:27.03.80
OESP:27.04.76
JB:28.08.80
OESP:18.06.81
JB:24.01.89
JB:15.02.89
FSP:17.02.89

FSP:08.03.89

CB:26.03.89
OESP:08.04.89
FSP:09.04.89
OESP:11.04.89
CP:29.04.89
OESP:19.05.89

FSP:19.05.89
JB:30.05.89
CB:01.06.89

FSP:07.06.89

FSP:08.06.89

JB:03.07.89
RB:26.10.89
JB:15.02.90

OESP:31.05.90

OESP:17.06.90

OESP:07.11.90

AG:05.12.94

FSP:10.08.95

JB:10.08.95

OESP:10.08.95

VEJA - Edição 1.408 de 06.09.95

Pag-20:24-30.09.95

Pag-20:03-09.12.1995

Pag-20:17-.23.12.95

RB:14.01.96

RB:21.01.96

AG:26.01.96

FSP:17.04.97

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - Rio Branco(CDDHEP)

Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)- Campinas

Arquivo da Diocese de Rio Branco

Centro de Documentação e Informação histórica da UFAC

Comissão Pastoral da Terra - Goiânia

Comissão Pastoral da Terra - Rio Branco

APÊNDICE

METODOLOGIA

1 Introdução

Os dados sobre as diversas formas de violência foram tratados por meio de alguns procedimentos estatísticos. Como esses dados se apresentam na forma de indicadores anuais, colocamos como problema principal da análise identificar tendências ao longo do período considerado, e distinguir a região Amazônica e Brasil sob o ponto de vista das tendências que apresentam. Para esse fim, utilizamos métodos estatísticos e gráficos que estão expostos neste Apêndice.

Assim, alguns cenários são trabalhados, como exemplos, respeitando a homogeneidade de dados, utilizando a metodologia estatística que segue.

2 Taxa de Crescimento Linear ao Ano (TCL a/a)

A reta de regressão linear construída pelo *Método dos Mínimos Quadrados* que se ajusta aos conjuntos de pontos $(X_1, Y_1), (X_2, Y_2), \dots, (X_n, Y_n)$, é dada por:

$$Y = a_0 + a_1 X \quad (1)$$

Onde a_0 é a interseção e a_1 inclinação da reta, determinadas pela resolução simultânea do sistema das equações normais da reta de mínimo quadrado:

$$\begin{cases} \sum Y = a_0 N + a_1 \sum X \\ \sum XY = a_0 \sum X + a_1 \sum X^2 \end{cases} \quad (2)$$

E as constantes a_0 e a_1 são determinadas por:

$$a_0 = \frac{(\sum Y)(\sum X^2) - (\sum X)(\sum XY)}{N \sum X^2 - (\sum X)^2} \quad (3)$$

$$a_1 = \frac{N \sum XY - (\sum X)(\sum Y)}{N \sum X^2 - (\sum X)^2} \quad (4)$$

$$\text{ou } a_1 = \frac{\sum (X - \bar{X})(Y - \bar{Y})}{\sum (X - \bar{X})^2} \quad (5)$$

E a constante N corresponde ao número de pares de variáveis a serem ajustados. O traço sobrescrito na variável indica *média*, ou seja, $\bar{X} = (\sum X) \div N$. Dividindo ambos os termos de (2) por N , temos:

$$\bar{Y} = a_0 + a_1 \bar{X} \quad (6)$$

O valor de a_1 é determinado a partir de (4) ou (5) e, em seguida, substituindo-o em (6), se calcular $a_0 = \bar{Y} - a_1 \bar{X}$. Com isto, podemos escrever a reta de mínimos quadrados como sendo:

$$Y - \bar{Y} = a_1 (X - \bar{X}) \quad (7)$$

$$\text{ou, } Y - \bar{Y} = \frac{\sum (X - \bar{X})(Y - \bar{Y})}{\sum (X - \bar{X})^2} (X - \bar{X}) \quad (8)$$

O valor de a^1 dá a *Taxa de Crescimento Linear* ao ano (TCL a/a). O valor de R^2 corresponde ao *coeficiente de correlação*, o qual pode ser interpretado como a fração da variação total que é explicada pela reta de regressão de mínimos quadrados, ou seja, mede quão bem a reta de regressão de mínimos quadrados se ajusta aos dados amostrais (SPIEGEL, 1978).

$$R^2 = \frac{\sum (Y_{\text{est}} - \bar{Y})^2}{\sum (Y - \bar{Y})^2} \quad (9)$$

Onde Y_{est} é o valor estimado de Y, correspondente a determinado valor de X e é obtido da reta de regressão de Y sobre X.

Se a variação explicada for nula, isto é, se a variação total for toda não-explicada, esse quociente será igual a zero - não há correlação linear, em caso contrário o quociente será igual a 1 - há correlação (regressão) linear perfeita. Este coeficiente pode ser $R^2 \leq 1$, isto é, $-1 \leq R \leq 1$, isto implica dizer que, se for positivo, Y tende a aumentar com X, enquanto que, se R for negativo, Y tende a decrescer quando X cresce. Neste caso, com o valor de $R^2 = 0,9219$ podemos afirmar que na regressão em estudo existe uma correlação linear aproximadamente perfeita.

3 Números-Índice

Números-Índice são medidas estatísticas comumente usadas objetivando a comparação de grupos de variáveis relacionadas entre si e, conseqüentemente, obter

um mapeamento condensado das alterações significativas. Para FONSECA et alli, estes números costumam ser concebidos como

“... uma medida utilizada para proporcionar uma expressão quantitativa global a um conjunto de medidas que não podem ser simplesmente adicionadas em virtude de apresentarem individualmente diferentes graus de importância.” (1982:158).

Cada *Número-Índice* de uma série numérica costuma vir expresso em termos percentuais e, em geral, medem variações ao longo do tempo.

Dentre os métodos existentes para a determinação de *Números-Índice*, optou-se pela Média Aritmética Simples de Relativos¹ de Quantidade. É importante ressaltar que a desvantagem deste método, segundo SPIEGEL (1971:521) é que *não se toma em consideração a importância relativa das várias utilidades*. Portanto, de acordo com este método, o mesmo peso ou importância seria atribuído, por exemplo, às variáveis *assassinato* e *lesões corporais*, no cálculo do índice de violência no campo, no Brasil.

São utilizados dois procedimentos que envolvem *Números-Índice*. Para comparar o crescimento de diferentes indicadores de violência, utilizamos um ano-base (por exemplo 1988). Todas as variáveis são tomadas como iguais a 100 para esse ano base. Para os anos seguintes, divide-se o valor da variável no ano de

¹ Relaciona a quantidade de um produto numa época t (chamada época atual ou época dada $\rightarrow q_t$) com o de uma época 0

(chamada básica ou simplesmente base $\rightarrow q_0$):
$$Q_{(0,t)} = \frac{q_t}{q_0}$$

interesse pelo valor da variável no ano-base. Com isso, obtém-se o crescimento percentual de cada variável nos sucessivos anos, sempre em relação ao ano-base.

Nas análises, utilizamos esse procedimento para gerar tabelas de crescimento. Sobre essas tabelas calculamos a reta de regressão linear, chegando à *Taxa de Crescimento Linear* ao ano.

Outro procedimento utilizado consiste em agregar vários indicadores de um ano dado em um só. Nesse caso, empregamos a média aritmética simples entre os números-índice correspondentes a diversos indicadores de violência.

Sendo q_t^i as quantidades de n formas de violência na época atual t e q_0^i as quantidades das mesmas formas de violência na época 0 , é definida quantidade média relativa ($\bar{q}_{0,t}$) pela fórmula:

$$\bar{q}_{0,t} = \frac{\sum_{i=1}^n q_{0,t}^i}{n} \quad (1)$$

4 Médias Móveis

Trata-se de um método de regularização das *Séries Temporais*, ou seja, possui a propriedade de tender a reduzir o total da variação ou flutuações indesejáveis que se apresenta em um conjunto de dados.

Seja um conjunto de números Y_1, Y_2, \dots, Y_n , define-se uma *Média Móvel de Ordem N* como sendo a seguinte seqüência de médias aritméticas

$$\frac{Y_1 + Y_2 + \dots + Y_N}{N}, \frac{Y_2 + Y_3 + \dots + Y_{N+1}}{N}, \frac{Y_3 + Y_4 + \dots + Y_{N+2}}{N}, \dots \quad (1)$$

As soma dos numeradores são chamadas *Totais Móveis de Ordem N*.

5 Aplicação da Metodologia Estatística

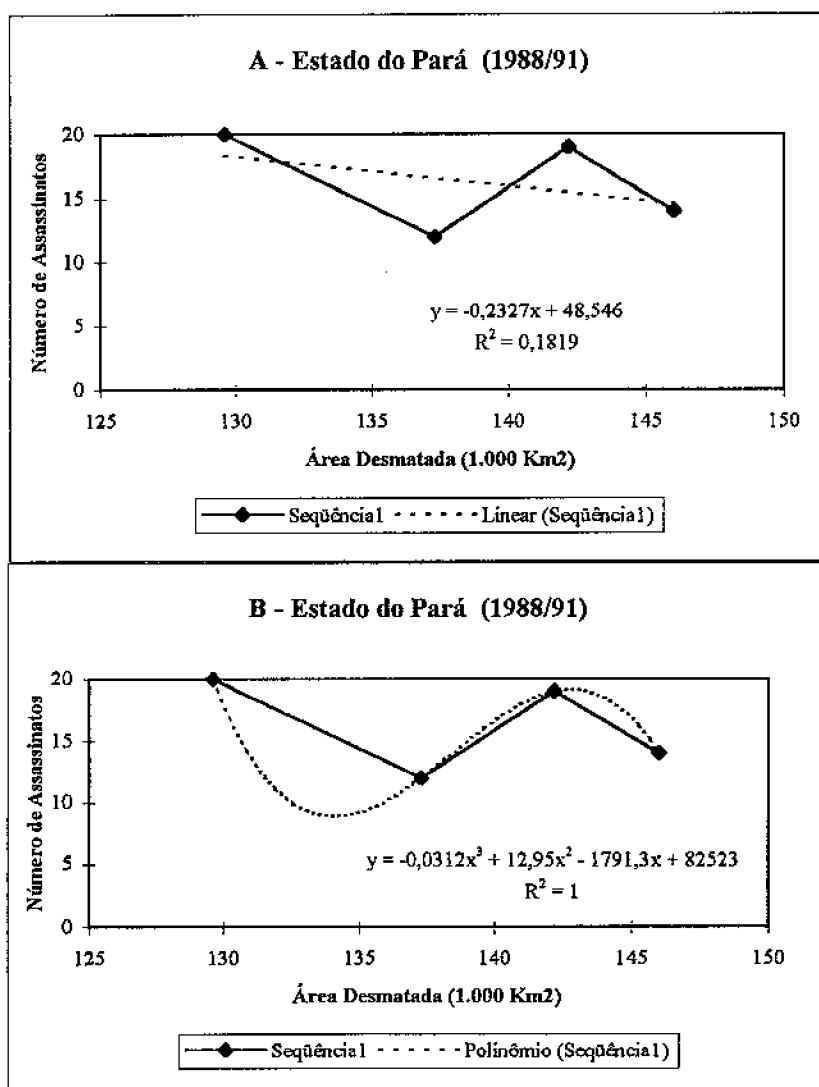
5.1 *Modelo de Séries Temporais Aplicado à Violência no Campo*

Há dois modelos básicos que podem ser utilizados na análise. O primeiro tipo de modelo é *Causal* (ASHER, 1983). Consiste graficamente em representar no eixo dos X (abscissa) a variação de um fenômeno (por exemplo, o desmatamento) e no eixo dos Y (ordenada) a variação de outro fenômeno (aqui, a violência - número de assassinatos) - **Gráfico 1**. A análise trata então de descrever matematicamente a relação entre os dois fenômenos na forma de uma função $F(X) = Y$, buscando identificar, se é que ela existe, uma relação causal entre eles.

No primeiro caso, tratando-se de identificar - em uma primeira tentativa - uma relação linear entre as variáveis, observa-se que ela não ocorre, pois o *coeficiente de correlação linear* é próximo de 0,2. Para a segunda tentativa de ajuste dos pontos a uma função - relação polinomial de terceira ordem - a correlação polinomial entre estas variáveis existe.

GRÁFICO 1

Pará - Curvas de Tendências do Desmatamento em Relação ao Número de Assassinos - 1988/91.



O segundo tipo de modelo é o das *Séries Temporais*. Este modelo consiste em representar no eixo *X* o tempo - os anos para os quais existem dados - e no eixo *Y* os dados para as diferentes formas de violência. Considerando como variável independente *X* (correspondente ao tempo, os anos de observação), os dados sobre as formas de violência representam os valores de *Y* nos diversos momentos respectivos.

Estes dados, os quais estão ordenados em relação ao tempo são denominados *Séries Temporais*². Dessa forma, matematicamente uma série temporal é modelada como uma função $F(t) = Y$.

Assim, matematicamente, um modelo *Causal* é definido pelos valores de uma variável dependente Y (formas de violência) e de uma variável independente X (por exemplo o desmatamento), enquanto uma *Série Temporal* é definida pelos valores de uma variável Y (formas de violência) nos tempos (anos) t . Ambos podem ser vistos como a representação de uma relação entre Y (aqui a violência) e X ou t . Em símbolos, $F(t) = Y$ e $F(X) = Y$.

Na análise *Causal Estatística*, o objetivo é identificar fatores que permitem explicar as variações do fenômeno estudado. Na análise de *Séries Temporais*, procura-se localizar movimentos característicos ao longo do tempo. Esses movimentos podem resultar da combinação de tendências de longo prazo e de flutuações sazonais e aleatórias. Um problema importante na análise das *Séries Temporais* é justamente o de distinguir as tendências de médio e longo prazo das flutuações cíclicas e aleatórias. Por exemplo, a área desmatada apresenta flutuações sazonais quando é acompanhada mês a mês, e ao mesmo tempo apresenta uma tendência de crescimento ao longo dos anos, refletindo a expansão do capitalismo na fronteira.

² "Uma *séries temporal* é um conjunto de observações tomadas em tempos determinados, comumente em intervalos iguais". SPIEGEL (1971)

O estudo das *Séries Temporais* suscita também questões de ordem causal. Por vezes, as tendências explicam-se pela história passada do fenómeno - por exemplo, a violência passada pode gerar violência no futuro. Em outros casos, as tendências se explicam pela presença de outros fenómenos: por exemplo, o processo de desmatamento pode gerar violência porque está acompanhado de conflito pela terra.

Neste caso particular de estudo, não iremos avaliar as variações cíclicas e sazonais porque tratamos apenas de dados anuais. Ainda assim, apareceram no período analisado movimentos irregulares cujas causas não são claras. Adotamos então a estratégia de concentrar a atenção nas tendências de médio e longo prazo apontadas pelos dados, ignorando portanto esses movimentos irregulares de ano a ano.

Existem diversos métodos para avaliar a tendência: Método dos Mínimos Quadrados, Método a Sentimento, Método das Médias Móveis, Método das Semi-médias, dentre outros. Neste caso de estudo, aplicamos o Método dos Mínimos Quadrados para a avaliação das tendências das variáveis de violência no campo, no Brasil e na Amazônia. Um outro método, Médias Móveis, foi aplicado apenas para alguns dos indicadores de violência no campo, no Brasil, com o objetivo de verificar o grau de variação dos resultados utilizando outra técnica de avaliação da tendência das séries temporais.

5.1.1 Método dos Mínimos Quadrados

Este método é usado para a determinação da equação de uma reta ou curva de tendência apropriada.

Para esse fim, utilizamos o procedimento de representar como uma linha reta a evolução da violência ao longo do período estudado. Em outras palavras, procuramos expressar as tendências, em primeira aproximação, como se correspondessem a uma reta. Para construir essa reta em cada caso foi utilizada a *Regressão Linear Simples* (baseada no *Método dos Mínimos Quadrados*).

A reta de *Regressão Linear Simples* tem a forma seguinte:

$$Y = a_0 + a_1X$$

Onde Y é a variável dependente (sendo aqui um número que expressa o nível de violência), e a_1 representa a inclinação da reta de regressão linear. Observe-se que a_1 é um coeficiente que representa a inclinação da reta de regressão. Ele significa concretamente o acréscimo de violência (expressa em número de conflitos, mortes etc.) por unidade de tempo.

Para nossas finalidades, utilizamos o programa *Excel for Windows 7.0* para obter os resultados desejados, gráfica e numericamente.

Outra informação importante é sobre o ajuste da reta de *Regressão Linear* aos dados empíricos. Essa informação é dada pelo *Coefficiente de Correlação Linear R^2* . Quando esse coeficiente é elevado (próximo de 1), a reta de regressão linear é considerada como uma boa aproximação para a tendência.

De modo a comparar diferentes formas de violência, empregamos em alguns casos *Números-Índice*. A partir de um ano base representado por 100, a evolução nos anos seguintes pode ser então acompanhada para cada forma de violência ou para

uma combinação delas. Neste caso, a inclinação da reta representa o crescimento anual percentual para a forma de violência considerada.

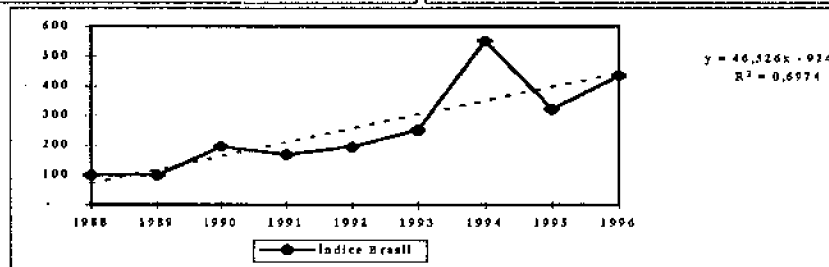
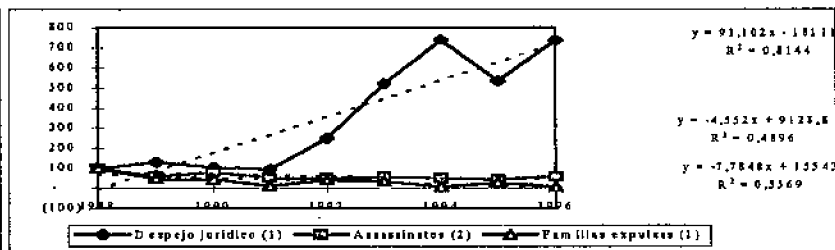
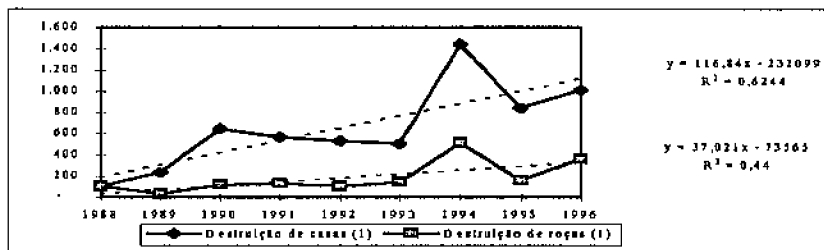
Passamos a ilustrar essas idéias com um exemplo.

A partir dos dados primários das diversas *formas de violência*, computados para o Brasil ao longo do período de 1988 a 1996 (CPT, vários anos), determinamos individualmente os *Números-Índice* destas *formas de violência*, tomando como ano-base 1988, para posteriormente analisarmos a tendência linear do *Índice* desta combinação ao longo do período, **Quadro 1**

QUADRO 1

Brasil - Tendências de Alguns dos Indicadores de Violência no Campo - 1988/96 (1988=100)

Indicadores de Violência - Números Índice (1988=100)										
Formas de Violência	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Destruição de casas (1)	100	232	645	567	533	505	1.440	842	1.013	
Destruição de roças (1)	100	29	115	125	102	139	512	155	359	
Despejo jurídico (1)	100	130	107	96	251	522	741	538	737	
Assassinatos (2)	100	60	81	53	49	56	51	44	58	
Famílias expulsas (1)	100	47	43	11	42	35	10	29	7	
Índice Brasil	100	100	198	170	195	251	551	322	435	



Para a determinação da *taxa de crescimento linear* (TCL a/a) das diversas *formas de violência* no Brasil, para o período de 1988 a 1996, calculamos, a partir das médias aritméticas simples dos *Números-Índice*, a reta de ajuste, a distribuição de pontos relativa a cada par de variável (X, Y) , e seus respectivos valores de coeficientes a_1 e R^2 .

Para a variável *assassinatos*, a função de ajuste linear é dada pela expressão abaixo, com um *coeficiente de correlação* R^2 igual a 0,4896 e a_1 igual a -4,552:

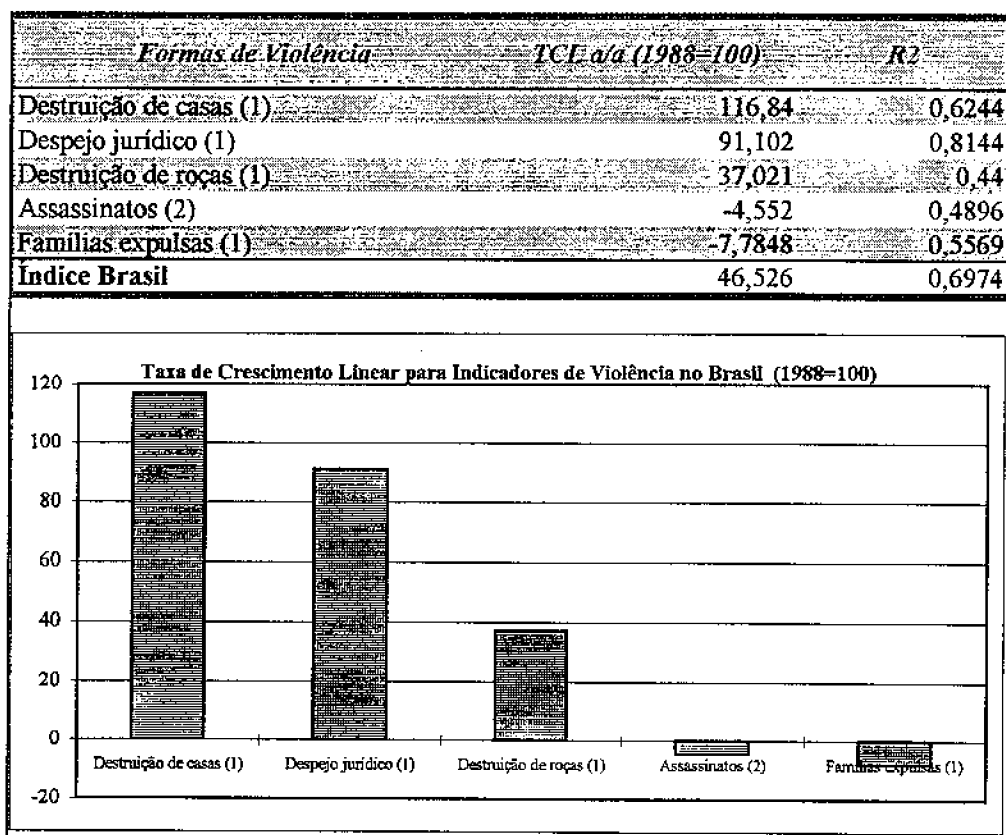
$$y = -4,552x + 9128,8$$

O **Quadro 2** reúne os cálculos da taxa de crescimento linear para todas as *formas de violência*, no período estudado.

Os cálculos para a determinação da melhor reta de ajuste à distribuição dos pontos, foram feitos utilizando o aplicativo *Microsoft Excel 7.0 for Windows*.

QUADRO 2

Brasil - Taxa de Crescimento Linear a/a - 1988/96

**5.1.2 Método das Médias Móveis**

A aplicação deste método, mediante a escolha de ordem apropriada, pode resultar na eliminação das variações cíclicas, estacionais e irregulares, resultando dessa forma, somente o movimento de tendência.

O método apresenta algumas desvantagens, dentre elas, ele provoca o desaparecimento dos dados do começo e do fim da série, como também, essas médias podem gerar movimentos cíclicos, ou de outra natureza, que não existem nos dados originais.

A partir dos dados anuais primários dos indicadores de violência no campo, no Brasil, foram calculadas as médias móveis de ordem dois - **Tabela 1**. A partir desses dados, o processo de cálculo se repete como no método anterior, ou seja, calculamos os *Números-Índice*, tomando como ano-base 1988, **Tabela 2**; ajustamos os pontos a uma reta, e a seguir calculamos os valores da TCL a/a - **Quadro 3**.

Os resultados das *Taxas de Crescimento*, **Quadro 4**, foram comparados com o método anterior, ao qual aplicaram-se, inicialmente, os dados anuais, e não as médias móveis de ordem dois. Verificamos através da **Tabela 3**, que a variação dessas taxas, para as diversas formas de violências, foi pequena com a mudança de método. Apenas para as variáveis *lesões corporais, ameaça de morte e agredidos fisicamente*, essa variação apresentou valores bastante distorcidos.

TABELA 1

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Médias Móveis de Ordem Dois - 1988/96

<i>Formas de Violência</i>	<i>Indicadores de Violência Rural no Brasil: Médias Móveis</i>							
	<i>88-89</i>	<i>89-90</i>	<i>90-91</i>	<i>91-92</i>	<i>92-93</i>	<i>93-94</i>	<i>94-95</i>	<i>95-96</i>
Famílias expulsas (1)	2.887,00	1.761,50	1.047,00	1.038,50	1.516,50	878,50	767,00	708,00
Despejo jurídico (1)	2.747,00	2.825,50	2.415,00	4.143,50	9.235,00	15.078,00	15.259,50	15.213,50
Ameaça de expulsão (1)	3.228,50	5.372,50	7.810,50	5.010,50	3.662,00	4.884,50	3.324,50	2.513,50
Destruição de casas (1)	219,00	579,00	800,50	726,00	685,00	1.284,00	1.506,50	1.224,50
Destruição de roças (1)	662,00	737,50	1.227,50	1.160,00	1.229,50	3.329,00	3.414,00	2.633,00
Assassinatos (2)	74,50	65,50	62,00	47,50	49,00	49,50	44,00	47,50
Tentativas de assassinatos (2)	84,00	90,00	88,00	71,50	42,00	49,50	52,50	57,00
Ameaças de morte (2)	143,50	162,00	221,50	208,50	159,00	183,00	183,50	121,50
Agrididos fisicamente (2)	683,50	2.213,50	2.519,50	1.535,00	1.229,50	1.048,50	1.513,50	1.067,00
Presos (2)	334,00	296,50	226,50	282,50	288,00	302,50	583,00	515,50
Lesões corporais (2)	332,50	321,00	67,50	48,00	1.069,50	1.099,50	339,50	374,00
Índice Brasil	1.035,95	1.311,32	1.498,68	1.297,41	1.742,27	2.562,41	2.453,41	2.225,00

(1) Violência Contra o Patrimônio

(2) Violência Contra a Pessoa

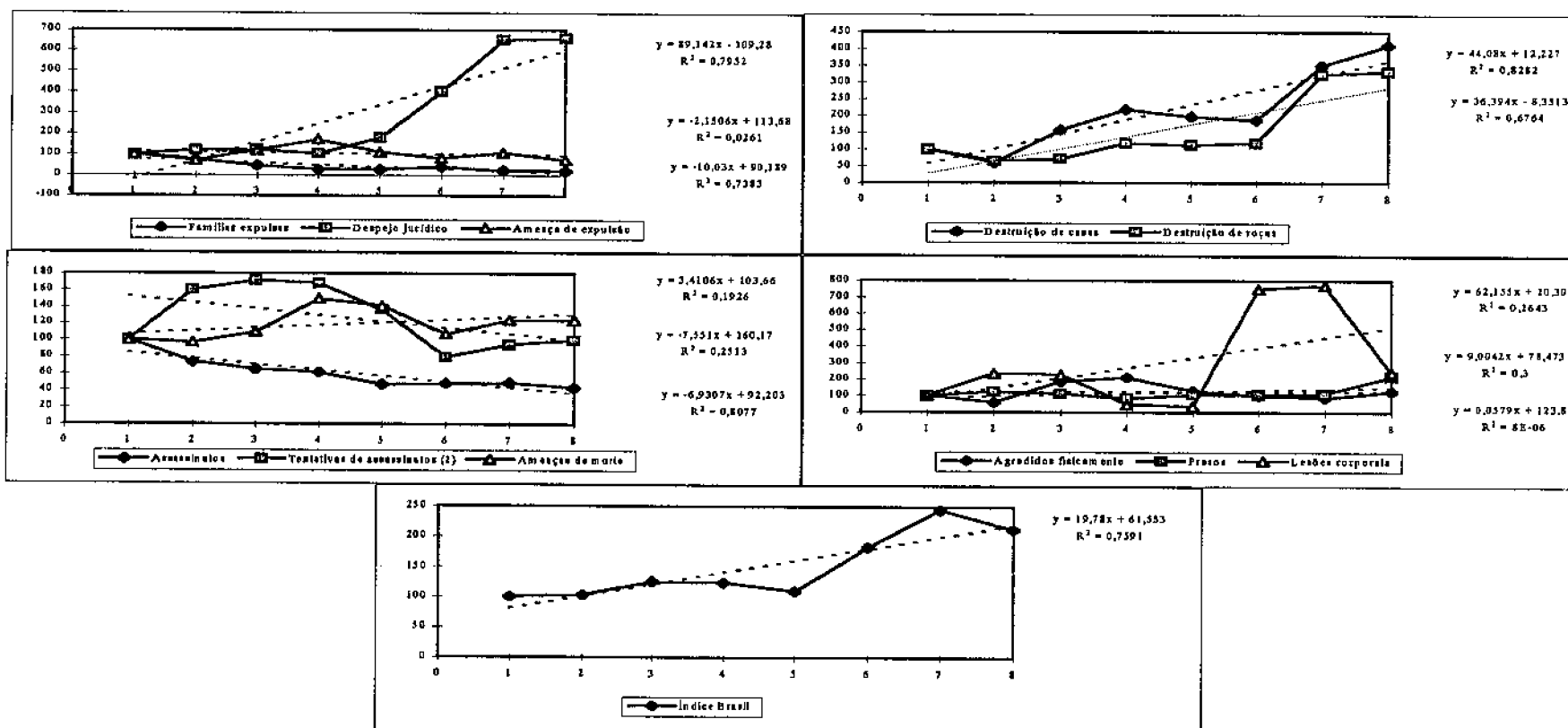
TABELA 2

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Números-Índice - 1988/96 (1988=100)

<i>Formas de Violência</i>	<i>Brasil - Indicadores de Violência no Campo - Números-Índice (1988=100)</i>								
	<i>88-89</i>	<i>89-90</i>	<i>90-91</i>	<i>91-92</i>	<i>92-93</i>	<i>93-94</i>	<i>94-95</i>	<i>95-96</i>	
Famílias expulsas	100	76	46	28	27	40	23	20	
Despejo jurídico	100	119	122	104	179	399	652	660	
Ameaça de expulsão	100	71	118	172	110	81	107	73	
Destruição de casas	100	60	158	219	198	187	351	412	
Destruição de roças	100	64	72	119	113	120	324	332	
Assassinatos	100	74	65	61	47	49	49	44	
Tentativas de assassinatos (2)	100	160	171	168	136	80	94	100	
Ameaças de morte	100	97	109	150	141	107	124	124	
Agredidos fisicamente	100	57	184	209	128	102	87	126	
Presos	100	123	109	83	104	106	111	215	
Lesões corporais	100	233	225	47	34	751	772	238	
Índice Brasil	100	103	126	124	111	184	245	213	

QUADRO 3

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Linhas de Tendência - 1998/96 (1988=100)



QUADRO 4

Brasil - Indicadores de Violência no Campo: Taxa de Crescimento Linear a/a - 1988/96 (1988=100)

Formas de Violência	TCL a/a (1988=100)	R2
Despejo jurídico	89,142	0,7952
Lesões corporais	62,155	0,3
Destruição de casas	44,08	0,8282
Destruição de roças	36,394	0,6764
Presos	9,0042	0,3
Ameaças de morte	3,4106	0,1926
Agredidos fisicamente	0,0579	0
Ameaça de expulsão	-2,1506	0,0261
Assassinatos	-6,9307	0,8077
Tentativas de assassinatos	-7,551	0,2513
Famílias expulsas	-10,03	0,7383
Índice Brasil	19,76	0,7591

